

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
TESE DE DOUTORADO

O ESPETÁCULO DA CIÊNCIA NA MÍDIA: UMA LEITURA ÉTICA

MARISTELA FITTIPALDI VIANNA DA SILVA

Orientador: **Professor Doutor Geraldo Nunes**

Rio de Janeiro
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
TESE DE DOUTORADO

O ESPETÁCULO DA CIÊNCIA NA MÍDIA: UMA LEITURA ÉTICA

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURA DA
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
DOUTOR EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

Maristela Fittipaldi Vianna da Silva

Orientador: Professor Doutor Geraldo Nunes

Rio de Janeiro - 2004

MARISTELA FITTIPALDI VIANNA DA SILVA

O ESPETÁCULO DA CIÊNCIA NA MÍDIA: UMA LEITURA ÉTICA

**Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura
da Escola de Comunicação da Universidade Federal do
Rio de Janeiro para obtenção do grau de Doutor em
Comunicação e Cultura.
Aprovada por:**

Orientador: Professor Doutor Geraldo Nunes

Professora Doutora Ester Kosovski

Professora Doutora Denise da Costa Oliveira Siqueira

Professor Doutor Luis Carlos Bittencourt

Professor Doutor Ricardo Ferreira Freitas

Rio de Janeiro, de fevereiro de 2004

Suplente: Professora Doutora Sonia Taddei Ferraz

Suplente: Professora Doutora Marta de Araújo Pinheiro

Rio de Janeiro – de fevereiro de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA

FITTIPALDI, Maristela

O espetáculo da ciência na mídia: uma leitura ética / Maristela Fittipaldi. Orientador: Geraldo Nunes. Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO, 2004. 332 p.

Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Comunicação

1. Jornalismo. 2. Ética. 3. Jornalismo Científico. 4. Análise de Discurso
5. Tese (Doutorado – UFRJ / ECO).

A

Clara, minha filha,

Arethusa, minha mãe,

Luis Antônio, meu pai (*in memoriam*)

Agradecimentos

- À Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por me receber pela terceira vez em seus bancos.
- A Geraldo Nunes, meu orientador, por confiar em mim. Muitas vezes mais do que eu mesma.
- Aos integrantes da banca – Ester Kosovski, Denise da Costa, Luis Carlos Bittencourt, Ricardo Freitas, Sônia Ferraz e Marta Pinheiro – por aceitarem dividir comigo seus conhecimentos, críticas construtivas e contribuições.
- Aos professores do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por compartilharem comigo seus saberes.
- Ao professor Emannuel Carneiro Leão, pelo exemplo que sempre foi para mim, desde a graduação.
- A André Martins, por um dia ter despertado em mim a vontade de compreender melhor não só a ética, mas a própria vida.
- A meus colegas de profissão e de Doutorado, por dividirem comigo esta caminhada e colaborarem para este trabalho com suas opiniões.
- Aos funcionários da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em especial a Laércio de Nonno Filho, pelo apoio em muitos e decisivos momentos.
- À Universidade Veiga de Almeida e seus funcionários (em especial os do Laboratório de Informática e da Divisão de Apoio ao Ensino), onde passei muitas e muitas horas concebendo esta tese.
- Aos mestres que tive pela vida afora, por me ensinarem que a verdadeira sabedoria é o desejo de aprender.
- A meus alunos da Universidade Veiga de Almeida, por me mostrarem que o prazer de ensinar é aprender a doar.
- A minha filha, por ser o milagre a que tive direito na vida e por tornar esta e todas as conquistas mais valiosas.
- A minha mãe, por tudo que sempre fez e continua fazendo por mim.
- A meu pai, por tudo que imagino ele deva fazer por mim, de onde estiver.
- A minha família e meus amigos, pelo incentivo, pela torcida e pelas palavras de carinho nas horas mais difíceis.
- A companheiros como Flávio Lino (meu compadre e amigo fiel), Teresa Tavares (minha comadre e fiel “pesquisadora particular”) e Luiza Cruz (minha conselheira e colega fiel de trabalho e estudo), por me abastecerem de artigos, recortes, livros e afeto.

“Quando eu era jovem e minha imaginação não tinha limites, sonhava mudar o mundo. Quando fiquei mais velho e sábio, descobri que o mundo não mudaria: então restringi um pouco minhas ambições, e resolvi mudar apenas meu país. Mas o país também parecia imutável. No ocaso da vida, em uma última e desesperada tentativa, quis mudar minha família, mas eles não se interessavam nem um pouco, dizendo que eu sempre repeti os mesmos erros. Em meu leito de morte, enfim descobri: se eu tivesse começado por corrigir meus erros e mudar a mim mesmo, meu exemplo poderia transformar minha família. O exemplo de minha família talvez contagiasse a vizinhança e, assim, eu teria sido capaz de melhorar meu bairro, minha cidade, o país e – quem sabe? – mudar o mundo”.

(Palavras escritas no túmulo de um bispo anglicano,
em uma catedral da Inglaterra)

RESUMO

FITTIPALDI, Maristela. **O espetáculo da ciência na mídia: uma leitura ética.** Orientador: Geraldo Nunes. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2004. 332 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura).

Esta tese objetiva investigar, à luz de preceitos éticos, como a mídia impressa veicula temas científicos – especialmente na área da Medicina. A hipótese da autora é de que a maneira espetacular com que a imprensa leva ao público informações sobre ciência não só revela e reflete dificuldades na transformação do discurso científico em discurso jornalístico, mas também abre caminho para deslizos de natureza ética, dificultando a compreensão efetiva da ciência pelo público em geral. Para confirmar esta hipótese, o instrumento de trabalho é a análise de discurso de um caso de grande repercussão mundial nos meios de comunicação de massa: o anúncio da clonagem da ovelha Dolly. Por meio desta investigação discursiva e também de uma reflexão a respeito do pano de fundo que compõe o cenário de nosso tempo – a cisão entre os universos científico e filosófico, a midiaticização da cena social, a mercantilização da vida – procura-se observar as possíveis causas e conseqüências daquilo que está sendo chamado de “espetáculo da ciência na mídia” e apontar caminhos de aperfeiçoamento para o Jornalismo Científico, a partir de uma releitura do conceito de notícia, elaborada a partir de uma nova concepção da ética.

ABSTRACT

FITTIPALDI, Maristela. **O espetáculo da ciência na mídia: uma leitura ética**. Orientador: Geraldo Nunes. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2004. 332 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura).

This thesis aims at investigating, under the light of ethical precepts, how the print media approaches scientific issues -- specifically in the domain of Medicine. The author defends the hypothesis that the spectacular way whereby the press conveys information about science to the public not only reveals and reflects difficulties in the transformation of the scientific discourse into a journalistic one, but also opens the way to ethical problems. That makes the understanding of science by the public more difficult. To confirm this hypothesis, the tool of work used here is the discourse analysis of a case of huge repercussion in the world mass media: the announcement of the cloning of Dolly, the sheep. By means of this discourse investigation and also of a reflection about the backdrop that makes up the scenario of our times - the gap between the scientific and philosophical universes, the mediatization of the social scene, the mercantilization of life - we seek to observe the possible causes and consequences of what we are calling "the spectacle of science in the media". It is also the aim of this work to show ways to improve Scientific Journalism. All this will be done from a rereading of the concept of news, elaborated from a new concept of ethics.

RÉSUMÉ

FITTIPALDI, Maristela. **O espetáculo da ciência na mídia: uma leitura ética.** Orientador: Geraldo Nunes. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2004. 332 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura).

Cette thèse a pour cible rechercher, sous la lumière des preceptes de l'éthique, la manière comme les médias tels que journaux et magazines véhiculent des thèmes scientifiques, surtout dans le domaine de la médecine. L'hypothèse de l'auteur est que la façon spectaculaire avec laquelle la presse fait arriver les renseignements sur la science au public non seulement révèle et reflète les difficultés en transformant le discours scientifique en discours journalistique, mais aussi ouvre le chemin pour des problèmes de nature éthique. Cela rend plus difficile la compréhension effective de la science par le public en général. Pour confirmer cette hypothèse, l'outil de travail utilisé est l'analyse de discours d'un cas de grande répercussion dans les médias de communications de masse: le clonage de la brebis Dolly. Par moyen de cette recherche de discours et aussi d'une réflexion sur la scène de notre temps -- le divorce entre l'univers scientifique et celui philosophique, la médiatisation de la scène sociale, la mercantilisation de la vie -- nous cherchons d'observer les possibles causes et conséquences de ce que nous appelons "le spectacle de la science dans les médias" et de montrer des chemins pour l'amélioration du Journalisme Scientifique, ayant comme point de départ une relecture du concept de nouvelle, élaborée à partir d'une nouvelle compréhension de l'éthique.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO - ABRINDO AS CORTINAS

1.1. A ciência como espetáculo na arena da mídia: uma hipótese	19
1.2. A ética lida e relida	22
1.3. A direção metodológica	26
1.4. As interrogações e parâmetros	31
1.5. A cena contemporânea consolidada: um pressuposto	34
1.6. O(s) discurso(s) em ação	36
1.7. Na coxia da atualidade	40

2. O PANO DE FUNDO

2.1. Filosofia e ciência: nos bastidores, uma cisão ética	46
2.2. Ontologia do presente: o cenário do nosso tempo	
2.2.1. A mercantilização da vida	63
2.2.2. A midiaticização da cena social e a nova subjetividade	71
2.2.3. A concentração do poder: o novo <i>ethos</i> midiático	77
2.2.4. A legitimação da autoridade científica na mídia. E vice-versa	83
2.3. Clonagem: gen(ética), valores e mercado	93

3. O ESPETÁCULO DA CIÊNCIA NA MÍDIA

3.1. Jornalismo Científico: o jogo de cena

3.1.1. O anúncio da clonagem da ovelha Dolly: um estudo de Caso	105
3.1.1.1. A clonagem humana discursivamente antecipada	110
3.1.1.2. A marcação discursiva: as falas hierarquizadas	120
3.1.1.3. A disputa discursiva: o discurso sobre o discurso	128
3.1.1.4. A apropriação discursiva: o poder da fala	133
3.1.1.5. A estratégia discursiva: um número de ventríloquo	135
3.1.1.6. A encenação discursiva: a ciência dramatizada	138
3.1.1.7. A ética fora de cena	140
3.1.1.8. A cena extra-discursiva	156
3.1.1.9. O consumo discursivo de tragédias	161

3.2. Jornalismo Científico: a crítica 163

3.2.1. Jornalismo Episódico: a adaptação(forçada) do texto à cena	165
3.2.2. A ciência sem contexto	170
3.2.3. Cientistas e jornalistas: personagens de uma relação tortuosa	173

4. POR UMA RELEITURA DO CONCEITO DE NOTÍCIA

4.1. Jornalismo Científico: uma nova direção ética 180

4.1.1. Suporte e sentido em cena aberta	184
4.1.2. Jornalismo de Processo: um novo script noticioso	186
4.1.3. Novas possibilidades de tratamento discursivo	190
4.1.4. No roteiro, a atitude objetiva	198
4.1.5. Descortinando o jornalismo e a ciência	202

5. CONCLUSÃO - DESCENDO AS CORTINAS	211
5.1. Perspectivas: De espectadores a atores - uma nova leitura para o texto da existência	223
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	243
7. BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	254
8. ANEXOS	
Anexo a - Código de Ética dos Jornalistas	264
Anexo b. <i>Corpus</i>	269

1. INTRODUÇÃO

“A divulgação da ciência e da tecnologia parece imprescindível no mundo de hoje e nos devemos afirmar que ela está fadada a ser a estrela informativa do Jornalismo no século XXI.”

(HERNANDO apud LOPES, 1996, p. 92)

Não é de hoje que o ser humano convive com os feitos da ciência. Em sua busca por desvendar e dominar o segredo da vida, ele procura se superar a cada dia. Abrimos o jornal e nos deparamos com notícias sobre uma “nova era” na Medicina; sobre o desenvolvimento do cérebro eletrônico; sobre novas peripécias da chamada realidade virtual; sobre coquetéis revolucionários que prometem salvar pacientes com doenças até então incuráveis; sobre tratamentos capazes de adiar os efeitos da idade e da vida estressante e de livrar o ser humano de desconfortos físicos e psicológicos. O rascunho do genoma humano acaba de ser desenhado e continua a ser mapeado; a receita para a criação de vida artificial e de novas espécies - inicialmente, bactérias e micróbios sintéticos – está sendo desvendada; bebês e animais geneticamente modificados são concebidos rotineiramente em laboratórios; discute-se manipulação do código genético, transplante de órgãos, novas formas de reprodução assistida, eutanásia.

O homem contemporâneo se vê cercado pela ciência, seus produtos, aparatos e descobertas; instalado num mundo onde impera a informação tecnológica; sob o domínio do conhecimento científico, da ideologia do progresso e da evolução; sob a crença de que ciência e tecnologia tudo podem, inclusive habilitá-lo a replicar a si próprio. Este mesmo homem capaz de criar e manipular vida em laboratório já pode, ao menos em tese, ser clonado – por hora, ao que se

sabe, uma façanha ainda restrita à ficção das telenovelas, mas cuja realização é alardeada apenas como uma questão de tempo. Ou de divulgação comprovada¹.

Este *boom* científico e tecnológico leva o público, naturalmente, a querer mais informações sobre os benefícios e prejuízos das novas pesquisas e descobertas, especialmente porque os avanços da ciência e da tecnologia são a cada dia mais determinantes nos âmbitos social, econômico e político da vida humana. É neste contexto que surge e se firma o Jornalismo Científico. Os meios de comunicação geral passam a ser pautados por temas científicos - restritos por um bom tempo a publicações e programas especializados - e leitores e espectadores são bombardeados por todo tipo de informações médicas e científicas. Um dos campos da comunicação que mais evoluem no século XX, o Jornalismo Científico passa a ocupar manchetes dos principais veículos de informação do mundo. A comunicação informativa de massa passa a desempenhar papel decisivo neste processo de divulgação² da ciência.

Exatamente por isso, especialmente numa era como a nossa, em que a informação circula e a ciência avança numa velocidade sem precedentes, torna-se nada menos que fundamental o questionamento das relações entre a mídia – esta poderosa instância social, tida como palco principal onde se dão os embates discursivos e ideológicos contemporâneos – e a divulgação do conhecimento científico, nossa proposta neste Doutorado. Nesta tese, especificamente, do

¹ Em 27 de dezembro de 2002, a empresa Clonaid, ligada à seita Movimento Raeliano, anuncia o nascimento de uma menina chamada Eva, o primeiro clone humano. Dois outros clones teriam nascido depois disso, segundo a empresa. Até a conclusão desta tese, nenhum dos nascimentos havia sido comprovado.

² Há autores, como RAMOS (1992), que fazem questão de distinguir “divulgação” de “vulgarização” da ciência. Outros, como BUENO (1985), que ampliam a distinção entre os conceitos de difusão, divulgação e disseminação científicas. Para nós, estas distinções não estão sendo consideradas metodologicamente. Não pretendemos entrar no mérito das diferenças por vezes destacadas em outros trabalhos acadêmicos entre os termos difusão, disseminação, vulgarização, divulgação científica, popularização da ciência e comunicação pública em ciência, entre outros. Em nosso estudo, o que nos interessa para análise é a publicação de notícias científicas nos meios de comunicação impressos não especializados, ou seja, nos jornais ditos de informação geral, independentemente do nome que esta tarefa tenha.

conhecimento na área de Medicina, possivelmente o ramo da ciência mais explorado pela imprensa e que afeta de forma mais direta a vida de cada um. Estudos acadêmicos apontam que a Medicina ocupa lugar de destaque na cobertura de fatos de ciência e tecnologia na mídia noticiosa. Além disso, é a área que reúne maior parte dos eventos favoráveis a um tratamento sensacionalista (engenharia genética, AIDS, clonagem, infecção hospitalar, eutanásia).

Os veículos de comunicação de massa, é claro, não são a única forma de divulgar a ciência. A mídia jornalística não cobre todas as dimensões da vida, mas não há como negar: o imaginário popular é cada vez mais capitaneado por ela. Ela convive com outras formas de representação humanas, mas tem uma pretensão totalizante, que afeta os demais pólos (político, social, cultural, ético, cognitivo). Precisamente por isso – e diante de seu poder de controle, manipulação, convencimento e penetração – talvez seja a mais transformadora das esferas de representação, assumindo papel fundamental na compreensão das relações sociais e na construção da subjetividade e dos valores éticos de nosso tempo.

É fato também que a Internet surge hoje como uma ferramenta individualizada - e privilegiada - de acesso à informação. Apesar da multiplicação das mídias, da existência da rede mundial de computadores e de outras formas de divulgação da ciência (universidades, institutos de pesquisa, escolas, museus), porém, as fontes de informação mais abrangentes sobre ciência e tecnologia – e que atingem o público em geral - ainda são os meios de comunicação ditos tradicionais. A eles cabe o papel de intermediários – ou mediadores - entre a ciência e a sociedade. Uma importância que cresce na proporção de seu alcance.

Mas esta mediação realizada pela mídia, como sabemos, não é neutra. Ao constituir-se nesta importante forma social de obtenção de informação, o jornalismo ultrapassa a simples noção de meio de comunicação: seu discurso modula as relações sociais e de poder e interfere na percepção, na construção social e na transformação da realidade. Espaço de produção discursiva de

sentido, os meios de comunicação informativos hierarquizam não só as matérias que ofertam ao público, mas também, ou principalmente, hierarquizam o social. Especialmente porque veículos jornalísticos encontram-se, de maneira geral, a serviço da ordem econômica e de inúmeros interesses, não sendo movidos apenas pelo inegável papel que deles se espera: o de levar à população informações relevantes e de interesse público.

Assim, apesar de sua pretensão de oferecer “o real” no texto, a informação veiculada pelos meios de comunicação de massa reflete um sem número de pressupostos, motivações, interesses e posicionamentos – do Jornalismo e da própria Ciência –, e tem inúmeras causas e conseqüências para todos os envolvidos no processo comunicacional – jornalistas, cientistas, público. Principalmente éticas. É precisamente sobre a ética no Jornalismo Científico³ que nos debruçamos neste curso de Doutorado. Ou seja, sobre a ética que regula (ou poderia regular) não só a transformação do discurso científico em discurso jornalístico e sua oferta ao público em geral, mas também as escolhas constantes e cotidianas que o jornalista deve fazer. Da discussão da pauta à edição de uma matéria jornalística: são todos, afinal, momentos críticos para o julgamento ético.

³ Não é proposta deste trabalho questionar ou propor novas definições para o que se convencionou chamar Jornalismo Científico. Usamos esta designação apenas para identificar as notícias sobre Medicina veiculadas nos meios de comunicação de massa, entendendo por Jornalismo Científico o conjunto de reportagens jornalísticas dedicadas a assuntos científicos e tecnológicos e, neste trabalho, direcionadas ao público não especializado. É importante destacar ainda que a definição de ciência que estamos adotando neste trabalho é a que encontra-se resumida nas palavras de Sagan (1996, p. 123), para quem “a ciência é um conhecimento unificado, ordenado, universal e objetivo”.

1.1. A ciência como espetáculo na arena da mídia: uma hipótese

Cientes de que estamos caminhando sobre terreno minado ao elegermos a ética como eixo central de nossa análise, partimos da seguinte **hipótese**: de que a forma pela qual a mídia veicula informações científicas revela e reflete dificuldades na transformação do discurso científico em discurso jornalístico, abre caminho para deslizos de natureza ética e resulta naquilo que aqui batizamos de “espetáculo⁴ da ciência na mídia”, que dificulta a compreensão efetiva da ciência por parte do público em geral.

Para alcançar nosso objetivo de avaliar eticamente o processo de construção narrativa da mídia noticiosa sobre temas de ciência e confirmar nossa hipótese, optamos por analisar o discurso⁵ de jornais impressos a partir da cobertura de um fato específico e de repercussão mundial: o anúncio, em 1997, da clonagem⁶ da ovelha Dolly⁷, primeiro mamífero clonado a partir de uma célula adulta, feito considerado um marco de uma nova era da genética.

⁴ A palavra espetáculo está sendo utilizada segundo definições do Dicionário Aurélio, ou seja, como “aquilo que chama a atenção, atrai e prende o olhar, como alvo de contemplação”, que nos parecem bastante pertinentes ao sentido que observamos na maneira como a ciência é tratada pela mídia jornalística. O sentido de espetáculo está sendo tomado, pois, mais como uma metáfora que como um conceito, este já tão bem trabalhado por autores como JAMESON (1994), DÉBORD (1997), BAUDRILLARD (1991) e HARVEY (1992), entre outros, que tratam da espetacularização da vida social, mas geralmente associada às possibilidades de exploração espetacular da imagem na mídia.

⁵ O termo discurso, aqui, é tomado, a exemplo do que definem SODRÉ & FERRARI (1982, p. 5), como “qualquer tipo de enunciação, independentemente do medium a que está veiculada”. É considerado, segundo VERÓN (1980), como lugar de produção de sentido.

⁶ Clonagem: por esta técnica, o DNA de uma célula de um animal (ou ser humano) é inserido em um óvulo de uma doadora, cujo núcleo (onde fica o DNA) foi retirado. O óvulo e o DNA são fundidos por meio de uma descarga elétrica. Uma alternativa é a inserção do DNA no óvulo com uma microagulha. A célula mista obtida é cultivada até começar a se dividir, como se fosse um embrião normal. O clone então é implantado no útero da mãe de aluguel.

⁷ Dolly, que nasceu em 5 de julho de 1996, após 277 tentativas, mas cuja clonagem só foi anunciada na mídia em 24 de fevereiro de 1997, morreu em 14 de fevereiro de 2003. Ela foi sacrificada no próprio Instituto Roslin, onde nasceu, aos 6 anos e meio de vida, metade do tempo normal de vida de uma ovelha. O primeiro mamífero clonado foi sacrificado por ter uma doença degenerativa incurável no pulmão, enfermidade típica de ovelhas mais velhas. O corpo de Dolly foi prometido para o Museu Nacional da Escócia para ser empalhado e colocado em exposição em Edimburgo.

Nossa intenção foi pensar o fenômeno da mídia a partir de suas estratégias discursivas e, daí, estabelecer inferências – especialmente éticas – imbricadas neste modo de representar – e reapresentar – o real. A nosso ver, o Jornalismo Científico tal como é realizado pode ser tomado como um discurso sintomático de determinadas relações sociais e éticas que marcam a atualidade e que ajudam a compreender a complexidade da realidade em que os indivíduos se movem, dando forma à consciência social sobre alguns aspectos e refletindo representações associadas ao espírito de nossa época.

A mídia, evidentemente, tem imensos méritos na divulgação da ciência. A visão e os relatos do homem na Lua, do primeiro bebê de proveta e da própria ovelha clonada; a cobertura da Rio-92 e de outras conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, por exemplo, foram acontecimentos da mídia. Alguns, sem dúvida, são feitos para ela. Mas este importante papel dos meios de comunicação não os isenta de críticas construtivas, da identificação de dificuldades que nesta tese consideramos pela lente da ética e de uma necessidade de aperfeiçoamento. Embora a cobertura correta e equilibrada seja regra e não exceção, o limite entre a reportagem responsável e contextualizada e o superficialismo, o sensacionalismo e a espetacularização continua sendo atravessado com mais frequência do que seria desejável e a falta de reflexão ética ainda é mais comum do que gostaríamos de admitir.

É claro que a preocupação com a forma como a imprensa trata os temas científicos não é nova e há estudos, tanto de profissionais do meio jornalístico quando de pesquisadores e cientistas (esperamos ter conseguido reunir boa parte deles em nosso esforço de pesquisa bibliográfica), que procuram desvendar a complexa relação entre ciência e meios de informação. Há questões levantadas aqui que talvez não sejam inéditas, mas acreditamos que a originalidade desta tese está, modestamente, em procurar lançar um novo olhar ético sobre o tema. Os trabalhos existentes apenas tangenciam a questão ética, mas não aprofundam a análise por este viés. Apostamos que, a partir desta escolha, que resulta

principalmente de nossa vivência profissional e acadêmica⁸, seja possível enriquecer as reflexões sobre o assunto e inovar seus conteúdos à luz de novos valores éticos. A intenção deste estudo é, portanto, se somar à bibliografia existente, fornecendo dados que aprofundem o debate.

Para tanto, dividimos esta tese em três momentos. No primeiro, tentamos descortinar o pano de fundo que compõe o cenário do nosso tempo, abordando fenômenos que podem ajudar a compreender os dilemas éticos com os quais a mídia, a ciência e a própria sociedade se debatem na atualidade. Entre eles, a ruptura entre os universos científico e filosófico - que, como acreditamos, nos colocou na cilada existencial em que nos encontramos - a mercantilização e a midiaticização da vida, as relações de poder que estão imbricadas neste modo contemporâneo de pensar e lidar com o real e a legitimação de valores que sustentam experiências como a clonagem.

Delineado este cenário, para que fosse possível confirmar nossa hipótese, analisar o discurso⁹ da mídia virou exigência de pesquisa, o que fazemos no segundo momento, em que elegemos o anúncio da clonagem de Dolly como estudo de caso¹⁰. Vale frisar que a análise de discurso não é o fim em si desta

⁸ O desejo de aprofundar questionamentos sobre o Jornalismo Científico - seu discurso, seus pressupostos filosóficos e suas implicações éticas - surgiu da vivência profissional e acadêmica da autora que, por mais de um ano, atuou em um veículo de comunicação impresso com informação científica e pôde observar e vivenciar as dificuldades enfrentadas pelo jornalista que trabalha com ciência, especialmente na área da Medicina - aquele cuja tarefa é transformar em linguagem que o público em geral domine o conhecimento científico ou os temas a ele relacionados. A esta experiência soma-se a atuação docente na área de Jornalismo, ministrando, entre outras, as disciplinas de Legislação e Ética no Jornalismo e Redação em Jornalismo Impresso. Desta proximidade com o tema e da vontade de encontrar novas possibilidades para um Jornalismo Científico de mais qualidade e mais ético nasceu esta tese.

⁹ Não enquadrámos nossa análise em sistemas teóricos ou escolas de pensamento pré-definidos. Ao contrário, buscamos a transdisciplinaridade tanto quanto a conjugação de instrumentos teóricos de várias linhas de pensamento para atingirmos a compreensão de nosso objeto de estudo.

¹⁰ Qualquer outro tema científico, como a recente discussão sobre reposição hormonal para mulheres na fase da menopausa, por exemplo, poderia ter sido eleito como estudo de caso. A escolha da cobertura da clonagem de Dolly deveu-se ao impacto mundial de seu anúncio e às discussões éticas e filosóficas que o feito suscitou e suscita até hoje, o que nos interessa pessoal e profissionalmente.

tese, mas um meio de chegar a uma necessária e urgente reflexão ética sobre a forma como a imprensa tem noticiado a ciência. Uma vez iluminada a situação atual do Jornalismo Científico, analisado sob um prisma ético, no terceiro momento do estudo, propomos uma releitura do conceito de notícia e, portanto, do próprio Jornalismo Científico, a partir de uma nova compreensão ética que desenvolvemos no Mestrado e que agora aprofundamos.

1.2. A ética lida e relida

Antes de prosseguirmos, é preciso deixar claro, ainda que resumidamente, o que entendemos por ética¹¹. Em aproximadamente 25 séculos de pensamento filosófico, há diversas formas de definir e conceitualizar a ética. De Sócrates a Kant, de Descartes a Nietzsche, não são poucos os representantes das mais diversas correntes que tentam elucidar a questão. Enfrentam desafios e obstáculos, mas esbarram todos, e cada um à sua maneira, em uma mesma semente para reflexão: por mais que variem teorias e metodologias, a ética – ou a necessidade dela - existe porque somos seres de relação e precisamos escrever nossa própria existência, a partir dos valores que prezamos como membros de uma sociedade. A ética é a base sobre a qual se funda a existência social, é o que molda as atividades e o comportamento dos homens em grupo.

Mas, se é assim, por que nos debatemos entre inúmeros e cada vez mais profundos dilemas éticos? Precisamente porque, assim, como não nascemos homens (no sentido social, cultural, sociológico, filosófico, psicológico, como queiram), também não nascemos éticos. Podemos nos tornar: homens e éticos. Fôssemos apenas instinto e não precisaríamos de ética. Mas somos mais que

¹¹ É a partir da compreensão ética que norteou nossa dissertação de Mestrado que analisamos a divulgação científica no Jornalismo. Cf: FITTIPALDI, Maristela. **Ética no Jornalismo: O Desafio do Cotidiano**. Orientadora: Ester Kosovski. Rio de Janeiro, 1998. 180 p. (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

isso – ou pelo menos é o que supomos e pretendemos para nossa existência. Somos potência, somos possibilidade. E o que podemos ser depende dos valores que prezamos e mobilizamos. Valores e não leis. Esta é a grande questão: que valores têm sido mobilizados para sustentar nossas decisões éticas?

A ciência, por exemplo, evidentemente busca justificativas éticas para suas ações e pesquisas, baseadas em determinados valores. A própria clonagem – cuja divulgação pela mídia impressa é nosso estudo de caso - costuma ser justificada, em parte, pelo desejo de alcançar a cura para doenças terminais, dar a casais estéreis a possibilidade de ter filhos ou ainda desenvolver células, a partir de embriões clonados, capazes de gerar órgãos para transplantes. Explicações e justificativas sempre existirão, mas a ética, como a entendemos, não pode ser confundida com e nem é uma justificativa.

Ela é (ou poderia ser) uma reflexão, uma compreensão e um questionamento que precede (ou poderia preceder) as ações humanas e a seleção de valores que organizam os princípios que determinam nossas escolhas e sobre os quais se assenta a humanidade. Mas para que a ética possa ser mais que uma mera justificativa – individual ou de um grupo restrito - e para que nossas considerações neste trabalho não sejam em vão, é preciso partir de alguns pressupostos - esquecidos, relegados a segundo plano ou jamais considerados de fato.

A idéia de que valores individuais e valores coletivos não se encontram em domínios opostos e de que podem se harmonizar é fundamental não só para compreensão que adotamos, mas para que a própria ética seja pensada. O sentido do ético não é nem pode ser vivido ou experimentado apenas no plano pessoal, embora seja nele que se expressa em primeira instância. Do contrário, a ética torna-se relativa, vira uma espécie de gosto: cada um tem o seu e, portanto, não se discute. Pois a questão ética como a enxergamos se dá no íntimo da sociabilidade humana e pressupõe esta compreensão para ser efetiva.

Se a ética é, portanto, fundamentalmente relacional, é também ela uma experiência compartilhada e, como tal, uma busca permanente por uma melhor relação entre os indivíduos em sociedade. A reflexão ética é o que permite o julgamento dos valores – muitos deles contraditórios - que, como seres humanos e, portanto, seres sociais, trazemos. A ética é, assim, para nós, um posicionamento constante diante da existência, é o pensamento que permite ao homem refletir sobre os valores que a humanidade preza como pano de fundo de suas ações, que o habilita a questionar seu caminho durante o caminhar, nem que seja para mudar de rumo.

Transportada para o Jornalismo, esta compreensão ética que defendemos reflete-se na seguinte crença: a de que diariamente e a todo instante, os profissionais da comunicação, cuja matéria-prima é a informação de interesse público, são obrigados a tomar decisões de natureza ética, mesmo quando não se dão conta disso. Opções éticas que não estão restritas aos momentos-chave da atuação profissional - evidenciados em dilemas como a publicação ou não de determinado fato ou foto; conflito de interesses; invasão de privacidade; uso de disfarces e câmeras escondidas para conseguir notícias; sigilo sobre a fonte; oferecimento de vantagens, presentes e viagens; troca de favores; envolvimento pessoal entre o jornalista e suas fontes - mas presentes em todas as etapas de construção do discurso jornalístico e que dizem respeito aos jornalistas no seu trabalho diário e à mídia como espaço de produção de sentido.

Pois a não percepção ou, pior, a negação do caráter cotidiano das opções éticas que o jornalista precisa enfrentar e resolver dentro dos rigorosos prazos de seu trabalho é uma das principais causas das dificuldades enfrentadas e resulta nos grandes e pequenos deslizes éticos no jornalismo. Como acreditamos, é nos bastidores da prática jornalística, ao longo do processo de produção da notícia, que a reflexão ética se dá – ou poderia se dar – em primeira instância. Há dilemas e decisões de natureza ética em curso desde o primeiro momento de concepção de uma matéria jornalística - na discussão e eleição da pauta, na preparação para

a entrevista, na escolha das fontes, na abordagem do assunto, na elaboração das perguntas, na execução da matéria, na eleição do vocabulário, na construção do texto, na edição da notícia, na hierarquização da matéria na página.

No dia-a-dia do jornalismo há, seja em que editoria for, farto material para reflexão ética e o processo de construção da enunciação jornalística dá margem a deslizes de toda ordem. Transformar possibilidades em certezas; dar mais ênfase ou dramaticidade às notícias pelo uso de vocabulário mais excitante; tratar temas de forma superficial e espetacular; apurar mal; não checar informações; usar de sensacionalismo e desonestidade no relato e na abordagem dos fatos; reproduzir estereótipos e discursos universalizantes; distorcer fatos; apresentar versões desequilibradas; manipular depoimentos; modificar declarações e dados: não são poucos os exemplos.

Evidentemente, não é nossa intenção colocar sob responsabilidade exclusiva do jornalista os deslizes éticos ocorridos na imprensa. As condições de produção do discurso jornalístico, aliadas às relações hierárquicas internas à empresa, ao monopólio dos meios de comunicação, aos interesses em jogo, à condição de dependência da empresa em relação aos anunciantes, à pouca oferta de trabalho, aos baixos salários, à concorrência daninha e a tantos conhecidos fatores, impedem qualquer abordagem exclusivamente voluntarista do procedimento jornalístico. Mas acreditamos que é por intermédio da iniciativa do profissional que a ética possa ser pensada e possível e por isso defendemos a importância de refletir sobre o fazer jornalístico diário. A atividade jornalística comporta uma ética que, embora exercida de maneira individual, reflete a e na coletividade. É nada menos que fundamental a participação do criador individual neste processo coletivo.

1.3. A direção metodológica

Explicitada nossa compreensão ética, alguns esclarecimentos de cunho metodológico são necessários. Não é nossa intenção com esta tese realizar uma crítica negativa do discurso midiático nem fornecer um guia para se produzir um bom texto jornalístico. Este estudo não tem pretensão deontológica, mas sim reflexiva. Queremos apenas contribuir com uma crítica positiva do fazer jornalístico, iluminando seus modos de funcionamento, sua dimensão ética e ideológica, suas astúcias metodológicas, sua natureza particular, suas relações com outras modalidades de discurso e as funções que desempenha na sociedade contemporânea. Tudo isto sem hipocrisias, uma vez que não se pode exigir de uma profissão (embora isto pudesse ser desejável) que siga padrões éticos que nós, como sociedade, não obedecemos.

Temos consciência também de haveremos escolhido apenas uma faceta de um problema múltiplo e multidimensional e estamos cientes das lacunas deste trabalho. Como lembra Foucault (1995), a análise como busca e reconhecimento de efeitos de sentido e de significação jamais esgota totalmente um acontecimento enunciativo. Um fenômeno discursivo contém, evidentemente, uma pluralidade de significações e toda e qualquer análise do objeto escolhido resulta numa redução desta essência plural. O nosso foi apenas um ângulo de observação, uma leitura, entre as muitas possíveis, do recorte operado pelos meios de comunicação impressos sobre temas científicos, direcionada para o objetivo de comprovar nossa hipótese.

Não tivemos a pretensão, portanto, de liquidar a complexidade do funcionamento deste discurso. Ao contrário, nossa idéia foi abrir possibilidades de reflexão capazes de ajudar na compreensão da construção das notícias sobre ciência e, quem sabe, de transformação ou aprimoramento destas enunciações jornalísticas. A própria análise, como o discurso, não está livre de inferências de

caráter ideológico: é constituída de ideologias e é também ela um momento de intertextualidade, como frisa Verón (1980). Além disso, durante o trabalho de investigação das formas discursivas, esbarramos em questões e problemas fundamentais, mas não escolhidos como foco de nossa investigação.

Outra explicação necessária: o Jornalismo Científico, evidentemente, não se restringe aos veículos impressos, e a opção pelas notícias publicadas nos jornais diários para compor o *corpus* deste trabalho foi metodológica: deveu-se primeiramente à maior tradição da mídia impressa e também à maior facilidade de acesso ao material. Já que nosso interesse era saber como a mídia leva assuntos relacionados à ciência para o público não especializado, isto é, perceber como a ciência é vista e re(a)presentada nos meios de comunicação e oferecida à sociedade de maneira geral, ao leitor médio, excluímos também de nossa análise publicações especializadas. Procuramos avaliar o discurso destinado aos leitores de jornais de informação geral, que formam uma elite privilegiada, mas detentora de alguma capacidade de questionamento e de influência nos rumos da sociedade – inclusive da ciência.

Além disso, a palavra escrita veiculada na imprensa tem uma característica determinante, que a distingue daquela veiculada nos demais meios de informação: ela fixa a memória. Uma vez publicada e legitimada pela mídia impressa, uma notícia vira história, registro de um tempo. O que hoje é divulgado na imprensa vai para arquivos de bibliotecas e instituições afins e passa a servir de fonte para estudos, pesquisas, teses como esta. O jornal ganha o estatuto de documento, funcionando como instrumento de representação e de preservação da memória histórica e social. Como se não bastasse, boa parte do público também tende a acreditar, sem titubeios, em tudo o que vê impresso em caracteres tipográficos.

Mas não há como negar: nossa escolha também se pautou pela crença de que os meios impressos são – ou poderiam ser – veículos muito mais de análise, contextualização e prospecção da notícia que outros meios já deram.

Infelizmente, nem sempre isto ocorre. Tradicionalmente forte no tratamento da informação, o jornalismo impresso, em alguns episódios, ainda envereda pelos caminhos do superficialismo, do espetáculo, do sensacionalismo. E quando isto ocorre, deixa a desejar eticamente, como procuramos mostrar neste trabalho. Jornalisticamente, afinal, a espetacularização da notícia é a sobrepujança do valor fantástico e de entretenimento da notícia ao seu valor informativo, com dramatização exagerada da informação e, muitas vezes, deturpação de seu conteúdo e abandono de seu contexto. Um desvio ético, sem dúvida.

Cientes ainda de que o método comparativo é mais eficiente quando se trata de lidar com ideologias (particularmente aquelas que se manifestam no discurso jornalístico, em que os elementos que sobressaem no texto são difíceis de identificar sem um ponto de comparação), analisamos as notícias publicadas em três dos principais jornais cariocas – O DIA, O GLOBO e JORNAL DO BRASIL – por sua importância e representatividade e pelo fato de estarem destinados a públicos diferentes. O primeiro, um jornal tido como popular; o segundo, um veículo que se propõe a ser mais abrangente, com atuação em faixa média da população; e o terceiro destinado a uma classe mais intelectualizada. Procuramos aferir se, embora voltados para leitores de faixas distintas, os jornais oferecem uma representação semelhante do que seja ciência, tentando observar características interdiscursivas que pudessem sustentar um comportamento geral da imprensa. Cada veículo, evidentemente, tem maneiras de falar para seu público. Mas será que em todos a construção discursiva da ciência é a mesma? Em todos é possível observar deslizos de natureza ética?

Para garantir que nossa análise refletisse bem um estado geral do Jornalismo Científico, buscamos um recorte que satisfizesse razoavelmente a generalização de resultados, que permitisse captar o funcionamento da dimensão ética tanto do discurso jornalístico quanto do próprio discurso científico e que fosse exemplo da representação do mundo que a mídia oferece. E acreditamos que o *corpus* escolhido para análise se reveste de certa representatividade a

respeito do funcionamento do discurso da mídia sobre a ciência - do próprio conceito de ciência construído pela imprensa - e ajuda a entender melhor a relação entre o produto informação e a dinâmica da sociedade.

Nossa análise discursiva começa em 24 de fevereiro de 1997 - dia seguinte ao recebimento, via agência de notícias¹², da notícia sobre a clonagem da ovelha Dolly pelos veículos de comunicação e data da publicação da primeira matéria na maioria dos jornais nacionais e internacionais. Para montar um panorama mínimo de como o tema foi semantizado - adotando terminologia de Verón (1980) - nos jornais e oferecido aos leitores, acompanhamos, por mais cerca de dois meses, até o assunto sumir de vez da pauta, as suítes (continuação da cobertura do fato noticiado, ou seja, novas matérias que trazem reações, repercussões, novidades, acréscimo de informações) e desdobramentos (a suposta clonagem humana, a clonagem de outros animais) que o assunto clonagem rendeu nas edições subseqüentes.

Nas três publicações, nos atemos somente à parte textual (títulos e textos). Por uma questão metodológica também, já que a lógica que rege a escolha de assuntos que terão chamada na capa depende da linha editorial e do público de cada jornal e envolve outras variáveis ideológicas, não incluímos em nossa investigação discursiva as chamadas de primeira página nem o número de vezes em que o tema clonagem mereceu destaque na capa dos jornais. Apenas para lembrar, nossa análise não tem uma proposta quantitativa, mas qualitativa. Também não fazem parte de nosso *corpus* os artigos de opinião e editoriais sobre o tema, embora os tenhamos lido¹³ e, em alguns momentos, citemos trechos de alguns deles, quando achamos necessário para melhor exemplificação e compreensão do que falamos.

¹² Boa parte das matérias científicas chega aos jornais por meio de agências de notícias e já traz determinados formatos, pressupostos e ideologias, mas nosso interesse é saber como a informação científica – independentemente de sua procedência - é tratada pelos jornais brasileiros.

¹³ Os editoriais são destinados e lidos por um público mais restrito e seletivo, e nosso interesse neste trabalho é saber como a ciência é ofertada ao público em geral.

Outro importante esclarecimento metodológico. A análise por nós desenvolvida foi construída à luz de uma perspectiva teórica transdisciplinar. Não tivemos a pretensão de realizar um estudo lingüístico, embora tenhamos, evidentemente, utilizado recursos e categorias desta disciplina para atingir nosso objetivo de relacionar forma e sentido.¹⁴ O uso de conceitos e critérios lingüísticos vinculados a diferentes modelos de análise discursiva também possibilitou uma melhor descrição do funcionamento do discurso eleito para estudo, uma vez que não ficamos aprisionados a moldes rígidos de análise. Lançando mão de conceitos como os de polifonia, intertextualidade e interdiscursividade, entre outros, tentamos empreender um estudo que nos afastasse de generalizações inconseqüentes e nos permitisse tornar explícitos os pressupostos que argumentaram nossa hipótese.

Guiados, portanto, muito mais pela intuição – momento primeiro de todo processo criativo – do que por modelos e métodos rígidos, nosso trabalho consistiu basicamente numa leitura sistematizada das reportagens, por meio da qual procuramos apreciar, sob a luz da ética, a enunciação jornalística na divulgação deste fato científico e, a partir daí, inferir sobre a forma pela qual a mídia ajuda - ou atrapalha - o homem a compreender e refletir sobre suas descobertas e a perceber a importância cultural, política, financeira, moral, intelectual, social e, principalmente, ética da ciência. Tentamos identificar a utilização de expedientes lingüísticos (mecanismos retóricos detentores de eficácia significadora), tomando como referência as mediações implicadas na língua por intermédio não só de marcas estereotipadas, mas também de determinados modelos, palavras, expressões e estratégias que funcionam como cristalizadores de sentido.

¹⁴ Na análise das características formais do discurso da mídia, evidentemente, estaremos sob influência da Semiologia e da Lingüística, fundamentais na compreensão dos efeitos do discurso midiático, já que em ambas os processos comunicativos das mídias são percebidos como atividades e processos culturais que criam sistemas semióticos peculiares, além de produzirem efeitos de percepção, processos de recepção e comportamentos sociais que lhes são próprios.

1.4. As interrogações e parâmetros

Composto nosso *corpus*, as interrogações éticas que procedemos sobre os relatos científicos veiculados pelos meios de comunicação não foram poucas. Como a imprensa aborda fatos relacionados à ciência e aos avanços na área da Medicina? Será que nós, jornalistas, compreendemos os acontecimentos científicos ou a ciência continua cifrada em códigos que não entendemos e não nos preocupamos em explicar corretamente para o público? Tem sido satisfatória e ética a maneira pela qual o Jornalismo vem tratando a informação científica? Como, afinal, falar de ciência no jornal diário? Como divulgar o saber científico nos meios de comunicação de massa? Qual a função, os objetivos, as causas e as consequências da divulgação científica realizada pela mídia?

O ponto de partida para tentar esboçar respostas para estas perguntas: as próprias regras que norteiam – ou poderiam nortear – a construção do discurso jornalístico. Uma vez que era preciso eleger um parâmetro objetivo a partir do qual empreender considerações éticas que pudessem ser percebidas e compreendidas por todos os envolvidos no processo comunicacional (jornalistas, cientistas, público), optamos pelo Código de Ética dos Jornalistas¹⁵ (no anexo) como tal. Tentamos avaliar o desempenho da mídia à luz de preceitos básicos determinados no código – e que reúnem princípios expressos nos manuais de redação e nas próprias técnicas ensinadas nas faculdades de Jornalismo - e apontar, a partir deles, o funcionamento do discurso em termos éticos. A base objetiva sobre a qual trabalhamos e os critérios para a análise das representações que regem a articulação de nosso *corpus* são, portanto, as técnicas e normas

¹⁵ Código de Ética dos Jornalistas, aprovado pelo Congresso Nacional dos Jornalistas em setembro de 1985, no Rio de Janeiro, e modificado pelo XXI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais em 1986, em São Paulo. O Código de Ética dos Jornalistas fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas.

jornalísticas que, quando não são seguidas ou são transgredidas de alguma forma, configuram desvio e, portanto, deslize ético.

Mas códigos de ética, evidentemente, não são garantia de comportamento ético e nem a ética está a eles restrita ou circunscrita. Nossa trajetória acadêmica, aliás, especialmente nossa atividade docente, tem sido uma luta na defesa desta certeza. Se um código pode ser um ponto de partida para reflexão, não é nem deve ser um fim em si mesmo. Isto não significa que não tenha utilidade. Padrões estabelecidos formalmente são importantes para comunicar – mesmo de forma ampla e geral - orientações e princípios éticos proclamados por profissionais de determinada área e para estabelecer limites à sua atuação. Os regulamentos escritos informam alguns preceitos, mas não conseguem - nem podem - barrar a autonomia pessoal, o valor particular da ação.

Nenhuma lei ou código é capaz de garantir um comportamento ético se os princípios estabelecidos não encontrarem ressonância nos valores prezados pelo indivíduo como membro de uma sociedade. A ética nasce na consciência de cada um, mas ancorada em uma compreensão social da existência. Por isso mesmo - sendo entendida por nós como a reflexão e a possibilidade de questionamento a respeito dos valores que forjam os princípios que sustentam as ações (e decisões) dos homens em sociedade (nela incluídos os jornalistas) - também estaremos adotando aquilo que batizamos de “ética das práticas cotidianas” como conceito condutor de nosso estudo. Uma concepção de ética no Jornalismo na qual apostamos e que envolve, muito mais do que o conhecimento de um conjunto de normas e princípios, a adesão e a mobilização, por sentimento, por contágio, de valores mais sintonizados com a multiplicidade do real.

Seja como for - no discurso dos profissionais da área, no Código de Ética dos Jornalistas, nos códigos particulares de cada jornal ou na consciência de alguns profissionais - transitam certos termos consistentes e repetidos, identificados no seio do próprio jornalismo: são os princípios éticos estabelecidos

e pretendidos pelos jornalistas. Entre eles, estão: que as notícias têm de ser corretas, equilibradas e bem apuradas e os relatos devem ser completos e justos; que a informação deve basear-se na real ocorrência dos fatos; que o compromisso fundamental do profissional é com a verdade; que os jornalistas devem dar espaço para os diversos ângulos de uma discussão; que o público tem o direito de ser informado; que é preciso clareza, precisão e o máximo de honestidade no relato dos fatos; que não se deve exagerar ou mentir. Implícito nesta descrição está o pressuposto de que a imagem do mundo trazida pelo jornalista será confiável.

Mas nem sempre estas expectativas são atendidas. Na cobertura de ciência não é diferente. Ao contrário: muitas dúvidas e dilemas são potencializados. No processo de transformação do “fato científico” em “fato jornalístico” - ou seja, de transformação do especializado discurso da ciência em linguagem jornalística, compreensiva para o leitor médio - ocorrem desvios, dificuldades e problemas éticos de toda sorte. Há ocasiões em que é preciso cortar a matéria e o jornalista - repórter ou editor - acaba suprimindo detalhes importantes. Não raras vezes, acontecem casos de interpretação errada, deturpação das declarações das fontes – algumas involuntárias, outras nem tanto - ou ainda de atribuição ao cientista de informações e frases que ele não disse. Em outros momentos ainda, os critérios de escolha das fontes e dos dados, os detalhes postos em destaque e o enfoque da matéria são exagerados, sensacionalistas, equivocados ou desagradam os pesquisadores; há equívocos na utilização de termos técnicos; falta contextualização às informações; não há, por parte do jornalista, questionamentos pertinentes aos dados oferecidos por especialistas. Em muitas reportagens sobre ciência, é possível observar não só a precariedade da cobertura da ciência e da tecnologia, mas também a visão fragmentada do método e do conhecimento – especialmente o científico – a predisposição ou tendência ao superficialismo, ao sensacionalismo e à desvinculação dos assuntos tratados com a maioria da população brasileira.

O que fizemos neste trabalho foi exatamente tentar identificar o que chamamos de desvio ético a partir destas regras e princípios internos ao próprio jornalismo, estabelecendo em que medida os jornais, por razões que procuramos descortinar, muitas vezes esquecem, abandonam ou transgridem “leis” básicas da profissão. E quando isto ocorre, independentemente da linha filosófica ou da crença epistemológica do profissional, uma coisa é certa: sua atitude pode ser classificada como deslize ou, no mínimo, descuido ético, e sua matéria jornalística já fere, por menos que seja, a ética profissional.

1.5. A cena contemporânea consolidada: um pressuposto

Uma vez que as reportagens não foram vistas como tendo apenas valor em si mesmas, mas como textos que articulam funções dentro de um universo social e cultural, a leitura crítica dos textos que compuseram nosso *corpus* nos permitiu depreender também uma representação típica do discurso da mídia sobre a ciência e apreender, no discurso jornalístico, os sentidos atribuídos à ciência e suas formas discursivas de justificação. Não é segredo que determinada concepção sobre a ciência está embutida, ainda que implícita ou indiretamente, na formulação de frases e conceitos, que nos permitem, exatamente por isso, algumas especulações. A estrutura significativa de um texto, como sabemos, não é redutível ao elemento ou suporte físico no qual foi impresso: ela transcende em sentido e significação. Ao comunicar, o homem troca idéias, conceitos e representações.

Assim, em nossa investigação discursiva, tornou-se possível vislumbrar até que ponto a forma de divulgação da ciência feita pelos meios de comunicação contribui para a formação de nossa atual imagem sobre ciência e observar como a

imprensa semantiza certos acontecimentos e como ela, ao mesmo tempo, co-produz – e mesmo produz – o fato nesta maneira de tratá-lo. Por meio do exame dos enunciados e da identificação dos traços e das marcas lingüísticas presentes na superfície significativa, do estabelecimento de eixos articulatórios (ou seja, de palavras que norteiam este discurso e remetem ao lugar da ciência na sociedade contemporânea), de rotinas que não mudam e de palavras-chaves, conseguimos identificar o funcionamento de operadores discursivos por intermédio dos quais os veículos de comunicação constroem a noção de ciência. Ou seja, como o discurso da mídia contribui para legitimar a ciência da forma como esta é percebida.

Além disso, tentamos enxergar como os conteúdos ideológicos se manifestam nas formas lingüísticas (e como estas os refratam) e como as representações constituídas passam para o texto do jornal, procurando desvendar estratégias discursivas específicas e modos como os diversos códigos são processados para produzir sentido. O espírito científico tal qual se exprime nestes textos, afinal, resulta de uma operação discursiva de construção do espaço socialmente reservado à ciência, elaborando e reproduzindo verdades que, pela própria forma como são introduzidas no discurso, se apresentam como absolutas e incontestáveis. Um discurso de convencimento, de adesão à determinada idéia de ciência e a preceitos expostos, que penetra no conjunto de representações mentais; voltado para a legitimação e justificação de seus princípios e práticas. Por intermédio da mídia, a própria predominância da ciência sobre as demais formas de apreensão de realidade se sedimenta.

Este acabou se tornando outro objetivo desta tese: mapear marcas deixadas na superfície significativa dos textos que nos permitissem inferir que a cena discursiva da mídia pouco questiona e mais consolida e confirma a cena social e, conseqüentemente, o espaço reservado à ciência nesta hierarquia. É que, como pano de fundo deste trabalho, há um aspecto que, se não chega a ter o estatuto de uma hipótese, é, sem dúvida, um importante pressuposto: o de que a maneira como a ciência é tratada pela mídia resulta, revela, reflete e reforça a

cisão ocorrida entre filosofia e ciência - colocando-as em universos distintos e distantes - ao longo da história ocidental. Uma ruptura por vários autores apontada e por nós identificada como um importante elemento cênico, ao mesmo tempo causa e consequência da maneira como a ciência é experimentada pela sociedade e, evidentemente, da forma como ela é representada nos meios de comunicação de massa. Tentamos observar como e se esta cisão se configura, se expressa e se explicita nos textos analisados, revelando o abismo ético em que, em nossa opinião, ela coloca o ser humano.

Uma vez que a mídia é um dos espaços principais em que se produz e reproduz a idéia de ciência, lugar privilegiado de inscrição do espírito científico, ou, como ensina Boltanski (1991), de sua justificação, desvendar este processo de consolidação discursiva do cenário da contemporaneidade é fundamental também para a compreensão da questão ética, que aqui nos interessa em especial. Explica-se: uma vez que o jornal não tem apenas o poder de falar, mas a competência de semantizar a realidade, segundo maneiras de ofertá-la, os meios de comunicação constroem, com seu discurso, determinada concepção social não só da ciência, mas da própria ética. Concepções para as quais, modestamente, pretendemos oferecer uma releitura com esta tese.

1.6. O(s) discurso(s) em ação

A noção de discurso, é claro, também resulta de uma construção simbólica. Fairclough (2001, p. 91), ao articular discurso, poder e ideologia, ressalta que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Não há discurso, portanto, que represente a realidade sem intervenções de caráter

ideológico¹⁶. No jornalismo não é diferente. A mídia colabora para criar uma mentalidade e contribui para instituir uma forma de pensar. Por meio do exercício de seu poder simbólico, o jornal constrói uma dada realidade. Por intermédio de seu discurso, oferece uma determinada visão de mundo. Pois ao fazê-lo, a mídia não apenas revela, reflete, ajuda a instaurar e a reproduzir ideologias, pressupostos e valores, mas também produz crenças e juízos.

Isto não significa que a ideologia se encontre apenas no discurso: os discursos não são os únicos espaços em que as ideologias se alojam, mas é na matéria discursiva, sem dúvida – especialmente numa sociedade modulada pela comunicação como a nossa – que elas se explicitam de forma clara e se materializam. As variações do código implicam também variações ideológicas, de mobilização de uma certa estratégia discursiva. Referências que, na área da linguagem, ajudam a formar uma mentalidade. Mas como tentar desvendar esta ideologia que permeia não só o discurso midiático, mas, de resto, todas as construções simbólicas humanas?

Em primeiro lugar, o acesso à ideologia como regra de produção se dá pela análise de um discurso específico, a partir da qual é possível vislumbrar tensões e marcas deixadas na superfície significativa. Exatamente por isso, partimos da análise discursiva como ferramenta para nos ajudar a estabelecer relações entre os campos da ciência e da informação – cada um considerado como possuidor de

¹⁶ É importante distinguir aqui duas noções diferentes de ideologia. Uma, de cunho marxista, é a que diz que ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante tornam-se idéias de todas as classes sociais. Uma ideologia que, uma vez interiorizada pelas relações sociais e pela própria divisão social do trabalho, nos faz acreditar, entre outras coisas, que não sabemos pensar e que devemos confiar em quem pensa. Esta noção de ideologia carrega consigo um sentido pejorativo, de dominação, herdado da tradição marxista, no sentido de que é usada para encobrir a verdade. A outra, mais recentemente adotada pela análise de discurso, especialmente a partir dos escritos de Eliseo Verón, é a que considera o ideológico como uma dimensão constitutiva do discurso. Ou seja, ideologia como instrumento de mobilização de sentido, funcionando, no mundo social, para reforçar posições de poder de pessoas e grupos. A ideologia seria, então, resultante da prática social, da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos e para os outros a realidade. Vale a pena ressaltar aqui que a ideologia é apenas um dos sistemas de crenças acionados pelo homem.

uma positividade e de um poder específicos –, a enxergar como se produzem, se reproduzem e se veiculam as ideologias por intermédio dos discursos e a compreender melhor nossa contemporaneidade.

Mas além de sua(s) própria(s) ideologia(s), toda notícia coloca em ação forças sociais e mecanismos de poder. No interior das publicações, se misturam, se contradizem e competem discursos, tendências e interesses. Especialmente nas reportagens científicas. É que tanto o discurso da mídia quanto o da ciência têm uma pretensão absolutista e se “vendem” como se fossem os únicos discursos possíveis - o primeiro sobre o real, o segundo sobre o objeto. Pois exatamente por se pretenderem detentoras do poder de dizer, ciência e mídia protagonizam uma intrincada disputa simbólica: de quem tem o discurso mais poderoso. Evidencia-se então a tensão inerente à relação de apropriação e enquadramento de um discurso pelo outro, como observaremos mais detidamente no terceiro momento deste trabalho. A mídia se apropria do discurso da ciência, impondo a ela seus enquadramentos, mas não sem resistência. Os discursos da mídia e da ciência passam a competir dentro do texto do jornal.

Esta disputa de poderes e interesses, porém, não pode transparecer nos textos. Afinal, o Jornalismo opera à base da crença de que seu discurso é uma reprodução fiel do real. Entram em cena, então, sutis jogos de linguagem e estratégias discursivas bastante próprias por meio dos quais o Jornalismo oculta – ou tenta ocultar – sua condição de discurso que não é nem de longe um reflexo do real, mas um recorte possível. E nesta tentativa de ocultamento evidencia-se a dimensão negativa, de dominação, o caráter ideológico propriamente dito de um discurso, explicitado quando ele se apresenta como se fosse o único discurso possível sobre a realidade.

“O acontecimento passa a ser não aquele que é representado, mas o que é instituído”, como ressalta Fausto Neto (1993, p. 87). Ao que o autor batiza de

instituído, preferimos chamar de reapresentado, pois acreditamos que o termo facilite a compreensão do que ocorre. O real é, portanto, reapresentado ao leitor, segundo “manobras enunciativas que mostram e dizem o que deve ser visto e o que deve ser ouvido”. Neste aspecto da atividade jornalística, aliás, encontra-se o que parece ser o centro do poder desta interface entre a realidade e o público: sua lógica interna de se oferecer como “janela” para a realidade, que faz com que escamoteie sua condição de representação, dando a ilusão ao leitor de uma efetiva aproximação do real, e não de uma mediação, recheada – como toda mediação – de conteúdos ideológicos.

Mas para tentar desvendar estes conteúdos ideológicos, a análise do discurso não basta. É fundamental considerar aquilo que Verón (1980) chama de “condições sociais de produção”¹⁷ de determinado discurso - ou seja, os contextos e processos específicos em que os discursos são produzidos -, bem como o lugar social ocupado por seus produtores. Especialmente nas matérias sobre ciência, que envolvem não apenas uma prova de força, como vimos, mas também tortuosas relações entre jornalistas e cientistas. Os discursos, afinal, surtem efeito a depender do espaço institucional em que são veiculados e de quem os pronuncia.

A constatação da multissemia (vários discursos circulando) do discurso jornalístico, porém, não nos impede de caracterizar as estratégias discursivas deste ou daquele jornal, de compará-las e de extrair deste trabalho de análise inferências sobre o comportamento geral da imprensa, no caso deste trabalho, sobre a ciência.

Uma tarefa que se mostra sempre e a cada dia mais necessária, uma vez que, como já dissemos, o real nos é dado a conhecer, cada vez mais, por meio da mídia. O discurso midiático se apresenta justamente como um dos principais

¹⁷ Trabalhar enunciados sem seu contexto, sem compreender as condições de produção e as características inerentes a este discurso seria deixar de lado um importante vértice do desenho que nos permite compreender nosso objeto.

lugares de inscrição do espírito da contemporaneidade, no qual a ciência, evidentemente, se inclui de forma decisiva. Para compreender melhor os mecanismos envolvidos na relação entre o real e o simbólico na produção jornalística, portanto, é fundamental considerar o fenômeno discursivo como resultado de processos enunciativos de construção de significados sociais e tomar discurso como um fenômeno essencialmente social e histórico, como defendem autores como Foucault e Bakhtin. A linguagem, afinal, não é usada apenas para transitar informações, com Irembram, Boccega e Citelli (1989, p. 29), mas, sobretudo, para firmar interesses, estabelecer níveis de dominação, “fazendo do mundo dos signos uma arena onde são travadas as mesmas batalhas encontradas no mundo dos homens”.

1.7. Na coxia da atualidade

Não é de hoje, evidentemente, que os meios de comunicação vêm transformando os contornos da atualidade. Temos experimentado, há muito, este processo de transformação do mundo em informação, de midiatização¹⁸ do social. Mas vivemos numa época em que ciência e comunicação dependem cada vez mais uma da outra; em que a sociedade encontra-se marcada pela velocidade sem precedentes da veiculação de informações; em que o que está em jogo é a capacidade de administrar a informação; em que o espaço de maior atração passa a ser a mídia, a “janela” através da qual o homem mantém contato com o mundo.

¹⁸ Não confundir midiatização com mediação. A mediação é a ação de fazer a ponte, é um instrumento de ligação e religação, já que toda cultura é mediada. A própria cultura é um conjunto de repertórios mediadores. A midiatização é um tipo particular de mediação, definida, segundo Sodré (1999), por ser uma prótese tecnológica da realidade sensível, ou seja, pela mídia.

Face ao enfraquecimento de tradicionais formas de representação e de apreensão do conhecimento e do questionamento de conceitos e paradigmas, a mídia se oferece como ponto de vista único e onisciente sobre o mundo. Os sujeitos sociais passam a se mover nesta esfera. Não é por outra razão que a análise do discurso da imprensa funciona como uma metáfora para pensarmos a sociedade, suas práticas sociais e consequências éticas.

E se tomamos como estudo de caso e como um dos exemplos (verdadeiro ícone) desta cisão entre ciência e filosofia a que aludimos o tema da clonagem e a maneira pela qual ele foi veiculado na mídia são dois os motivos principais. O primeiro é que a divulgação do nascimento da ovelha Dolly pela imprensa mundial abre novas perspectivas sobre a problematização da ética nos meios de comunicação – qual o papel da mídia na percepção real dos fenômenos – e serve de estopim para profundas reflexões não só sobre ética, mas sobre a própria ciência como ela tem sido exercida.

O segundo motivo: a clonagem envolve questionamentos filosóficos que temos interesse em debater, pois cria desafios éticos cuja resposta depende, acima de tudo, dos valores que prezamos e nos mostra que, no fundo, o que esta e outras manifestações contemporâneas fazem é nos empurrar para a decisão sobre o sentido da existência. Além disso, a clonagem de um mamífero adulto trouxe à tona a discussão sobre a experiência científica na área da Medicina que levanta mais polêmica hoje no mundo: a clonagem de seres humanos.

Pois interessa menos aqui a questão religiosa ou moral da clonagem do que sua dimensão simbólica, seu caráter de espelho, que, a nosso ver, reflete esta cisão ocorrida ao longo da história da humanidade – melhor dizendo, do mundo ocidental - em que ética (filosofia) e técnica (ciência) se divorciaram e passaram a caminhar paralelamente. As inúmeras perguntas e questões que hoje a ciência, a tecnologia e a própria filosofia enfrentam nascem, como acreditamos, exatamente no rastro desta fissura entre os universos técnico-científico e filosófico.

Não houvesse esta ruptura e talvez não haveria a necessidade de chamar a ética à cena para mobilizar e estabelecer limites, caminhos e rumos para a ciência. Esta, desvinculada de qualquer preocupação que não seja a aquisição do conhecimento pelo conhecimento (a noção de acúmulo, tão típica da economia de mercado, encaixa-se perfeitamente na ciência), só pensa em “avançar”, mas deixa de refletir eticamente – no sentido que já deixamos claro aqui - seus avanços. Também a filosofia, distante do que se passa nos laboratórios, não consegue fecundar a si própria. Pois hoje, técnicas como a clonagem não só estão demandando uma ética que as regule, mas são expressões desta trajetória que acirrou a separação entre os universos científico e filosófico.

Desta perspectiva, tentamos esboçar neste trabalho um breve histórico dos fatores que estariam na origem deste processo de separação entre ciência e filosofia, já que acreditamos que estes têm a ver não só com a perda do sentido do que é estar no mundo, mas com aquilo que aqui nos interessa mais diretamente, que é a maneira como a mídia enxerga, reproduz e constrói a noção de ciência. Os grandes problemas da ciência, a nosso ver, são também os grandes problemas da filosofia (ou da ética) e giram em torno do que é a vida, qual o sentido da existência, como promover uma sociedade mais justa.

A técnica da clonagem, assim, funciona neste trabalho como uma metáfora para pensarmos a sociedade, suas transformações, suas novas práticas sociais e suas inevitáveis conseqüências éticas. O caso Dolly é um pretexto para abordarmos todos estes aspectos. Representa um papel. E se tomamos a clonagem como exemplo é porque acreditamos que há um simbolismo em experiências científicas como esta, que revelam uma determinada concepção sobre a humanidade e nos ajudam a refletir sobre nosso modo de pensar sobre nós mesmos e nosso mundo, a refletir a respeito dos fundamentos sobre os quais o homem tem construído os alicerces de sua existência.

Num mundo como este em que vivemos, organizado pela cientificidade, em

que vida e tecnologia estão extremamente imbricadas, fenômenos como a manipulação do código genético humano; a mediação da cena social; a mercantilização da vida, a virtualização das relações e do próprio mercado servem como uma espécie de raio X da realidade, têm um enorme significado social e representam um certo tipo de relação característica dos dias atuais, já que neles transparece a forma como o indivíduo vem se relacionando não só com sua singularidade, mas também com um universal concreto representado pela cultura. Mais que isso, funcionam como figuras empíricas da ontologia do presente, como emblemas do nosso tempo e de uma nova subjetividade – revelam o modo como uma sociedade interpreta a realidade, intervém no mundo e explica-se a si mesma –, por intermédio dos quais podemos tentar desvendar ao menos parte do modo de ser do pensamento contemporâneo.

Na raiz desta discussão, afinal - e de todas as polêmicas que temas como a clonagem suscitam - encontram-se profundas preocupações éticas sobre as prioridades de nossa sociedade, de nossa própria humanidade. Qualquer nova técnica científica produz um efeito que arrasta para a arena de discussões as relações entre ciência, ética e sociedade. A questão realmente relevante está em apurar a sensibilidade ética coletiva da sociedade. As implicações filosóficas das teorias científicas e de sua aplicação técnica e os problemas éticos implícitos em técnicas de manipulação genética humana se inserem numa reavaliação global da posição que a ciência, a tecnologia e a própria ética ocupam em nossas vidas.

Exatamente por isso este trabalho não se restringe à realidade física dos textos nem aos aspectos técnicos do Jornalismo Científico nem se limita às análises de conteúdo ou ao nível do discurso. Como afirmam Boccea e Citelli, “a reflexão sobre microestruturas textuais só ganha densidade e sentido caso tenhamos a habilidade de promover conexões permanentes entre signo e ideologia, palavra e poder, linguagem e experiências culturais” (1989, p. 28). Como nossa proposta foi efetuar a análise da divulgação científica inserindo-a num sistema de valores e significados mais complexos, embora sem pretensões

totalizantes, procuramos realizar um estudo que: nos ajudasse a costurar o pano de fundo das motivações, dos interesses e dos pressupostos que se refletem no tipo de divulgação científica realizada pela mídia; que arriscasse interpretações filosóficas e ontológicas sobre a linguagem; que estabelecesse relações entre o signo e suas implicações ideológicas e éticas; e se situasse na interseção entre prática e teoria. Em suma, que pudesse conciliar os postulados teóricos da análise do discurso com reflexões filosóficas, de natureza ontológica mesmo. Tudo isso, acreditamos, pode ajudar a esclarecer a ética.

A partir daí, pretendemos compreender os fundamentos e valores sobre os quais o homem tem construído os alicerces de sua existência e oferecer uma visão filosófica da ética, da ciência - e, conseqüentemente, de Jornalismo Científico - inspirada numa compreensão não-metafísica do real. Nossos argumentos e reflexões apóiam-se na filosofia ética proposta por André Martins (1995), que interpreta o real a partir das idéias de Baruch Spinoza e encontra ressonância no chamado Pensamento Complexo, que vem mobilizando pensadores dos mais variados territórios cognitivos em todo o mundo, sintonizados com a necessidade de uma nova organização do pensamento¹⁹.

¹⁹ Esta concepção ética é desenvolvida em nossa tese de Mestrado. O modelo ontológico não metafísico proposto por André Martins, de inspiração spinoziana e rossettiana, oferece uma nova compreensão e uma maneira diversa de estar no real e, conseqüentemente, na ética. Na filosofia política, como se sabe, há duas maneiras de se enxergar as relações humanas e, portanto, a ética. Uma delas é acreditar que a vida em sociedade representa a despotencialização dos indivíduos e que, para permitir a convivência social, são necessárias a moral, as leis e as regras externas. A outra abordagem - com a qual a proposta ontológica em que acreditamos se coaduna - é entender que o homem pode viver em sociedade e que isto representa a potencialização dos indivíduos e vice-versa. Neste modelo, precisa-se apenas de ética, de agenciamento e de compreensão. É neste segundo modelo que a filosofia de Spinoza aposta. O que ele faz, em meados do século XVII, é formular uma resposta diferente às questões da substância (o real) e de Deus, propondo uma ontologia de conseqüências epistemológicas bem distintas daquelas geradas anteriormente e posteriormente pela metafísica. Ele procura abrir um caminho pelo qual o conhecimento e a ciência possam sair do puro formalismo operacional e restabelecer contato com o mundo real. As implicações - sobretudo éticas - desta revolução conceitual ontológica spinoziana são profundas. É baseado neste pensamento que Martins entende o real como o que há e sugere que *"compreendamos o mundo e o real como unos, sendo que as coisas, os indivíduos, os pensamentos não são exatamente 'partes' deste uno, mas sim, dele, modos individuados."* (1996, p.3). Somos, para ele, todos de um e num mesmo real, comum a todos. Somos singularidades, mas sem diferença de valor. E não por um desejo ético, como se poderia supor, mas por uma pura ontologia, suporte de uma compreensão do mundo e das coisas como, simultaneamente, identidade e diferença, unidade e multiplicidade.

A análise de discurso é, assim, um instrumento a partir do qual pretendemos depreender uma realidade subjacente e atingir uma compreensão capaz de contribuir para um redimensionamento da ética, da filosofia e da própria ciência; da teoria e da prática do Jornalismo Científico e do próprio jornalismo como um todo; das concepções tradicionais do que seja notícia. Nossa proposta mais ousada é precisamente esta: promover uma releitura do conceito de notícia à luz destes questionamentos e de uma nova compreensão ética. Ao fazer isto, esperamos estar colaborando para que, a partir desta compreensão – etapa primeira de qualquer revolução do pensamento - possamos apontar pistas para a transformação efetiva da realidade.

2. O PANO DE FUNDO

2.1. Filosofia e ciência: nos bastidores, uma cisão ética

“Devido ao modo estranho de seu vigor, a filosofia se vê relegada, na idade da ciência mais do que em qualquer outra idade, a uma posição marginal. Por isso se torna imperiosa a necessidade de se discutirem as relações entre filosofia e ciência. Pois só as discussões dessa natureza poderão preparar o espírito do homem moderno para a grande decisão. A decisão sobre o sentido de sua existência, que toda época histórica sempre de novo impõe ao homem finito.”

(CARNEIRO LEÃO, 1992, p. 14)

A vontade de saber, em toda época histórica, sempre afligiu e moveu o homem. Filosofia e ciência nada mais são do que expressões desta necessidade básica do ser humano, resultantes desse desejo de compreender o mundo a fim de melhor viver e sobreviver. Não há sequer como pensar o mundo sem elas – e houve mesmo um momento da trajetória ocidental em que pareciam se confundir. Curiosidade intelectual, desejo profundo de conhecer e compreender o mundo sempre estimularam e sustentaram tanto a especulação filosófica quanto a investigação científica ao longo da história.

Há nesta sede de saber um caráter não só existencial, mas também prático: o homem sempre procurou, constantemente, melhorar sua posição estratégica no mundo em que vive e sempre buscar meios eficazes de prever o curso dos acontecimentos e, se possível, controlá-los. A ciência é a resposta prática a este anseio. Mas será a ciência – e o discurso científico - como a conhecemos, a única forma possível de racionalidade? Será que só podemos identificar o desejo de saber ou a necessidade de ciência com a ciência ocidental, ou seja, com a ciência como a conhecemos? Evidentemente que não.

Na verdade, o pensamento empírico-racional (forma de apreensão do real segundo um modelo cientificista de base lógico-matemática) não é monopólio da ciência ocidental: é que nela ele criou autonomia e se super desenvolveu. Pois não podemos realizar um estudo sobre a ciência e a forma como ela é difundida nos meios de comunicação sem levantar tais questões, bem como sem considerar as concepções filosóficas, as noções de verdade e de conhecimento e os sentidos atribuídos à realidade que tornaram possível não só a essencialização da ciência, mas da própria informação científica como ela se apresenta hoje.

A ciência começa por uma crença na ordem do mundo, ou melhor, de que este pode ser conhecido e ordenado pela racionalidade e pela ação humanas. Uma crença que tem como marco definitivo a Modernidade, período em que a razão torna-se o grande mito unificador do saber, da ética e da política. A partir do Iluminismo, os homens passam a pretender moldar e explicar o mundo por meio da razão, prometendo uma vida mais satisfatória para todos. A valorização da razão toma inicialmente a forma de valorização da ciência (mais tarde, toma a forma de valorização da tecnologia, como seu produto). Diante das promessas de emancipação da razão e da ciência, o homem acredita ser possível dominar a natureza e determinar seu próprio destino. A ciência moderna nasce, assim, vinculada à idéia de intervir na natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela e controlá-la.

A ciência torna-se uma força dominante e superior de apreensão da realidade, ganhando respeitabilidade e acesso privilegiado. Na Modernidade - cujo projeto científico assume a razão e a experiência humanas como meios decisivos para distinguir entre a verdade e o erro (e entre o ético e o não ético, portanto) - qualquer decisão deve passar pela racionalidade científica. A ciência - numa definição clássica que ainda a acompanha até os dias atuais, apesar de todas as críticas - caracteriza-se desde então por ser "um conhecimento unificado, ordenado, universal e objetivo", como salienta Sagan (1996, p. 123).

A Modernidade, porém, ao mesmo tempo em que é marcada pelo momento positivo de aparecimento de uma razão crítica e explicativa, é também o período em que a razão é mitificada, passando a ser instrumental e dominadora. A razão do século 18 aparece não só como força de emancipação universal, mas também como princípio, justificando a subjugação de todas as demais formas de conhecimento ao conhecimento científico racional.

Para alcançar este objetivo, porém, a ciência separa fato e valor, afasta de seu meio toda competência ética (entenda-se aqui filosófica, reflexiva, humanística) e baseia seu postulado de objetividade e seu desenvolvimento na eliminação, na exclusão mesmo, do sujeito do conhecimento científico. Em busca da formalização e em proveito de um determinismo, a visão científica tira de cena a consciência e o sujeito. Há uma dissociação entre sujeito (cujo monopólio é entregue à especulação filosófica, remetido à metafísica) e objeto (ênfático e revelado pela ciência).

O conhecimento passa a resultar, então, de um trabalho racional e refere-se a um modo e a um ideal de apreensão do real: ele organiza-se graças à separação entre elementos subjetivos e objetivos de um fenômeno. Não que o conhecimento científico negue a complexidade do real ou seus padrões descontínuos: ele os reconhece, mas quer exatamente buscar a ordem dentro do suposto caos, atingir os elementos eternos e imutáveis.

Assim, independente do discurso de Deus e da Igreja, emancipado da natureza, livre dos elementos subjetivos, sensíveis e variáveis de um fenômeno e atravessado pelas promessas do desenvolvimento científico, o homem passa a ser agente de seu destino, esclarecido e iluminado pela razão, chancelada por sua vez pelo discurso cientificista. A racionalidade científica, que então assume a hegemonia do pensamento, transforma problemas éticos e políticos em problemas técnicos. A ciência passa a viver sob a égide da ideologia do poder da razão.

Pois esta visão acaba separando o conhecimento em saberes filosóficos

(ou éticos) e científicos (ou técnicos). Delineia-se a ruptura entre ciência e filosofia esboçada desde Platão e Aristóteles, passando por Tomás de Aquino e que ganha força a partir do século XVII com a separação - formulada por Descartes e reforçada por Kant (apenas para citar alguns dos pensadores que apostaram nesta forma de pensar) – entre o eu racional/pensante e o eu sensível.

Polariza-se de vez o conhecimento: de um lado a ciência, de outro a filosofia (ou ética). Uma idéia que acaba fazendo o cientista supor que seu trabalho é independente do resto de sua vida, como se ciência e filosofia tratassem de duas dimensões separadas do homem. Este pensamento polariza a própria condição humana. De um lado, uma capacidade sem precedentes para avançar científica e tecnologicamente. Do outro, uma incapacidade de pensar eticamente tais avanços. Ocorre um desapossamento cognitivo, não só entre os cidadãos, mas entre os próprios cientistas.

As ciências clássicas, por meio de uma razão funcional e pragmática, isolam o objeto de seu contexto, tornando-se especializadas e fechadas e delimitando campos separados e - supostamente - autônomos de conhecimento. Surge uma elite cujo poder resulta do domínio de um conhecimento considerado contrário à intuição: o conhecimento científico racional. Um conhecimento transformado na própria essência do poder, como veremos adiante. Este conhecimento parcial dos saberes passa a ser aceito como legítimo a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

A filosofia – e, portanto, suas questões, como a ética²⁰ - passa a ser sinônimo de uma especulação abstrata e tende a desaparecer nas classificações científicas, como se fosse um saber diferente, enquanto a ciência está inteiramente ligada ao campo das certezas do mundo empírico. Na esteira da

²⁰ Em nossa concepção, é importante distinguir moral e ética. A esse respeito, Cf FITTIPALDI, Maristela. **Ética no Jornalismo: o desafio do cotidiano**. Dissertação de Mestrado, ECO/UFRJ, 1998.

divisão entre natureza e cultura, sedimenta-se o divórcio entre ciência e filosofia, entre as questões do conhecimento dito empírico e as questões éticas, existenciais, humanísticas propriamente ditas. Esta ruptura do conhecimento em duas culturas distintas e distantes, apontada por inúmeros autores, cresceria ao longo dos séculos.

Que a ciência avance livremente - eis a origem do utilitarismo científico tal qual o vemos hoje -, pois suas implicações éticas são assuntos para outros especialistas. Eles, os 'filósofos', que nos dêem resposta para o que está certo ou errado; eles, os 'psicólogos', que nos digam o que fazer com nossa depressão, com nossos desentendimentos, com nossas neuroses; eles, os 'médicos', que nos digam quais remédios devemos tomar para continuar mantendo nossos corpos empobrecidos em pé, firmes para o trabalho e/ou para o consumo. (MARTINS, 1998, p. 3)

A primazia atribuída à ciência – e também à economia, embora não pretendamos entrar aqui no mérito desta questão – torna menos relevantes e significativas as questões éticas, relegadas a um plano inferior e restrito aos filósofos. O desenvolvimento do capitalismo, tanto quanto da ciência, e as mudanças políticas criam obstáculos ao estabelecimento de uma ética voltada para a idéia de bem da humanidade como um todo. A inversão de valores - científicos e financeiros no lugar de éticos e filosóficos - é paulatina e avassaladora. A razão científica afirma um modo de ver e de estar no mundo em que os valores tradicionais são reinterpretados ou deixados de lado. Pior que isso: estreita-se o vínculo entre ciência e tecnologia e interesses políticos e econômicos, modificando os pressupostos filosóficos sobre a ciência.

Outra transformação operada pela Modernidade também ajuda a compreender o movimento de retirada da ética do palco principal das decisões e seu arremesso à condição de coadjuvante no espetáculo da existência: o sentido ético deixa o cosmo e concentra seu valor no indivíduo. O desenvolvimento do

individualismo daí resultante põe o ser humano individual, não mais o ser coletivo, como centro de decisão e juiz de todas as situações, que dependem de seus interesses e preferências, sem demandar fundamentações, reflexões, considerações ou explicações filosóficas mais profundas.

De um ponto de vista retrospectivo, a destruição do objeto tinha que ocorrer. Afinal, como se teriam firmado a política do poder, a ciência e o individualismo se não fosse cindido o elo que a ética mantinha com as formas de vida anteriores à Modernidade e, especialmente, com a religião? (ZAJDSZNAJDER, 2002, p. 58)

Firma-se a partir de então o padrão, que hoje identificamos, de preponderância do poder técnico (científico) sobre a dimensão ética. Ou melhor, cria-se uma ética diferenciada para a ciência, na medida em que esta justifica suas escolhas, e, portanto, sua ética, na necessidade de conhecer e avançar – a qualquer custo - para proporcionar ao homem mais conforto, mais longevidade e maior controle sobre o ambiente em que vive. O conhecimento científico, para emancipar-se à filosofia, elimina de si mesmo toda competência ética reflexiva e filosófica (no sentido que atribuímos a ela) e adota como imperativo ético o conhecimento, o “conhecer por conhecer”, como salienta Morin, independentemente das conseqüências (1998, p. 126). É a ética do conhecimento, que diz que a ciência não pode parar, que demanda que tudo seja sacrificado à sede de conhecer. A ciência, que antes buscava a verdade, passa a interessar-se pela eficácia, a nova verdade abraçada por ela. O imperativo científico e tecnológico passa a guiar os passos da humanidade.

Esta crença na eficácia científica marca a retórica da Modernidade. Um cientificismo que, segundo Braga (1996, p. 142), está fundado na “superioridade teórica segundo a qual os saberes científicos, se não são os únicos autênticos, são os melhores de todos os saberes; e na superioridade prática, segundo a qual

todos os problemas - técnicos ou éticos - podem, em tese, ser resolvidos pelas ciências". Mas esta *episteme* científica, como veremos adiante, acaba levando o homem ao caminho inverso.

Apostando nesta razão e nesta ciência salvadoras e absolutas nossa cultura se desenvolve sem grandes sobressaltos até o século XIX, quando o projeto científico se depara com dificuldades e obstáculos, uma crise se abate sobre seus fundamentos e referências - crise da verdade como adequação entre o que se diz e o que se vê; crise do sujeito como reflexividade, interioridade e consciência plena de si - e o monopólio racional da ciência é questionado.

O próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia mostra contradições no paradigma científico da neutralidade, de um saber universal e totalmente objetivo. Novas teorias nascidas do próprio terreno científico, desenhadas nos moldes da ciência, bombardeiam as bases da ciência clássica moderna: a objetividade (ao mostrar que a ciência da natureza não é universal e necessária em si mesmo, mas exprime também o ponto de vista do sujeito do conhecimento) e a própria separação entre sujeito e objeto do conhecimento.

A razão e a ciência declinam do sentido de positividade absoluta a elas atribuído pela Modernidade. A tarefa da ciência de tentar extrair do objeto real complexo um conhecimento fixo, imutável, clássico mostra-se, no mínimo, espinhosa, pretensiosa. A ciência tem que enfrentar pesadas críticas a suas tendências absolutistas e supremacistas, de apresentar-se, se não como o único modelo de representação humano, como o melhor deles.

Os ataques vêm de vários lados. Ainda no século XIX, a física newtoniana sofre abalos com a descoberta do eletromagnetismo por Michael Faraday, mas recebe seu mais duro golpe com a Teoria da Relatividade. Os fundamentos clássicos são superados como descrição da essência da realidade. O espaço e o tempo absolutos de Isaac Newton dão lugar ao espaço-tempo quadridimensional relativo de Einstein. A visão determinista de Pierre Laplace também é destruída

pela mecânica quântica²¹, de Niels Bohr e Werner Heisenberg, que substitui a noção de determinismo pelas de probabilidade e aleatoriedade, ou seja, pelo princípio da incerteza. Também no setor da Cosmologia, dois fatos marcam a ciência: a constatação da expansão do universo e a teoria do Big Bang. Na Biologia, a descoberta do DNA abre caminho para a manipulação genética. Emergem na ciência a desordem e a incerteza, mostrando a relatividade de supostas certezas científicas²².

O novo curso científico, há um século, faz arrebentar o quadro de uma racionalidade estrita. Observa-se a irrupção da desordem (acaso, aleatoriedade) nas ciências físicas (termodinâmica, microfísica, teoria do universo); a irrupção de aporias (ou antinomias lógicas) no âmago do conhecimento microfísico e do conhecimento antropossociológico (como pode o homem ser seu próprio objeto, com encontrar um ponto de vista universal quando se faz parte de uma sociedade particular?), e a irrupção correlativa da questão do sujeito observador-concebedor nas ciências físicas e humanas. (MORIN, *op. cit.*, p. 165-166)

O discurso científico começa a ser posto em xeque pela própria ciência, pela realidade e por inúmeros pensadores. A visão epistemológica da Escola de Frankfurt (sobretudo Adorno) desenvolve esta vertente e preconiza que não é possível esconder as condições históricas, sociais e culturais da produção do saber científico, o que leva a relativizar o valor universal da cientificidade.

²¹ No início do século XX, a física quântica instaura uma crise na ciência com a descoberta de partículas impossíveis de serem determinadas e de noções ambíguas, pois coloca em xeque um princípio fundamental e que parecia válido até então: o do determinismo universal. A crise teve outros aspectos, mas a mecânica quântica provou que, mesmo mantendo suas incertezas fundamentais, ela era um instrumento de previsão eficiente e confiável e não a ruína da determinação, mas um modo flexível de ver as relações entre o determinismo e seu oposto.

²² Na descrição do real feita pela ciência contemporânea, todas as partículas são instáveis e nenhum resultado é 100% garantido: a partícula não é a entidade simples, não há uma fórmula única que detenha a chave do universo; chegou-se aos problemas fundamentais da incerteza, como no caso da microfísica e da cosmologia.

Feyerabend (1989) reforça esta noção ao afirmar que nenhuma teoria tem o privilégio da verdade sobre as outras. As lacunas no discurso da própria ciência se evidenciam. A retórica científica, afinal, que sempre apregoou que quanto mais progresso científico e tecnológico, mais humanização e igualdade a sociedade alcançaria, é negada pelos fatos: não há equilíbrio entre a retórica e a realidade.

A apregoada universalidade abstrata defendida pelo saber científico e tecnológico, em vez de bem-estar, gera miséria; em lugar de paz, promove massacres; em vez de justiça, produz segregação, em lugar de preservação, provoca a poluição e a destruição da natureza. O resultado potencial ou realmente negativo das tecnologias geradas pela ciência contribui ainda mais para esta crise. Aqui, vale a transcrição deste trecho de Chauí:

A ciência e a tecnologia contemporâneas, submetidas à lógica neoliberal e à ideologia pós-moderna, parecem haver-se tornado o contrário do que delas se esperava: em lugar de fonte de conhecimento contra as superstições, criaram a ciência e a tecnologia como novos mitos e magias; em lugar de fonte libertadora das carências naturais e cerceamento de guerras, tornaram-se, por meio do complexo industrial-militar, causas de carência e genocídios. Surgem como poderes desconhecidos incontroláveis, geradores de medo e violência, negando a possibilidade da ação ética como racionalidade consciente, voluntária, livre e responsável, sobretudo porque operam sob a forma do segredo (o controle das informações como segredo de Estado e dos oligopólios transnacionais) e da desinformação propiciada pelos meios de comunicação de massa. (1999, p. 25)

As soluções fundamentais que deveriam advir do desenvolvimento da ciência, da razão e do humanismo transformam-se em problemas essenciais. Apesar de suas imensas conquistas, a razão, a ciência e a tecnologia não conseguem cumprir as promessas do projeto moderno nem resolver de forma satisfatória as dificuldades e carências do homem e das sociedades. E criam outras. Veríssimo (1999) evidencia esta realidade ao dizer que “o século que era para ser o da realização dos ideais iluministas pela ciência e pela razão acaba

como o século dos fundamentalismos em guerra. Só o que se internacionalizou mesmo foi o dinheiro”.

A Modernidade é minada em seus próprios alicerces. Os bombardeios teóricos às noções clássicas de razão, sujeito, verdade, objetividade, identidade, valor, conhecimento e poder são cada vez mais fortes²³. O marxismo e a psicanálise se encarregam de levantar profundas dúvidas quanto à racionalidade da razão que fundava a universalidade. Althusser e Lacan, entre outros, passam como um rolo compressor sobre a concepção vigente ao anunciar, cada qual à sua maneira, que o homem, concebido como sujeito, é um conceito histórico e construído, pertencente a um certo regime de discurso, e não uma evidência atemporal capaz de fundar direitos consensuais ou uma ética universal, por exemplo. Com a decretação da morte de Deus por Nietzsche, desenha-se parte da miséria da ética do nosso tempo. Uma ruína de fundamentos que se completa com as palavras de Foucault ao anunciar a morte do homem. Daquele homem racional, que havia substituído Deus em cena. Como ressalta Eagleton (1998, p. 7), são detonados “a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação”.

No declínio das promessas da Modernidade desenha-se a crise a que alguns chamam de pós-modernidade²⁴, outros de contemporaneidade, caracterizada pela descrença nas grandes explicações e propostas. Abre-se caminho para um período da existência marcado pela crise que se expressa na atualidade, traçada como época das incertezas, da quebra de paradigmas, das

²³ Todos estes conceitos, relacionados à ética, passam a ser tão questionados que seus fundamentos entram em crise, gerando a falência da ética em sua forma convencional. O que passa a ser contestado é o próprio fundamento da clássica doutrina ética: legislação consensual referente aos homens em geral, suas necessidades, sua vida e sua morte, baseada em valores universais abstratos. Afinal, se a base da ética sempre foi a suposição de um sujeito humano universal, capaz de coordenar a ética com os direitos do homem e com as ações humanitárias, ao aceitarmos que o homem (sujeito) é concebido e construído historicamente, fica claro que seus direitos naturais são da mesma ordem, construídos.

²⁴ Não é intenção deste trabalho entrar no mérito da polêmica sobre a pertinência ou não da nomenclatura pós-modernidade.

fragmentações, da falta de referências, princípios e valores, das desconstruções, da deserção, da descrença, da descontinuidade histórica, da anomia, da efemeridade, do niilismo, do hedonismo, do imediatismo, do consumismo, do individualismo, do narcisismo, da substituição da ética pela estética²⁵.

O nó intelectual provocado pelo hiato entre ciência e filosofia revela então suas desastrosas consequências: a ciência não se conhece, não dispõe de capacidade auto-reflexiva, pelo menos não a partir dos métodos de que dispõe. A filosofia, por sua vez, deixando de ser alimentada empiricamente, torna-se impotente para fecundar a ciência que, por sua vez, é incapaz para conceber-se e deixa para a filosofia a condição de pensamento abstrato. Círculo vicioso.

Com a separação da subjetividade humana (relegada à filosofia ou às artes) da objetividade do saber (própria da ciência), um imenso paradoxo envolve a ciência, como apontam vários autores. É como se, nas palavras de Hobsbawm (1995), a ciência progredisse na mesma proporção em que se afasta do homem comum. Ou, nas reflexões de Morin (1996), o conhecimento científico, ao mesmo tempo em que desenvolvesse sofisticadas formas para conhecer todos os objetivos possíveis, se tornasse cego para a subjetividade humana. Carneiro Leão completa:

Quanto mais as técnicas progridem, tanto mais a ética regride em vigência formativa e em espontaneidade criativa. O progresso tende a disseminar uma atmosfera desfavorável para o exercício da ética e o vigor da criação. Por isso cresce hoje, cada vez mais, a metamorfose das sociedades em ajuntamento, da educação em adestramento, dos grupos em massa. É o caldo de cultura e da cultura dos meios eletrônicos de comunicação de massa... O apelo de originalidade, que nos trazem a criação, o universal, e a diferença interessa à ética de nossos encontros e desencontros nos empenhos de ser e realizar tanto o que temos e não somos, como o que somos e não temos. (CARNEIRO LEÃO in KOSOVSKI, 1995, p. 19)

²⁵ Estética aqui tomada como sinônimo de aparência, daquilo que se aparenta ser ou ter, de valores superficiais, e não no sentido artístico, do belo, do prazeroso, dos ideais, fundamentais à essência humana.

A falta de reflexão filosófica e de uma ética reflexiva, questionadora, positiva (no sentido daquilo que se quer promover, e não do que se quer evitar) também evidencia outro problema: o uso da ciência. Por vezes, o cientista sequer imagina que aplicação prática terá sua teoria, já que todo conhecimento, evidentemente, pode ser bem ou mal empregado. Até porque, em muitas ocasiões, a ação humana, a partir do momento em que é iniciada, escapa das mãos de seu idealizador e entra no jogo das interações múltiplas próprias da sociedade, que a desviam de seu objetivo e, às vezes, lhe dão um destino oposto ao que era pretendido.

O poder gerado pela atividade científica, assim, muitas vezes foge aos próprios cientistas, já que encontra-se concentrado no nível dos poderes econômicos e políticos. Ou seja, de certo modo, os cientistas produzem um poder sobre o qual não têm poder, mas que enfatiza instâncias já poderosas da sociedade, capazes de utilizar completamente as possibilidades de manipulação e de destruição provenientes do próprio desenvolvimento da ciência. É por isso que, como afirma Morin (1998, p. 137-8), se chegou à situação atual, “na qual a ciência é incapaz de determinar seu lugar, seu papel na sociedade, incapaz de prever se o que sairá de seu desenvolvimento contemporâneo será o aniquilamento, a subjugação ou a emancipação”.

Não se pode aceitar, porém, o argumento simplista de que os cientistas não podem ser responsabilizados se a ciência, às vezes, tem efeitos imprevisíveis. Em alguns casos, isto é verdade; em outros, porém, os desenvolvimentos podem ser previstos e os cientistas, certamente, podem e devem considerá-los. Ocorre que a cisão entre os universos científico e filosófico acaba por fazer também com que o cientista não enxergue a complexidade das relações entre ciência e sociedade, entre as esferas científicas, técnicas, sociológicas, políticas e éticas, levando-o, mesmo sem perceber, a fugir de sua responsabilidade intrínseca. É isto que,

segundo Chauí (1995), faz do uso da ciência algo delicado e que, muitas vezes, escapa das mãos dos pesquisadores. É assim, exemplifica a autora, que a microfísica ou física quântica desemboca na fabricação das armas nucleares; a bioquímica e a genética, na de armas bacteriológicas.

O resultado desta trajetória do conhecimento não poderia ser outro: a sociedade passa a se defrontar com dilemas éticos sem precedentes - a polêmica possibilidade de clonagem de seres humanos é apenas um exemplo. Nem a natureza escapa à fúria absolutista do homem. A mesma ciência que oferece ao homem as facilidades do mundo moderno é a que produz a bomba atômica, o lixo radioativo, o buraco na camada de ozônio, as armas nucleares, o lixo tóxico, o efeito estufa, a robotização do homem, a rarefação das matérias-primas, os desastres ecológicos. A contemporaneidade surge apontando um futuro ameaçador e incerto. O absolutismo da razão moderna, privado da sempre necessária reflexão ética, joga o homem diante de inúmeros desafios. E não há como fugir da convicção de que isto é apenas uma das conseqüências da já mencionada separação entre as culturas científica e filosófica.

A ciência moderna só se pôde desenvolver em se livrando de qualquer julgamento de valor, obedecendo a uma única ética, a do conhecimento. Mas ele se torna pericentífico, no sentido de que múltiplos e prodigiosos poderes de manipulações e destruições, originários das tecnociências contemporâneas, levantam, apesar de tudo, para o cientista, o cidadão e a humanidade inteira a questão do controle ético e político da atividade científica. (MORIN, 1998, p. 10-11)

O abandono ou a subjugação da ética a outros interesses operado pela Modernidade e a falência das promessas da ciência e da tecnologia vão explodir, então, justamente em um clamor por aquilo que foi deixado de lado: a ética, embora muitas vezes este pedido de socorro não apareça sob este nome. Banida

dos laboratórios onde a ciência se desenvolve, onde uma outra ética impera, esta ética filosófica, reflexiva, humanística, é chamada novamente à cena, inclusive pela própria ciência, como é possível conferir nas matérias jornalísticas que compõem o *corpus* analisado nesta tese. É como se o lema dos cientistas fosse o seguinte: “Nós fazemos, inventamos, criamos, manipulamos, e eles - os filósofos e outros especialistas preocupados com estas questões -, se responsabilizam pela aplicação de nossos feitos”. Reproduzimos aqui alguns dos exemplos que constarão do capítulo “O anúncio da clonagem da ovelha Dolly: Estudo de Caso” (mais adiante) apenas para ilustrar esta afirmação.

EXEMPLOS:

a) DESCOBERTA DE EMBRIOLOGISTAS BRITÂNICOS REVOLUCIONA A GENÉTICA E JÁ GERA GRANDES DISCUSSÕES ÉTICAS (subtítulo / O GLOBO / 24 de fevereiro de 1997)

b) (...) os pesquisadores, legisladores e a sociedade em geral precisam começar a pensar logo nos limites éticos. (O GLOBO / 1º de março de 1997)

c) Outros cientistas advertiram que a técnica usada no Instituto Roslin é potencialmente aplicável a células humanas, o que pode colocar a ciência, em breve, diante de grandes dilemas éticos. (JORNAL DO BRASIL / 24 de fevereiro de 1997)

d) (...) Para o bioeticista da Universidade de Brasília Volnei Garrafa, o limite tecnológico deixou de existir:

- A ética é o limite. (O GLOBO / 19 de julho de 1998)

e) O cientista escocês Ian Wilmut, que chefiou a equipe que criou a ovelha Dolly, disse ao semanário alemão “Der Spiegel” que o medo causado por sua experiência é perfeitamente justificado:

- *Dissemos desde o início: é possível também fabricar cópias genéticas de seres humanos graças à nossa técnica* – admitiu Wilmut. – Unicamente leis claras podem impedi-lo. (O GLOBO / 3 de março de 1997)

f) Do ponto de vista ético, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), do Ministério da Ciência e Tecnologia, concluiu que o assunto deve ser tratado de forma a não impedir o avanço do conhecimento científico e nem o desenvolvimento tecnológico. Mas também deve resguardar os limites morais e éticos. (JORNAL DO BRASIL / 8 de março de 1997)

Esta ruptura do conhecimento que se opera ao longo dos séculos também cria outro problema para a humanidade. Os efeitos conjugados da superespecialização (ou sobreespecialização ou hiperespecialização), da redução e da simplificação científicas (ou seja, o ato de isolar o objeto estudado tanto do sujeito que o concebe quanto de seu ambiente), que conduzem a imensos e incontestáveis progressos, também geram grandes impasses e levam ao desmembramento do conhecimento científico em impérios isolados entre si, que só podem ser conectados de forma mutiladora, pela redução do mais complexo ao mais simples, e conduzem à incomunicabilidade uma disciplina com outra. Problemas que nem os esforços multidisciplinares conseguem superar ainda.

A hiperespecialização das ciências também desloca e desintegra a idéia de homem e de vida. O progresso dos conhecimentos especializados provoca a regressão do conhecimento geral. As idéias especializadas e o conhecimento partido não nos informam sobre o sentido de nossas vidas, não alimentam nossa existência nem contribuem para nosso aperfeiçoamento. As disjunções e separações nos campos da ciência – entre as ciências humanas e exatas – também fazem com que não sejamos capazes de compreender a nós mesmos, já que somos, ao mesmo tempo, culturais, psicológicos, biológicos, físicos... Como tudo é tomado e estudado em separado, não conseguimos compreender essa unidade complexa e multidimensional. Bunce (1980, p. 107) expõe bem a questão ao afirmar que, por causa do que ele considera uma “lamentável e evitável especialização profissional, há uma miscelânea de concepções da sociedade e de seu desenvolvimento, constituída por visões parciais que não permitem

compreender o problema global e nem ao menos fazer algo para resolvê-lo”.

Todas estas considerações acabam envolvendo a ciência numa nuvem de incertezas e críticas. Entra em curso uma revolução científica que, embora não tire da ciência a ordem e a pretensão de atingir a verdade que a caracterizam, estabelece em termos especiais o que sempre se soube: que a ciência é um modo de descrever a realidade, mas não o único, nem completamente neutro ou objetivo. Entre outros pensadores, Kuhn (1992), Pooper (1993) e Feyerabend (1989) procuraram evidenciar esta característica da ciência de não ser sinônimo de verdade absoluta. Para eles, a filosofia deveria colocar em xeque a ciência, especialmente numa era de domínio e ascensão do conhecimento científico. Sagan (1996, p. 244), bombardeia as certezas científicas ao dizer: “Nós criamos nossa própria verdade. Não há realidade objetiva. Nós criamos nossa própria realidade (...) Somos incapazes de adquirir o conhecimento da verdadeira natureza da realidade”. A própria ciência, diz o autor, é apenas outro sistema de crença ou outro mito e não tem mais justificção do que qualquer um dos outros.

Uma das críticas mais relevantes para nosso trabalho vem de Lyotard (1986), que aponta a pretensão da ciência de não depender de nenhuma narrativa para se legitimar. Ao contrário, afirma ele, a ciência precisa do recurso narrativo, que ela mesma acusa de não deter conhecimento, para se tornar sabida. Essa crítica se difunde entre outros pensadores e sinaliza mais uma vez para a importância e para os paradoxos que envolvem o Jornalismo Científico, uma vez que, embora acusado pelos cientistas de ser um discurso que costuma deturpar o conhecimento científico, é necessário para que a ciência se torne conhecida pelo grande público, a quem ela, em primeira instância e em tese, se destina.

A compreensão da atividade científica iluminada no século XX por estas concepções busca reposicionar a ciência, dar um novo dimensionamento a suas pretensões à grandeza. A tais críticas, cientistas como Hobsbawm (1995), Apel (1994) e Eagleton (1998) respondem com fervor, partindo em defesa da ciência

de forma contundente. O filósofo francês Granger propõe uma posição intermediária. Para ele, nem a ciência é um conhecimento parcial e mutável, nem tampouco é relativista (Newsletter 1998c).

Polêmicas e razões à parte, certo é que os obstáculos enfrentados pela ciência não resultaram na desvalorização ou no impedimento do trabalho da ciência. A razão, apesar de encontrar seus limites, não deixou de exibir sua força por meio da criação tecnológica e das façanhas genéticas, entre outras. Como menciona Zajdsznajder (2002, p. 34), “ela talvez tenha sido atingida exatamente em sua posição de centralidade, de universalidade e de fundamentalidade”. O autor também acredita que, possivelmente, hoje em dia, a ciência seja mais apreciada de forma pragmática – porque funciona – do que segundo os propósitos heróicos de desvendar completamente a realidade. Seja como for, a articulação entre o conhecimento científico, seus efeitos práticos e o poder persiste, com persiste também o afastamento dos universos científicos e filosóficos.

Uma cisão que tem profundas conseqüências epistemológicas e práticas, como acabamos de ver, e cuja transformação requer, por isso mesmo, o início de uma necessária releitura nas concepções filosófica, científica e ética sobre a humanidade. Mudanças que têm reflexos diretos no Jornalismo Científico, um dos principais responsáveis por levar a ciência – suas conquistas, mas também seus paradoxos e suas contradições – ao grande público.

2.2.Ontologia do presente: o cenário do nosso tempo

2.2.1. A mercantilização da vida

“Por não percebermos o poderio econômico das ciências, lutamos para ter acesso, para possuir e consumir os objetos tecnológicos, mas não lutamos pelo direito de acesso tanto aos conhecimentos como às pesquisas científicas, nem lutamos pelo direito de decidir seu modo de inserção na vida econômica e política de uma sociedade. [...] A sociedade não luta pelo direito de interferir nas decisões de empresas e governos quando estes decidem financiar um tipo de pesquisa em vez de outra. Dessa maneira, o campo científico torna-se cada vez mais distante da sociedade sem que esta encontre meios para orientar o uso da ciência, pois este é definido antes do início das próprias pesquisas e fora do controle que a sociedade poderia exercer sobre ele.”

(CHAUI, 1995, p. 285 e 286)

Impossível pensar em ciência, comunicação ou ética – conceitos que alicerçam o Jornalismo Científico – sem levar em consideração a estreita – e não raras vezes perversa – relação entre toda manifestação humana e fatores como o domínio do mercado e a subjugação do político, do ético, do social, do cultural, do científico e das demais instâncias de representação humanas ao econômico. Uma relação inegável, uma vez que ciência/tecnologia, comunicação e mercado são instâncias cuja aliança constrói e reflete a cultura contemporânea. Quem pretende abordar as questões do conhecimento e da ética dentro da divulgação da ciência passa pela discussão de sua integração ao modo capitalista de produção, mas precisa ir além.

Pensar as relações entre o mercado atual (ou seja, uma economia dominada pelos interesses neoliberais de globalização do consumo) e a mídia e compreender as características da comunicação dentro deste contexto determinado pela economia é fundamental. Uma economia que atravessa e prevalece sobre as demais simbolizações e é chancelada pelos meios de comunicação em geral, que tornaram-se – não é de agora – espaço por

excelência de explicitação e edificação da subjetividade contemporânea, configurando-se em um novo *ethos*, um “bios” a mais, como nomeia Sodré (1999), regido pelo mercado e pela tecnoc ncia. A indústria da informação, afinal, atingiu a forma de estrutura de poder, constituindo-se em verdadeira forma de vida paralela, direcionada pelo mercado e articulada com a esfera do consumo.

Para compreendermos como, ao longo da história, o vetor simbólico da economia – amparado pela comunicação e representado pelo bin mio ciência/tecnologia – passou a regular as relações humanas, ou seja, como todas as dinâmicas passaram a se basear em um paradigma econômico (mercadológico), é preciso, porém, voltar no tempo. Realizar uma breve viagem que nos permita entender a captura de toda uma cultura por determinada imagem que se apresenta como a única imagem possível do real e nos deixe entrever como interesses econômicos individuais (ou de grupos restritos) foram tomando lugar dos interesses sociais – dos quais o econômico era apenas uma parte – e instaurando outros valores.

As trocas simbólicas sempre fizeram parte da história da civilização. Originariamente, porém, o comércio – ou melhor, o mercado – tinha outros objetivos que não são o de troca econômica: exercia uma função religiosa e lingüística; funcionava como uma arena de intercâmbio de notícias, idéias e informações; era espaço de acertos e de encontro da comunidade e seus membros. Era, como diz Sodré (2000), um “local para se entrar em relação”. O mercado era uma das instituições criadas pelo homem e cuja dinâmica extrapolava o escambo de produtos: ele abrigava outros tipos de trocas simbólicas.

Mas a partir do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo - aliado a fenômenos como a racionalidade e o cientificismo, que têm compõem o pano de fundo deste momento de transformação, de transcendência e de fetichização da moeda e do mercado - este cenário muda. O mercado, até então um dos vetores da economia, toma a frente das demais representações e se impõe como

vetor único. Desvirtua-se sua finalidade inicial de troca por necessidade, de lugar de todo tipo de intercâmbios simbólicos. O mercado torna-se a encarnação social da moeda (já alçada à condição de equivalente geral de troca) e passa a ser um inibidor destas outras trocas simbólicas, assumindo a função de equivalente geral das simbolizações e representações, limitando e subjugando todas as demais.

A economia, que, até então, compunha as relações sociais, emerge como a grande força mobilizadora das relações. Todos os demais simbólicos humanos sucumbem ao simbólico da economia. A acumulação vira um fim em si mesmo. A economia de mercado, que é uma escolha simbólica do capitalismo, uma tendência entre outras, passa a ser dominante. O próprio capitalismo torna-se, com a derrocada dos sistemas de organização baseados no comunismo e no socialismo, unidimensional. Finda a polarização política, acaba também a pluridimensionalidade – ou pelo menos é isso que o discurso do capitalismo quer nos fazer crer, contando para tanto com a providencial ajuda de boa parte da mídia. O mercado capitalista torna-se a idéia hegemônica, como se fora dele não houvesse outra possibilidade de existência. O neoliberalismo impera e caracteriza-se pela dominação da política e da ética pela economia. Um fenômeno que torna possível apenas um tipo de política e de ética: da subordinação ao econômico.

O primado não é mais do social, mas do econômico, representado pelos interesses das empresas capitalistas e do capital financeiro. Tudo e todos viram produto: tudo é uma questão de preço. O ser humano é apenas um agregado a serviço da mercadoria. Sartre já enxergava esta realidade quando enunciou a famosa proposição de que *“as coisas nos têm”*. Os produtos extrapolam o uso e dominam a existência do homem. Instaure-se uma época de desapossamento, um momento de desacralização de tudo, do próprio humano, e de sacralização do objeto, da mercadoria, do produto; de subordinação de todo e qualquer valor ao econômico.²⁶ A economia torna-se uma fatalidade inexorável e universal, que tudo

²⁶ Não é só o poder do dinheiro que determina esta subjugação (a idéia de que as pessoas são o que têm), mas o poder simbólico que ele traz em seu bojo: as pessoas são não apenas o que têm, mas o que aparentam ter. Instala-se a sociedade das aparências, em detrimento das essências.

permeia. E nenhuma vontade política, iniciativa ética ou necessidade social pode desestabilizar a ordem econômica: porque esta é a ordem.

Configura-se o fenômeno que identificamos hoje na sociedade: a mercantilização da vida, a subordinação de toda e qualquer vontade e decisão, principalmente política e ética, à economia de mercado, ao dinheiro. Valores próprios do mercado, do campo empresarial, vão sendo impostos aos demais setores da sociedade, como se fossem universais, como se fossem valores sociais inexoráveis, como se não fosse mais possível organizar a vida sem se pautar pela produtividade, pelo lucro, pela competitividade, pela rentabilidade, pela eficácia.

Esta mesma dinâmica mercantilista/mercadológica vai contaminar todas as esferas, inclusive a científica. E, assim como a política passa a ser regida pelo primado do econômico, também a ciência se vê subordinada a interesses marcadamente econômicos e a uma ética que muitas vezes escamoteia, por meio de supostos interesses humanistas, interesses puramente lucrativos, de monopólio da vida, de patenteamento da existência e do ser humano, de mercantilização da própria vida.²⁷

Imagine-se o que esperar quando se soma a busca do conhecimento à perspectiva de lucros milionários. Não é por outra razão que como pano de fundo de gigantescos esforços científicos como os que vêm possibilitando o seqüenciamento do genoma humano, por exemplo, há uma ferrenha disputa entre o setor público e o privado, entre o sistema de patentes e o livre acesso ao conhecimento, uma busca pela lucratividade. Há uma crescente privatização das tecnologias de modificação genética. Ou o que seriam, afinal, as mais de duas mil patentes autorizadas de códigos de genoma humano, se não o desejo de posse e

²⁷ O anúncio da clonagem de Dolly promoveu não só novidades na área da manipulação genética, mas também importantes implicações econômicas. No ramo de empresas consideradas de alta tecnologia, as de biotecnologia passam a ocupar lugar de destaque em relação àquelas que apostam na realidade virtual - eletrônica, telecomunicações, Internet. Nas bolsas de investimentos, a genética começa a rivalizar em condições de igualdade com a Web, fazendo com que o mercado redirecione seus investimentos.

a determinação de um valor de mercado à vida?

A ciência avança sem preocupações ético/filosóficas²⁸ mais profundas porque há milhares de interesses que não prestigiam absolutamente este tipo de reflexão, especialmente se esta atrapalha os interesses econômicos dos grupos de investidores que bancam esta ou aquela pesquisa, neste ou naquele ramo da ciência. Se o valor em destaque é o mercado, em função dele tudo se justifica, inclusive as escolhas da ciência. E a mesma construção discursiva que justifica a dominação do econômico sobre as demais esferas de representação humanas é utilizada para justificar o domínio da ciência sobre a filosofia (ou a ética). O mesmo processo de absolutismo simbólico se dá em relação à ciência e seu discurso de vulgarização: é como se ela fosse um universo autônomo, independente da ética e justificado pela vinculação ao econômico. Impedir o progresso, a evolução, a acumulação de conhecimento torna-se sinônimo de um pensamento atrasado, quase piegas, um entrave à evolução inexorável da humanidade rumo ao progresso tecnológico e científico e ao domínio do homem sobre a natureza e sobre seu próprio destino. A filosofia é apresentada como uma forma antiquada, ultrapassada, idealista e utópica de compreensão do mundo.

A noção de acúmulo, típica da economia, ganha destaque na ciência, que passa a ser uma espécie de grande fetiche. E se esta é a lei vigente, torna-se (quase) impossível barrar o acúmulo do conhecimento pelo conhecimento, independentemente de qualquer outro valor, ainda que este seja perigoso para nossa própria sobrevivência ou não encontre ressonância na realidade da maior parte da humanidade. As transformações tecnológicas imprimem, assim, um discurso de inevitabilidade, e, ao mesmo tempo, de impotência. Discurso este ratificado e reproduzido pela mídia, que transmite uma imagem da ciência como algo espetacular, como uma atividade que produz verdades absolutas, o que não ajuda em nada na compreensão de como ela se insere no tecido tecnológico e

²⁸ Evidentemente, na ciência, como em qualquer outro ramo da atividade humana, há quem trabalhe por nobres ideais éticos, mas o primeiro critério que parece funcionar para a escolha deste ou daquele ramo de pesquisa é a questão econômica, é o lucro que o estudo pode gerar.

econômico nem contribui para sua destigmatização. Ao contrário. A idéia é a de que, se algo é científico, deve ser aceito sem discussões, é inevitável e é, necessariamente, para o bem da humanidade. O público encontra-se impedido de compreender efetivamente a ciência – para onde vai, quais os problemas debatidos internamente, como as idéias se confrontam dentro das várias disciplinas científicas -, de discutir seus rumos, de opinar, de agir: resta a ele aceitar e ratificar o que a ciência cria em seus laboratórios.

O próprio acúmulo de conhecimento por meio de uma linguagem fechada, hermética, de códigos inteligíveis apenas a cientistas, especialistas e iniciados (tão comum também no discurso da economia, por exemplo), gera uma concentração perigosa de poder e uma impossibilidade de compreensão efetiva por parte do público. Na maior parte das vezes, mesmo quando um avanço ou descoberta tecnológica ou científica torna-se pública, não se torna inteligível. E esta inexorabilidade do conhecimento – em todos os níveis – contribui para o ocultamento de questões que poderiam ser compreendidas e estar sendo discutidas de forma mais ampla pela sociedade. Sem uma divulgação científica correta, entretanto, ressalta Cini (1996, p. 34), “a ciência permanece como algo esotérico, produzido por uma casta de especialistas e sobre o qual as pessoas não podem interferir e que têm que aceitar como inevitável”.

As analogias entre mercado e ciência não param por aqui. Assim como o mercado, cujo objetivo é reproduzir-se e manter-se de forma autônoma, muitas vezes prescindindo do próprio homem ou tornando-o seu escravo, também a ciência evidencia esta pretensão: a tecnologia já não serve ao homem moderno, e sim o inverso. Risco duplo. Na experiência ao mesmo tempo de dependência e fascínio face a suas conquistas, o homem acaba por excluir-se de suas próprias realizações. Pior que isso. Vive uma euforia perigosa: sua capacidade tecnológica lhe dá a sensação de que não há limites para seu domínio sobre a existência. A ciência caminha para conquistar a autonomia em relação à natureza, ou seja, para possibilitar ao homem reproduzir a natureza por suas próprias mãos. Mas nunca

antes ele teve em suas próprias mãos tamanha potência de destruição. Destruição não só física, mas ético/existencial: destruição da multiplicidade, da diversidade, de outras possibilidades de existência, do jogo de alteridade que forja a identidade.

Nada disso aparece ao grande público, entretanto, como questões a serem debatidas, os grandes temas permanecem sem suficiente discussão. Além disso, o mesmo discurso construído pelo sistema vigente e reforçado pela mídia de maneira geral de que as benesses do capitalismo neoliberal globalizante chegarão a todos é transportado para a ciência. A idéia é a de que as evoluções científicas e tecnológicas serão estendidas a todos e virão fatalmente acompanhadas de evoluções sociais. Assim como o capitalismo, que se justifica tentando convencer que todos irão dele se beneficiar, também a ciência justifica suas ações deste modo. Como se as conquistas científicas não tivessem um alto custo, que muito poucos poderão, evidentemente, bancar²⁹.

E tudo isto é corroborado, justificado e sedimentado especialmente no discurso midiático, este novo *bíos*, esta nova instância ideológica³⁰, esta poderosa

²⁹ Há milionários pagando pequenas fortunas a empresas para entrarem na lista dos primeiros humanos a serem clonados ou ainda para terem parentes e até animais de estimação replicados.

³⁰ Embora não pretendamos um aprofundamento sobre este aspecto, apenas como esclarecimento, ao longo do Doutorado, uma importante contribuição foi adicionada à nossa reflexão a partir do estudo de Van Dijk e sua proposta de tridimensionalizar a questão da ideologia (tradicionalmente baseada na relação entre discursivo e social) com a introdução da noção de cognição na análise da dimensão ideológica constitutiva do discurso. Para o autor, além do pólo discursivo e social, há uma dimensão cognitiva (entendida como processo de incorporação), que explicaria a adesão dos receptores a determinadas idéias. Posto que é o sujeito quem estabelece as relações, é o trabalho social do sujeito diante do discurso que permite sua incorporação. A cognição é a maneira como o sujeito enunciador resolve e reflete relações entre discurso e sociedade; é o lugar das representações mentais. Há um processo cognitivo que permite que um indivíduo incorpore crenças sociais. O desafio é incluir o pólo da cognição na compreensão da relação entre discursivo e social e identificar no discurso aquilo que faz com que uma individualidade absorva determinadas generalidades. Pensar o pólo da cognição é pensar como crenças particulares e crenças socialmente compartilhadas interagem. O componente da cognição é que ajuda a compreender este processo, a perceber que as ideologias são tanto sociais quanto mentais (individuais). Esta tridimensionalização já havia sido trabalhada por Charles Peirce quando tratava a questão do signo (objeto / signo / interpretante), só que este pensamento permaneceu marginalizado. Cf: VAN DIJK, Teun A. **Ideologia: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 1999.

esfera de poder, cujo corolário é o fatalismo e cujo Deus é o mercado. Há uma interiorização deste discurso pelos leitores, que tornam-se menos capazes de enxergar criticamente a realidade. Há uma retórica que garante a aceitação desta ordem em vigor, mesmo entre aqueles que dela não se beneficiam. E a pertinência de nosso trabalho aqui parece se evidenciar com mais clareza: uma vez que a tessitura da vida social é feita de informação, a comunicação jornalística integra este contexto de forma privilegiada.

2.2.2. A midiatização da cena social e a nova subjetividade

“Dentro desta lógica do espetáculo, não é de se estranhar que a indústria farmacêutica invista tanto em drogas capazes de conter as angústias e o sofrimento de um indivíduo que fracasse ‘em realizar a glorificação do eu ou a estetização da existência’ desejada pela sociedade. O objetivo é reabilitá-lo o mais rápido possível para exercer novamente seu papel no mundo do espetáculo. Silenciar sua dor psíquica, de preferência, sem tocar no nervo exposto.”

(COSTA,1999)

Não poderíamos avançar nesta costura crítica do tecido que compõe o cenário da atualidade e que nos ajuda a compreender nosso objeto sem considerar uma peça fundamental: a midiatização da cena social. Ou melhor, sem esbarrar na questão da produção da subjetividade a partir das novas possibilidades de organização do cotidiano operadas pela mídia nem sem levarmos em conta as transformações do sujeito a partir da construção do conhecimento e da verdade – e, portanto, da ética – mediada pela cultura informacional e tecno-científica em que estamos mergulhados.

Tais transformações, afinal, têm como pano de fundo a cultura do espetáculo, típica de nosso tempo. Uma característica que impregna as várias esferas de representação humanas: assim como os profissionais da comunicação, também os pesquisadores científicos e cientistas, com uma frequência cada vez maior, são levados a praticar a ciência espetáculo. E aqui parece que nos enredamos em mais um dos muitos círculos viciosos que toda reflexão humana coloca em cena: a transformação da noção de sujeito e de identidade observada a partir das novas e “espetaculares” tecnologias científicas e comunicacionais, ao mesmo tempo em que provoca, já reflete uma mudança na maneira de construir a subjetividade, em sua própria narrativa.

Uma subjetividade abalada pela desconstrução da própria noção de sujeito racional e consciente, operada por pensamentos como a psicanálise e o marxismo. Uma subjetividade resultante, entre outros fatores, do esvaziamento da cena pública como espaço político e de cidadania. Uma subjetividade já bastante modificada pelo próprio fenômeno da globalização, pelas tensões entre o global e o local, pela transformação das identidades operada pela contemporaneidade. Uma subjetividade atravessada pela impessoalidade das relações que marca o novo capitalismo e o mercado de trabalho. Uma subjetividade pontuada pelo esvaziamento da noção de comunidade, pelo conseqüente enfraquecimento de instituições como família, partidos políticos, sindicatos e associações de moradores – tradicionais aglutinadores de anseios coletivos e interesses comuns – e por um individualismo exacerbado. Tudo desaguando naquilo que Sennett (1999) tão bem intitula como “corrosão do caráter”³¹.

Pois a análise da questão que nos interessa mais especificamente neste capítulo - a mídia e a importância que ela assumiu na formação da subjetividade do indivíduo - passa necessariamente pela compreensão não só desta corrosão paulatina do caráter provocada pelas regras de uma sociedade capitalista e midiaticizada, assentada sobre valores mercadológicos e individualistas, mas também das transformações operadas na noção de comunidade e na relação entre público e privado, num processo de despolitização, dessindicalização e individualismo de grandes e muitas vezes desastrosas proporções.

É o próprio Sennett (1995) que nos auxilia na compreensão destes fenômenos ao relacionar explicações históricas e sociais para a ruptura do equilíbrio entre a esfera pública (coletiva) e privada (íntima) que marcou a vida ocidental no século XVIII. Este equilíbrio se rompe no trânsito para o século XIX a partir de dois fatores. Um deles é infra-estrutural: a transformação do capitalismo.

³¹ Caráter entendido como expressão da subjetividade; como o valor ético que o homem atribui a suas ações em relação ao outro; como aquilo que se corrói quando o indivíduo se desliga da comunidade, da família, e quando deixa de viver o compromisso mútuo que mantém as relações humanas, havendo um rompimento com o laço ético.

Melhor dizendo, o avanço do capitalismo industrial, durante o qual pressões econômicas e sociais fazem o indivíduo temer a coletividade como espaço de conflito e voltar-se para si mesmo e para a família nuclear como redutos de segurança.

O segundo fator é a mudança do secularismo. A secularidade no século XVIII se pauta pela convicção na transcendência, como uma espécie de essência comum, uma cultura em que vigoram fundamentos comuns. Na passagem para o secularismo do século XIX, há uma substituição pela noção de imanência, que diz que as coisas e seres encerram significados em si mesmos, não mais no sentido comum da existência. Nasce então, ligada ao desenvolvimento do capitalismo e à mudança do secularismo, a idéia de personalidade imanente – a do “aqui e agora” – que marca este voltar-se para si mesmo, para a vida íntima, tão característico da contemporaneidade.

Para Sennett, porém, este foi justamente o momento de maior perda da humanidade ocidental, quiçá do gênero humano. Novamente são duas as razões. A primeira é porque esta volta para si mesmo ocorre em detrimento da vida comunitária, representa a perda da importância da vida pública. A Modernidade vai se caracterizar precisamente pelo enfraquecimento e pelo esvaziamento da comunidade tradicional e pela redefinição do público: os laços comunitários se dissolvem. Ocorre a troca do antigo bem ético da comunidade pela ética individualista de consumo, mercantilista.

A segunda é que este voltar-se para a vida íntima da contemporaneidade não significa que o indivíduo tenha se livrado das pressões sociais. Em vez de libertar o homem de convenções externas – muitas vezes impositivas - o individualismo resultante deste processo o isola, o aprisiona em seu próprio mundo. Mas o mantém sujeito a outras pressões: da tecnologia, do mercado, da mídia, da ciência, da rede. Ou pior: o enclausura no mundo muito restrito de seus

pares, de seus iguais, e não mais de um gênero humano universal concreto. Sob a aparência de um mundo cada vez mais modelado pela tecnologia e pela ciência, manifesta-se um modelo de organização social que subjuga o indivíduo em vez de libertá-lo. O confinamento daí resultante retira ainda mais o vigor da comunidade tal como era tradicionalmente compreendida: como espaço de realização do bem comum, de cidadania.

A sociedade intimista passa a ser regida por dois novos princípios: o narcisismo (a moralidade e as ações sociais deixam de estar ligadas à relação com o outro e passam a ser marcadas pelo eu – “a sua moralidade é uma, a minha é outra”) e pela ênfase na idéia de comunidade demarcada (aquela que pergunta “quem somos nós?” e “quem são os outros?”). Os vínculos comunitários passam a ser de outra ordem e a formar uma personalidade coletiva não mais ligada pelos laços públicos do século XVIII, mas por laços pontuais. Da forma como as comunidades passam a se reunir, só admitem a identidade (os que são como nós) e excluem a diferença (os que são diferentes de nós). Surgem novas tiranias sociais: os que não se adequam aos vínculos comunitários de dado grupo não têm valor e podem ser aniquilados (comunidade destrutiva). As conseqüências que se esboçam não poderiam ser outras: a atomização da ação social/humana e política, a individualização da vida, o aumento da massa de excluídos.

O que se mostra ausente desta nova narrativa da subjetividade é, então, a vinculação com a comunidade, entendida como lugar necessário de constituição de identidades e diferenças. Perda novamente para o homem. Para que haja uma atividade crítica mútua, capaz de construir um universal concreto, é fundamental que identidades e diferenças se confrontem, que existam pontos de vistas divergentes, o que só é conquistado por meio dos antagonismos inerentes ao meio social. Além disso, são estas trocas extra-domésticas que podem gerar uma sociabilidade capaz de efetuar uma organização cidadã. Pois esta nova organização do público esvazia o fervor comunitário, anula o inusitado, bane o inesperado e o diferente, cria guetos.

Aliado a tudo isso, ciência e tecnologia - que desde o Iluminismo vinham tomando o lugar da religião - se sacralizam como instrumentos de compreensão e apreensão do real. Mas tecnologia e ciência sem reflexão ética e filosófica (a cisão da qual tanto já falamos) não são suficientes para gerar sentido humano. Ocorre um esvaziamento de contexto, de valores, de condições de credibilidade. Há um enfraquecimento do pacto semântico e simbólico responsável pela presunção ontológica de que há vida interior e o indivíduo torna-se ainda mais permeável a novas narratividades. Estes novos abalos à forma tradicional de sustentação da subjetividade são destruidores.

Resultado: destituído do papel principal no palco do mundo, aquele indivíduo/protagonista, que atuava em cena pública, é arremessado à categoria de espectador. Só a alguns é dado o papel de atores (políticos, cientistas, especialistas, por exemplo). O restante da população torna-se platéia diante da nova cena pública. Há uma despolitização, uma perda de olhar crítico diante do espetáculo da existência, uma sensação de impotência e de não-pertencimento. Cada vez mais individualizado, mais atomizado, o indivíduo encontra-se solto, isolado, sem script existencial. Estabelece relações apenas superficiais, incapazes de enraizá-lo no mundo. Nem mesmo a família - já então abalada por separações, pela desestruturação nuclear decorrente das novas relações conjugais - é mais o lugar seguro da referência.

Pois numa sociedade que enclausura seus membros em mundos particulares, o espaço de maior atração passa a ser a mídia, "janela" através da qual o homem mantém contato com o que se passa. A mídia se oferece como ponto de vista unividente sobre o real, como a lâmina de produção de sentido que o ser humano busca. A sensação de pertencimento não está mais vinculada a instituições como o Estado, a família, a religião, a cultura. Novas redes de coletivização substituem estas redes tradicionais. O esforço de coletivização passa a ser mobilizado pela mídia e pela sociedade de consumo (pelo mercado), os novos agentes coletivizadores.

É a mídia – modelizada pelas regras da sociedade mercadológica de consumo - que ocupa um espaço que está vago de sentido dentro do homem, oferecendo-lhe um sentido já pronto. Ela passa a ser a nova referência existencial: estar no espaço da mídia é se tornar legitimado. Configura-se aquilo que chamamos de midiatização da cena social, que cria novos modos de relacionamento e afeta a cultura. Os sujeitos passam a se mover nesta esfera, as relações passam a ser intermediadas pelos meios de comunicação, a mídia passa a permear os discursos sociais, a sociedade passa a se pautar pela articulação do múltiplo funcionamento individual e das instituições com os processos midiáticos.

O *médium* torna-se um novo modo de consciência como presença histórica do homem. Diante deste novo bios midiático – calcado na exacerbação tecnológica aliada ao mercado – há uma modificação na maneira de construir e de narrar a subjetividade. Não apenas se produz uma nova subjetividade, mas se mexe na própria idéia de subjetividade: por meio deste *ethos* midiático, a mídia se apresenta como remanejadora de identidades. Há um novo regime de visibilidade: a mídia agenda atitudes e conteúdos, qualifica acontecimentos e pessoas, o que, se não chega a significar uma doutrinação, ajuda a criar um cenário, uma agenda sub-reptícia.

Pois neste ponto, a despeito de qualquer determinismo, a mídia evidencia seu duplo papel: de influenciada e de influenciadora. Ou seja, tanto ela é um reflexo da sociedade em que está inserida, uma vez que é parte dela e exercida por seus membros (nela se projetam e se tornam visíveis ou mais explícitos os valores prezados pela humanidade), como também é responsável pela redefinição de espaços sociais, por um novo desenho da cena social. Nesta troca de influências entre mídia e sociedade se estabelece o inegável poder da primeira, como veremos agora, mas também a possibilidade de transformação da segunda, como queremos crer. Da reflexão ética que todos os envolvidos no processo comunicacional fo rem capazes de empreender vai depender que papel que a imprensa vai desempenhar.

2.2.3. A concentração do poder: o novo *ethos* midiático

“O discurso é espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, partir de um discurso reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula o saber, (o saber institucional), é gerador de poder; a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder, a exemplo do próprio jornalismo, que trabalha no jogo dialético da informação reportada, recortada pela seleção e organização da notícia, em detrimento do amplo direito à informação do conjunto da sociedade da qual o próprio jornalista faz parte”.

(BRAGA, 1998, p. 99)

A sociedade contemporânea está assentada, como vimos, sobre o poder da comunicação. Atividades políticas, sociais, esportivas, ecológicas, econômicas, culturais: todas as esferas da vida encontram-se atravessadas pela mídia, o grande árbitro da atualidade. Neste mundo midiaticizado e globalizado, são as informações jornalísticas que fornecem as principais bases para reflexões, questionamentos e ordenações indispensáveis ao cotidiano dos indivíduos. Como lembra Kosovski (1995, p. 26), a mídia tem “atuação relevante na criação e disseminação de crenças e opiniões”. A quase totalidade dos conhecimentos de que o homem dispõe provém da imprensa e, cada vez mais, a cena pública é legitimada pelas enunciações engendradas no campo do jornalismo.

Esfera cuja força concentra-se em seu poder de dar visibilidade a fatos, coisas e pessoas, a mídia ilumina, joga holofotes sobre determinados aspectos da realidade. Mas, ao fazê-lo, não só obscurece outros lados ou aspectos – muitas vezes não menos importantes – como, não raras vezes, muda a aparência daquilo que é iluminado, dando ao objeto outros contornos. Os fatos e as coisas não são simplesmente representados pela mídia, como sabemos, mas por ela são rerepresentados. A própria técnica jornalística acaba por recriar - muitas vezes até,

por produzir - o acontecimento. A mídia cria, assim, uma realidade substitutiva que promove uma iluminação agendadora, como destaca Sodré (1999). Pois ao fazer isso, investe-se de um imenso poder.

Ao representar e reapresentar o real por intermédio de seu discurso, a mídia estabelece uma forma específica de se relacionar com este real, cria, segundo Sodré (1999) uma nova eticidade³², um *ethos* diferente. Valores, conceitos e até sentimentos são resignificados. E isto não ocorre apenas por opressão, mas antes por uma espécie de convivência involuntária do público – em graus diferentes de consciência, sem dúvida –, convenientemente reforçada pela maior parte dos meios de comunicação por intermédio de um discurso de justificação, de uma retórica de convencimento, que substitui o controle repressivo pela estimulação, pelo hábito, pela repetição, pela naturalização.

Não é difícil entender o porquê. *Ethos*³³ significa o espaço circular dos costumes, dos hábitos, das condutas, da rotina, da morada, da contingência, da repetição. Pois é exatamente por repetição de determinado eticismo que se influi no comportamento. A mídia inventa rotinas, costumes, hábitos: daí sua força, daí sua influência na regulação e conduta da vida do sujeito. Daí seu poder. A leitura diária de um jornal, por exemplo, cria um hábito, um costume, uma disposição a enxergar a vida através da lente da mídia. Há um cenário que a notícia editada cria por repetição. E o hábito pode confundir-se com a própria vida³⁴. O *ethos* configura-se, assim, como uma forma de se instalar na vida e no social.

A mídia, porém, cria não só uma outra qualificação de vida: a partir desta eticidade circulante, caracterizada pela repetição, pelo hábito, pelo costume, ela gera uma moralidade própria. Ou seja, ela encena uma nova moralidade, um

³² Como explica Sodré, iluminar determinados aspectos da realidade e obscurecer outros é a forma de ação da mídia, o que faz com que ela disponha de uma eticidade própria.

³³ Ethos = ética = habitar, caráter, costume, morada, habitação, ocupação de espaço.

³⁴ Feita aqui a distinção entre vida nua (zoé) e vida investida de valor social (bios).

“eticismo vicário”, como nomeia Sodré (*Op. cit*), a partir de práticas e negociações discursivas repetidas e tornadas costumeiras, que mantêm interfaces com o *ethos* tradicional, mas são superiores a este. A iluminação midiática batiza as coisas de acordo com seus interesses e cria um real particular, já que, com sua ajuda, pode-se criar um *ethos* positivo ou negativo.

Os meios de comunicação apresentam-se, então, como uma ambiência, como um outro bios, com uma eticidade própria, ao mesmo tempo mítico-sagrada³⁵ – característica alimentada pela ilusão de ser um espelho, uma “janela” para a realidade – e profana – já que movida por interesses tecno-mercadológicos. O Jornalismo passa a atuar, em grande parte, sob a égide de valores e interesses duvidosos e particulares. O crescimento das telecomunicações coloca-se a serviço do mercado.

Só que esta dimensão é sabiamente escamoteada. A própria lógica da apresentação discursiva das notícias favorece esta cegueira social. A regra do jogo, explica Sodré (1994, p. 24), “é fingir que o *medium* (o intermediário técnico entre falante e ouvinte) equivale à completa realidade comunicacional dos sujeitos. E o primeiro grande falseamento operado por essa ficção é confundir informação com comunicação”. Sodré prossegue sua análise citando Baudrillard que, no ensaio “*Requiem pour les media*”, desenvolve um ponto de vista em que evidencia que aquilo que caracteriza “os veículos de comunicação de massa é a sua não-comunicação, entendendo-se comunicação como troca, isto é, como reciprocidade de discursos – fala e resposta”. Pois ao estabelecerem o monopólio do discurso, os *media* “eliminam a possibilidade de resposta e erigem um poder absoluto, inédito na História: a hegemonia tecnológica do falante sobre o ouvinte.” (BAUDRILLARD *apud* SODRÉ, *op. cit*, p. 24)

Um poder disciplinar e disciplinador – tão bem analisado por Foucault

³⁵ Não se pode esquecer que ela vem ocupar o vazio deixado pela religião, pela comunidade, pela família, pela própria escola.

(1982), que utiliza o conceito de panóptico³⁶ para descrevê-lo. É a mídia, hoje, que assume este olhar vigilante, onipresente, multiplicado, ao qual nada escapa. Sodré elucida estes mecanismos de controle ao mostrar que a periodicidade do jornal, por exemplo, organiza não apenas o tempo de produção do discurso informativo, mas também o conteúdo da informação, promovendo aquilo que Foucault (*apud* SODRÉ, 1994, p.17) chama de “remanejamento panóptico do espaço social”. Um fenômeno que, estendido ao mundo da mídia, é batizado por Sodré de “panoptismo na comunicação social”.

A imprensa vem assegurar a transmissão de informações sobre a vida cotidiana, mas também amplia, em novas formas, a centralização do poder e o disciplinamento do cidadão. O leitor de jornal, o público de massa, são categorias (abstrações) produzidas a partir desse poder organizador de linguagem constituído pelo medium, isto é, pela mediação técnica entre falante e ouvinte, informante e informado. É dessa maneira que a imprensa marca o início da moderna disciplina do diálogo pelo Poder. (SODRÉ, 1994, p. 16)

O agendamento da realidade operado pela mídia, portanto, só funciona e é capaz de pautar a realidade por força da repetição, das pressões de natureza moral iluminadas pela mídia e dos valores adotados e reafirmados igualmente pelas demais instâncias de representação humanas. Mas é importante reconhecer que a mídia não é um vetor social isolado: ela é um *bios* a mais. A esfera da mídia não atua sozinha: é preciso que se apele para um arsenal de simbolizações. O que ocorre é que a mídia atua com mais influência, evidentemente, junto a quem tem pouca, nenhuma ou informações equivocadas; onde há menos formas de representação social como sindicatos, partidos políticos ou outras forças mediadoras da sociedade civil, sendo mais fácil disseminar os valores que preza entre esta camada.

³⁶ Termo e sistema criados por Jeremy Bentham em 1792.

E quais são os valores postos em evidência e que predominam na esfera da mídia? A tecnologia e o mercado. O Deus deste tipo de política tecnocultural da aparência, deste bios midiático e simbólico, é o mercado. É ele o grande meta-enunciador da mídia e todo mundo quer entrar nele. A mídia legitima sócio-culturalmente um discurso regido pelo consumo, pela economia capitalista neoliberal, pela lógica universal do mercado, baseada no capital e em suas realizações tecno-científicas. Dissemina uma moralidade e uma sociabilidade utilitaristas, justificadas e regulamentadas pela tecnologia e pela lógica da economia de mercado. O conteúdo moral da mídia é o mesmo do mercado, sempre individual.

Mas não é só isso: os meios de comunicação, na maior parte das vezes, dependem da ordem produtiva e raramente a imprensa, como instituição, pode realmente contestar o sistema de poder gerado por esta ordem. Além disso, por mais que haja vozes oriundas de diferentes classes sociais dentro de um jornal (o que, de fato, é cada vez mais raro, pois é possível se observar nas redações representantes de poucos e sempre os mesmos estratos sociais), o que permitiria uma multiplicidade de pontos de vista e caracterizaria a liberdade de imprensa, há uma perigosa concentração de veículos de comunicação nas mãos dos mesmos e poucos proprietários. Não é por outra razão que a luta por mais ética no Jornalismo, além de ser uma batalha individual, é também uma briga pela quebra dos monopólios na comunicação, pelo ingresso de representantes de diferentes vertentes sociais nas redações, por melhores salários, por menos pautas para os repórteres (para que não sejam obrigados a empurrar seus limites éticos para o abismo), por melhores condições de trabalho e produção.

O controle dos conteúdos da maior parte da mídia por grupos que representam os interesses do mercado e da economia capitalista neoliberal evidencia ainda um projeto de poder subordinado à nova ordem mundial. E quando o principal valor é o econômico, os demais, como a ética, saem do primeiro plano da cena, já que esta pressupõe o estabelecimento de um valor

maior do que o valor material e imediato da troca, da posse ou do poder simbólico que o dinheiro representa. A midiaticização da sociedade origina, portanto, um eticismo paralelo, uma legitimação, uma moralidade tecno-mercadológica, produzida pela segmentação da esfera ética.

São estas constatações que fazem com que a mídia - seus impasses críticos, suas possibilidades criativas e suas implicações éticas - seja uma das grandes questões para o pensamento. Seu inegável poder e sua força multiplicadora exigem um questionamento incessante, reclamam um urgente processo de autocrítica e transformação e reforçam a certeza de que discutir o nível ético que norteia as atitudes dos jornalistas e dos jornais não é de interesse prático apenas para quem trabalha no meio, mas uma questão que afeta a cada cidadão. E é a isto que esta tese se propõe: a indicar caminhos que possam conduzir a um novo sentido ético não só para o Jornalismo Científico de forma específica, mas para o próprio Jornalismo de forma geral.

2.2.4. A legitimação da autoridade científica na mídia.

E vice-versa

“O movimento contínuo do pensamento teórico se congela em modelos de representações, que transmitem apenas uma ilusão mitificadora da ciência. Esta, que funciona realmente através da dúvida permanente e da interrogação contínua, converte-se no modelo absoluto da certeza, reforçando os mitos da eficácia tecnocrática e da competência subjetiva e perpetuando como mais um discurso de dominação política. Com efeito, reduzida ao fait divers da vida pessoal dos sábios ou ao brilho televisivo das experiências de laboratório ou das grandes descobertas, a ciência deixa o seu campo concreto para se tornar uma pedagogia do poder tecno-científico. E seu objetivo é evidente: impedir a verdadeira transmissão do saber - logo, do poder - científico.”

(SODRÉ, 1994, p. 40 e 41)

A mídia, este novo *bios*, como vimos, agenda acontecimentos, referencia fontes, seleciona falas, demarca significados e produz sentidos que influenciam na construção das notícias e na forma de o sujeito perspectivar o mundo. Um dos principais espaços de naturalização e legitimação da cena social, a imprensa exerce papel fundamental na definição do estatuto e dos papéis dos atores sociais. É também na esfera midiática – por meio da qual o grande público toma conhecimento do que acontece no meio científico - que, apesar das dificuldades e dos confrontos entre discursos (como veremos mais detidamente adiante), a ciência encontra grande parte de sua legitimação junto à sociedade.

A primeira razão para isto é que uma concepção clássica de ciência está presente no discurso da mídia, que a enxerga e a apresenta como um conhecimento capaz de revelar a verdade, a essência do objeto, do fenômeno que observa e estuda. O que leva o rótulo de científico acaba sendo endeusado como verdadeiro e inquestionável. Ao contrário, o que não tem a chancela da ciência não é considerado verdade. A noção cientificista da “objetividade”, da neutralidade e da isenção – bastante bombardeada, como vimos, mas ainda predominante – é transformada em um discurso jornalístico que segue estes mesmos princípios.

A mídia usa este recorte do discurso científico para legitimar sua própria fala, conferindo à ciência o poder de dizer o que é ou não bom. O discurso científico passa a desfrutar, nos meios de comunicação, um imenso prestígio: “A ciência comprova...”, “os cientistas garantem...”. E então, a fala legitimada da ciência colabora para legitimar o poder do próprio veículo de falar. Pois este fenômeno de apropriação (quase exclusiva) da palavra dos especialistas impregna hoje todas as editoriais jornalísticas e acaba por sustentar não só o discurso da mídia, que se apossa da autoridade científica para construir sua enunciação, mas por legitimar a própria ciência como uma das únicas formas de pensar o social. Detentor de um saber específico, o discurso científico funciona como árbitro no seio dos demais universos discursivos que funcionam no interior da dinâmica social. O que os cientistas dizem merece, por parte do grande público, mais credibilidade do que a palavra de outros agentes sociais.

Esta forma de veicular informações científicas, ou seja, esta estratégia discursiva por meio da qual a mídia recorta a ciência, também acaba por reproduzir e reforçar (na medida em que não questiona) a visão da qual falamos entre os universos científico (técnico) e filosófico (ético), bem como a noção de que toda decisão deve passar pela racionalidade científica, ter seu respaldo. Como destaca Sodré (1992, p. 50-51), “este [o universo] seria uno, uma caixa de Pandora controlável, cujas chaves seriam aos poucos encontradas por predestinados - os sábios, os cientistas”. E assim, acrescenta Chauí (1995, p. 283), “na medida em que a razão se torna instrumental, a ciência vai deixando de ser uma forma de acesso aos conhecimentos verdadeiros para tornar-se um instrumento de dominação, poder e exploração”.

Convenientemente reforçada pela mídia, esta noção de que filosofia e ciência constituem campos diferentes da ação humana também tem como resultado a ideologia que diz que à ciência cabe avançar a qualquer custo. O texto dos veículos de comunicação de massa faz funcionar e reproduz (como poderemos conferir no capítulo 3), um determinado discurso de justificação do

progresso, do desenvolvimento da ciência, dos lucros e vantagens econômicas das novas tecnologias. A seguir, um exemplo apenas ilustrativo retirado do *corpus*:

EXEMPLO³⁷:

- a) **Por razões comerciais**, Ron James não disse exatamente que **novos produtos** poderiam resultar da experiência com a clonagem da ovelha adulta. (JORNAL DO BRASIL/ 24 de fevereiro de 1997)

- b) **A nova tecnologia** lançou os pilares da indústria dos clones, que **promete lucros bilionários** com a produção de novos remédios, de órgãos para transplantes, de rebanhos superprodutivos e de terapias que retardem o envelhecimento e curem o câncer. A clonagem era a ferramenta que faltava para o avanço da engenharia genética. (O GLOBO / 26 de julho de 1998)

A retórica de convencimento e legitimação da ciência passa ainda, como já mencionamos, pela idéia de que aquela benfeitoria, aquele progresso inevitável, chegará a todos, bastando dar tempo ao tempo. Esta mesma tipologia da justificação identificada no discurso científico é usada do discurso do novo capitalismo neoliberal globalizante – do qual a ciência é apenas parte – que faz com que as pessoas aceitem o modo capitalista mesmo sem se beneficiarem plenamente dele. A própria noção de inevitabilidade da ciência – deste fatalismo dominante que assegura nossa impotência diante disso – integra esta estratégia de justificação operada em grande parte pelo convencimento e pelo trabalho discursivo da mídia.

E assim, iluminado pela divulgação científica realizada nos meios de comunicação de massa, sempre ávidos por notícias bombásticas, há um

³⁷ Os grifos (negrito) são nossos.

movimento cênico da mídia em geral em direção a um tratamento pouco ético das informações, em que importa mais a capacidade de gerar espetáculo do que apresentar conteúdo. As notícias são apresentadas soltas, muitas vezes de maneira superficial e sensacionalista, sem um contexto mais amplo. O público não sabe o que fazer com a informação que recebe nem compreende a maneira como ela pode afetar suas vidas.

A falta de contextualização adequada sobre determinado resultado científico reduz ainda as possibilidades de compreensão, assimilação, conhecimento e reprocessamento da informação pelo leitor e, conseqüentemente, seu poder de intervenção na cena social e seu espaço de atuação como cidadão. O público dito leigo enxerga a ciência desligada do contexto das condições de sua realização e de suas finalidades. Eis porque, segundo Chauí (1995), tende a acreditar na neutralidade científica, na idéia de que o único compromisso da ciência é o conhecimento verdadeiro e desinteressado e a solução dos problemas da humanidade³⁸. Mas, ao contrário, é justamente essa imagem idealizada que ajuda a dissimular a origem e a finalidade da maioria das pesquisas, “destinadas a controlar a Natureza e a sociedade segundo os interesses dos grupos que controlam os financiamentos dos laboratórios”. (*Id.*, 1995, p. 282).

Esta retórica de convencimento sustentada pela ideologia científicista – ainda ensinada em muitas escolas e convenientemente reforçada pelas estratégias discursivas dos meios de comunicação de massa - desemboca então no que Chauí (*Id.*, p. 282) chama de “mitologia científicista”, ou seja, no mito que afirma que a ciência (apesar dos baques que sofreu, mas que não chegam ao conhecimento do grande público) tudo pode. Os próprios jornalistas, intermediários entre os cientistas e o público, ajudam a reforçar estes mitos, além de apresentarem a ciência de modo distante da vivência e dos anseios populares.

³⁸ A guerra pelo poder que ocorre nos bastidores da *big science* (investigação científica conduzida por equipes, demandando altas quantias em dinheiro e sofisticados equipamentos) passa ao largo das reportagens sobre o tema, como se esta característica não tivesse uma profunda interferência nos rumos das pesquisas.

Por não compreenderem o que seja investigação científica, alguns jornalistas tendem ainda a identificá-la e a mostrá-la como uma espécie de magia. Este caráter “mágico-maravilhoso”, como batiza Chauí (*Id*, p.160), dado a realizações da ciência e da tecnologia, acaba mitificando o conhecimento racional-empírico como algo da ordem do divino ou do sagrado - distante dos “simples mortais”, aos quais é negado o direito de compreender o que se passa nos laboratórios.

Eis outro posicionamento característico da imprensa: tomar a ciência por um conhecimento restrito a especialistas. No palco discursivo dos meios de comunicação, só eles têm autoridade e sabem o que estão falando. Os outros devem ouvi-los e obedecer-lhes. A construção discursiva da mídia reafirma o espaço socialmente reservado aos cientistas e preserva a posição privilegiada destes agentes no espaço de decisão dos rumos da humanidade. Pois ao fazer isso, a imprensa reproduz a divisão social dos conhecimentos, consagra espaços de “ignorâncias legítimas”, como destaca Jourdan (1970, p. 62), e fixa o papel dos especialistas, conservando a hierarquia particular das competências instauradas na sociedade. Ou seja, chancela a idéia de que as decisões técnicas e científicas, quaisquer que sejam seus efeitos sobre a vida das pessoas, devem ser deixadas aos “sábios”, sem controle democrático de espécie alguma. Uma apologia que, sem dúvida, dificulta e obscurece a crítica.

Estes mecanismos dotam o discurso da ciência em geral – e da mídia em particular – de enorme eficiência e de um imenso poder, permitindo a instauração de uma cientificidade (quase) inquestionável. Roqueplo (1974, p. 13) - que, a exemplo de pensadores que o antecederam e o sucederam, correlaciona o poder com o saber, considerando-o como instrumento de dominação cada vez mais mobilizado para justificar a hierarquia social - lança o seguinte questionamento: “Queremos verdadeiramente compartilhar o saber?” E ele mesmo responde: uma das razões pelas quais o saber é menos compartilhado reside no fato de que aqueles que detêm um poder – qualquer que seja – sempre resistem em reparti-lo.

O objetivo é neutralizar a idéia que faz da ciência um conhecimento em que o sujeito vence as limitações de suas condições particulares de existência instalando-se na neutralidade objetiva do universal e da ideologia um conhecimento em que o sujeito tem sua relação com a verdade perturbada, obscurecida, velada pelas condições de existência. Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber. A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que lhe constituem. Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder. (FOUCAULT, 1982, p. XXI)

O sentido social e discursivamente construído sobre a ciência, com ajuda da mídia, mantêm a hierarquização do saber e do poder de dizer. A imagem reproduzida e veiculada pela imprensa é a de que a ciência é uma “instituição supra-humana”, como nomeia Capozoli³⁹ (2001a), o que reforça um discurso despótico sobre uma pretensa superioridade de cientistas sobre não cientistas. Passamos a viver num mundo regido por especialistas e acreditamos que há indivíduos diferentes dos demais cidadãos, mais competentes em pensar, mais capazes. Assegura-se, assim, uma hierarquia das pessoas e de ordens de grandeza que se estabelece não somente entre os cientistas e o senso comum, mas também entre iniciados e os leigos, entre os políticos e o povo, entre os executivos e os trabalhadores. A ciência é restrita, então, à elite, não é para ser compartilhada. Martins, ao reproduzir em um de seus artigos o diálogo a seguir, lança um olhar bastante elucidativo sobre a questão:

³⁹ Ulisses Capozoli é jornalista especializado em divulgação científica, historiador da ciência e membro/presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico.

“Em vez de compreender para os outros, o senhor deseja que o cientista possa permitir aos outros que compreendam...?”, pergunta Guitta Pessis-Pasternak a Albert Jacquard. ‘Penso que isto é importante, pois tem-se o hábito, em nosso complexo mundo, de delegar nossos poderes [e sobretudo nossa compreensão das coisas, nossa capacidade de questionar, de criticar em função do real, de nossa experiência, de nossa vida, de pensarmos por nós mesmos] aos deputados, professores, médicos. Quando se trata de apreender o mundo, seria razoável que os astrônomos deveriam compreender, por nós, os mistérios dos buracos negros, e os geneticistas, os da hereditariedade [e os psicanalistas os da psiquê, e mais, até mesmo os de nossa psiquê]? Essa total omissão é grave, seria preciso, pelo contrário, incitar cada um a compreender por si mesmo e fornecer-lhe os meios para isso”, responde. ‘Mas os cientistas desejariam realmente divulgar seus conhecimentos? Seu saber não é seu poder?, complementa a entrevistadora, no que o cientista conclui: ‘Pode ser que eles não façam voluntariamente, mas são pagos para fazê-lo. O papel dos cientistas é ajudar as pessoas a compreender por elas próprias, assim como ajudar cada um a colocar as suas próprias questões”. (MARTINS,1997, p. 16)

Evidentemente, há cientistas profundamente comprometidos com a ética (aquela que aqui preconizamos, não custa lembrar) de seus trabalhos, dispostos a socializar e tornar públicos os conhecimentos de que dispõem e a dialogar sobre os efeitos que a ciência, a tecnologia e seus produtos podem produzir na sociedade. Mas não são todos, sequer parecem ser a maioria, nem isto muda a mentalidade geral de que apenas os cientistas são capazes de pensar a ciência, numa pretensa superioridade de especialistas em relação a não especialistas. “Perdemos o direito de ter um ponto de vista em favor do especialista que monopoliza o direito de decisão, já que ele tem competência. (...) Como pode funcionar uma democracia a não ser cada vez mais esvaziada quando o cidadão é desqualificado pelo especialista?” (MORIN, 1998, p. 81)

A especialização – que a ciência moderna traz como panacéia - resulta, porém, em perigosas fraquezas. A imagem do cientista, transformado em mito, distante dos comuns mortais (também batizados de “senso comum”), inibe o pensamento dos demais cidadãos: obedecemos aos especialistas e achamos que

não precisamos entender nada. A própria nomenclatura senso comum remete a um pré-construído⁴⁰, segue uma estratégia de poder/dominação e supõe a existência de pessoas que são intelectualmente inferiores e incapazes de pensar cientificamente.

Outro resultado negativo deste fenômeno de especialização do saber é que o próprio especialista torna-se alheio ao que não diz respeito a sua disciplina e o não especialista renuncia prematuramente à possibilidade de refletir sobre o mundo, a vida, a sociedade, deixando essa tarefa aos especialistas. A ciência, entretanto, afirma Alves (1991, p. 14), não é uma forma de conhecimento essencialmente diferente ou necessariamente inferior ao senso comum: “é apenas uma especialização de certos órgãos e um controle disciplinado do seu uso”. E para os que não acreditam nisso, o autor lembra que, por milhares de anos, os homens sobreviveram sem nada que se assemelhasse à nossa ciência.

A mídia, entretanto, que poderia ajudar na desmitificação da ciência, mostrando ao público seus benefícios e contradições, colabora ainda, como ressalta Braga (1996. p. 16), para criar uma categoria que engloba todas as ciências – a categoria “Ciência” – que transforma o cientista em um mito, levando o público a pensar que os cientistas fazem parte de uma “casta especializada em pensar de maneira correta e transformando a ciência em uma espécie de oráculo”. Como se a ciência, transformada em sujeito totalizado e totalizante, não abrigasse em seu bojo cientistas que têm posições discordantes, conflitantes até. Mas na categoria ciência (ou comunidade científica, outro termo bastante utilizado), tal e qual é semantizada pela mídia, são suprimidas ou varridas para trás do cenário as contradições e polêmicas que compõem o próprio pensamento científico. O próprio termo “cientista” é utilizado pela mídia, segundo Capozoli (2001b), sem critério, já que muitos são, na verdade, pesquisadores científicos, cuja função é aplicar as fórmulas disponíveis.

⁴⁰ Sobre a noção de pré-construído, Cf: HENRY, Paul. **De L'énoncé au discours: présupposition et processus discursifs**, Paris: CNRS, 1974.

O termo 'comunidade científica' não deixa de ser ambíguo. Quando a mídia enuncia: 'a comunidade científica pensa de tal ou qual modo' ou 'reconhece tal ou qual fenômeno', esse sujeito 'comunidade científica' não é muito preciso. Falar de comunidade científica em geral pode ocultar divergências de interesses bem profundas. Na verdade, na medida em que os grandes laboratórios mostram-se como empresas de produção do saber, podem se produzir conflitos que poderiam até mesmo ser analisados em termos de lutas de classes. A comunidade científica busca encontrar aliados que eventualmente, subsidiarão as suas pesquisas; é, portanto, um grupo social que tem 'algo a vender' e que procura 'compradores'. Ela não é o grupo 'neutro e desinteressado' que por vezes ela imagina ser. (BRAGA, 1998, p. 102-103)

Da maneira como são construídos, entretanto, os enunciados científicos parecem objetivos, factuais, formais, universais; oferecem como neutra uma posição que, na verdade, é hegemônica. Mas esta pretensa neutralidade e infalibilidade da ciência moderna, esclarece Braga, é um efeito, um produto. "A maior parte dos enunciados que circulam na comunidade científica e nos laboratórios são tão incertos, polêmicos, circunstanciais, personalizados, interpretativos quanto aqueles que ocorrem nas outras comunidades" (*Id*, p. 103). Se há divergências eventuais no discurso científico, são superficiais ou de pontos de vista, mas nenhuma delas questiona a legitimidade do poder da ciência ou dos cientistas. O discurso da ciência é o discurso de referência: pode-se ser contra ou a favor, mas ele é o discurso dominante.

O discurso dos cientistas dispõe assim de uma autoridade praticamente inquestionável. E, como vimos, a imprensa contribui decisivamente para a manutenção deste monopólio. Espaço discursivo em que se observa uma luta permanente pela legitimação de representações sociais específicas (este poder se estabelece quando falas adquirem legitimidade pelo simples fato de terem origem no discurso de determinado grupo social), a própria mídia é outro exemplo de monopólio - da fala e da referência. Exatamente por isso, acreditamos ser

fundamental levantar questões sobre a especificidade tanto do discurso científico quando do discurso jornalístico - ambos fenômenos sociais dotados de funcionamentos ideológicos específicos e de dinâmicas próprias - e o corte epistemológico que eles supõem.

Com a poderosa aliança entre o saber científico e tecnológico e o poder dos meios de comunicação de massa, a divulgação científica adquire inclusive novos contornos. Interesses políticos e de financiamento da pesquisa passam também a ser fatores de peso no processo de comunicação pública da ciência – nosso foco neste trabalho. Não se trata simplesmente, portanto, de criticar os conteúdos ideológicos ligados à ciência, como se pudessem ser substituídos por outros ideologicamente melhores ou mais justos, mas de questionar o próprio regime de produção de verdade que este poder engendra.

Não há, como salienta Foucault (1982, p.14), a intenção de libertar a verdade de todo sistema de poder – a própria verdade é poder – mas de questionar as bases sobre as quais ele se assenta, as relações e práticas que organizam este poder. “Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia: é a própria verdade”. Um poder que, como destaca o autor, não é algo que se detém, como uma coisa, nem é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui, mas se exerce, se disputa se dissemina pela estrutura social. No centro deste debate está, portanto, a questão do poder e do controle público deste poder. E se ainda não criamos maneiras de controlá-lo, é porque ainda não nos conscientizamos totalmente deste problema.

Longe de constituir a panacéia universal, longe de ser a fonte de todos os progressos em todos os domínios, a ‘ciência’ é uma instância que deve ser controlada por outras instâncias culturais. As teorias científicas não podem resolver todas as questões humanas e o culto da ciência pode ser perigoso. Importa, em primeiro lugar, é lutar contra os ‘abusos de poder’ no domínio da cultura, da ética e da política. (BRAGA, 1996, p. 143)

2.3. Clonagem: gen(ética), valores e mercado

“As descobertas que aprofundam a compreensão humana também aumentam as dúvidas. Temos de aprender a conviver com isso.”

(Maddox⁴¹ in Época, 1999, p. 103)

Não é de hoje que o homem tenta compreender a si mesmo e, como dizem, “brincar de Deus”. Centro da biologia nos nossos dias, a genética teve início no século XIX com os estudos celulares de Mendel. Pouco mais de um século foi necessário para que as biociências se firmassem como ramo dominante do conhecimento, prometendo evoluções sobre a reprodução humana, sobre a engenharia genética, sobre o projeto de decodificação do genoma humano, sobre a possibilidade de ressurgimento de espécies extintas, numa versão concreta do filme “O parque dos dinossauros”, e de construção de vida artificial e novas espécies em laboratório a partir de manipulação genética, numa remissão a mitos e histórias como as de Frankenstein e Prometeu.

Destas, poucas áreas da ciência causaram impacto tão profundo na sociedade nos último 20 anos quanto a reprodução artificial e a manipulação genética, precipitando uma necessária discussão sobre a ética na Biologia e na prática da Medicina. Seus métodos têm dado a milhares de casais estéreis a chance de ter filhos. Mas também vêm esquentando a discussão sobre os limites éticos da arte de criar bebês. Na maior parte das vezes, a ciência e os avanços biotecnológicos têm andado mais rápido que a capacidade da sociedade de discutir o assunto e lidar com suas consequências práticas, sociais e éticas.

⁴¹O jornalista inglês John Maddox é editor emérito da Nature, umas das mais importantes revistas científicas do mundo e autor do livro “What remains to be discovered” (O que falta a ser descoberto).

Pois as sempre presentes questões sobre os caminhos da evolução científica ganham combustível extra com a alardeada possibilidade de criação de clones humanos. Se o nascimento da ovelha Dolly é celebrado pelos cientistas em 1997, a chance de o primeiro bebê clonado⁴² haver nascido em 2002 cai como uma bomba sobre a comunidade científica e sobre o público em geral. E vem provocando uma revolução. Um debate ético que está longe de terminar. Até a conclusão desta tese, o mundo tinha conhecimento confirmado apenas de clonagem de animais⁴³. No exato momento em que este texto está sendo lido, porém, podemos já estar vivendo à luz de uma era de clones humanos artificialmente produzidos⁴⁴.

A polêmica é lançada e o tema abre um fosso entre os próprios cientistas.

⁴² Um manifesto intitulado “Não clone humanos” foi publicado em março de 2001 pela revista *Science*. Um dos signatários do documento é o “pai” da ovelha Dolly, o primeiro mamífero a ser clonado a partir de uma célula adulta, o cientista Ian Wilmut, do Instituto Roslin (Escócia). Sua decisão deve-se aos riscos que, segundo ele, a técnica oferece.

⁴³ A indústria de clones animais já está em franca expansão. A clonagem de vacas premiadas e touros reprodutores e campeões tem se tornado usual. As consequências deste tipo de interferência no curso natural é que ainda não foram suficientemente estudadas, mesmo em animais. Técnicas de clonagem, mesmo as aparentemente bem-sucedidas, têm produzido aberrações, como filhotes que nascem com células de animais velhos e sofrem de doenças degenerativas ainda bebês. Animais domésticos, como cães e gatos, submetidos a séculos de seleção artificial, com base apenas nos critérios que interessam a seus criadores, produziram uma geração de bichos com falhas hereditárias. Gatos persas podem ser tão deficientes visualmente que não sobrevivem longe de seus donos. Dálmatas ficam surdos ainda jovens e raças como o dogue alemão nascem com os ossos tão fracos que não agüentam seu próprio peso.

⁴⁴ O casamento da genética com a fertilização in vitro vem sendo responsável por uma nova era de bebês. Ao longo de 1999, uma americana deu à luz uma criança concebida com espermatozoide coletado um dia após a morte do pai; um geneticista americano anunciou que existe tecnologia capaz de dar a casais homossexuais filhos de seu próprio sangue, geneticamente aparentados a ambos, por meio de uma nova revolução “in vitro” (os chamados bebês quimeras, feitos com a combinação de dois embriões diferentes); uma empresa de biotecnologia americana admitiu estar clonando embriões humanos para pesquisas de produção de órgãos. No mesmo ano ainda, cientistas da Coreia do Sul anunciaram a clonagem de uma célula humana a partir de material genético de uma mulher adulta. Em maio de 2001, os jornais publicam o nascimento de pelo menos dois bebês com células geneticamente modificadas e com o DNA de três pessoas. Bebês geneticamente alterados deixam de ser novidade. Quatro anos depois da revolução causada pelo nascimento de Dolly, o mundo parou novamente em 2001 com a notícia da criação de clones humanos por uma empresa americana. Eles teriam sido destruídos após seis dias. Em 2002, mais dois fatos relacionados à clonagem agitariam o mundo científico e a opinião pública: o anúncio, não confirmado, do nascimento do primeiro clone humano e a morte da ovelha Dolly.

Uma ala de geneticistas acredita que a clonagem humana é cientificamente desnecessária; outra vaticina que é inevitável e que nenhuma lei pode impedir o avanço tecnocientífico. Há ainda os que defendem que, apesar das limitações impostas pela ética, pela religião, pelas leis⁴⁵ ou pelo senso comum, a clonagem humana, visando não a obtenção de indivíduos e sim de células, é um campo importante, cujos benefícios para a humanidade seriam inimagináveis. Estes temem que a total proibição do uso de células germinativas de maneira geral possa impedir pesquisas de criação de tecidos e órgãos para transplante e defendem que as técnicas usadas para a clonagem sejam utilizadas para a preservação e a melhoria da qualidade de vida. As pesquisas com células-tronco embrionárias visariam, segundo estes, a clonagem de embriões humanos para fins terapêuticos e não o uso da genética para fabricar bebês⁴⁶. Os benefícios potenciais da clonagem humana seriam, conforme dizem, mais importantes que os riscos, e a técnica poderia ajudar gerações de pacientes. Os representantes desta facção acreditam poder revolucionar a Medicina e assumir a liderança no mundo científico se os obstáculos legais à aplicação em humanos da técnica usada para clonar a ovelha Dolly forem superados.

Entre os ferrenhos opositores da técnica posicionam-se, na linha de frente, a Igreja e grupos civis que lutam sob a bandeira de que a clonagem humana não é só imoral: é desnecessária. Segundo estes, além de ir contra as leis de Deus, o projeto de clonar humanos estabelece um dilema ético justamente por não poder limitar até onde serviriam os embriões humanos. O que fazer com eles? Outros

⁴⁵ Alguns países apressam-se em proibir a clonagem humana para fins reprodutivos, devido ao risco sempre iminente de “fabricação” bebês sob medida. Outros aprovam leis e projetos que permitem o uso da clonagem de embriões humanos para fins terapêuticos. Cientistas em busca de promoção anunciam que, apesar da proibição, haverão de encontrar um país em que seja possível realizar a experiência.

⁴⁶ De maneira geral, os cientistas são a favor da proibição da chamada “clonagem reprodutora”, que consiste na produção de crianças por manipulação genética. Este é o maior temor dos avessos à clonagem. Também tem se condenado a mistura de material genético humano ao de animais nos experimentos. Mas o xenotransplante – uso em transplante de órgãos de animais clonados e geneticamente modificados para produzirem células humanas – está longe de ser unanimidade na comunidade científica.

tantos rejeitam qualquer uso da clonagem com embriões humanos, mesmo o chamado uso terapêutico, já que a técnica cria humanos e depois os destrói. Os críticos deste tipo de pesquisa temem que a manipulação genética vá além das terapias e se torne uma forma de “fabricar” bebês.

Há outro agravante nesta discussão. Como o desenvolvimento de órgãos para transplantes promete ser um negócio lucrativo – financiadoras enxergam neste filão da clonagem um mercado mundial de US\$ 6 bilhões anuais, pronto para crescer – um número cada vez maior de empresas têm-se arriscado a quebrar limites éticos. A maioria dos laboratórios garante que a intenção das pesquisas não é a clonagem de bebês. A maior parte da programação estaria sendo dedicada à clonagem de animais transgênicos para produção de proteínas humanas (se clonados em série, poderiam funcionar como fábricas vivas de remédios) e de órgãos para transplantes.⁴⁷

Não são poucas as discussões que todos estes procedimentos suscitam. E elas sinalizam apenas o longo e sinuoso caminho que ainda tem de ser percorrido no debate de temas como estes, ressaltando que compete não apenas à bioética, aos comitês éticos oficiais ou independentes, à comunidade científica ou aos meios acadêmicos, mas também aos profissionais dos meios de comunicação e a entidades da sociedade civil organizada esclarecer a opinião pública em todos os âmbitos sobre as possíveis conseqüências de todo tipo de avanços científicos e técnicos, aprofundando a análise das diferentes concepções a respeito.

⁴⁷ Esta pretensão dos cientistas tem gerado várias objeções e críticas sobre a ética de se modificar o código genético de espécies animais para usar seus órgãos em humanos. Entidades de Defesa dos Animais e da Vida em todo o mundo têm levantado questões que merecem reflexão. Sobre a criação de animais transgênicos para transplante ou obtenção de remédios, perguntam: Quem disse que o homem pode sacrificar e criar monstros mutantes para seu benefício? Quem deu aos humanos o direito de alterar outras espécies? Seria justo animais sofrerem para humanos viverem mais? Será que a vida, mesmo quando não é humana, não merece respeito? A possibilidade de clonar animais ameaçados de extinção também tem sido apontada como uma das vantagens da técnica da clonagem. Mas quem, afinal, os colocou sob ameaça?

Uma importante tarefa da bioética é harmonizar o uso das ciências biomédicas e suas tecnologias com os direitos humanos. O ensino da bioética deve ser incorporado pelo sistema educativo e ser objeto de textos compreensíveis e rigorosos. Todos os membros da sociedade devem receber informação geral, adequada e acessível sobre a utilização dos avanços científicos, as biotecnologias e seus produtos. Devem ser estimulados debates especializados e públicos, envolvendo as distintas disciplinas, os profissionais dos meios de comunicação e os cidadãos de todos os âmbitos. Deve-se assegurar o exercício da autonomia da pessoa, assim como fomentar os princípios de justiça e solidariedade. Do mesmo modo, deve-se respeitar a identidade e a especificidade do ser humano. Todos têm direito à melhor assistência médica possível. (MARQUES, 2000, p. 65)

A clonagem, que aqui tomamos como estudo de caso, vem apenas centralizar e intensificar tais questões. Afinal, quando o homem chega a ter em suas mãos o poder de manipular os seres vivos geneticamente, é bom que se pergunte não só quais são os limites de suas ações, mas onde realmente ele pretende chegar. É uma responsabilidade tremenda, que precisa ser debatida de maneira mais completa e ampla possível. O preço da precipitação e do desejo de endear o homem podem ser a falta de segurança não só para a saúde – modificações genéticas, desenvolvimento de doenças jamais vistas no homem – mas para a própria existência humana.

A bioética - palavra que se traduz, literalmente, como ética da vida - surge justamente para tentar dar respostas aos novos dilemas e desafios que a ciência e o incrível avanço das tecnologias biomédicas têm colocado diante do homem e discutir situações limite do desenvolvimento científico (como inseminação artificial in vitro, clonagem, experimentos em seres humanos, eutanásia, controle do genoma e aborto), num esforço para enquadrar em categorias éticas todas as imensas possibilidades da ciência. Surge também com a preocupação de observar e tentar prever – se isto é possível – as conseqüências éticas de futuras ações nesta área. Muitos conhecimentos técnicos já estão não só disponíveis, como

também sendo aplicados. As possibilidades integrais de manipulação genética humana ainda não são totalmente conhecidas nem mesmo pelos cientistas. Há um espectro de possibilidades à disposição do homem. A manipulação biotecnológica das formas de vida pode ser tão revolucionária quanto devastadora. Os riscos da engenharia genética podem ser tão grandes quanto seus benefícios.

Os verdadeiros problemas éticos são conflitos entre imperativos. Do mesmo modo que doravante passa a existir um conflito entre o imperativo do conhecimento pelo conhecimento, que é o da ciência, e o imperativo de salvaguardar a humanidade e a dignidade do homem. Estamos num momento de um conflito imperativo e acho que os comitês bioéticos que existem atualmente constituem um lugar para que esses conflitos sejam expressos. Creio que a missão deles não é a de encontrar a solução milagrosa, a solução providencial para tais conflitos; a princípio, sua missão é a de explicitá-los. (MORIN, 1998, p. 132)

É claro que a ciência e a tecnologia encontram – ainda e sempre – limites no próprio real. Até onde é possível chegar? Possivelmente até o ponto em que manipular a vida (pretensão da biotecnologia) ou controlar e substituir o real (pretensão do virtual) esbarrarem naquilo que é irredutível: a vitalidade, a força criativa, a própria vida, ainda incapaz de ser recriada ou substituída. A clonagem, se um dia comprovadamente realizada e bem sucedida com seres humanos, poderá reproduzir a forma, não a essência⁴⁸. Mas o simples fato de que seja pensável já indica o quão estamos, ao mesmo tempo, ansiando - e temendo - outras possibilidades de viver.

Técnica reprodutiva que vem gerando polêmica desde que foi anunciada e alardeada, a clonagem pode ser debatida sobre diversos aspectos – que não cabe

⁴⁸ Gêmeos univitelinos são clones naturais e nem por isso pensam e agem da mesma forma.

neste trabalho apreciar – mas sua simples possibilidade de realização irrefletida com seres humanos pode significar, no horizonte, uma ameaça à diversidade que caracteriza o real, à possibilidade do novo. Pois por trás da possibilidade – ou já será de fato uma realidade? - de experiências como a clonagem humana parece haver uma lógica que nos reflete como humanidade. Se, por um lado, ela nada mais é do que uma técnica de reprodução assistida, também traz em seu bojo um desejo latente de imortalidade, de auto-referência. A clonagem seria a estandardização definitiva do ser humano, a tentativa de absoluta auto-referência, o progresso máximo de uma espécie capaz de reproduzir a si própria sem depender para isso das leis naturais, do relacionamento entre os homens. Uma espécie capaz de controlar a diversidade genética e, portanto, a multiplicidade constitutiva, o acaso.

Mas por que o homem acalenta tais pretensões? As pistas para responder a esta pergunta encontram-se na própria trajetória do mundo ocidental. Parte constituinte do real, o homem sempre esteve à sua mercê – nunca pôde controlar a vida e muito menos a morte. Tais incertezas, embora constitutivas, também fizeram com que surgisse um tipo de pensamento que correspondesse à vontade de apreender e dominar o real – para reproduzi-lo - e prever o futuro – para evitar os efeitos indesejáveis. Uma vez que a filosofia não parecia capaz de oferecer estas possibilidades, coube à ciência tais tarefas. O ideal do homem de ser a causa de si mesmo - num nível de onipotência e de pretensão absolutas - e a aspiração de dominação, de controle e de poder sobre a própria vida logo passaram a comandar as conquistas científicas. A retórica das novas invenções e descobertas da ciência - e da tecnologia - passou a versar sobre os mesmos temas: criar um homem que não sofre e não morre e um real que obedece ao comando humano.

Mas a radicalização destas pretensões de conhecimento total do homem - que transforma o sujeito em objeto a ser racionalmente conhecido – e de controle, domínio e reprodução do real enreda o homem em sua própria armadilha, o expõe

à sua própria condição. Os códigos genéticos manipulados pela clonagem ou os modelos matemáticos combinados pelo virtual tecnológico (também este um expoente do modo de ser contemporâneo), afinal, nada mais são do que formas de apresentação do real. Todas as tentativas de criar a vida esbarram sempre e ainda numa única realidade: o homem não é capaz de criar a vida sem um modelo do qual extrair vitalidade. Já consegue adiar a chegada da morte, pode manipular células capazes de gerar a vida, mas não domina o real onde ambas se dão.

A questão fundamental, portanto, talvez não seja estabelecer fronteiras entre natural e artificial, posto que a tecnologia e a ciência oferecem a possibilidade de rompê-las a cada dia, mas sim o quanto esta vontade de dominar a própria existência diz de nós mesmos. Os limites entre natureza e cultura, sujeito e objeto, orgânico e inorgânico, vivo e não vivo, objeto técnico e objeto natural, verdade e simulação, técnica e tecnologia, artificial e natural, real e virtual são mesmo cada vez mais difíceis de precisar, mas isso não nos pode cegar para a irredutibilidade da vitalidade da vida. Estabelecer tais limites não é tão relevante quanto questionar o fundamento desta nova ordem contemporânea, na qual a clonagem, evidentemente, se insere. O risco é esquecermos disso. O desafio maior - engendrado pelas tecnologias eletrônicas e virtuais tanto quanto pela engenharia genética - é sermos capazes de enxergar crítica e eticamente tais fenômenos, mantendo uma necessária conexão com o real, aquela que nos permite experimentá-lo de forma criadora, criativa, ética.

Os avanços tecnológicos hão de oferecer sempre novos desafios de natureza ética, no campo da vida, com enorme repercussão na sociedade. Perturbadora e transformadora é – e talvez deva mesmo ser – toda manifestação humana: ciência, arte, tecnologia. Tais temas – em toda sua complexidade – continuarão suscitando debates cujo mérito, talvez, esteja exatamente em complexificá-los, num processo contínuo. Até porque, toda solução traz novas questões. A ciência pode ir a qualquer lugar. A sociedade é que vai dizer que lugar será esse. E para isso, precisará debater mais sobre os velozes avanços se quiser

escolher os que irão beneficiá-la. Mais do que criar novas leis, é preciso questionar valores. Mais que os dilemas da ética médica diante de tais avanços, talvez a discussão pública sobre avanços científicos como a clonagem nos permita refletir sobre os desafios da ética humana, já que traz à tona a questão da natureza da sociedade e sua escala de valores.

Reflexões éticas de pouco adiantam se não formos capazes de enxergar - e questionar - os valores que estas novas técnicas revelam e sedimentam. Um dos desafios de nossa época é, precisamente, explorar as relações entre fatos científicos e tecnológicos e os valores éticos que eles pressupõem. Os dilemas éticos com os quais a ciência hoje se defronta não são, afinal, resultado das doutrinas de desenvolvimento a qualquer custo, do avanço tecnológico a qualquer preço? A corrida das empresas para patentear a clonagem, inclusive humana, não é reflexo de uma cultura que supervaloriza – ou valoriza apenas – o lucro, o dinheiro, a novidade? Não é por estar atrás de bons negócios e ser pautada pelo apelo do mercado de capitais que a indústria dos clones desafia a ética? Enquanto esses forem os valores que alimentarmos e deixarmos como herança, haverá limite ético capaz guiar a humanidade para outra possibilidade de existência? A voz corrente é a de que a ética é que deve impor limites à ciência. Mas a ciência quer mesmo e está disposta a aceitar estes limites? O mercado se solidariza com questões éticas e sociais?

Alguns autores distinguem uma ética da clonagem de uma ética na clonagem, argumentando que a maior parte das discussões éticas que cercam o tema até agora é externa a ele. Mas será a ciência capaz de representar-se a si mesma em fóruns distintos ao dela própria? Pode o conhecimento conhecer-se a si próprio, ou a mente representar-se a si mesma, ou a consciência ser consciência da própria consciência? Não há ciência sem simulação, tampouco conhecimento sem linguagem e representação. Os símbolos fazem a mediação do mundo e do conhecimento do mundo. A unidade e a unicidade do ser humano são o fundamento de sua humanidade, e a vida é sagrada porque morre e renasce em diferenças e dessemelhanças. (...) A banalização do mistério da vida, posto em gôndolas da Internet, banaliza a morte, a violência, o crime, e faz terra arrasada da

singularidade da existência de cada ser humano em sua infinita provisoriedade. Dessacraliza a vida. Tudo o que o homem pode fazer ele fará, mesmo que a custo de muitas vidas e muito arrependimento tardio, como foi o caso dos autores da bomba atômica. Cedo ou tarde, o homem clonará o homem e com mais facilidade do que fez a bomba, porque os aparatos tecnológicos e os custos envolvidos são mais simples e instaláveis numa clínica particular. É um risco para o qual a sociedade não está ainda preparada a não ser pelo medo mítico das representações que conhecemos e, quem sabe, pela 'sabedoria da repugnância' de que nos fala a bioética de Leon Kass. Será suficiente? Dizem os deuses que não; seus instrumentos, que sim! (VOGT, 2001. p. 2)

O círculo ético das incertezas humanas se vê alimentado pela incapacidade social de dar respostas a essas e outras perguntas, às quais outras se somam: por que e para que parar o avanço da ciência quando ele parece inevitável? A velocidade cultural com que a ciência e a tecnologia avançam em novas descobertas e invenções dificultam a reflexão. A aceitação, sem questionamento, das estruturas e sistemas vigentes, o não reconhecimento do caráter transformador de nossa ação no mundo, o desconhecimento do sentido ontológico da existência, a diminuição da importância cênica da ética em nossa atuação no mundo também. Mas não podem impedi-la.

Já que a ciência não pode encontrar sua legitimação ao lado do conhecimento, talvez ela pudesse fazer a experiência de tentar encontrar seu sentido ao lado da bondade. Ela poderia, por um pouco, abandonar a obsessão com a verdade e se perguntar sobre seu impacto sobre a vida das pessoas: a preservação da natureza, a saúde dos pobres, a produção de alimentos, o desarmamento dos dragões (sem dúvida, os mais avançados em ciência!), a liberdade, enfim, esta coisa indefinida que se chama felicidade. A bondade não necessita de legitimações epistemológicas. Com Brecht, poderíamos afirmar: 'Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana'. (ALVES, 1991, p. 207)

A reflexão em torno da bioética, por isso mesmo, vai além do binômio ética-ciência: ela coloca em cena a relação ética e cidadania. A questão das prioridades científicas e sociais permanece. É preciso debater não apenas a prática da Medicina e da pesquisa, mas também o direito social à saúde, incluindo o acesso à assistência médica; é preciso não só desenvolver estudos de ponta, mas promover a saúde pública. É preciso questionar, sobretudo, a aplicação de recursos na área da ciência, especialmente da Medicina; interrogar se as pesquisas realizadas são compatíveis com as exigências da cidadania. Entre uma parcela mais esclarecida do público consumidor de notícias científicas, esta constatação tem gerado inclusive cartas aos veículos de comunicação, como podemos perceber no exemplo a seguir.

A sociedade está deixando se deslumbrar com o rascunho do genoma humano, com os benefícios que sua concreta descoberta poderá trazer; enfim, pensa no futuro enquanto negligencia a realidade. Uma descoberta não é motivo para abandonarmos nossos problemas, os miseráveis, famintos, desempregados, aposentados humilhados, adultos e crianças que morrem de doenças curáveis pois não têm acesso a meios para sua cura. Em vez de nos deslumbrarmos com possíveis descobertas, poderíamos dar mais atenção aos que precisam realmente ser descobertos.⁴⁹(O GLOBO, 2000, p. 6)

Será, afinal, que a humanidade não tem problemas mais urgentes a enfrentar e resolver – desnutrição, endemias, falta de educação sanitária - antes de partir para a clonagem de humanos? Será que esta cisão entre ciência e filosofia da qual tanto falamos neste trabalho não foi o que permitiu que chegássemos a um ponto em que o homem é hoje capaz de clonar a si próprio, mas incapaz de resolver problemas como a miséria de seus semelhantes? Pergunta parecida se fez o jornalista Pedro Bial no programa “Fantástico”, da Rede Globo, de 28 de julho de 2001: “Antes de clonar seres humanos, será que a

⁴⁹ Trecho da carta da leitora Vanessa da Silva Martins, de Volta Redonda, Rio de Janeiro.

humanidade não precisa resolver um problema elementar: alimentar as crianças que não páram de nascer?”. Questionamentos semelhantes empreende o médico Volnei Garrafa, professor da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, especialista brasileiro em bioética:

Temos que aproveitar esse novo campo [a bioética] para tratar questões como a cidadania, a fome, o abandono. A bioética surgiu na década de 70 para resguardar a qualidade de vida das pessoas. Precisamos trabalhar a bioética em situações do cotidiano, discutindo o sistema de saúde brasileiro, que fala em universalidade, mas não permite o acesso a toda a população brasileira. O grande dilema ético do sistema de saúde brasileiro é que vivemos um terrível paradoxo. Enquanto o país consegue fazer transplantes múltiplos de órgãos e cirurgias cardíacas em fetos, o que demonstra um grande avanço, temos crianças e idosos morrendo de desnutrição. (GARRAFA in ISTO É, 1995, p.6)

3.0. O ESPETÁCULO DA CIÊNCIA NA MÍDIA

3.1. JORNALISMO CIENTÍFICO: O JOGO DE CENA

“Se a imprensa pretende ajudar a encontrar a solução para um problema crucial da nossa era – a perfeita harmonização do homem com um mundo condicionado pela ciência – ela deve se empenhar numa apresentação inteligível da interdependência da ciência e da sociedade”.

(KUSH⁵⁰ apud KRIEGHBAUM, 1970, p.186 e 187)

3.1.1. O anúncio da clonagem da ovelha Dolly: um estudo de caso

Houve um tempo em que divulgar a ciência nos meios de comunicação era uma invasão a um terreno restrito, cujo acesso só era permitido a iniciados. O próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia, porém, foi operando mudanças neste cenário. A partir dos anos 60, cientistas se vêem obrigados a deixar que o interesse público penetre em seus laboratórios, pois a sociedade – ou pelo menos parcela influente dela - começa a perceber que a ciência se integra na existência social, política, econômica e cultural do mundo.

No início da década de 80, embora ainda concentrado em poucos veículos especializados e cadernos especiais, o noticiário científico começa a se firmar na cobertura diária dos grandes jornais. A ciência torna-se assunto de interesse público e não pode permanecer apenas como segredo de um círculo fechado de pensadores. A comunicação na área científica expande-se rapidamente: das revistas especializadas, assuntos científicos e tecnológicos passam a ocupar manchetes das principais publicações do mundo. Se é fato que o espaço dedicado ao chamado Jornalismo Científico tenha aumentado nos chamados veículos de

⁵⁰ Polyarp Kush é físico e prêmio Nobel.

comunicação de massa no Brasil e no mundo, especialmente nos últimos vinte anos, também é certo que isto não significa que a qualidade da cobertura de ciência – especialmente na área da Medicina, nosso foco de interesse neste trabalho -, embora apresente progressos, seja ideal.

Não são poucos os autores que apontam dificuldades e características da cobertura científica que, a nosso ver, abrem caminho para deslizos de natureza ética. Segundo Melo (1987b), a imprensa diária privilegia a divulgação de oportunidade, em vez da divulgação sistemática, o que é motivado pela natureza peculiar do jornalismo que faz os fatos serem notícia apenas quando despertam atenção. Assmann (1982) menciona a preferência por coisas curiosas e extravagantes. Lopes (1996) chama a atenção para a preferência por manchetes e matérias alarmistas. Beraldo (1998) ressalta que a mídia vive do atual e do sensacional e que insiste em tratar a divulgação de uma descoberta científica como se fosse um furo jornalístico, mas é também quem lembra que a ciência nem sempre é espetacular e nem sempre dá notícia.

Pelo menos não no sentido que tradicionalmente notícia tem tido para o jornalismo e que pretendemos nesta tese reler, para, quem sabe, tornar possível o estabelecimento de uma concepção diferenciada ou, no mínimo, ampliada de notícia, especialmente nos impressos. Uma nova leitura que permita reconhecer a natureza ética das escolhas cotidianas que antecedem e sucedem a construção do discurso jornalístico não só sobre ciência, mas sobre todos os assuntos.

Para alcançar este objetivo, como já mencionamos na introdução, optamos por analisar as reportagens publicadas nos jornais O Dia, O GLOBO e JORNAL DO BRASIL sobre o anúncio da clonagem da ovelha Dolly, em 1977, e observar se, mesmo destinados a públicos distintos, os três oferecem a mesma concepção espetacular de ciência, caracterizando um comportamento geral da imprensa e evidenciando aquilo que apontamos como deslizos e dificuldades éticas.

Vejamos:

No Brasil de 1997, em meio a um cenário que incluía a reabertura do caso PC, a CPI dos precatórios e a assinatura da Carta da Terra na conferência Rio + 5 (com os mandamentos para a preservação do planeta), a notícia da clonagem de um mamífero adulto passa inicialmente sem muito destaque pelos editores dos principais jornais nacionais. Apesar do registro noticioso do fato ter ocorrido na maioria dos veículos de comunicação impressos, somente um deles destaca o “feito” na capa, como um dos acontecimentos mais importantes da edição: o JORNAL DO BRASIL.

No dia 23 de fevereiro de 1997, quando as agências internacionais enviaram para as redações a notícia de que o cientista escocês Ian Wilmut clonara a ovelha Dolly, apenas o JORNAL DO BRASIL, dos principais diários brasileiros, considera o assunto relevante para ser destacado na vitrine da primeira página da edição do dia seguinte. Dá uma chamada discreta no pé da capa no dia 24 de fevereiro, um domingo, quando o principal assunto era o escândalo envolvendo o então prefeito de São Paulo, Celso Pitta. No dia seguinte, porém, quando os demais jornais percebem o alcance da notícia, a edição nacional do JORNAL DO BRASIL ignora a já grande repercussão internacional sobre Dolly e não dá nenhuma suíte da matéria, o que só ocorre a partir de 26 de fevereiro, quando o assunto ganha destaque na capa do jornal carioca novamente.

O jornal O GLOBO também publica matéria sobre a clonagem da ovelha no dia 24 de fevereiro, mas não destaca o assunto em sua primeira página. No mesmo dia 24 de fevereiro, o jornal O DIA nada publica sobre o fato em sua edição, que traz a siliconada Vera Fischer na capa. Curioso observar que no dia 25 de fevereiro, mesmo tendo a chance de correr atrás do prejuízo de não haver apostado na veiculação da matéria no primeiro dia e publicar a notícia da clonagem de Dolly, uma vez que a havia recebido via agência de notícias dois dias antes, o jornal O DIA opta por publicar, em sua coluna “Ciência”, uma matéria

sob o título QUÍMICO GARANTE QUE CERVEJA NÃO DÁ BARRIGA. A primeira reportagem sobre Dolly registrada em O DIA data de 27 de fevereiro, mas sem chamada na capa. Na seção Ciência e Saúde, o jornal publica matéria sob o seguinte título: INGLESES DEFENDEM CÓPIA DE OVELHA. Um título que pressupõe conhecimento anterior do tema, mas um conhecimento que o próprio jornal não havia oferecido, até então, aos seus leitores.

Uma vez que os jornais decidem investir no tema e valorizar o assunto, a atitude vai de um extremo a outro e a clonagem da ovelha começa a receber por parte da imprensa o tratamento que os temas de ciência costumam merecer: uma abordagem mais espetacular, algumas vezes sensacionalista. Nos três jornais analisados, embora possa haver diferença de linguagem, de estilo e de tratamento jornalístico da informação, justificada pela diferença do público a que são destinados, há uma homogeneidade no discurso dos veículos, nos quais, de forma geral, a clonagem é apresentada da mesma maneira: é o espetáculo da ciência. Ou a ciência-espetáculo. O público limita-se, boquiaberto, a assisti-lo.

A cobertura, especialmente dos primeiros dias, é marcada pelo tom triunfalista, evidenciado pela eleição de verbos, palavras e expressões como revolucionaria, grande revolução genética, que remetem à idéia que os jornais ajudam a corroborar e a construir de uma nova era da genética então inaugurada com o anúncio da clonagem de Dolly. O jornal O GLOBO chega a criar um selo – **A REVOLUÇÃO DOS CLONES** - para identificar matérias publicadas sobre o tema, tão entusiasmado o veículo se mostra com o assunto, que rende, em algumas de suas edições, mais de uma página.

EXEMPLOS:⁵¹

1) DESCOBERTA DE EMBRIOLOGISTAS BRITÂNICOS **REVOLUCIONA** A GENÉTICA E JÁ GERA GRANDES DISCUSSÕES ÉTICAS

(subtítulo / O GLOBO / 24 de fevereiro de 1997)

2) A nova experiência é considerada uma **grande revolução genética**.

(trecho da matéria / O GLOBO / 24 de fevereiro de 1997)

3) POLÊMICA EXPERIÊNCIA BRITÂNICA MOSTRA **QUE EM POUCO TEMPO SERÁ POSSÍVEL CRIAR CLONES HUMANOS**

(antetítulo/ O DIA/ 27 de fevereiro de 1997)

No primeiro dia da cobertura (matéria publicada dia 24 de fevereiro), a exceção é o JORNAL DO BRASIL, que, na notícia cujo título é BRITÂNICOS REPLICAM OVELHA EM LABORATÓRIO, não usa palavras de tom sensacionalista. Mas mesmo o JORNAL DO BRASIL, embora seja dos três veículos o que preserve sempre o tom mais explicativo, mais contido, acaba embarcando, como veremos adiante, na atmosfera geral da imprensa e passa a levar ao público aquilo que aqui estamos caracterizando como o “espetáculo da ciência”, não resistindo à tentação de antecipar a suposta aplicação da técnica da clonagem a seres humanos.

⁵¹ Nos exemplos, os grifos (negrito) são nossos.

3.1.1.1. A clonagem humana discursivamente antecipada

É o tom de inevitabilidade evidenciado neste último exemplo que norteia a economia discursiva dos três jornais na cobertura, muitas vezes por meio de estratégias que autores como Ferraz (1999, p. 333) chamam de “predicação indireta”. Ou seja, por palavras que habitam o campo semântico da idéia de “certeza” e que contribuem para referenciar e reforçar a idéia central da cobertura jornalística: a conseqüente extensão da clonagem aos seres humanos. A utilização e a repetição de verbos afirmativos como mostrar, permitir, tornar possível, garantir, poder; e de expressões como novο mundo colaboram não só para reforçar a idéia de inevitabilidade de aplicação da técnica de clonagem em pessoas, mas ainda para produzir uma espécie de discurso de naturalização e legitimação do lugar e do estatuto da ciência numa ordem por ela mesmo instituída e pela mídia reforçada, e de suas descobertas, para que sejam discursivamente consumidas pelos leitores.

EXEMPLOS:

1) TÉCNICA **POSSIBILITA** FAZER CÓPIA DO SER HUMANO

(título / O GLOBO/ 25 fevereiro de 1997)

2) POLÊMICA EXPERIÊNCIA BRITÂNICA **MOSTRA** QUE EM POUCO TEMPO SERÁ POSSÍVEL
CRIAR CLONES HUMANOS

(Antetítulo / O DIA / 27 de fevereiro de 1997)

3) CLONAGEM **PERMITE** CÓPIA DE QUEM FOR CONGELADO AO MORRER

(antetítulo/ JORNAL DO BRASIL / 28 de fevereiro de 1997)

4) **É POSSÍVEL CLONAR OS MORTOS**

(título / JORNAL DO BRASIL / 28 de fevereiro de 1997)

5) RÉPLICA DE HUMANOS **TRAZ** NOVO DESAFIO PARA A CIÊNCIA

(antetítulo / O DIA / 2 de março de 1997)

6) QUEM GEROU A OVELHA -CLONE **PODE** COPIAR SERES HUMANOS

(Antetítulo / O DIA / 2 de março de 1997)

7) IMPREVISÍVEL **MUNDO NOVO**

(título / O DIA / 2 de março de 1997)

8) CIENTISTAS DOS EUA JÁ **SABEM** COMO COPIAR GENTE

(chamada / O DIA / 4 de março de 1997)

9) CIENTISTAS DOS EUA **GARANTEM** QUE LOGO CHEGARÃO AO CLONE HUMANO

(título / O DIA / 4 de março de 1997)

Por meio destes recursos lingüísticos observados e da utilização de frases e expressões que insinuam uma evolução inelutável da sociedade, por mais perigoso que isto possa ser, sustenta-se a lógica do discurso científico, cujo progresso não há, pelo menos pela construção discursiva que dele se faz na imprensa, como impedir. Ao mapear os enunciados, é possível identificar nos três jornais analisados marcas discursivas que, embora se apoiem em diferentes estratégias e dispositivos de enunciação, resultam em uma espécie de discurso antecipatório.

Num exercício de futurologia, imediatamente, especialistas – com a chancela da mídia - começam a discutir esta tecnologia aplicada à clonagem de

seres humanos, gerando tanto euforia quanto pânico. Os textos não abrem o diálogo: eles prescrevem. Modelizadas segundo as regras do discurso jornalístico, as matérias prognosticam passos e encaminhamentos, não limitando o fato à dimensão de registro, mas acenando desde logo para a inevitabilidade da aplicação da clonagem a seres humanos. Permanece no noticiário dos primeiros dias um tom que beira o sensacionalismo, que não dá ao assunto a reflexão que ele merece, que não questiona, que em vez de esclarecer alarma, que mais desorienta que elucida.

A clonagem ganha tamanha dimensão na mídia que até a publicidade rapidamente se apropria dela para vender sua idéia. Um anúncio das Copiadoras Mita (no anexo) veiculado nos principais jornais reproduz uma matéria publicada no jornal O GLOBO e, logo embaixo, exibe seu slogan: “Copiadoras Mita. Clones perfeitos e sem nenhuma restrição”.

De maneira superficial e, portanto, espetacular, os veículos assumem discursivamente como certeza um dado que se situa no plano da mera conjuntura. Certas “informações”, cunhagem de frases ou expressões de efeito também ganham destaque porque a mídia gosta delas para fazer títulos e dar charme ou drama às reportagens. Os títulos, antetítulos e subtítulos – que, na economia discursiva de um jornal, como sabemos, funcionam como chamarizes para a matéria, criando ou não o interesse do leitor para o tema - exemplificam bem o clima da cobertura.

EXEMPLOS:

1) TÉCNICA POSSIBILITA FAZER CÓPIA DO SER HUMANO

(título / O GLOBO / 25 fevereiro de 1997)

2) POLÊMICA EXPERIÊNCIA BRITÂNICA MOSTRA QUE EM POUCO TEMPO SERÁ POSSÍVEL CRIAR CLONES HUMANOS

(Antetítulo / O DIA/ 27 de fevereiro de 1997)

3) RÉPLICA DE HUMANOS TRAZ NOVO DESAFIO PARA A CIÊNCIA

(título / O DIA/ 2 de março de 1997)

4) QUEM GEROU A OVELHA-CLONE PODE COPIAR SERES HUMANOS

(Antetítulo / O DIA/ 2 de março de 1997)

5) CIENTISTAS DOS EUA JÁ SABEM COMO COPIAR GENTE

(antetítulo / O DIA/ 4 de março de 1997)

6) CIENTISTAS DOS EUA GARANTEM QUE LOGO CHEGARÃO AO CLONE HUMANO

(título / O DIA/ 4 de março de 1997)

A clonagem humana se define, antecipadamente, no mundo do jornalismo. O jornal põe na pauta do dia futuros que ainda não ocorreram – e talvez nunca cheguem a ocorrer. Nos três jornais, pela escolha dos entrevistados, pelas informações e pelos detalhes colocados em destaque nos títulos, sub-títulos e *leads*, as estratégias discursivas passam a construir então uma atmosfera de “aceitação” da experiência aplicada aos humanos. É esse conta-gotas simbólico, tornado um hábito, como diz Bordieu (1998), que vai sendo pingado na consciência do público, que acaba por influenciar primeiramente nossa linguagem, depois nossas crenças e, finalmente, nossas decisões e nossas ações no mundo.

EXEMPLOS:

1) (...) a descoberta abre uma **porta para que o mesmo aconteça com seres humanos.**

(O GLOBO /24 de fevereiro de 1997)

2) Outros cientistas advertiram, no entanto, que a técnica usada no Instituto Roslin é **potencialmente aplicável a células humanas**, o que pode colocar a ciência, em breve diante de grande dilemas éticos.

(JORNAL DO BRASIL/ 24 de fevereiro de 1997)

3) **Especialistas** temem que falta de legislação rígida **torne possível a reprodução ilimitada de pessoas e animais idênticos**

(O GLOBO / 25 de fevereiro de 1997)

4) Embora seja eticamente condenável, muitos **especialistas** disseram que **é ingenuidade supor que somente ovelhas e animais domésticos serão clonados.**

(O GLOBO / 25 de fevereiro de 1997)

5) Embora seja eticamente condenável, **é tecnicamente possível usar a mesma tecnologia que produziu Dolly em seres humanos.**

(O GLOBO / 26 de fevereiro de 1997)

6) A bem-sucedida clonagem da ovelha **demonstrou que poderá ser possível copiar seres humanos também a partir de células adultas humanas**

(O DIA/ 27 de fevereiro de 1997)

7) **Médicos brasileiros** dizem que **a clonagem humana será uma realidade no futuro.**

(JORNAL DO BRASIL / 28 de fevereiro de 1997)

8) A clonagem de um ovino **prova que é possível clonar seres humanos mortos** que tenham sido congelados, segundo procedimentos muito estritos, afirmaram os **pesquisadores** escoceses.

(O DIA/ 1^o de março de 1997)

9) A clonagem da ovelha Dolly – o primeiro animal criado a partir de uma célula não reprodutiva de um mamífero adulto – levou o mundo inteiro a discutir qual será o **próximo passo da ciência**.

(O GLOBO / 9 de março de 1997)

Além disso, nas primeiras matérias, ao dar quase que exclusivamente a palavra aos cientistas, os três jornais revestem a informação de credibilidade, se apropriando do capital simbólico conferido à comunidade científica para construir seu discurso. Afinal, segundo a lógica veiculada pela imprensa por intermédio da fala legitimada dos especialistas, o que poderia frear o desenvolvimento da ciência, uma vez que as bases tecnológicas para a clonagem humana já teriam sido estabelecidas? Por meio do noticiário, instaura-se uma atmosfera inevitável e aceitável da clonagem humana, calcada nas afirmações de especialistas, capaz de influenciar a opinião pública. A inevitabilidade assumida e veiculada pelo discurso da mídia leva o público a formular como certeza aquilo que, em princípio, deveria ser apenas uma possibilidade a ser amplamente debatida pela sociedade como um todo e não apenas pelos “especialistas”.

Pela construção discursiva do acontecimento, os três veículos produzem uma espécie de caráter indissociável entre as duas idéias: a clonagem da ovelha abre caminho para a inevitável clonagem do homem e torna-se praticamente impossível para o leitor pensar de forma diferente. Fica discursivamente consolidada a clonagem de humanos. E o caráter desta indissociabilidade torna-se relevante na construção da noção de que é impossível parar a ciência, feita soberana sobre todas as demais esferas de representação humanas.

Rapidamente, a imagem de inevitabilidade da clonagem humana construída pela economia discursiva dos três jornais eleitos metodologicamente por nós como representantes de um comportamento geral da mídia impressa desencadeia uma outra discussão: É ético ou não clonar humanos? A ética é então chamada à cena, mas não para refletir sobre o significado ou a relevância

de experiências científicas como esta ou ainda, na pior das hipóteses, sobre a validade ou não de aplicação de recursos financeiros – em geral, públicos ou resultantes de subsídios, estímulos ou incentivos fiscais dados a empresas – neste tipo de pesquisa, mas para decidir sobre o uso do “inevitável”.

Assim, uma vez estabelecida pela própria mídia que a clonagem humana é o passo seguinte da ciência, os motivos invocados para regular as experiências aplicadas a clones humanos passam a ser de ordem ética. Logo, há uma corrida rumo às proibições e muitos governos apressam-se em regular ou coibir, recorrendo a leis⁵², a clonagem humana. Os títulos, antetítulos, subtítulos e trechos das reportagens listados a seguir também tornam ainda mais evidente a ruptura entre os universos científico e filosófico a que aludimos no capítulo 2, quando dizem que as consequências éticas desta descoberta serão estudadas por um “comitê de especialistas” [os cientistas].

EXEMPLOS:

1) DESCOBERTA DE EMBRIOLOGISTAS BRITÂNICOS REVOLUCIONA A GENÉTICA E JÁ GERA **GRANDES DISCUSSÕES ÉTICAS**

(subtítulo / O GLOBO / 24 de fevereiro de 1997)

2) (...) os pesquisadores, legisladores e a sociedade em geral precisam começar a **pensar logo nos limites éticos.**

(O GLOBO / 1º de março de 1997)

⁵² No Brasil, até a conclusão deste trabalho, a manipulação de células-tronco humanas, bem como a clonagem de seres humanos, estava proibida pela instrução normativa número 8 da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança (CTNBio). A pesquisa com células-tronco animais, no entanto, não enfrenta resistência.

3) Outros cientistas advertiram que a técnica usada no Instituto Roslin é potencialmente aplicável a células humanas, o que pode **colocar a ciência**, em breve, **diante de grandes dilemas éticos**.

(JORNAL DO BRASIL / 24 de fevereiro de 1997)

4) CIENTISTA QUE CLONOU MACACOS NO OREGON ACHA QUE **ÉTICA É A ÚNICA BARREIRA À CLONAGEM DE HOMENS**

(título / O GLOBO / 30 de março de 1997)

5) Para o bioeticista da Universidade de Brasília Volnei Garrafa, o limite tecnológico deixou de existir:

- A ética é o limite.

(O GLOBO / 19 de julho de 1998)

6) Segundo o especialista em ética Ronald Musson, **o único impedimento à clonagem humana será legal**, já que a técnica poderá ser usada por qualquer laboratório razoavelmente equipado.

(O GLOBO / 25 de fevereiro de 1997)

7) O Vaticano está preocupado porque a maioria dos países não tem **leis específicas** sobre o assunto da clonagem.

(O GLOBO / 27 de fevereiro de 1997)

8) Na Inglaterra, um **comitê de cientistas**, formado no ano passado por **advogados e filósofos**, começou a reunir-se para discutir a clonagem.

(O DIA/ 28 de fevereiro de 1997)

9) – *Infelizmente, **as técnicas estão avançando muito mais rapidamente do que as leis**. Em consequência, o Brasil fica vulnerável a testes de técnicas que sejam, por exemplo, proibidas em outros países* – disse Silvio Valle, especialista da Fiocruz.

(O GLOBO / 2 de março de 1997)

10) O cientista escocês Ian Wilmut, que chefiou a equipe que criou a ovelha Dolly, disse ao semanário alemão “Der Spiegel” que o medo causado por sua experiência é perfeitamente justificado:

- *Dissemos desde o início: é possível também fabricar cópias genéticas de seres humanos graças à nossa técnica* – admitiu Wilmut. – **Unicamente leis claras podem impedi-lo.**

(O GLOBO / 3 de março de 1997)

11) A façanha técnica dos cientistas é admirável, mas **é preciso cuidado** para evitar que o processo seja aplicado inescrupulosamente para criar réplicas idênticas de seres humanos vivos ou mortos (mantidos congelados).

(O DIA/ 2 de março de 1997)

12) O presidente Clinton convidou a comunidade científica a suspender temporariamente as pesquisas sobre o assunto, até que os cientistas e o público tenham tempo de **compreender verdadeiramente e debater as implicações éticas profundas dos novos descobrimentos da ciência.**

(O DIA/ 5 de março de 1997)

13) CRIADOR DA OVELHA DOLLY PEDE **LEIS MAIS RIGOROSAS**

(título / O DIA/ 7 de março de 1997)

14) Do ponto de vista ético, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), do Ministério da Ciência e Tecnologia, concluiu que o assunto deve ser tratado de forma a não impedir o avanço do conhecimento científico e nem o desenvolvimento tecnológico. **Mas também deve resguardar os limites morais e éticos.**

(JORNAL DO BRASIL / 8 de março de 1997)

15) SURGEM NOVOS SITES NA REDE PARA DISCUTIR **ÉTICA NA CIÊNCIA**

(entretítulo / O GLOBO / 9 de março de 1997)

16) O AVANÇO DA GENÉTICA: CIENTISTA QUE CLONOU MACACOS NO OREGON ACHA QUE A **ÉTICA É A ÚNICA BARREIRA À CLONAGEM DE HOMENS**

(O GLOBO/ 30 de março de 1997)

Nas matérias que compõem o *corpus*, o uso de advérbios de modo como eticamente, tecnicamente e cientificamente também torna bastante clara esta cisão do pensamento que os exemplos acima relacionados evidenciam. De um lado, o conhecimento científico e técnico, do outro, o filosófico e ético.

EXEMPLOS:

1) – **Cientificamente**, a descoberta é interessante. Mas qual é o seu real valor se levarmos em consideração o enorme risco de algum insensato querer se auto-reproduzir? – protestou o diretor do Boletim de Ética Médica, o doutor Richard Nixon, ao jornal Sunday Telegraph. (O GLOBO/ 24 de fevereiro de 1997)

2) Embora seja **eticamente** condenável, muitos especialistas disseram que é ingenuidade supor que somente ovelhas e animais domésticos serão clonados.

(O GLOBO / 25 de fevereiro de 1997)

3) Embora seja **eticamente** condenável, é **tecnicamente** possível usar a mesma tecnologia que produziu Dolly em seres humanos.

(O GLOBO / 26 de fevereiro de 1997)

3.1.1.2. A marcação discursiva: as falas hierarquizadas

Como é possível notar, a discussão das questões científicas e filosóficas sobre a nova técnica praticamente se restringe, nas matérias publicadas nos três jornais, à análise de especialistas – aqueles que, segundo a lógica discursiva dos veículos de comunicação, são os que dispõem de autoridade, legitimidade e conhecimento para produzir juízos de valor e opiniões. O “espetáculo da ciência”, aliás, é metaforizado principalmente por meio dos depoimentos dos especialistas. Na maioria das reportagens, os jornais limitam-se a realizar o que em comunicação convencionou-se chamar de jornalismo declaratório⁵³ – dizer que o outro disse, ou seja, substituir a correta e completa apuração dos fatos pela simples reprodução de declarações das fontes – tão comum hoje em dia não apenas nos relatos científicos. Em muitos enunciados, as afirmações jornalísticas se estruturam e se apóiam sempre num outro discurso que, por sua vez, mostra, revela, confirma.

Numa tentativa louvável e jornalisticamente correta de dar um panorama de opiniões sobre a clonagem, os três jornais relacionam especialistas de diversas categorias e o tema é marcado pela heterogeneidade de discursos: o científico, o religioso, o filosófico, o político. Mas sempre são chamados a opinar as “autoridades”, investidas, inclusive pelo próprio jornal, de legitimidade para falar em nome dos “simples mortais”, estes sim, sem vez e sem voz nesta discussão, a não ser como meros espectadores. Se não chegam a apresentar um consenso sobre a clonagem, os jornais evidenciam um outro consenso: o de vozes autorizadas a falar – os especialistas. O espaço discursivo se evidencia, assim, como aponta Bakhtin (1992), como lugar da enunciação onde se revelam e se sedimentam os lugares sociais de quem fala.

⁵³ O jornalismo declaratório é apontado como um dos problemas da imprensa contemporânea. É que ao fazê-lo, o jornalista se abstém de sua função básica de apurar, avaliar, confirmar, aferir, checar e julgar, em troca de uma mera coleta de declarações publicadas acriticamente.

Não que especialistas ou autoridades não devam ser fontes para reportagens. Ao contrário: são fontes primárias das mais preciosas, detentoras de conhecimentos fundamentais para a compreensão dos temas do mundo. Mas uma matéria jornalística – ao menos uma matéria bem feita, expectativa não só ética, mas também técnica sobre qualquer produção jornalística - não pode restringir à fala deles as informações colhidas e ofertadas ao leitor. Muito menos sem confrontá-la de forma inteligente com outras falas, contextualizando fontes e dados, de modo a oferecer informações relevantes, significativas, que possibilitem ao público uma compreensão efetiva e legítima do tema.

Ainda assim, em notícias nos jornais analisados, as fontes não são adequadamente contextualizadas (afinal, que razões tem o leitor para acreditar no que “aquele” especialista está dizendo?; quem subsidia suas pesquisas?; que trabalhos já realizou na área em questão?; tem experiência efetiva e conhecimento prático sobre o assunto?; entre outras perguntas básicas que fazem parte de qualquer boa apuração) nem têm suas versões devidamente contra-argumentadas por outras vozes. A reprodução de somente um ponto de vista, como sabemos, não caracteriza uma notícia jornalística, pelo menos não uma boa notícia, mas é bastante comum os jornais se limitarem a este tipo de apuração para veicular uma informação.

Nas matérias sobre clonagem, mesmo quando procuram estabelecer um contraponto para a opinião de especialistas que apostam e defendem a clonagem humana para determinados fins, os três jornais têm a mesma atitude: colocam a palavra do especialista que destoa ou diverge da linha geral da matéria no pé (final) da reportagem, em grau de importância infinitamente menor que outras opiniões que ajudam a corroborar os títulos (alguns apelativos). Uma estratégia que poderíamos reconhecer, se não como uma espécie de desqualificação de fala operada pela mídia, pelo menos como uma diminuição discursiva do valor desta fala.

EXEMPLOS:

1) [...] “A clonagem de uma pessoa morta significa apenas a criação de um ser como o mesmo material genético”, diz o biólogo molecular Win Degrove, membro da CTNBio, comitê que debate a regulamentação das pesquisas no Brasil. O biólogo não aprova essa prática. “Não faz nenhum sentido”, afirma.

(trecho do último parágrafo / JORNAL DO BRASIL / 28 de fevereiro de 1997)

2) O geneticista da Fundação Oswaldo Cruz, Win Degrove, que leu o estudo publicado por Wilmut na “Nature”, disse que ainda há muitas questões a responder sobre o método de clonagem. Em primeiro lugar, disse o pesquisador, a experiência precisa ser repetida por outros cientistas para que seus resultados possam ser validados. Essa é uma regra básica da ciência: toda experiência precisa ser reproduzível. O próprio Wilmut reconheceu que fez mais de 300 experiências fracassadas antes de chegar a Dolly.

(Trecho do penúltimo parágrafo / O GLOBO/ 1º de março de 1997)

3) “Antes de tudo, devemos dizer a verdade. Dizer que se abrem fantásticas perspectivas para tratar doenças, mas também há terríveis perigos”, completou o professor Colin Campbell, presidente da Comissão sobre Genética Humana da Inglaterra.

(Trecho do último parágrafo/ O DIA/ 2 de março de 1997)

4) Apesar de afirmar que a clonagem humana é uma realidade próxima para os cientistas, o biólogo Edmundo Marques diz que é definitivamente contrário ao procedimento. Para ele, a clonagem humana não é necessária para o avanço da ciência.

- A manipulação de seres humanos é um risco para a humanidade. Do ponto de vista moral e ético, é inadmissível.

(Penúltimo parágrafo / O GLOBO / 17 de julho de 1997)

Nem mesmo a apresentação de opiniões divergentes nas reportagens jornalísticas, portanto, abala este caráter irrefutável da comunidade científica - solidificado em grande parte pela construção discursiva que a mídia faz da ciência - pois tais opiniões são trazidas à cena de forma hierarquicamente inferior, como acabamos de ver. Ao contrário: a comunidade científica, mesmo eventualmente dividida, preserva, com a eficiente colaboração da mídia, seu poder de “poder dizer”. Mesmo quando assumem discursivamente que a comunidade científica encontra-se dividida, os meios de comunicação de massa reforçam, ainda que sem esta intenção declarada ou percebida - o mito de que cabe aos especialistas a discussão e a decisão sobre os rumos da ciência e da pesquisa científica.

EXEMPLOS:

1) Primeiro clone de um animal adulto cria nova **polêmica entre cientistas**.

(JORNAL DO BRASIL / 24 de fevereiro 1997)

2) Embora toda a **comunidade científica** tenha sido unânime em condenar a possibilidade de criar clones humanos, a própria *Nature*, num editorial, reconheceu que nos próximos dez anos será tecnicamente possível produzir clones humanos.

(O GLOBO / 1 de março de 1997)

3) Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que vai reunir, nas próximas semanas, cientistas e professores de ética para estudar as medidas a adotar para evitar que o exemplo da ovelha Dolly seja levado aos seres humanos .

- A **comunidade científica** pensava que a clonagem estava ainda tão longínqua que não existe hoje qualquer código para deter o que parece poder vir a se tornar uma realidade – disse o porta-voz da Organização, Phillippe Strood. (O GLOBO /3 de março de 1997)

4) O presidente Clinton convidou a **comunidade científica** a suspender temporariamente as pesquisas sobre o assunto, até que os cientistas e o público tenham tempo de *“compreender verdadeiramente e debater as implicações éticas profundas dos novos descobrimentos da ciência.”*

(O DIA/ 5 de março de 1997)

5) “Para a **comunidade científica**, a clonagem de Dolly não chega a ser uma grande surpresa. O que ocorreu foi a publicação de mais um trabalho, que, sem dúvida, irá contribuir para um melhor entendimento do processo de diferenciação celular. Lembro que o Instituto Roslin já trabalha na área desde a década de 70”, disse Silvio Valle, coordenador do curso de Biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz .

(O GLOBO / 3 de abril 1997)

6) O **mundo da ciência** está dividido.

(O GLOBO/ 9 de março de 1997)

7) O debate sobre ética na ciência, manipulação genética e experiências com animais está tendo destaque agora, mas não é novo para a **comunidade acadêmica**.

(O GLOBO/ 9 de março de 1997)

Nos três jornais, por exemplo, nenhuma matéria abre espaço para uma enquete, tão comum no jornalismo impresso, especialmente quando trata de temas polêmicos, para a opinião dos ditos “leigos” sobre o tema. Em nenhum momento, representantes do público em geral ocupam lugar discursivo nas reportagens. Mais uma prova de que o conhecimento científico, de acordo com a lógica que rege tanto o discurso jornalístico quanto o científico, deve ficar restrito aos especialistas, e de que a opinião dos não especialistas (da população, enfim, suposta destinatária de qualquer pesquisa) é simbolicamente inferior ou mesmo

irrelevante, segundo a construção narrativa da mídia. Como frisa Nunes (1995), trata-se de preservar o reconhecimento dos que têm autoridade discursiva e dos que não a possuem, determinada pelo lugar da fala e pelo valor de referência de cada discurso.

Em matéria publicada no jornal O GLOBO em 9 de março de 1997, com o antetítulo CIENTISTAS E LEIGOS SE MOSTRAM DIVIDIDOS EM RELAÇÃO ÀS CONSEQÜÊNCIAS DO MÉTODO, têm-se inicialmente a impressão de que finalmente os “não especialistas” terão espaço discursivo nos jornais. Mas basta avançar na leitura para perceber que é um equívoco. Sob o título CRIAÇÃO DA OVELHA DOLLY MOBILIZA INTERNET, a matéria fala sobre a onda de artigos, manifestos e mensagens sobre clonagem que invadiu a rede mundial de computadores, com a criação de sites para discutir ética na ciência. Há apenas o registro do fato.

Na mesma reportagem, o jornal frisa que, no dia seguinte ao anúncio da criação da ovelha Dolly, O GLOBO ON (< <http://www.oglobo.com.br> >), site das Organizações Globo, criou um grupo de discussão com a pergunta: “Você aprovaria a criação de clones humanos?”⁵⁴. Mantém-se restrita ao veículo Internet – e evidentemente aos privilegiados que a ele tem acesso – a discussão do público em geral sobre o novo método. Mesmo estes, porém, só tem vez e voz discursiva num veículo em que qualquer um pode, tendo acesso, nele falar (escrever, melhor dizendo). Uma voz que não carece de autoridade ou de legitimidade para ser pronunciada e lida e nem desfruta daquilo que, em jornalismo, é a pedra mais valiosa: a credibilidade (quem garante, afinal, a autoria daquilo que navega pela rede?).

⁵⁴ As respostas, segundo texto da matéria, “só confirmam a polêmica levantada pela experiência desenvolvida pelos cientistas que clonaram Dolly: enquanto alguns internautas mostram-se profundamente preocupados com o que pode acontecer a partir do nascimento da ovelha, outros acreditam que a descoberta da clonagem pode trazer inúmeros benefícios para a medicina” (trecho extraído da matéria publicada no jornal O GLOBO em 9 de março de 1997).

A mesma edição do jornal O GLOBO do dia 9 de março de 1997 traz ainda, sob o título TRÊS VISÕES DOS CLONES, uma sub retransmissão com as opiniões do filósofo Lenandro Konder, do psicanalista Christian Gauderer e do cientista Sílvio Valle sobre o assunto. Saímos das “garras” de uns especialistas – os cientistas – para cair nas mãos de outros – os filósofos, os religiosos, os legisladores, os sociólogos, os psicanalistas. Está mantida, pois, a hierarquização e a especialização do saber – aqueles que estão autorizados a pensar e a decidir, e aqueles que não estão. Trechos de matérias nos jornais analisados deixam isso bem evidente, quando ressaltam a possibilidade de a ciência cair nas mãos erradas. Mas quais seriam as mãos certas?

EXEMPLOS:

1) PESADELO DE VER A CIÊNCIA CAIR EM MÃOS ERRADAS VOLTA A ASSOMBRAR A ALEMANHA.

(título / O GLOBO / 9 de março de 1997)

2) Na Alemanha, a possibilidade de se criar um ser humano num laboratório e o medo de que a técnica caia em mãos erradas trouxeram de volta as lembranças de uma tema tabu: os abusos cometidos na Segunda Guerra em nome da criação de uma raça superior, o ideal de Adolph Hitler.

(O GLOBO/ 9 de março de 1997)

A menção à opinião de “não especialistas”, nos jornais analisados, aparece apenas de passagem e embutida em uma pesquisa de opinião realizada nos EUA, em matéria no JORNAL DO BRASIL de 3 de março de 1997, quando o veículo revela, mesmo assim no último parágrafo da sub retransmissão, resultados de uma pesquisa da revista Times que indica que 90% dos americanos são contra a

clonagem humana, embora 45% sejam a favor de se usar órgãos humanos clonados em transplantes. O texto da sub traz ainda a informação de que cerca de 74% acham que a clonagem vai contra a vontade de Deus e que a possibilidade de que a clonagem de humanos seja possível algum dia assusta 69% dos americanos. No Jornal O GLOBO, parte do resultado desta pesquisa só é mencionada em matéria do dia 10 de junho de 1997, sob o título CLINTON APROVA LEI QUE PROÍBE A PRODUÇÃO DE BEBÊS CLONADOS, resumida na seguinte frase: “Pesquisas realizadas logo depois da apresentação de Dolly mostraram que 90% dos americanos são contra a clonagem de seres humanos”. Não há, porém, menção à origem ou a outros dados da pesquisa.

Como é possível confirmar pela escolha das fontes de informação para as matérias e pela construção conceitual evidenciada nos textos, não parece haver saída: a discussão ética e a decisão sobre a extensão da experiência de clonagem aos humanos está, definitivamente, nas mãos dos especialistas. O sentido socialmente construído pelo noticiário dos três veículos é o de que a clonagem humana é apenas uma questão de tempo e que discutir, impedir ou regulamentar esta evolução “inevitável” é algo que apenas poucos privilegiados – filósofos e afins - (ou nem eles, já que a ciência não pode parar, como defendem muitos de seus representantes) poderiam impedir. “Eles”, os especialistas, entram em cena para decidir. “Nós”, os leigos, só podemos assistir. É o espetáculo da ciência na mídia.

3.1.1.3. A disputa discursiva: o discurso sobre o discurso

Nos exemplos destacados até aqui evidencia-se ainda outra característica inerente à enunciação jornalística e que abre caminho para dificuldades, desvios e deslizos de toda sorte, especialmente éticos: o fato de o discurso jornalístico ser uma metadiscorso, ou seja, estar apoiado no discurso alheio, se situar e se construir a partir dele. O jornalista, já sabemos, não está diretamente conectado com fatos, mas com falas e, para constituir-se, a imprensa precisa do discurso de outros. As práticas discursivas que constituem o jornalismo estão baseadas sempre em um “discurso segundo”, como nomeia Fausto Neto (in MOUILLAUD e PORTO, 1997, p. 521), na credibilidade, na declaratividade daquilo que vem de outros campos, sustentada por uma outra voz que ele próprio ajuda a investir – ou a destituir, conforme o caso - de credibilidade.

A mídia, portanto, é produtora de sentido na medida em que tem o poder de dizer - um poder que reside tanto em sua eficácia enquanto linguagem quanto em sua competência e capacidade de poder referenciar - mas este poder se dá sempre em relação a outro(s) discurso(s), já que a enunciação jornalística é sempre contaminada por outros dizeres, códigos e saberes de outros campos discursivos dos quais retira informações para a construção da notícia.

Um dos principais aspectos – e que gera inúmeras dificuldades éticas - do jornalismo é precisamente este: ser receptor de outros discursos e trabalhar como um discurso segundo acerca de algo que se passa fora dos parâmetros internos de sua amplitude institucional. Ou seja, ele é o discurso sobre o discurso, citado ou apropriado. Não raras vezes, inclusive - e o caso que analisamos é um bom exemplo - a legitimidade do discurso da informação não lhe é interna, mas está caucionada no outro.

EXEMPLOS:

1) Os **cientistas norte-americanos garantem** que estão a um passo de fazer o mesmo com seres humanos.

(O DIA/ 4 de março de 1997)

2) Agora, **cientistas dizem** que o público deve ir se acostumando com a idéia de que é teoricamente possível fazer cópias de seres humanos.

(O GLOBO / 25 fevereiro de 1997)

3) O êxito da clonagem da ovelha Dolly prova que é possível clonar seres humanos mortos cujos corpos tenham sido congelados sob certas temperaturas, **estimam os pesquisadores** escoceses que realizaram a experiência.

(JORNAL DO BRASIL / 28 de fevereiro de 1997)

4) **O especialista** em ética Ronald Musson, da Universidade de Missouri, **alertou** que a técnica de clonagem é relativamente simples e que será muito difícil controlar seu uso.

(O GLOBO / 25 fevereiro de 1997)

5) Vencidas as barreiras morais, o **ginecologista acredita** que a clonagem humana poderá ser feita no futuro. “Daqui a 50 anos a clonagem humana será uma realidade”, afirma.

(JORNAL DO BRASIL / 28 de fevereiro de 1997)

6) – *Se uma lei não for aprovada logo, médicos poderão oferecer clones a seus clientes. Não vejo uma forma de impedi-los agora que as barreiras científicas foram quebradas* – **afirmou o professor de biologia** da Universidade de Princeton, Lee Silver, que prevê um cenário sombrio.

(O GLOBO / 25 fevereiro de 1997)

Pois esta condição inerente à linguagem jornalística, exatamente por trazer em si toda sorte de desafios éticos, coloca também a necessidade redobrada de reflexão, cuidado e atenção. Na medida em que o jornal é o local de confluência de uma grande variedade de discursos, poderíamos pensar que o social fala nele e através dele. Esta é a idéia que a imprensa quer produzir, quer passar de si mesma. Mas embora o jornal lide com discursos, também é ele um discurso. E ele não realiza uma simples repetição do que ouviu e apurou. Ao contrário. Ao fragmentar e reorganizar discursos, o veículo “constrói o acontecimento”, como diz Véron (1980). Sua construção cria uma nova realidade. A seleção das vozes e a hierarquização da forma permitem então ao meio de comunicação o exercício de considerável poder: orientar a leitura a partir de um ponto de vista hegemônico. O jornal direciona o olhar do leitor, seja em direção a fatos, seja em direção a falas e citações.

Mas exercer este poder não é tão fácil quanto pode parecer. Esta característica do discurso jornalístico, que, o mesmo tempo em que quer ser o produtor único de sentido, capaz de dizer tudo acerca da realidade, depende de outros discursos para se legitimar (característica a que autores como Maingueneau e Bakhtin, por exemplo, dão o nome de polifonia ou pluralidade de vozes) faz do Jornalismo um campo de tensão permanente e desemboca não só em deslizos de natureza ética, mas também nas dificuldades de relacionamento verificadas entre jornalistas e cientistas, como veremos no capítulo seguinte. Afinal, além de mobilizar um intrincado e complexo jogo de poder, na transformação do discurso científico em discurso jornalístico, sempre podem ocorrer apropriações indevidas, incompreensões, “traduções” mal feitas, deliberadas ou não. Pecados éticos, enfim.

Esta condição dual de autonomia/dependência - ou seja, há um discurso que, embora do jornal, é também de outros enunciadores – reforça, aliás, a característica do jornal de ser um espaço de polemicidade e de estar sempre submetido a fissuras, instabilidades e erros, pois o veículo precisa enquadrar o

discurso alheio em sua própria moldura discursiva, mas também está submetido a enquadramentos. Para firmar-se como o lugar de fala, de um saber instituído, legitimado, reconhecido, que instaura o poder de dizer e fazer crer, o discurso da mídia precisa enquadrar os discursos dos outros, mas ao mesmo tempo não pode abrir mão de seu poder simbólico de falar, de sua própria legitimidade, autoridade e reconhecimento para legitimar seu lugar de fala. E embora dependam um do outro, mesmo que neguem isso, discurso jornalístico e discurso científico protagonizam uma disputa social de poderes, de construção de espaços de domínio e de dominação no interior da própria enunciação midiática – o poder do meio de comunicação de ser um espaço de fala e o poder da ciência (dos especialistas) de deter o saber e o poder de falar em nome da sociedade.

Assim, além de sua complexidade estrutural e das coerções internas inerentes ao discurso da informação - dispositivos (textos, imagens, convenções gráficas, normas gramaticais, procedimentos profissionais, estilo, distribuição espacial das matérias) que competem e interferem na construção da enunciação - o discurso jornalístico se constitui numa complexa cadeia polifônica, já que é co-determinado também por outras enunciações. E estas também impõem seus enquadramentos à enunciação jornalística. Para além da simetria aparente do jornal, portanto, há uma tensão constitutiva entre o discurso jornalístico e os outros discursos dos quais é receptor. Na tensão entre estes dois grandes universos de enunciações há um encontro de economias discursivas, de poderes, de interesses e de disputa de sentido.

Pois estes discursos sociais também não são homogêneos, o que dificulta o estabelecimento de um sentido. Uma pista para reconhecer nos textos esta tensão, no próprio momento em que se constrói a enunciação, pode ser observada no uso de marcas adverbiais modais. Ou seja, nas matérias analisadas, o recurso a advérbios de modo como exatamente, difícilmente, relativamente, verdadeiramente, potencialmente, perfeitamente, entre outros, se constitui na evidência pela qual o enunciador se insere na tensão do enunciado.

EXEMPLOS:

1) Por razões comerciais, Ron James não disse **exatamente** que novos produtos poderiam resultar da experiência com a clonagem da ovelha adulta.

(JORNAL DO BRASIL/ 24 de fevereiro de 1997)

2) Outros cientistas advertiram, no entanto, que a técnica usada no Instituto Roslin é **potencialmente** aplicável a células humanas, o que pode colocar a ciência, em breve diante de grande dilemas éticos.

(JORNAL DO BRASIL/ 24 de fevereiro de 1997)

3) O especialista em ética Ronald Musson, da Universidade de Missouri, alertou que a técnica de clonagem é **relativamente** simples e que será muito difícil controlar seu uso.

(O GLOBO / 25 fevereiro de 1997)

4) O geneticista francês Axel Kahan salientou que **difícilmente** algum cientista faria uma experiência dessas. No entanto, o risco existe e deve ser considerado e discutido, advertiu.

(O GLOBO / 1 de março de 1997)

5) O cientista escocês Ian Wilmut, que chefiou a equipe que criou a ovelha Dolly, disse ao semanário alemão “Der Spiegel” que o medo causado por sua experiência é **perfeitamente** justificado:

- *Dissemos desde o início: é possível fabricar cópias genéticas de seres humanos graças à nossa técnica. Unicamente leis claras podem impedi-lo.*

(O GLOBO / 3 de março de 1997)

6) O Presidente Clinton convidou a comunidade científica a suspender temporariamente as pesquisas sobre o assunto, até que os cientistas e o público tenham tempo de compreender **verdadeiramente** e debater as implicações éticas profundas dos novos descobrimentos da ciência.

(O DIA/ 5 de março de 1997)

3.1.1.4. A apropriação discursiva: o poder da fala

Há ainda outra característica da relação enunciativa própria ao discurso midiático que merece ser destacada e nos ajuda a compreender nosso objeto de estudo: a consolidação do lugar de fala a partir do qual o discurso é produzido depende de um complexo jogo de negociações e contratos. Um lugar que, segundo Bordieu (1989), também depende do conhecimento e do reconhecimento social por parte do leitor, convidado, segundo Flahaut, (*apud* MAINGUENEAU, 1978) a ocupar, neste jogo de relações, o outro lugar, pressupondo negociações e reconhecimentos entre todos os envolvidos no processo comunicacional. É que, exatamente por apoiar-se no discurso do outro, o discurso jornalístico faz aparecer, na própria instância enunciativa (as fontes, as autorizações de fala), as instâncias de legitimação, e precisa estabelecer, junto ao leitor, o reconhecimento e a legitimação não só de seu lugar de fala, mas da autoridade de fala de quem ele elenca em suas páginas como fonte especializada.

Mas também aí evidencia-se outro motivo de tensão inerente à construção da enunciação jornalística. Transformado em uma espécie de substituto do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz, o jornal diário pode lidar com o discurso alheio de pelo menos duas maneiras distintas: apropriando-se dele como se seu fosse ou atribuindo-lhe a procedência, seja por discurso direto (citação) ou indireto (parafraseando a fala). Pois esta dualidade está na origem das estratégias pelas quais o jornal manipula, seja por identificar-se com ele, seja por distanciar-se do mesmo, o discurso de outro.

No discurso relatado, o jornalista apóia-se no discurso de outro (s), ou bem assumindo-o como seu ou demarcando-se dele. Ao endossar um enunciado como uma informação, sem lhe atribuir a fonte, o jornal o legitima como um enunciado

real e, ao mesmo tempo, veicula, se existem, os interesses que a suposta fonte investiu em seu discurso, assimilando assim seus conteúdos. Ao contrário, citando explicitamente seus informantes, em discurso direto (reproduzindo a fala com aspas ou travessões) ou indireto (dizer que o outro disse, defendeu, declarou), o jornal pretende conservar distância com relação a enunciados dos quais não é a origem e, mantendo uma certa distância, preserva sua identidade. Esta operação significa dizer que, apesar de o jornal operar um recorte e um enquadramento daquilo que as fontes dizem para ele, usa um modelo de articular tal fala com a enunciação de forma que se produza como efeito de sentido a impressão de que o jornalista é apenas um observador que registra fatos e opiniões de seus atores.

É que dando à fala o estatuto de citação, o jornal produz um efeito paradoxal: expatria seu próprio discurso para poder, num segundo momento, repatriá-lo como discurso do outro. Os enunciados deixam, então, aparecer o discurso de origem através de janelas com aspas. De um enunciador valorizado, o jornal extrai um enunciado que é, ele próprio, valorizado. Um poder dizer instituído. Essa estratégia da citação funciona como um lembrete do estatuto dos locutores investidos de autoridade de um poder-dizer. O recurso ao discurso do outro funciona então como um argumento de autoridade, que se fundamenta na credibilidade do enunciador e na credulidade do leitor. Reproduzindo o discurso do locutor, o jornal lhe concede seu poder simbólico, um poder que é, entretanto, modulado e regulado pela estratégia e pelas técnicas da citação. Pode-se dizer que o jornal se apaga atrás do enunciado que cita ou se apropria do mesmo. De toda forma, este “lugar de fala”, segundo Bourdieu (1989, p.55) é sempre um espaço de disputa social, de sentido e de poder. Poder de dizer e de fazer saber.

Seja lançando mão de discurso direto ou indireto, uma evidente intertextualidade, conceito especialmente desenvolvido por Verón (1980) - que mostra que há discursos que habitam uma segunda dimensão, que não estão evidenciados no texto, mas que dele fazem parte, já que o possibilitam - também está contida no discurso jornalístico. Pêcheux (1993) renova e dá mais

consistência ao conceito quando diz que o que é dito esconde o que não é dito, mas está subjacente e interfere no sentido a ser atualizado pelo leitor.

Embora se esconda por trás de outras vozes, portanto, é o jornal, ainda e sempre, o detentor do poder de tornar público. É Mouillaud quem melhor resume esta característica da enunciação jornalística ao dizer que o jornal, como reprodutor de discursos, está em uma posição ambígua com relação a seus enunciadores. “Na medida em que é um ‘quarto de ecos’, é tributário das vozes que reproduz – deste fato, ele próprio está sem voz -, mas é senhor do status que lhes atribui, quer dizer, de seu poder de asserção sobre o real”. (1997, p. 128). O discurso midiático desempenha, assim, um importante papel estratégico de reforço da legitimidade das demais instituições sociais, garantindo sua permeabilidade por todo o tecido social. A compreensão destas prerrogativas nos permite perceber a relação que a imprensa, apesar de todas as dificuldades e tensões, constrói entre o ‘saber’ e o ‘poder’: o conjunto de procedimentos de normalização funciona como uma legitimação das estruturas do poder.

3.1.1.5. A estratégia discursiva: um número de ventríloquo

Esta condição de atividade segunda do discurso jornalístico (discurso relator de ações e reprodutor de falas alheias) também suscita outro problema de teor essencialmente ético, observado claramente nas matérias sobre clonagem. Ao apostar na neutralidade e na objetividade do ato de produção, o jornalismo muitas vezes se coloca num plano de “desobrigações”, como destaca Fausto Neto (1991), como se funcionasse apenas como dispositivo intermediário, uma espécie de ventríloquo por meio do qual o(s) outro(s) fala(m). Por intermédio de recursos como aspas e travessões, os jornais também procuram se eximir da

responsabilidade daquilo que estão publicando - dizem que quem está dizendo não é o jornal - remetendo e deslocando para outras instâncias qualquer responsabilidade sobre o assunto.

Mas ao colocar no outro a responsabilidade do que publica, procurando produzir uma conveniente distância e se eximir da responsabilidade do que o outro afirma, o discurso da mídia esquece – ou finge esquecer - que quem organiza a enunciação é o jornal, por meio de seus profissionais e segundo suas regras enunciativas. Artigos do código de ética da profissão como o que diz que “o jornalista é responsável por toda informação que divulga” (artigo 11, da Responsabilidade Profissional de Todo Jornalista) são deixados de lado. Vejamos fragmentos das matérias:

EXEMPLOS:

1) O professor de Biologia da Universidade de Princeton, Lee Silver, prevê um cenário sombrio.

- Se uma lei não for aprovada logo, médicos poderão oferecer clones a seus clientes. Não vejo uma forma de impedi-los, agora que as barreiras científicas foram quebradas.

(O GLOBO / 25 de fevereiro de 1997)

2) Frank Farley, presidente da Associação Americana de Psicólogos, afirma que a clonagem da ovelha Dolly e dos macacos Neti e Ditto injetou ainda mais tensão a uma preocupação que cresce há 20 anos, desde o início da revolução biotecnológica:

- A possibilidade de clonar humanos tem agora uma certa aura de inevitabilidade – diz.

(O GLOBO / 30 de março de 1997)

3) O especialista em ética Ronald Musson, da Universidade de Missouri, alertou que a técnica de clonagem é relativamente simples e que será muito difícil controlar seu uso. Segundo ele, o único impedimento será legal, já que a técnica poderá ser usada por qualquer laboratório razoavelmente equipado. (O GLOBO/ 25 de fevereiro de 1997)

Há ocasiões em que o uso deste recurso de creditar ao outro a fala – e a conseqüente responsabilidade por ela – chega ao extremo. Em duas edições diferentes, o JORNAL DO BRASIL utiliza o mesmo recurso de colocar títulos aspeados (ou seja, com fala do entrevistado) para introduzir boxes com entrevistas de especialistas, a primeira com Colin Stewart, um embriologista no Instituto Nacional do Câncer, e a segunda com o cientista John Minogue, um dos 16 membros do comitê consultivo da Nasa. Um recurso que evidencia a intenção do jornal de desobrigar-se do que publica ao colocar a fala na boca entrevistado, eximindo-se de certa maneira, do que é dito. Mas ao eleger tais citações para colocar no título, o jornal toma posição.

EXEMPLOS:

1) **“ISSO É APENAS O COMEÇO”**

(título de sub retransmissão da matéria publicada no JB em 2 de março de 1997)

2) **“NUNCA VI A CIÊNCIA PARAR”**

(título de sub retransmissão da matéria publicada no JB em 6 de março de 1997)

3.1.1.6. A encenação discursiva: a ciência dramatizada

Algumas vezes, é a própria encenação que a mídia faz do acontecimento que acaba por modificá-lo e produzir complicações éticas. Quando o assunto é difícil, a imprensa dramatiza os acontecimentos para torná-los inteligíveis, mas neste processo, pode acabar simplificando-os e, assim, falseando a realidade e caindo no caminho do sensacionalismo. O meio acredita que precisa da teatralização e, quando não há, encarrega-se de fabricá-la. Com esta teatralização, a mídia procura conferir consistência e familiaridade ao relato. Há uma imensa diferença, porém, entre a matéria que procura humanizar e aproximar a notícia do público por meio de personagens e recursos narrativos e ângulos locais e aquela que utiliza a fantasia e o imaginário popular para chamar a atenção do leitor.

Pois ao cair nesta tentação, a imprensa fere pelo menos dois artigos de seu próprio código de ética, embora, muitas vezes, não se dê conta disso. Afinal, além da “divulgação da informação precisa e correta ser dever dos meios de comunicação pública, independentemente da natureza de sua propriedade” (artigo 2 do Direito à Informação), “a informação divulgada pelos meios de comunicação pública deve se pautar pela real ocorrência dos fatos e ter por finalidade o interesse social e coletivo” (artigo 3 do Direito à Informação).

No caso da ovelha Dolly, por exemplo, muitos jornais colaram a realidade da clonagem a livros e filmes – de pura ficção - que dela falavam ou se limitaram a destacar aspectos mais bizarros da técnica que, como qualquer outra, demanda limites éticos. A mídia encarregou-se de transformar o acontecimento científico em caso especular, muitas vezes mobilizando fantasias existentes no imaginário social. Na divulgação da clonagem pela imprensa, este ideário fantasioso foi muito difundido, reforçando e criando mitos como aqueles que serviram de roteiro para

filmes que falavam da reprodução em série, a partir da clonagem, de figuras como Hitler⁵⁵.

EXEMPLOS:

1) Ontem, ignorando a questão ética, o jornal “USA Today” divulgou os resultados de uma pesquisa sobre que personalidades os americanos gostariam de ver clonadas. Madre Teresa liderou a lista. Em seguida, vieram o ex-presidente Ronald Reagan, Michael Jordan e Sharon Stone. Entre os menos populares estão O J. Simpson e Bill Clinton.

(O GLOBO / 26 fevereiro de 1997)

2) Dolly seria a ancestral de multidões de Frankensteins. As comissões de ética se apressam, propõem proibições drásticas.

(O DIA/ 2 de março de 1997)

3) A capa da revista “Der Spiegel”, a mais importante da Alemanha, dá uma idéia da dimensão que a polêmica da clonagem tomou na Alemanha: ao lado de clones de Claudia Schiffer e Albert Einstein, a publicação multiplicou o desenho de Hitler.

- *É claro que o cenário do “O admirável mundo novo”, a obra de Aldous Huxley, escrita há 50 anos, tornou-se mais próximo da realidade* – diz o professor Konrad Bayreuther, do Centro de Biologia Molecular de Heidelberg. O livro de Huxley descreve um laboratório de clonagem de seres humanos em Berlim, onde as pessoas são produzidas de acordo com a função que vão executar.

(O GLOBO / 9 de março de 1997)

⁵⁵ A clonagem de Dolly trouxe à tona o livro de ficção intitulado “Os meninos do Brasil”, de Ira Levin, que abordava a criação de clones de Hitler, que seriam plantados em diferentes países para dominar o mundo. A tese do livro está montada nas fantasias genéticas que alimentaram o delírio nazista: o de que o que responde pelo homem é seu patrimônio genético. Para os nazistas, a qualidade humana superior, a raça superior, emana da pureza deste patrimônio.

3.1.1.7. A ética fora de cena

A avaliação crítica do discurso dos jornais sobre a clonagem de Dolly também nos permite situar, de maneira exemplar, o comportamento geral da imprensa quando cobre temas de ciência: por mais que procure ser “jornalisticamente correta”, ela tenta invariavelmente descobrir neles aspectos espetaculares e sensacionais – e aí, pouco vale o reduzido grau de probabilidade de que sejam verdadeiros. Uma atitude que faz com que, não raras vezes, as matérias sejam não só técnica, mas especialmente eticamente incorretas.

No caso do anúncio da ovelha clonada, como observamos, apesar da tentativa dos jornais para que o público fosse devidamente informado e embora haja matérias que podem ser consideradas jornalisticamente legítimas – nos três veículos, há uma preocupação explicativa e didática em relação à clonagem da ovelha e há momentos em que o discurso assume dimensões técnicas, com informações veiculadas em linguagem mais especializada (O GLOBO e no JORNAL DO BRASIL usam, inclusive, gráficos e desenhos para ilustrar e explicar e mostrar o processo de produção do clone) -, é possível reconhecer características e atitudes semelhantes, que configuram, no nosso entender, deslizos de natureza ética. Há reportagens com pouca profundidade; boa parte das matérias não traz uma proposta real de discussão do tema entre a sociedade; não são poucos os textos que não descem à raiz dos fatos e questões, em não raras notícias faltam dados, fontes, vozes e versões importantes. As reportagens despertam a curiosidade, mas satisfazem apenas superficialmente a vontade de saber, não aprofundando nem sinalizando para a complexidade efetiva do assunto.

Como seria de se esperar, os jornais procuram levantar uma polêmica sobre a clonagem e seus aspectos éticos, mas não fazem isso de forma

sistemática e demoram a trazer em suas edições depoimentos e versões mais elucidativos sobre o que a técnica realmente significa - sem sensacionalismo ou alarmismo -, numa tentativa de compreender e explicar seu contexto mais amplo, seus riscos e benefícios, inclusive para a espécie humana. Também não esclarecem realmente como este avanço científico repercute na vida do cidadão comum, destinatário final de qualquer pesquisa. As matérias mais descrevem do que propõem ou provocam: há pouco ou quase nenhum estímulo à reflexão e ao questionamento. Falta contexto, faltam informações necessárias para que seja possível compreender a extensão das notícias. Pois quando a mídia opta – consciente ou inconscientemente - pela descontextualização, altera a realidade original e, evidentemente, não cumpre com a ética.

Para tornar a notícia mais próxima e causar impacto, também cria-se um clima espetacular, um certo modo de ação dramática que acaba descambiando em deslizos de natureza ética. Afora as distorções causadas pela ânsia de sensacionalismo, que faz com que os jornais coloquem como afirmações categóricas dados apenas parciais, sobretudo, há, não custa repetir, falta de informações. Uma deficiência causada, em parte, por outra característica freqüente nas matérias sobre ciência. As editorias de ciência dos jornais mostram-se bastante reféns não só dos *releases*, mas também do noticiário internacional, o que, além de não ocorrer à toa, demonstra o nível de submissão do país às políticas internacionais, inclusive no que diz respeito a pesquisas científicas e acadêmicas. Pois quando o jornal se contenta em publicar o que recebe via agência ou assessorias de imprensa, sem ampliar, aprofundar e avançar na apuração, com certeza, também não está atendendo à melhor ética profissional.

Informações sobre as falhas do método da clonagem, as tentativas frustradas, os medos, as idéias contrárias só são veiculadas pelos três jornais cerca de uma semana depois da matéria original. Só então são iluminados outros aspectos do fato. No primeiro dia em que a notícia é veiculada, nenhum dos três jornais menciona que houve sérios problemas nas tentativas de clonagem da

ovelha ou cita as cerca de 300 tentativas frustradas que antecederam o nascimento de Dolly. Em O GLOBO, a primeira reportagem que menciona o fato é publicada no dia 1º de março 1997, no penúltimo parágrafo. Na mesma matéria, pela primeira vez, é levantada a questão de que a experiência anunciada precisa ser comprovada. Em O DIA, a informação sobre as tentativas mal sucedidas de clonagem só é veiculada na reportagem publicada no dia 2 de março, numa sub-retranca. No JORNAL DO BRASIL, no mesmo dia 2 de março, é publicada uma matéria sob o título CLONAGEM DE ANIMAIS TRAZ BENEFÍCIOS, que sequer menciona as tentativas frustradas.

EXEMPLOS:

1) O geneticista da Fundação Oswaldo Cruz, Win Degraive, que leu o estudo publicado por Wilmut na “Nature”, disse que ainda há muitas questões a responder sobre o método de clonagem. Em primeiro lugar, disse o pesquisador, a experiência precisa ser repetida por outros cientistas para que seus resultados possam ser validados. Essa é uma regra básica da ciência: toda experiência precisa ser reproduzível. O próprio Wilmut reconheceu que fez mais de **300 experiências fracassadas** antes de chegar a Dolly.

Além disso, Dolly é uma incógnita. Tem apenas 7 meses e ainda é muito cedo para saber quanto tempo viverá e se será capaz de ter filhotes. Além disso, a experiência parece ter uma **reduzida margem de êxito. A maioria dos embriões morre.**

(O GLOBO/ 1º de março de 1997)

2) Depois de **300 tentativas**, o Dr. Ian Wilmut e a equipe do Instituto Roslin de Edimburgo, Escócia, conseguiram criar a ovelha clone Dolly a partir do núcleo completo de uma célula de ovelha adulta. A clonagem de animais, no entanto, já vinha sendo feita com êxito a partir de embriões desde 1986, quando um

pesquisador canadense iniciou a experiência com bezerros, nos Estados Unidos.

(O DIA/ 2 de março de 1997)

Além disso, no início do noticiário, são verbos, palavras e expressões como revolucionar, revolução, descoberta, espetacular, bem-sucedida, benefícios, conquista, admirável, feito, êxito e mundo novo que povoam as reportagens.

EXEMPLOS:

1) DESCOBERTA DE EMBRIOLOGISTAS BRITÂNICOS **REVOLUCIONA** A GENÉTICA E JÁ GERA GRANDES DISCUSSÕES ÉTICAS

(subtítulo / O GLOBO / 24 de fevereiro de 1997)

2) A nova experiência é considerada uma grande **revolução** genética.

(O GLOBO / 24 de fevereiro de 1997)

3) A **bem-sucedida** clonagem da ovelha demonstrou que poderá ser possível copiar seres humanos também a partir de células adultas humanas

(O Dia/ 27 de fevereiro de 1997)

4) Nos últimos dias, a ovelha Dolly superou com **êxito** seu primeiro teste. Agiu com naturalidade diante da multidão de fotógrafos à qual foi apresentada.

(O Dia, 27 de fevereiro de 1997)

5) O **êxito** da clonagem da ovelha Dolly prova que é possível clonar seres humanos mortos cujos corpos tenham sido congelados sob certas temperaturas, estimam os pesquisadores escoceses que realizaram a

experiência.

(JORNAL DO BRASIL / 28 de fevereiro de 1997)

6) A **descoberta** da técnica será um dos destaques da edição da próxima semana da revista científica Nature, uma das mais respeitadas.

(JORNAL DO BRASIL/ 24 de fevereiro de 1997)

7) CLONAGEM DE ANIMAIS TRAZ **BENEFÍCIOS**

(título / JORNAL DO BRASIL/ 2 de março de 1997)

8) A equipe de cientistas que criou na Escócia a ovelha Dolly promete para os próximos dias uma revelação ainda mais **espetacular**.

(O DIA/ 6 de março de 1997)

Nestas mesmas matérias, expressões como medo, horrível, absurdo, risco, sombrio, pânico, perigo, quando aparecem, estão representadas discursivamente na fala de algum especialista, na maioria das vezes aspeadas ou entre travessões (que jornalisticamente indicam discurso direto), não apropriadas pelos jornais como discurso seu. O tal “plano de desobrigações” de que fala Fausto Neto, já mencionado anteriormente, a partir do qual o jornal não se sente responsável por aquilo que os outros dizem, embora, evidentemente, seja do jornal a responsabilidade de buscar, editar, qualificar, confrontar, contextualizar, veicular e hierarquizar qualquer fala. Os jornais assumem apenas a polêmica existente entre os especialistas, mas deixam a cargo das “falas autorizadas” (aquelas que o próprio jornal colabora para investir de autoridade e legitimidade), mostrar que pode haver um lado menos glamuroso nesta realização científica.

EXEMPLOS:

1) ESPECIALISTAS **TEMEM** QUE FALTA DE LEGISLAÇÃO RÍGIDA TORNE POSSÍVEL A REPRODUÇÃO ILIMITADA DE PESSOAS A ANIMAIS IDÊNTICOS

(título / O GLOBO / 25 de fevereiro de 1997)

2) – Cientificamente, a descoberta é interessante. Mas qual é o seu real valor se levarmos em consideração o enorme **risco** de algum insensato querer se auto-reproduzir? – protestou o diretor do Boletim de Ética Médica, o doutor Richard Nixon, ao jornal Sunday Telegraph.

(O GLOBO/ 24 de fevereiro de 1997)

3) O professor de biologia da Universidade de Princeton, Lee Silver, prevê um cenário **sombrio**.

- Se uma lei não for aprovada logo, médicos poderão oferecer clones a seus clientes. Não vejo uma forma de impedi-los, agora que as barreiras científicas foram quebradas – afirmou.

(O GLOBO / 1 de março de 1997)

4) O geneticista francês Axel Kahan salientou que dificilmente algum cientista faria uma experiência dessas. No entanto, o **risco** existe e deve ser considerado e discutido, advertiu.

(O GLOBO / 1 de março de 1997)

5) CIENTISTAS ALEMÃES **TEMEM** O USO CRIMINOSO DA TÉCNICA

(antetítulo / O GLOBO / 9 de março de 1997)

6) ESPECIALISTAS BRASILEIROS ALERTAM PARA OS **RISCOS**, MAS DIZEM QUE CAMINHO ABERTO POR DOLLY JÁ AMPLIOU O PODER DA CIÊNCIA

(subtítulo / O GLOBO / 3 de abril de 1997)

No jornal O GLOBO, na primeira matéria publicada, em 24 de fevereiro de 1997, um recurso bastante incomum - e questionável - é utilizado para deixar claro que a fala reproduzida é de outra pessoa: colocar apenas uma palavra entre aspas, o que, em jornalismo, pode fazer o leitor entender o sentido contrário do que a palavra em destaque quer dizer ou, ainda pior, que há ironia na maneira como o jornal está reproduzindo aquela fala.

EXEMPLO:

1) Outro médico inglês, Patrick Dixon, autor de “A revolução genética”, afirmou que as implicações da experiência são **“horríveis”**.

- Pais que perderam seus filhos tragicamente poderiam reproduzir uma cópia idêntica da pessoa que faleceu. É algo absurdo, que deve ser coibido.

(O GLOBO / 24 de fevereiro de 1997)

Apenas nas suítes de cerca de uma semana depois da publicação da matéria original, quando o impacto do anúncio da clonagem de Dolly já havia sido criado, ou seja, quando o espetáculo da ciência já estava em cartaz no palco da mídia, expressões e palavras como medo, risco, temor, preocupação, monstros, perigo são apropriadas pelo discurso jornalístico de O GLOBO e JORNAL DO BRASIL. O jornal O DIA, que só em 27 de fevereiro de 1997 publica a primeira matéria sobre o assunto, como vimos, no dia seguinte já assume em seu próprio discurso o tom sensacionalista que permeia a cobertura do assunto e lança o seguinte título: PAVOR DA ‘CÓPIA’ HUMANA .

EXEMPLOS:

1) CLONAGEM ABRE CAMINHO PARA PRODUZIR **MONSTROS**

(título / O GLOBO / 1º de março de 1997)

2) O **temor** da clonagem humana está aproximando diversas religiões.

(JORNAL DO BRASIL / 6 de março de 1997)

3) A questão ética levantada pelas experiências de clonagem vem sendo motivo de **preocupação** na comunidade científica e até religiosa

(O GLOBO/ de março de 1997)

Nos três veículos também é possível observar outra estratégia que, possivelmente, ajuda a criar o clima espetacular dos primeiros dias da cobertura sobre a clonagem da ovelha. Os jornais demoram a publicar informações e veicular opiniões de fontes que esclareçam que, embora de forma diferente⁵⁶, a clonagem animal já vinha sendo realizada com sucesso, o que, evidentemente, tiraria parte do impacto das primeiras notícias sobre a clonagem de Dolly.

EXEMPLOS:

1) Em março de 1996, surgiram as duas primeiras ovelhas geneticamente idênticas, produzidas pela clonagem de embriões.

(JORNAL DO BRASIL/ 26 de fevereiro de 1997)

⁵⁶ A diferença de Dolly em relação aos animais anteriormente clonados é que para sua clonagem foram extraídas células de um animal adulto. Macacos clonados no Oregon e nascidos em agosto de 1997 foram gerados a partir de células retiradas de embriões, mas não são geneticamente idênticos a nenhum macaco adulto, aspecto que despertou grande debate ético no caso da ovelha.

2) Sete anos antes da ovelha Dolly, um bezerro batizado de Clony, resultado de clonagem, nasceu em Douai (França), no laboratório da empresa Genes Diffusion. “Não somos os primeiros, houve muitos outros antes de Dolly”, explicou Luc Liegeois, engenheiro-biólogo da empresa. Segundo ele, o recorde é da companhia norte-americana Granada, que, no início dos anos 90, fez nascer 11 bezerros de um mesmo embrião.

(O DIA / 1º de março de 1997)

3) Cientistas do Oregon produziram macacos a partir de embriões clonados, um procedimento sem precedentes em espécie tão próxima dos seres humanos. Os pesquisadores usaram técnica similar à empregada pelos cientistas escoceses, que anunciaram na semana passada terem clonado uma ovelha.

(JORNAL DO BRASIL/ 3 de março de 1997)

4) ESCOCESSES JÁ CRIARAM CLONE DE CARNEIRO COM GENES HUMANOS

(O DIA/ 6 de março de 1997)

5) “Para a comunidade científica, a clonagem de Dolly não chega a ser uma grande surpresa. O que ocorreu foi a publicação de mais um trabalho, que, sem dúvida, irá contribuir para um melhor entendimento do processo de diferenciação celular. Lembro que o Instituto Roslin já trabalha na área desde a década de 70”, disse Silvio Valle, coordenador do curso de Biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz . (O GLOBO / 3 de abril 1997)

5) “Não acho que a clonagem seja interessante para a reprodução artificial. Primeiro porque é uma técnica de eficiência muito baixa e resultados duvidosos. Basta ver que os escoceses precisaram fabricar mais de 200 ovelhas para conseguir chegar a uma. Essa técnica simplesmente não foi feita para isso e sim para mostrar que um DNA já diferenciado é capaz de voltar a seu estágio inicial e, mais do que isso, gerar um novo ser vivo”, disse o coordenador do Centro de Pesquisa em Biotecnologia da Universidade de São Paulo, Carlos Alberto Moreira Filho. (O GLOBO/ 3 de abril de 1997)

Somente em uma matéria publicada no dia 15 de dezembro de 1997⁵⁷, o jornal O GLOBO veicula - mesmo assim na última linha de uma matéria cujo título é FETO ABORTADO É CONGELADO PARA USO EM CLONE HUMANO, e cujo subtítulo é EMPRESA AMERICANA PLANEJA PRODUZIR BEBÊS PARA CASAIS ESTÉREIS [a partir da clonagem] - a informação de que além da questão ética, a clonagem de humanos enfrenta ainda o risco de possíveis efeitos colaterais da técnica, como maior chance de ocorrência de câncer. Os demais jornais analisados nem mencionam isto.

EXEMPLO:

- 1) Além da questão ética, a clonagem de humanos enfrenta ainda o risco de possíveis efeitos colaterais da técnica, como o maior risco de câncer.
(última linha da matéria / O GLOBO / 12 de dezembro de 1997)

Evidencia-se ao longo da cobertura o interesse em dar às notícias – especialmente às primeiras matérias publicadas - sabor de ficção científica, em detrimento da informação realmente útil e contextualizada. Esclarecimentos fundamentais, que contextualizam o tema da clonagem, só aparecem com mais destaque, como vimos, ou em suítes publicadas muito depois da veiculação da matéria original ou em artigos de opinião. Normas do Código de Ética dos Jornalistas como a que determina que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (artigo 7, Da Conduta Profissional do Jornalista) ficam esquecidas na gaveta. A precisa apuração dos fatos não pode esperar para ser divulgada.

⁵⁷ Embora não tenha sido publicada dentro do período eleito para análise discursiva, mencionamos a notícia para exemplificar o que dizemos.

EXEMPLOS:

1) CLONES HUMANOS NUNCA SERIAM UMA CÓPIA EXATA

(título/ O GLOBO, 17 de março de 1997)

2) O maior erro sobre a clonagem é a idéia de que se pode “fotocopiar” pessoas.

(O GLOBO / 17 de março de 1997)

Em uma matéria publicada em O GLOBO de 3 de março de 1997, sob o título EUA FAZEM CLONES DE MACACOS, há inclusive uma contradição entre o entretítulo (ou intertítulo) da matéria publicada – CIENTISTA DIZ QUE MEDO É JUSTIFICADO – e o conteúdo do trecho que o sucede. Perdido entre depoimentos, o jornal transfere para o leitor a incapacidade de contextualizar e interpretar os fatos. Afinal, o medo é justificado ou não? É possível fabricar cópias genéticas de seres humanos ou é absolutamente inútil, já que não são apenas os genes que determinam um indivíduo? Pior, se fia em outro jornal como fonte para construir seu próprio discurso. Vale a reprodução de todo o trecho, a seguir:

EXEMPLO:

1) Já o cientista escocês Ian Wilmut, que chefiou a equipe que criou a ovelha Dolly, disse ao semanário alemão Der Spiegel que o medo causado por sua experiência é perfeitamente justificado:

- Dissemos desde o início: é possível também fabricar cópias genéticas de seres humanos graças à nossa técnica – admitiu Wilmut. - Unicamente leis claras podem impedi-lo.

Ele revelou, todavia, que já recebeu cerca de uma centena de cartas de pessoas que desejam ser clonadas, enviadas principalmente por mulheres.

- *Estamos contentes, porque queremos que haja uma discussão de fundo sobre a clonagem* – disse Wilmut, que lembrou ainda que sua técnica não cria a imortalidade. - *É absolutamente inútil clonar-se a si mesmo ou querer clonar um morto, já que não são apenas os genes que determinam um indivíduo* – disse. (O GLOBO / 3 de março de 1997)

O critério de seleção dos jornais se aguça também no sentido de incluir em toda edição ao menos uma nota, notícia ou reportagem sobre a polêmica técnica e seus “possíveis e fantásticos” desdobramentos. A clonagem de seres humanos mortos é assunto que logo entra na pauta dos jornais, e mesmo o JORNAL DO BRASIL, que vinha mantendo, apesar de alguns deslizes, como vimos, um tom mais técnico nas matérias, lança o título mais sensacionalista do período sob análise. É POSSÍVEL CLONAR OS MORTOS é o título da reportagem publicada no veículo em 28 de fevereiro de 1997, apenas quatro dias após a veiculação da primeira matéria com o anúncio da clonagem de Dolly. No lead desta matéria, o veículo reforça a idéia do título, se apropriando da fala de um dos integrantes da equipe que criou Dolly, identificado apenas no fim do lead. O jornal não recorre à fonte primária, mas “chupa” a informação de um programa da cadeia de televisão Sky. Além disso, colocar primeiro a afirmação, como se fosse texto do próprio jornal, e depois creditá-la à fonte também é um recurso jornalístico duvidoso, utilizado quando o jornal quer causar um efeito espetacular, mas sem se comprometer ou restringir seu impacto.

EXEMPLO:

1) O êxito da clonagem da ovelha Dolly prova que é possível clonar seres humanos mortos que tenham sido congelados sob certas temperaturas, estimam os pesquisadores escoceses que realizaram a experiência.

“Realmente, as células a partir das quais Dolly foi produzida estiveram congeladas por alguns momentos”, disse, na terça-feira à noite, à cadeia de televisão Sky, o diretor-geral da empresa PPL Therapeutics, Ron James. A empresa realizou a clonagem com o Instituto Roslin, de Edimburgo.

(JORNAL DO BRASIL/ 28 de fevereiro de 1997)

O mesmo recurso é utilizado pelo jornal O GLOBO do mesmo dia, que, também no lead da matéria, primeiro lança a informação espetacular de que é possível clonar os mortos, para depois mencionar que esta é opinião de um pesquisador, e não uma certeza ou uma realidade inquestionável ou sobre a qual haja consenso.

EXEMPLO:

1) Se você morrer amanhã, mas tiver deixado tudo preparado para ter o corpo congelado em determinadas condições, se técnicos e cientistas tratarem as suas células de modo adequado, é perfeitamente possível que, através da clonagem, um ser rigorosamente igual a você seja produzido algum tempo depois. Quem afirma isso é o diretor da empresa PPL Therapeutics, que fez um clone de ovelha adulta, na Escócia, apresentado ao mundo na semana passada.

(O GLOBO / 28 de fevereiro de 1997)

O jornal O DIA é o único que não explora esta opinião de forma sensacionalista. Apenas menciona, no terceiro parágrafo de uma matéria sob o título A SALVAÇÃO DOS PANDAS, que “a clonagem de um ovino prova que é possível clonar seres humanos mortos que tenham sido congelados segundo

procedimentos muito estritos, afirmaram os pesquisadores escoceses”, mas não explica nem como nem por quê.

Mas é mesmo no jornal O DIA, mais voltado para leitores de classes mais populares, que foram mais constantes os títulos sensacionalistas e as abordagens espetaculares. Nas operações discursivas de transformação do tema da clonagem em “espetáculo da ciência”, o veículo chega a publicar, em 17 de março de 1997, uma matéria de um pai que quer clonar seu filho, sob o título: PAI QUER CLONE DO FILHO ASSASSINADO. A escolha vocabular em títulos e chamadas também dá o tom da cobertura no jornal, mesmo quando o assunto já não é mais a clonagem da ovelha, mas a própria técnica em si, que continua a render suítes por um tempo:

EXEMPLOS:

1) **CÓPIAS** MAIS PERFEITAS

(título/ O DIA/ 4 de março de 1997)

2) MAIS UMA NOVA **CRIATURA**

(título/ O Dia/ 6 de março de 1997)

Os jornais também não aproveitam o gancho que a descoberta propicia para uma boa reportagem sobre o assunto, ou seja, para cumprir a tarefa que se espera do Jornalismo Científico. Há uma tendência a se olhar para dentro do fato, miopeamente, à procura do inusitado, sem a preocupação de se valer dele para introduzir novas informações sobre o tema. O leitor, que um dia foi estimulado por uma notícia bombástica, de primeira página e títulos garrafais, em apenas alguns dias, perderá de vez o contato com um tema que lhe foi apresentado de maneira

rápida, fragmentada e superficial. Esgotada a discussão dos fatos secundários, simplesmente risca-se a matéria da pauta.

Uma outra característica do Jornalismo Científico brasileiro observada no *corpus* analisado também merece reflexão: a maioria das informações sobre ciência e tecnologia publicadas na imprensa origina-se de fontes externas e diz respeito a interesses e expectativas do mundo desenvolvido, que pouco tem a ver com a realidade de nosso país. Um estudo de Bueno (1984) aponta que a situação de dependência científica, econômica e comunicacional do Brasil em relação aos países desenvolvidos se reflete nos assuntos tratados pelo Jornalismo Científico, que costuma importar preocupações científicas de países desenvolvidos tornadas preponderantes em países em desenvolvimento, cujo subdesenvolvimento se expressa precisamente na falta de saúde da população.

Espaço reduzido costuma ser destinado à divulgação de ciência e tecnologia adaptadas à nossa realidade, de grande importância para o país, principalmente se atentamos para o fato de que vivemos num contexto em que se acirram problemas sociais e políticos e significativas diferenças sociais, culturais e econômicas. Não se trata de negar a importância das pesquisas e estudos dos países desenvolvidos como temas para o Jornalismo Científico brasileiro, mas é possível e preciso, como destaca Oliveira (2002, p. 41), "buscar equilíbrio na divulgação das informações, para que a sociedade brasileira possa saber o que está sendo realizado no país e tenha condições de fazer julgamentos racionais sobre a importância da ciência e da tecnologia".

Evidentemente, o progresso não chega de maneira igual para todos e os esforços científicos que transformam o mundo dos inseridos no sistema global, muitas vezes, viram as costas para os excluídos. Enquanto discute-se clonagem de seres humanos, em 16 países, especialmente na África, a expectativa de vida diminuiu entre 1975 e 1995. A fome, as guerras e a epidemia de AIDS são as principais responsáveis por esta tragédia. A banalização dessa desigualdade pela

mídia e pelo mercado resultam e reforçam novas formas de discriminação num mundo em plena globalização. À luz da dominação globalizante, a ocultação de problemas de sobrevivência das populações - às quais já está negado em princípio o acesso às benesses materiais - e das diferenças sócio-econômicas refletem bem a administração imperial do mundo⁵⁸.

Pois a construção discursiva dos três jornais analisados oculta – ou melhor, sequer considera como relevante – as diferenças, interesses de classes e relações de poder envolvidas em qualquer pesquisa ou conquista científica ou tecnológica. Nenhuma matéria, em nenhum dos veículos que compõem nosso *corpus* - embora todos assumam como inevitável a experiência da clonagem aplicada a seres humanos - menciona quanto poderia custar tal “façanha” genética ou questiona a quem, efetivamente, as conquistas da ciência, especialmente na área da Medicina, costumam beneficiar, perguntas a que qualquer reportagem menos superficial deveria responder. E a resposta é evidente: a aqueles poucos privilegiados que têm recursos para bancar caros tratamentos médicos (no caso de a clonagem humana vir a ser realizada com fins de transplante de órgãos ou para tratamento de doenças como mal de Alzheimer, como frisam os próprios cientistas) ou excentricidades (como querer clonar um cachorrinho de estimação morto).

Não parece ser à toa que esta distorção jornalística ocorre. Não só esta, mas outras matérias têm como linha editorial varrer para debaixo do tapete estas questões e manter tudo exatamente como sempre foi. Muitas descobertas e avanços científicos e tecnológicos são perseguidos com afinco, mas para serem consumidos apenas discursivamente pelo grande público. Seu consumo real é restrito a quem pode pagar.

⁵⁸ Outro exemplo de como a utilização inconseqüente e indevida da ciência pode contribuir para aumentar a exclusão é o turismo dos transplantes. Europeus viajam para países de Terceiro Mundo (Índia, Tailândia) conseguindo doadores de órgãos a preços baixos. A maioria dos pobres da Índia tem apenas um rim. Na América Latina são conhecidos casos de tráfico de órgãos, chegando até a ocorrer seqüestro de crianças e jovens, especialmente no Paraguai e no Brasil.

3.1.1.8. A cena extra-discursiva

Um trabalho de investigação discursiva, especialmente na área do Jornalismo, não se completa, porém, apenas com aquilo que está explicitado nos textos, mas, muitas vezes, no que está oculto, subjacente ou ausente. Por isso, as reportagens não podem ser eticamente avaliadas apenas por aquilo que trazem como conteúdo, mas também pelo que não trazem.

No caso do anúncio da clonagem de Dolly, inúmeras perguntas, jornalisticamente fundamentais, ou sequer chegam a ser feitas ou não são respondidas. Afinal, a clonagem é de fato uma revolução, capaz de inaugurar uma nova era na genética, como frisam os jornais, ou apenas mais uma técnica de reprodução artificial? Quais os reais benefícios e prejuízos desta técnica aplicada aos animais? Quanto tempo levaria ou quantas experiências seriam necessárias para que a técnica fosse considerada eficaz? E já que, discursivamente, a técnica foi potencialmente estendida aos seres humanos, quais, afinal, as razões para tentar fazê-lo? Quais os benefícios e prejuízos? Como utilizar a clonagem para fabricar órgãos para transplante, razão apontada para a aplicação da clonagem aos seres humanos? Quanto uma técnica assim custaria? Quem seriam os beneficiados pelos supostos órgãos criados a partir da clonagem?

Mesmo quando mencionam estes temas, os jornais o fazem apenas superficialmente, sem descer a detalhes e questionamentos fundamentais para a compreensão da extensão daquilo que está sendo publicado. No caso de perguntas que não são feitas, há uma evidente transgressão à regra mais basilar do jornalismo. No caso de perguntas feitas e não respondidas igualmente, pois como ensinam as normas técnicas da profissão, o jornalista pode insistir em obter a informação, com aquela ou com outras fontes e, caso não obtenha sucesso, o leitor tem o direito de saber, numa prática muito comum nas reportagens

(“perguntado sobre isso, Fulano não quis responder, desconversou etc”). Pois ao contentar-se em reproduzir falas apenas de impacto e superficiais dos entrevistados, sem descer à profundidade dos temas, os jornais não cumprem o papel – técnico e ético - que deles se espera.

A mídia impressa, representada aqui pelos jornais eleitos para análise, de maneira geral, também delega quase que exclusivamente aos artigos de opinião e editoriais a responsabilidade de esclarecer de fato a clonagem, simplificar para o público seu significado, desmitificando o processo. A seguir, trechos de alguns dos artigos publicados que, embora não façam parte de nosso *corpus*, nos ajudam a confirmar o que acabamos de afirmar:

EXEMPLOS:

1) *“Não é de hoje que cientistas refletem sobre a manipulação de genes que permitiria produzir novos Einsteins, Heifetzes e Hemingways. As fantasias são infinitas, mas não passam de fantasias. As pessoas são produto não só dos genes, mas também do ambiente. Hoje, um clone de Einstein pode acabar se tornando um Steven Spielberg. De qualquer forma, ninguém sabe quais são os genes responsáveis pelas qualidades, que admiramos, como o virtuosismo ou a capacidade de se exprimir por escrito ou de lançar uma bola (...).”*

[trecho do editorial “A ética do Minotauro a Dolly”, de Daniel J. Kevles, diretor do Programa de Ciência, Ética e Política Pública do Instituto de Tecnologia da Califórnia, originalmente publicado no jornal New York Times e reproduzido em O GLOBO de 2 de abril de 1997)

2) “A clonificação, vista por certo ângulo, é uma velha experiência no campo da reprodução. A gemelaridade, por exemplo, é uma experiência de clonificação. O que as distingue é a circunstância de que a clonificação propriamente dita pode ser conduzida experimentalmente, vale dizer, salta por cima da relação sexual fecundante. Mas diverge pouco da fecundação in vitro,

que promove o encontro extracorpóreo das células embrionárias masculina e feminina. O que ela traz em si, de novo, é a realização do que já se sabia e esperava a respeito das propriedades e potenciais da molécula de ADN, presente em todas as células. Em seres humanos, a clonificação não garante o prosseguimento das qualidades singulares de cada pessoa. O clone é, no máximo, uma cópia física, se assim se pode falar. (...) Todos sabemos que os verdadeiros gêmeos, os univitelinos, se assemelham mais fisicamente que em termos de personalidade (...) Na condição humana, não na da ovelha, um clone está longe de ser uma xerox. Todo clone tem que passar por uma gestação e nasce bebê. (...) A produção de clones remete a velhos mitos. Daí o frisson provocado pela produção de Dolly (...)"

[trechos do editorial "Clonificação: fatos e mitos", de Waldemar Zusman, psicanalista didata e membro da International Psychoanalytic Association, publicado em O GLOBO em 6 de março de 1997)

Um artigo de Affonso Romano de Sant'Anna, sob o título DOLLY: A OVELHA "SACRIFICIAL", publicado em O GLOBO em 4 de março de 1997, chama a atenção, inclusive, para um ponto que nenhuma matéria aborda: a utilização de animais para experiências genéticas como a clonagem, entre tantas outras peripécias científicas realizadas graças à manipulação e ao sacrifício de animais. É ético, afinal, realizar toda e qualquer experiência com animais com o objetivo único de beneficiar os seres humanos? Há limites éticos – e quais são – para a manipulação genética de animais para o desenvolvimento de transgênicos e clones com corações, rins e fígados para serem transplantados para seres humanos? É ético usar animais como fábricas de órgãos humanos?⁵⁹ Mais do que apenas criticar, o artigo pretende levantar tais questões. Questões importantes que nenhuma reportagem nos jornais analisados aborda em profundidade. Seguem alguns trechos mais elucidativos:

⁵⁹ Anterior a esta discussão e sempre pertinente continua sendo também a polêmica sobre a utilização irrestrita e sem controle de animais para experiências científicas em laboratórios.

1) (...) “O que me escandaliza é a nossa prepotência diante da vida animal, como se esses seres vivos não passassem de objetos que pudessem ser manipulados sadicamente em benefício do ser humano, que continua, desde as cavernas, a se achar o rei dos animais e dono das vidas alheias. Na verdade, não melhoramos eticamente muito, apesar dos laboratórios formidáveis que temos ou de ouvirmos Mozart em sublime arrebatamento. Aqui estamos, como no tempo de Ptolomeu, achando que somos o centro do universo, que tudo existe para nossa honra e glória, pois, afinal, somos a imagem e semelhança de Deus, que foi quem originalmente nos clonou. (...) A imprensa, no entanto, começa a diminuir um pouco as expectativas em torno dessa descoberta. Agora, já dizem que o ser clonado não leva a memória da matriz. (Isto já tira as fantasias de muita gente de se clonar). Também dizem que a idade de Dolly são os seus sete meses mais a idade da mãe . (Isto esvazia a idéia de eternidade dos pretendentes à clonagem). E afirma, também que não dá para aproveitar célula de morto. Outra decepção diante da imortalidade (...)”

(O GLOBO, 4 de março de 1997)

Outra característica extra-discursiva observada na análise do corpus que esclarece a compreensão do tom da cobertura do tema pela imprensa de maneira geral (e pelos três jornais observados de forma específica) é o espaço editorialmente ocupado pelas matérias que trazem entrevistas de autoridades, políticos e especialistas – sempre eles, os que têm chancela discursiva para falar em nome da sociedade - que condenam a utilização da nova técnica em humanos. Como é possível conferir no anexo desta tese, notícias com este teor têm espaço e destaque muito menores não só do que aquelas que anunciam a clonagem da ovelha, mas também do que as que alardeiam novas peripécias da engenharia genética, como a clonagem de outros animais e a possível aplicação da técnica aos humanos, inclusive aos mortos.

Até pela quantidade de parágrafos existentes nas notícias é possível detectar a diferença de tratamento discursivo dado pelos veículos. À exceção do jornal O DIA, no qual as matérias, de maneira geral, são menores (uma característica editorial e de projeto gráfico), nas reportagens que compõem o “espetáculo da clonagem”, a média é de 5 a 10 parágrafos, e muitas matérias têm mais de uma retranscrição. Ao contrário, as notícias que trazem declarações de entrevistados que condenam a possibilidade de aplicação da técnica às pessoas, pedem leis rigorosas para impedir que isto ocorra ou desmitificam a clonagem não têm mais do que três parágrafos. A seguir, listamos os títulos e o número de parágrafos destas matérias.

EXEMPLOS:

1) EUA FARÃO PLANO PARA CONTROLAR PRODUÇÃO DE CLONES

(O GLOBO / 26 de fevereiro de 1997 / matéria com 3 parágrafos)

2) VATICANO PEDE LEIS RÍGIDAS CONTRA CLONAGEM

(O GLOBO / 27 de fevereiro de 1997 / matéria com 3 parágrafos)

3) VATICANO CONDENA CLONAGEM

(JORNAL DO BRASIL / 27 de fevereiro de 1997 / matéria com 3 parágrafos)

4) PAVOR DA CÓPIA HUMANA

(O DIA/ 28 de fevereiro de 1997 / matéria com 3 parágrafos)

5) PAPA CONDENA CLONAGEM DO SER HUMANO

(O DIA/ 3 de março de 1997 / matéria com 2 parágrafos)

6) CRIADOR DA OVELHA DOLLY PEDE LEIS MAIS RIGOROSAS

(O DIA/ 7 de março de 1997 / matéria com 3 parágrafos)

7) EUROPA REJEITA A CLONAGEM DE HUMANOS

(O DIA/ 13 de março de 1997 / matéria com 2 parágrafos)

8) CLONES HUMANOS NUNCA SERIAM CÓPIA EXATA

(O GLOBO / 17 de março de 1997 / matéria com 3 parágrafos)

9) UNESCO CONDENA CLONAGEM E DEFENDE PATRIMÔNIO GENÉTICO

(O DIA/ 19 de março de 1997 / matéria com 3 parágrafos)

3.1.1.9. O consumo discursivo de tragédias

Além de todas as considerações já feitas acerca do *corpus* eleito para análise, Vaz (1997a) sugere uma reflexão fundamental a respeito das reportagens sobre a clonagem, sobre a qual não pretendemos nos aprofundar neste trabalho, mas que nos ajuda a compreender nosso objeto e a problematizar a questão ética. O autor propõe que se lance um novo foco sobre a relação com o futuro existente nas diversas notícias sobre os clones. Em todas as notícias que anunciaram a clonagem da ovelha, destaca ele, um futuro se insinua: a extensão da experiência de clonagem aos humanos. Em todas as matérias, um traço surge como marca da sociedade: o risco. Especulações de toda sorte povoam as reportagens. E neste novo modo de experimentar o poder das ações humanas, lembra, o discurso catastrofista da mídia produz efeitos perigosos. Converte ainda para este quadro a questão do saber científico, convocado para legitimar a gestão dos riscos por intermédio da caução do especialista.

De um lado, reforça a distância entre ciência e sociedade, entre cientistas e leigos – ‘vejam o que estes cientistas malucos estão fazendo’ –; reforça, portanto, a sensação de impotência diante das mudanças que ocorrem. De outro lado, este discurso apenas frisa o temor diante daquilo que podemos ser. Propagando o temor e a exterioridade, o discurso catastrofista reduz nossa participação nas mudanças sociais provocadas pelas tecnologias ao desejo de proibir, o que, bem o sabemos, é inútil. (VAZ, *id.*, p. 2)

No capitalismo, prossegue Vaz, o dinheiro vale mais do que qualquer valor. Assim, quando se discute a ética nos meios de comunicação, não basta insistir no cuidado do jornalista para evitar a tradução deturpadora ou estimular a apuração independente dos ‘fatos’. É preciso “que nos interroguemos tanto sobre a origem deste desejo cotidiano de consumir catástrofes, desejo tão poderoso na estipulação do que é notícia, quanto sobre os efeitos deste discurso sobre o que nossa sociedade pode ser, sobre o que desejamos que ela seja” (*Id., ibid.*).

É o próprio Vaz, em outro artigo, quem esclarece a observação. A exacerbada cientificidade do conhecimento teve como resultado uma moral pragmática, uma moral oportunista, uma “ética das conseqüências”, característica da contemporaneidade: as ações hoje não são mais interrogadas segundo sua adequação a uma norma ética ou moral, mas sob a ótica de suas conseqüências, ou seja, de seus possíveis riscos, estes sim, funcionando como limite. Isto tem implicações enormes nas especulações filosóficas sobre os valores humanos. Aquilo que caracterizava a ética na Modernidade – encontrar o limite do possível – deixou de ser impeditivo. Se, na contemporaneidade, tudo parece estar ao alcance das mãos, há a mobilização imediata do possível, e a noção de limite se esvai.

Desde então, o que pode funcionar como limite ao que fazemos hoje e que determina o que seremos amanhã é a expectativa. O que o futuro será depende do modo com que o presente antecipa o que o futuro pode ser, pois é esta antecipação que define o que devemos fazer. (VAZ, 1997b, p. 309)

3.2. Jornalismo Científico: a crítica

*“A curto prazo, as ciências da saúde matam;
mas a longo prazo, informação distorcida,
intoxicando cronicamente o homem,
é igualmente letal.”*

(MONIMUS apud PEREIRA, 1996, p. 29)

As distorções observadas nesta cobertura são exemplares das dificuldades éticas e técnicas enfrentadas pela imprensa. O Jornalismo Científico, apesar dos avanços, ainda cobre de maneira esporádica assuntos fundamentais da ciência e da tecnologia e os esforços de divulgação ainda são feitos de maneira assistemática, dando pouca ênfase aos reais objetivos científicos e tecnológicos; detecta os eventos de importância científica e ao mesmo tempo jornalística, mas não investe neles o suficiente para informar adequada e profundamente o leitor, para que este possa formar opinião. É possível creditar parte disto à ânsia pelo aspecto inusitado e sensacional, à ausência de controle da veracidade das informações veiculadas, à dependência científica, tecnológica e informacional brasileira e a uma certa acomodação dos editores que não exercem seu espírito crítico para selecionar as informações realmente relevantes. E reconhecer isto reforça ainda mais a necessidade de mudança e de uma renovada reflexão ética na prática jornalística contemporânea.

A ciência e a tecnologia aparecem na mídia como atividades fragmentadas, uma somatória de fatos isolados. O Jornalismo Científico não percebe – e se percebe, não se preocupa em evidenciar nas reportagens - estas áreas como processos globais de produção de conhecimento, passando ao largo de sua natureza cumulativa. A descoberta, nem sempre comprovada efetivamente, as curas espetaculares, os remédios milagrosos, as viagens espaciais e os fatos inusitados ainda ocupam parte considerável da cobertura da ciência e da tecnologia brasileira. A edição de material sobre ciência e tecnologia não recebe cuidados maiores por parte da imprensa. Em geral, predominam títulos herméticos ou sensacionalistas. A suposta objetividade do relato jornalístico, muitas vezes,

não faz mais do que ocultar uma incapacidade de levantar as verdadeiras questões que envolvem a clonagem e a contextualizá-la no mundo e no momento em que vivemos.

Todos estes problemas, evidentemente, não são exclusivos do Jornalismo Científico - são exemplos das dificuldades gerais enfrentadas pelo jornalista ao lidar com um campo específico de saber, para dele retirar uma lógica geral - mas nele se evidenciam. Em primeiro lugar, há, no jornalismo como um todo, uma tendência – que pode e precisa ser revertida – de se realizar o chamado “jornalismo declaratório”, como vimos, em que o repórter se limita a ouvir um ou mais especialistas sobre determinado tema, reproduzir suas falas segundo as regras técnicas da profissão e dar por encerrado seu trabalho, quando nem de longe se resume a isso a essência do trabalho do profissional da informação. As coberturas, assim, continuam tímidas, declaratórias, à espera da versão oficial, sem muita análise, passivas ao descrever, omissas na busca de extensões um pouco mais profundas que o óbvio.

Na imprensa também não há, de maneira geral, percepção da necessidade de uma melhor compreensão de temas como a ciência pelo público. E a mídia, como já dissemos, não é só meio: ela é também mediadora. O público assiste ao que se passa por intermédio da mídia e dela precisa retirar as informações de que necessita para formular suas próprias opiniões, para elaborar seu pensamento, para absorver conhecimento, para formular juízos e opiniões. Como intermediária entre determinado campo de saber (ou entre fontes de informação) e o público, a mídia funciona como uma interface entre domínios muitas vezes heterogêneos e tem a possibilidade e mesmo a tarefa de permitir e promover sua interação. Entre suas funções, estão as de filtrar e dar credibilidade, atestando a validade das informações divulgadas.

Pois a má compreensão da ciência pode levar a um divórcio ainda mais radical entre esta e a sociedade e a uma separação cada vez maior entre conhecimentos filosóficos e científicos. De acordo com Bueno (1985, p.142), “[o Jornalismo Científico] não reflete uma postura crítica a ainda se apegar à noção de ciência como saber preciso, objetivo, universal e puro”. Ele acrescenta ainda que é preciso “não aderir ao movimento de alguns cientistas e intelectuais, entre eles os jornalistas, que ainda fazem a apologia dos fatos e das informações científicas, imprimindo à ciência um caráter fetichista”. Mais do que “traduzir” para o leitor, em linguagem acessível, temas complexos, a matéria científica precisa incluir uma postura crítica e provocar – por intermédio da preocupação com o contexto e com a situação em torno do acontecimento – um mínimo de tensão intelectual, de diálogo, que o leve a pensar no que leu, capaz de dar ao conhecimento um caráter de permanência. Mas, como sabemos, nem sempre isto acontece. São inúmeras as razões. Veremos algumas.

3.2.1. Jornalismo episódico: a adaptação (forçada) do texto à cena

Uma condição essencial para que qualquer fato transforme-se em notícia nos meios de comunicação é seu caráter de novidade ou inesperado. A indústria da informação, impelida principalmente pela concorrência, pelo desejo de lucro, pela busca do furo, tem que apresentar o novo, o que sobressai da massa de acontecimentos, o que quebra a normalidade. Pois esta característica da comunicação informativa, de saída, já coloca dificuldades para o Jornalismo Científico, em especial na área da Medicina. Não é difícil entender o porquê.

Parte do problema reside no fato de que os cientistas e os jornalistas são orientados por princípios diferentes. Ambos perseguem e prometem a verdade,

mas o jornalista também quer a notícia. E pelo conceito de notícia em voga, ela normalmente é baseada num “avanço” na pesquisa, ou numa nova e “surpreendente” descoberta ou previsão. Como esclarece Chaparro (1990, p. 62), “neste mundo em que os sujeitos institucionalizados discursam e agem pelos acontecimentos que produzem, o Jornalismo é submetido a pressões fantásticas, as pressões da quantidade e da qualidade dos fatos noticiáveis”.

Ocorre que, em geral, o progresso científico acontece numa série de passos - às vezes grandes, na maioria das vezes pequenos - e não por um avanço isolado e repentino. A ciência, porém, que caracteriza-se por ser um processo, é tratada de forma descontínua, superficial, espetacular, numa tentativa de enquadrá-la no que podemos chamar de “Jornalismo Episódico”, que é o relato de fatos isolados, que têm início e fim bem delimitados. Isto resulta, sem dúvida, em profundas dificuldades e, conseqüentemente, em inúmeros desvios éticos.

O tempo da ciência é diferente do tempo da notícia, da própria temporalidade específica que a mídia constrói. O progresso científico não é diário e, em Medicina, a novidade precisa de um tempo maior para ser comprovada. Uma nova descoberta ou teoria demora para ser aceita pela comunidade científica, precisa ser testada, passar por contestações, muitas vezes por anos de pesquisas. Esse processo pode demorar anos ou décadas e, no fim, a nova teoria pode ser descartada. A literatura científica é farta em exemplos de conhecimentos que a ciência tinha como certos e que, depois de anos, foram negados⁶⁰.

Pois há dificuldades para a imprensa – da forma como está pautada - cobrir isso e o destaque inicial se perde no decorrer das edições. Temas científicos são assuntos de processo – que merecem ressalvas, reflexões, incertezas, versões - e

⁶⁰ Hoje, depois de 20 anos acreditando que a sacarina provocava câncer, somos avisados de que não é bem assim. Quem está com a razão? Os que falaram antes ou os que dizem agora? Em quantas outras ocasiões não iremos descobrir que vivemos sob a égide de determinados “dogmas” científicos que podem vir a ser negados por novas técnicas de observação ou novos métodos de investigação?

perdem facilmente espaço para matérias mais quentes se não tiverem apelo. Os meios de comunicação parecem poder reconhecer apenas os acontecimentos que se passam em sua temporalidade específica. E isso acaba fazendo com que, como ensina Sodré, a mídia privilegie os modelos figurativos sociais da atividade científica, “convertendo o saber científico no espetáculo da ciência” (1994, p. 40). Ou naquilo que Harvey (1992, p 76) caracteriza como “fascínio pela superfície”.

Mas transformado em espetáculo, tratado de maneira superficial, o acontecimento não só abandona o contexto em que foi gerado, impossibilitando ao leitor uma compreensão efetiva do que lê, mas é colocado em cena apenas para ser assistido – aplaudido ou vaiado – mas já pronto para ser consumido pelo leitor, atirado à condição de espectador. É evidente que, como destaca Pinto (1994), há sempre um trabalho de atualização do texto realizado pelo receptor, mas também há, completa Eco (1995), limites para a interpretação, a depender da forma mais ou menos aberta com que o texto é construído. Um texto pode abrir ou fechar o sentido (este que só se atualiza no momento da leitura).

Entretanto, de fato, o tornar-se acontecimento científico pode tornar-se acontecimento da mídia por etapas. Esta descoberta científica não se pode tornar acontecimento, mas, sim, sua tradução em um acontecimento já transformado em mídia, sob a forma de um artigo em uma revista científica, de uma coletiva à imprensa, de um comunicado etc. Foi necessário, em algum momento que precede o jornal, traduzir um acontecimento para o qual a mídia é cega em um acontecimento da mídia. Poder-se-ia ampliar esta observação mostrando que a mídia nunca está ligada diretamente a acontecimentos físicos, mas a uma tradução social que lhe foi dada anteriormente. Pode-se então se conceber uma série de temporalidades - e, em seguida, de acontecimentos - encaixadas umas nas outras até o acontecimento que aparece na superfície da informação. Um trabalho que está em curso no seio da vida social e do qual a mídia só representa a fase terminal e emergente. (MOUILLAUD, 1997, p. 76)

Resultado: o olhar da imprensa para os temas científicos que elege como relevantes passa a refletir, em muitos casos, um regime de espetacularidade midiática, que deságua quase sempre em um tratamento superficial e sensacionalista. Não raras vezes, os fatos são distorcidos, exagerados ou camuflados em nome de um título mais chamativo, de uma chamada mais atraente. A mídia crê que precisa dramatizar, tratar como definitivos assuntos ainda em estudo, polêmicos. Quando isto ocorre, pelo menos dois artigos do Código de Ética dos Jornalistas, no trecho referente ao Direito à Informação, são, no mínimo, esquecidos. O artigo 2, onde se lê que “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação pública, independentemente da natureza de sua propriedade” e o artigo 3, no qual está escrito que “a informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo”.

A ciência interessa, claro, mas sempre em seu aspecto de descoberta, desde que se traduza num achado ou revelação. Na esfera da mídia, a ciência é tratada como algo já constituído, já dado, fazendo eco a uma interpretação reducionista da ciência (uma das variantes do analfabetismo científico dentro das universidades, para quem possa pensar que este problema só se manifesta entre leigos). Uma orientação editorial que reflete o princípio jornalístico da novidade e o conceito tradicional de notícia, que a define como a veiculação de um fato extraordinário, pontual, espetacular, mas que, como vemos, incorre em sérios riscos éticos. As matérias sobre Medicina e Saúde refletem, como identifica Bueno (1984, p. 214), “a precariedade da cobertura de ciência e tecnologia, a visão fragmentada do método e do conhecimento científico, a predisposição ao sensacionalismo e a desvinculação dos assuntos tratados com a maioria da população brasileira”

É evidente que o sensacionalismo não existe isoladamente: ele combina-se a outros elementos que gravitam em torno do profissional de imprensa, como a negligência de algumas regras básicas do Jornalismo. Não raras vezes, na pressa

para obter um furo de reportagem ou para extrair de um evento científico uma notícia sensacional, o jornalista toma liberdades com os fatos e informações que recebe - distorce dados, deturpa falas ou usa fontes sabidamente inadequadas – e divulga como fato acabado uma teoria ou resultado parcial de alguma pesquisa que, no meio científico, é uma hipótese à espera de comprovação. Há casos ainda em que a notícia - declarações bombásticas ou hipóteses absurdas ou remotas - é passada por algum cientista ávido por notoriedade ou alguma instituição ou empresa em busca de retorno financeiro rápido e fácil. Para o Jornalismo, porém, parece importar menos a cientificidade do fenômeno ou a dúvida que cerca a descoberta do que a possibilidade de mostrá-la. A própria escolha das fontes revela este espírito. Para fazer com que desperte o interesse e a curiosidade do leitor, a notícia ganha ares de fato acabado.

Nem sempre, porém, são os jornais ou os jornalistas os únicos responsáveis por desvirtuar a notícia: é o modo de produção – e, conseqüentemente, de consumo – da informação que está em jogo. Quando a imprensa acende seus holofotes sobre determinado fato ou aspecto da realidade, ela sem dúvida o ilumina – já vimos que esta iluminação, muitas vezes, transforma o objeto. Mas quando, de repente, ela abandona determinado assunto e vira seus canhões de luz para outro lado – há uma falta de acompanhamento do assunto, que simplesmente desaparece da mídia assim que outro tema considerado mais chamativo é transformado em notícia - obscurece e praticamente interrompe uma reflexão que, talvez, pela continuidade, pudesse ocorrer.

3.2.2. A ciência sem contexto

Outro problema não só das matérias científicas, mas também identificado nelas, é a falta de contextualização, já apontada por diversos autores como Dornellas (1999, p. 13), e que pode ser de dois tipos: “o contexto científico (como as descobertas são produzidas dentro do método e da comunidade científica) e o contexto social (o significado e a implicação das descobertas para a sociedade), ambas fundamentais para a compreensão da ciência”. Morin (1999) salienta esta importância ao frisar que a atividade mental normal funciona integrando informação num conjunto que lhe dá sentido. Para conhecer e compreender uma informação que vemos na televisão ou lemos nos jornais, temos que contextualizá-la, globalizá-la. Ou seja, nós a compreendemos a partir de seu contexto, e se ela faz parte de um sistema, tentamos situá-la nesse sistema. “Contextualizar e globalizar são os procedimentos absolutamente normais do espírito e, infelizmente, a partir de um certo nível de especialização, que passa a ser da hiper especialização, o fechamento e a compartimentalização impedem contextualizar e globalizar” (MORIN in PENA-VEJA & ALMEIDA, 1999, p. 25)

A atribuição de significados ao que acontece exige, além de compromissos de fundamento com princípios e valores universais, capacidade intelectual para aprender e compreender o que não aparece no formato material dos acontecimentos: os contextos, provavelmente complexos, e as razões motivadoras e controladoras, provavelmente ocultas. (CHAPARRO, 1999)

Mas a forma superficial e espetacular pela qual a mídia divulga este tipo de realização científica acaba criando na mente do público em geral - pelo menos daquele público que não tem acesso privilegiado a outros meios de informação e

discussão sobre ciência - um tipo de pânico, de impotência, de medo e de deslumbramento. “Dois aspectos são distinguidos e se misturam: a sociedade não entende a ciência e principalmente como ela é feita; a sociedade não percebe a importância de aprender ciência”. (DORNELLAS, 1999, p. 59)

A compreensão da Ciência pelo público é um ponto crucial para a profissão científica. Esse ponto é muito importante para se poder saber o que a sociedade espera da Ciência e para qual fim necessita dela; quase nada, porém, tem sido feito para melhorar este entendimento. O cientista que resolve reservar parte do seu tempo para explicar seu trabalho é condenado pelos colegas, e o mesmo acontece com o acadêmico que, ao invés de escrever artigos eruditos para eruditas revistas, dedica uma parte do seu tempo a escrever livros populares. Da mesma forma, conheço muitos repórteres de jornal que se sentiriam muito felizes se pudessem livrar-se da tremenda pressão feita pelos editores no sentido de que consigam manchetes sensacionais – manchetes que podem levar a distorções das informações científicas. Eles gostariam de poder escrever com tranquilidade sobre a Ciência, mas nesse particular, igualmente, poucas oportunidades existem. (GOODFIELD, 1981, p. 206)

Informação atomizada, descontextualizada - que pouco ou nada informa e mais assusta que esclarece - não resulta em conhecimento efetivo. Até porque, mais informação não significa, necessariamente, mais conhecimento. Baudrillard (1991) reforça esta afirmação quando ressalta que há cada vez mais informação e cada vez menos sentido, pois ele se esgota na encenação da comunicação. Nem mesmo a Internet – e sua proposta de democratização do saber, disponível a quem, evidentemente, puder acessá-la – pode garantir que a informação atinja seu mais nobre objetivo: servir de instrumento de transformação e realização do ser humano. Castoriadis (in PENA-VEJA & ALMEIDA, 1999, p. 39) esclarece: “Não há informação (nem mesmo ruído) senão para um sujeito que cria informação. O sujeito deve construir a informação, classificá-la, validá-la, atribuir-lhe relações, inseri-la em programas de reação etc”

Assim, não só pela forma como a informação é veiculada (boa parte das vezes polarizada, sem contexto, registrando apenas o fato e as chamadas “grandes descobertas, tratada muitas vezes como uma espécie de *fait divers*), mas também pela imensa quantidade de informação em circulação (muitas vezes sem qualidade, de valor indeterminado), encontra-se em curso uma paulatina substituição da noção de conhecimento – no sentido de elaboração reflexiva e consciente dos dados recebidos - pela noção de informação. Eis uma das contradições em que vivemos: um nível de muita informação, mas de pouco conhecimento, de pouca comunicação, expressões tomadas aqui como sinônimo de capacidade de assimilar a informação. Recebemos informações de todos os cantos, mas somos pouco capazes de relacioná-las, de perceber como podem afetar nossas vidas. Até porque, conhecimento se constrói, não se transfere, e para tanto é fundamental espírito crítico.

Conhecer comporta ‘informação’, ou seja, possibilidade de responder a incertezas, mas o conhecimento não se reduz a informações; ele precisa de estruturas teóricas para dar sentido às informações; percebemos, então, que, se tivermos muitas informações e estruturas mentais insuficientes, o excesso de informações mergulha-nos numa ‘nuvem de desconhecimento’, o que acontece freqüentemente, por exemplo, quando escutamos rádio ou lemos jornais.” (MORIN, 1998, p. 98)

Ao jornalista, cabe fornecer e facilitar a divulgação de informações capazes de despertar e orientar o leitor para o que se passa à sua volta. É necessário um mínimo de discernimento e visão crítica para realizar um trabalho coerente de cobertura jornalística na área da ciência e Medicina, o que, infelizmente, ainda não acontece em muitos casos. Boanerges avisa: “De pouco adianta um levantamento superficial e alarmista. É preciso contextualizar, mostrando as causas e efeitos, apontando responsáveis e fornecendo informações que provoquem reações imediatas, legais e estruturais” (LOPES, 1996, p. 107).

Mas de todas as características do Jornalismo Científico, a mais prejudicial - e não restrita a esta editoria ou aos veículos de comunicação impressos -, certamente, é a não percepção da natureza ética das escolhas jornalísticas diárias que o profissional da imprensa é obrigado a fazer. Opções que vão desde a pauta, os entrevistados e a linha de apuração da matéria, até a escolha das palavras, a forma de editar, a abordagem do assunto. Quando o profissional enxerga que há um dilema ético implícito ou explícito nas opções diárias que faz, metade do problema ético já foi resolvido e mais da metade do caminho para uma possível solução mais comprometida com uma ética mais afinada com a questão humana já foi trilhado.

3.2.3. Cientistas e jornalistas: personagens de uma relação tortuosa

Desde que a ciência – e com ela os assuntos ligados à Medicina e bem-estar – virou assunto jornalístico, um novo desafio se colocou para os profissionais de ambos os campos: contornar a tortuosa convivência entre jornalistas e cientistas. Junto com a disseminação do Jornalismo Científico, cresceram também os problemas entre as fontes habituais deste gênero jornalístico - pesquisadores, cientistas e profissionais da área médica - e jornalistas. Hoje, muita coisa mudou, mas ainda persiste a tradicional noção de que informação concentrada gera poder.

Exatamente por sua condição de “discurso segundo”, como vimos, a enunciação jornalística precisa ser cercada de imensa reflexão e incansáveis cuidados éticos e técnicos. Como nem sempre isto acontece, os entraves do diálogo entre os dois setores não são poucos e as acusações são mútuas. Os jornalistas - que precisam se preocupar em traduzir adequadamente para o leitor a

informação científica e médica, geralmente elaborada em termos especializados e praticamente inacessíveis ao público leigo - dizem que os profissionais da ciência mantêm-se encastelados em seus laboratórios, expressam-se numa linguagem hermética, técnica, erudita e relutam em fornecer informações. Os cientistas se defendem dizendo que os jornalistas sempre deturpam o que eles dizem e costumam ser muito críticos em relação ao trabalho da imprensa, pois temem que o imediatismo do Jornalismo simplifique em demasia ou deturpe a complexidade de seus estudos. Cientistas do mundo inteiro têm expressado sua insatisfação com a maneira pela qual a imprensa trata os assuntos da área científica. Matérias sobre ciência, dizem eles, são freqüentemente apresentadas de forma sensacionalista e, não raras vezes, enganosa. Infelizmente, há bastante verdade nestas afirmações.

Não é à toa que temos tantas queixas: falo para o repórter em meningite bacteriana por meningococo, e, no dia seguinte, quando procuro no jornal, ansioso, a minha entrevista, vejo que saiu vírus, preferência do editor ao invés de microorganismo que eu, com toda pompa, declamara. Troca vantajosa para o texto: treze letras por cinco, mas essa pequena vantagem de espaço para uns é uma enorme derrota científica para mim, meningococo não é vírus, é bactéria e isso na minha boca tão zelosamente ensinada. Esse é um ruído de comunicação. (PEREIRA in LOPES, 1996, p. 28)

Lopes (1996, p. 106) destaca a postura de muitos profissionais de saúde que “cismam em sustentar conversas lacônicas ou discursos herméticos e acham que no dia seguinte a culpa pela matérias truncadas é dos profissionais da imprensa”. Já os jornalistas, segundo ele, muitas vezes desconhecem o que estão apurando, “aceitam a maior parte dos dados oficiais sem sequer questioná-los ou então fingem-se de ‘espertos’ achando que podem obter ‘furos’ de reportagem conversando diretamente com as fontes sem dar a mínima bola para as assessorias de imprensa.” Capozoli (2001a) tem opinião contundente a respeito: “(...) o resultado combinado de pesquisadores oportunistas e jornalistas

imediatistas é uma realidade esquizofrênia”. Aquela em que um dia a reposição hormonal, por exemplo, é a salvação para as mulheres, no dia seguinte é um perigoso recurso.

Dos dois lados da polêmica podem ser encontradas razões. Os jornalistas, em geral, na corrida contra o relógio, não têm tempo para se preparar para as entrevistas nem dominam minimamente o assunto. Sempre que pressionados, justificam que têm como obrigação duvidar dos fatos, checar e buscar o que parece ser a verdade. Mas, de fato, um número cada vez menor faz isso como poderia. Inúmeros interesses editoriais também interferem poderosamente no conteúdo do que se publica e muitos jornalistas encontram-se impotentes para relatar o que de fato apuraram. Os cientistas, pesquisadores e profissionais da Medicina, por sua vez, muitas vezes não conseguem – às vezes sequer querem ou tentam - traduzir em linguagem simples suas atividades e descobertas.

Outros posicionamentos de ambos também geram problemas. Muitas vezes, os cientistas e pesquisadores resistem a dimensionar seus trabalhos e até divulgam de maneira apressada resultados sabidamente parciais, incompletos ou ainda duvidosos no afã da publicidade e da fama, o que dificulta o trabalho dos repórteres em avaliar criticamente a relevância dos fatos e revelações. Outras vezes, na ânsia por uma notícia de maior impacto, são os jornalistas que exageram resultados, rotulando de “descobertas” conhecimentos ainda provisórios, vendendo-as como um produto pronto para consumo, como se as grandes conquistas da ciência não estivessem cercadas de controvérsias, dúvidas e, muitas vezes, de insucessos.

Esta desconfiança mútua reflete-se diretamente no relacionamento entre profissionais dos dois lados e, evidentemente, tem conseqüências para o leitor. Preconceitos, tabus e falta de informação têm ocasionado uma relação conflituosa entre estas duas parcelas da sociedade. Gentilli (1999) descreve a situação ao dizer que “desconfiança e incompreensão marcam a relação entre os jornalistas e

suas fontes de informação. Quando as fontes dominam um saber que os jornalistas desconhecem, a tensão tende a tornar-se muito mais tensa. É o que ocorre com o Jornalismo Científico”. Outro motivo pelo qual os cientistas relutam contra tais debates é que temem a possibilidade de um maior controle sobre a ciência. A explicação para esse comportamento não é apenas uma espécie de ‘corporativismo do saber’, como salienta Abramo, como poderia parecer à primeira vista, “mas o pequeno comprometimento que a academia brasileira tem em relação à sociedade que a sustenta e o minúsculo interesse que a sociedade exibe em relação ao que os acadêmicos fazem.” (1999, p.3).

Iniciativas têm tentado romper com este círculo vicioso e permitir uma efetiva capacitação tanto aos jornalistas como a todos os profissionais que dominam um saber que precisa de “tradução” jornalística para atingir o grande público. Para responder à demanda cada vez maior por uma qualificação de profissionais que atuem para dinamizar as relações entre a produção de conhecimento e a circulação da informação, entidades da área jornalística e acadêmica e científica têm se esforçado em promover cursos, encontros, simpósios e outras experiências institucionais. Workshops, congressos e seminários sobre Jornalismo Científico têm sido realizados na tentativa de vencer as dificuldades de relacionamento e promover interação entre jornalistas e cientistas, profissionais de áreas distintas, mas que cada vez mais precisam de um relacionamento mais intenso⁶¹. Mas ainda é possível mais.

É possível firmar os primeiros passos para o estabelecimento de um novo contrato social entre os cientistas e a sociedade e entre ambos e a mídia. A sociedade fornece a matriz para a ciência. A nova forma desta relação cabe tanto aos cientistas quanto à sociedade civil organizada determinar. À medida que

⁶¹ A Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), fundada em 1977, e que congrega mais de 400 sócios, jornalistas de todos os estados brasileiros, realiza periodicamente um congresso de abrangência nacional. O evento tem sido fundamental para a profissionalização da cobertura jornalística de Ciência e Tecnologia, estimulando e permitindo a aproximação do cientista e do jornalista e, conseqüentemente, gerando a multiplicação das informações e a socialização do conhecimento científico para a população.

aumenta a controvérsia a respeito da manipulação genética, a sociedade começa a fazer perguntas sobre os fins a que levarão todos estes experimentos, bem como os motivos que inicialmente inspiraram os cientistas. A sociedade começa a insistir para que sejam levadas em consideração outras preocupações, além das ligadas aos estreitos interesses científicos – antes mesmo, talvez, de que esse tipo de trabalho seja feito. De novo, uma vez alcançados os conhecimentos básicos, está aberto o caminho não só para a sua aplicação em proveito da humanidade, mas também para uma assustadora e condenável exploração em grande escala e, às vezes, para intranquilidade geral, as duas coisas parecem muito próximas uma da outra.

Nos vemos em uma outra situação em que o que produzimos nos confronta com opções morais para as quais não estamos ainda preparados. Mais uma vez, isso não constitui nada de novo na História. A ciência sempre nos confrontou com novos dilemas éticos, mas nunca em ritmo tão acelerado e com tal intensidade. (GOODFIELD, 1981, p. 85)

É fundamental, assim, que os cientistas não separem mais o profissional do social – eles podem consentir em expor seu trabalho à influência democrática mais ampla e tornarem-se, eles próprios, mais ativos, política e socialmente. É fundamental que os jornalistas se aperfeiçoem e se tornem cada vez mais capazes de realizar um trabalho social, educativo e esclarecedor com suas reportagens, é imprescindível que chequem exaustivamente as informações antes que venham a ser publicadas. Claro que todo cuidado não elimina inteiramente os erros. Mas ajuda muito.

Se há obstáculos, eles podem ser transpostos em benefício não só de ambas as partes, mas especialmente da sociedade brasileira. Jornalistas e cientistas podem reconhecer e assumir, afetiva e efetivamente, a responsabilidade

ética inerente ao exercício de suas atividades e à construção do conhecimento e da vida, bem como as consequências sociais e humanas destas atividades, o que demanda ao mesmo tempo coragem e humildade. De ambas as partes.

Verifica-se a humildade da arte de tecer o presente na atitude de conferência dos dados apurados junto a fontes especializadas. Pode ser nomeado como um critério meramente técnico, pegar a matéria em bruto e conferir os dados delicados (sejam numéricos, conceituais ou formuladores de juízos de valor). No fundo, porém, é uma atitude sábia, a de quem se reconhece como frágil decifrador do Real e precisa se cercar de toda a segurança possível. (MEDINA, 1995, p. 23)

O bom jornalista pode contribuir de forma significativa e imprescindível para o crescimento social e ajudar a traçar uma estratégia educacional para os meios de comunicação. O profissional que não se preocupa com estas questões e que realiza uma cobertura acrítica está ferindo a ética e colaborando para a desinformação da sociedade. Na prática, o jornalista pode ter interesse em aprimorar sua formação para que possa transmitir, de modo acessível, informações exatas e relevantes. Por seu lado, os cientistas podem assumir a responsabilidade de divulgar seu trabalho ao jornalista de forma clara e colaborar na democratização do conhecimento científico (DORNELLAS, 1999).

A indústria do conhecimento (representada pela ciência) precisa da indústria de informação (representada pela imprensa) para promover o acesso à informação, mas é fundamental haver interação entre as duas para que o leitor possa efetivar a assimilação da informação. Uma tentativa para superar as dificuldades e os desencontros na relação entre jornalistas e cientistas está na transparência das ações, nas informações constantes e corretas, no diálogo e, principalmente, no compromisso ético da formação de cada profissional. Tanto daqueles que atuam nos laboratórios quanto dos que trabalham nas redações.

Não se trata apenas de aproximar as culturas humanista e científica, mas de trazê-las para perto do público, às vezes desinteressado pelas duas. O abismo que separa a redação do laboratório se soma ao que separa os dois do cidadão comum.(DORNELLAS, 1999, p. 75)

4. POR UMA RELEITURA DO CONCEITO DE NOTÍCIA

4.1. Jornalismo Científico: uma nova direção ética

“Viver efetivamente é viver com informação adequada. A comunicação e o controle, portanto, são integrantes da essência da vida interior do homem, na mesma medida em que fazem parte de sua vida em sociedade”.

(WIENER apud KUMAR, 1997, p. 19)

Não são poucas as definições de notícia. Entre elas, a de que: “é o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante e de cada fato a partir do aspecto mais importante ou interessante” (Lage, 1985, p.16); “é todo fato social destacado em função de sua atualidade, interesse e comunicabilidade” (Sodré, 1982, p. 7); “é a informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade de grande número de pessoas” (Amaral, 1987, p. 60). Há tantas definições quantos os autores ou profissionais que se ouça, leia, consulte ou entreviste. De todas, porém, é possível abstrair traços semelhantes: a necessidade de que a informação veiculada tenha interesse humano e social, atualidade, veracidade e novidade. Mas parece que o Jornalismo, transformado em espetáculo a ser discursivamente consumido, vem esquecendo o real valor de sua matéria-prima.

Notícia passou a ser, segundo a lógica do mercado, que a ela acrescentou outra definição, um produto: é o que vende jornal, o que chama audiência, o que dá lbope, o que estimula acessos na rede. E em nome disso, instaurou-se um verdadeiro vale tudo. Até deixar de lado o principal objetivo de qualquer notícia: ser capaz de estimular o interesse e a compreensão do público a respeito de determinado assunto e da realidade que o cerca e o compõe. A subjugação dos órgãos informativos às leis de mercado operou uma danosa mudança:

transformou boa parte dos jornais em fornecedores de meias verdades pré-fabricadas e uma parcela considerável de jornalistas em profissionais que se contentam com embalagens superficiais de idéias duvidosas ou não confirmadas e demonstram pouca preocupação em relação à qualidade da informação.

A concorrência ferrenha - por público, por anunciantes, por patrocinadores, entre os veículos e até entre jornalistas pelo furo - trouxe outra dificuldade: abriu caminho para a maior possibilidade de julgamentos incorretos e prematuros a respeito de dados e fatos - impelindo jornalistas a divulgar coisas apressadamente, sem confirmação - ou até o encorajamento ao exagero de um lead, título ou chamada, não justificado pelo resto da matéria, resultando em puro sensacionalismo. Procedimentos que até podem contabilizar sucessos momentâneos de venda, mas que, a médio e longo prazos, podem gerar perda de credibilidade e desconfiança por parte do público.

É claro que um dos fatores que têm conseqüências no tratamento da informação é a ambigüidade fundamental que atravessa a grande imprensa brasileira: ter um papel público, mas estar nas mãos, na maioria das vezes, de monopólios de empresas privadas. Já imprensado entre o interesse do proprietário e o da informação, o jornalista debate-se numa contradição ainda maior do que esta: sua própria consciência ética. Não parece possível – embora desejável - mudar radical e rapidamente este quadro, mas considerar o jornal como mero produto, marcado apenas pelo ritmo industrial, comercial e tecnológico, reduz o potencial reflexivo do Jornalismo e o torna um campo fértil para a proliferação de fórmulas estereis de captação de fontes e informações e redação de textos, que retiram do jornalismo sua razão de ser e seu vigor. Ceder ao suposto determinismo deste pensamento é aceitar que a rentabilidade e o lucro tomem o lugar da importância social.

Os jornais são comércio, sem dúvida, mas o negócio do jornalismo difere dos outros de maneira fundamental. Os veículos de informação de massa são

investidos de privilégio e de estatuto especiais garantidos pela Constituição, pois há uma expectativa (explícita inclusive no Código de Ética da Profissão) de que sirvam ao interesse público e se pautem pela verdade dos fatos. E isto implica em um comprometimento ainda maior do profissional da mídia noticiosa com o que escreve e publica, com a qualidade da notícia. A lógica então seria a seguinte: se a informação é mercadoria, é produto à venda, ela precisa ser bem feita, bem apurada, bem apresentada. O jogo competitivo de publicar uma notícia antes dos outros jornais não pode servir de desculpa para apurações mal feitas. O texto jornalístico pode ser pautado pela criteriosa e trabalhosa exatidão da matéria bem realizada, resultando em credibilidade para o jornalista e para o veículo. E, para tanto, é fundamental ir além do que determinada matéria aparentemente apresenta, investigando, abrindo possibilidades interpretativas, apontando perspectivas ao leitor, reconhecendo que há temas que envolvem um processo, e não apenas fatos episódicos.

Pois parece claro que não só para atender a esta e a todas as demais expectativas que existem sobre a atuação do Jornalismo, mas também para dar conta da diversidade do que se passa no mundo e afirmar a intenção de que a informação seja positivamente transformadora, o tradicional conceito de notícia precisa, no mínimo, de uma releitura. Ou de uma nova direção ética. Pela ética que preconizamos, informar pressupõe oferecer uma informação completa, precisa, correta, contextualizada, bem apurada e escrita, que seja de interesse público e sirva para a reflexão do leitor a respeito do mundo que o cerca. E este contrato que o jornal firma com o leitor que o compra só pode ser cumprido se a ética estiver em primeiro plano na cena, presente em cada decisão cotidiana diante da qual o jornalista se encontra.

O “consumidor”, tratado então como cidadão, passa a ter o direito de receber uma “mercadoria” de qualidade e de saber a verdade sobre o “produto” cujo conteúdo consome. Do contrário, deixa de acreditar, e, portanto, de consumir, uma informação capenga, que não o esclarece nem o ajuda a lidar melhor com e a

transformar a realidade em que vive. Se a credibilidade é a moeda mais valiosa do jornalista – em muitos casos, é tudo o que o jornalista possui -, a ética é a matéria-prima com que se cunha esta moeda. E ao contrário do que se poderia pensar, ganhar dinheiro com informação não é pecado nem implica na necessária transgressão a qualquer código ou norma. É uma decorrência da ética, já que o lucro advém da credibilidade, da qualidade do produto. E a qualidade é, precisamente, a primeira exigência da ética. Tratada assim, a notícia tem real valor de uso na democratização da informação e das oportunidades de inserção na sociedade. Mas é preciso ir além nesta releitura do conceito de notícia.

O que o público busca atualmente – especialmente em um veículo de comunicação impresso - é mais do que simplesmente o que aconteceu, quando, onde, com quem, como ou por que (perguntas básicas a que deve responder o texto noticioso). Ele quer – e precisa de - mais conteúdo, mais aprofundamento, mais abrangência, mais contexto, mais versões, mais causas e mais consequências. Se os demais veículos de comunicação (rádio, TV, Internet) já responderam as principais perguntas, é fundamental que o jornalismo impresso diário (que, além de mais tempo, dispõe de mais espaço e mais durabilidade) avance na reflexão e ocupe o importante espaço que lhe cabe: o de veículo de informações de real interesse público que possam, efetivamente, gerar um interesse contínuo; estimular a reflexão, o questionamento e a busca por outras fontes de informação; promover conhecimento e ensejar a participação do homem nos movimentos da história e a construção da plena cidadania.

4.1. Suporte e sentido em cena aberta

Esta atitude em direção à ética no jornalismo – científico ou não – depende de inúmeros fatores estruturais, como já vimos em vários momentos desta tese, mas também da compreensão que o próprio jornalista tenha do trabalho que realiza (muitas vezes irrefletida e apressadamente) e da consciência de que um texto é, afinal, aquilo que dele fazemos. No caso do jornalismo, o profissional já estará numa nova compreensão ética, mais intensiva, capaz de uma nova compreensão sobre o conceito de notícia, se perceber que todo enunciado (principalmente a enunciação jornalística) é um recorte possível da realidade e que, por isso, é possível potencializar o suporte textual para passar um sentido mais aberto, mais dinâmico, capaz de reenviar para a complexidade dos temas do mundo. É preciso abrir questões e não fechá-las.

Esta abordagem da comunicação se coaduna, inclusive, com as mais recentes correntes semiológicas, que apontam que o sentido está numa complexa relação entre emissor e receptor, que o leitor não é um sujeito passivo (quando a recepção opera, ela enuncia também, transformando o discurso da produção em outro discurso por meio de processos individuais de apreensão) e que toda leitura modifica seu objeto, resultando numa pluralidade de significações. A própria intertextualidade explica o fenômeno da pluralidade de leituras a que se sujeita um mesmo texto, na dependência sempre da atualização pelo leitor.

É evidente, porém, que, embora a recepção leia textos a partir de um mundo próprio de regras, gramáticas e valores, um discurso traz marcas que determinam suas possibilidades de interpretação, como já dissemos. Eco (1995) esclarece o conceito ao ressaltar que a linguagem sempre diz mais do que o sentido proposto pela emissão textual e que, por mais que se queira, um texto jamais é interpretado segundo um sentido definitivo. Mas mesmo separado de seu emissor, de seus

referentes e de suas circunstâncias de produção, uma mensagem tem caminhos, significados, sentidos que é preciso seguir. As possibilidades de interpretação sempre se dão segundo a intenção do texto. Ou seja, o texto é sempre tomado como parâmetro para suas interpretações.

E também isto a análise discursiva que realizamos neste trabalho nos ajuda a perceber. Um suporte textual impreciso, superficial e incompleto e um sentido fechado podem dificultar a percepção da complexidade de determinado tema, oferecendo aquela notícia com estatuto de fato acabado. Um espetáculo pronto para ser discursivamente consumido pelo público. Significa dizer que um texto impõe restrições e que, dependendo da forma como é construído, pode sugerir caminhos e conclusões a seus intérpretes (leitores). Não que haja interpretações falsas ou verdadeiras: o que há são interpretações mais ou menos em sintonia com o real, com o próprio paradigma factual ao qual toda matéria jornalística precisa estar submetida.

Pois se é por meio de processos de interpretação que o homem dá significado e constrói o mundo, é fundamental preocupar-se com a produção do texto jornalístico, com o sentido que ele engendra e com o modo com que o texto prevê a participação do leitor. Um suporte textual será mais ideológico e menos ético, com certeza, se oferecer a si próprio como substitutivo da realidade, cristalizando o sentido, e não como aquilo que de fato é: uma forma de referir-se a ele, de expressá-lo, de enunciá-lo, de descrevê-lo naquele momento. Um texto jornalístico será mais ético se proporcionar ao leitor subsídios para que ele possa construir sua verdade e seu sentido na relação com aquela notícia, desenvolvendo uma melhor compreensão do real que o constitui.

A partir desta compreensão, torna-se possível perceber com clareza que manuais de redação jornalística e códigos de ética, por exemplo, funcionam como dispositivos unificadores de conceitos e normas e servem como referência para os processos de produção de discursos jornalísticos, mas sua utilização será sempre

singular, pontual. E é precisamente neste nível que se inscreve a questão ética no que toca ao indivíduo, na medida em que envolve o trabalho que o sujeito faz, individualmente - mas como membro de uma sociedade e tendo esta reconhecida condição de ser social como norte em suas decisões - sobre tais dispositivos. A maneira como os profissionais irão utilizar estas ferramentas é o que determina a ética de suas atitudes e os valores que preza.

4.1.2. Jornalismo de Processo: um novo script noticioso

Como requisito para promover esta nova direção ética nos meios de comunicação informativos e para que o Jornalismo Científico possa prestar melhores serviços ao público, além de reconhecer a importância de fatores como os já mencionados, é fundamental que o conceito de notícia - mesmo fora da área científica, mas talvez principalmente nela – abrigue uma dimensão que permita o acompanhamento de acontecimentos que se dão em forma de processo e não apenas de maneira episódica. Especialmente no jornalismo impresso, do qual se espera um aprofundamento dos temas já abordados superficial ou rapidamente pelos outros meios de comunicação, sob pena de a imprensa diária perder sua própria razão de ser.

Nem sempre é o que ocorre: o resultado de muitos trabalhos científicos chega ao grande público não como um processo, mas como uma descoberta definitiva. Trabalhos apenas parciais são alardeados como verdades absolutas. Especulações científicas são tomadas ao pé da letra e se tornam modismo, inclusive entre os médicos. Em alguns casos, parte desta responsabilidade pode ser creditada aos próprios cientistas, o que não exime o jornalista de sua obrigação técnica e ética de checar informações e cruzar dados com várias fontes.

Há pesquisadores que têm de prestar contas aos financiadores de suas pesquisas e, algumas vezes, aos investidores da bolsa de valores; muita gente tem interesses comerciais em divulgar estudos precocemente, ainda na fase de laboratório.

Mas é possível e desejável – embora nada fácil - mudar este quadro e imprimir continuidade e mais consistência e veracidade às matérias sobre ciência. Ao contrário do que o tradicional conceito imediatista de notícia possa fazer crer, é possível que as reportagens sobre temas de processo como a ciência, por exemplo, sigam uma trajetória de cobertura continuada, em que as matérias possam fazer e gerar sentido em sua totalidade, relacionando-se no tempo e no espaço. Se hoje é divulgado determinado resultado sobre algum tema na área científica e, tempos depois, ele é negado por outra pesquisa, metodologia ou teoria, é fundamental que a nova matéria recomponha este cenário para o público, incluindo na divulgação de temas científicos um contexto mais amplo e que dê dimensão e significado à “novidade” da vez. É fundamental, antes de tudo, não divulgar resultados como verdade absoluta, a mesma que tempos depois pode deixar de ser absoluta. Ou pior, deixar de ser verdade.

Um exemplo claro é a divulgação de pesquisas médicas que afirmam que a ingestão de determinado alimento provoca ou previne doenças. As conclusões são estatísticas e válidas para populações e não para indivíduos. Ou seja, são sugestões e tendências e não prescrições absolutas. Como a mídia divulga tais pesquisas sem a devida análise explicativa ou crítica, a compreensão popular fica sujeita a confusões, pois há sempre pesquisas conflitantes. Se o público seguisse todas as conclusões desse tipo de estudo ninguém comeria mais nada. Assim, ao estimular esse tipo de percepção da ciência como verdade absoluta, tanto os meios de comunicação como os próprios cientistas estão prestando um desserviço à causa da compreensão pública da ciência.(DORNELLAS, 1999, p. 61)

Para evitar que isto ocorra, é possível construir notícias que façam o público entender que a ciência não nasce pronta e que precisa igualmente de uma abordagem histórica, que mostrem contextos, impasses e dificuldades que os próprios cientistas enfrentam diante de questões culturais, econômicas, políticas, éticas e humanas. Ou seja, que a ciência não é apenas uma questão científica: ela afeta e é afetada por acontecimentos de muitas outras áreas. É possível compreender e levar o leitor a entender o que é a ciência e o que está sendo realizado sob sua égide.

O acompanhamento dos fatos relacionados à Ciência e à Medicina já faz parte da rotina do dia-a-dia dos meios de comunicação nos últimos anos. Só que fragmentada pelas mais diversas editorias, as principais matérias referentes às questões de saúde se mostraram sempre dispersas e distantes da realidade do cidadão comum, provocando reações múltiplas: da estagnação ao pânico, muitas vezes gerando uma cadeia de agressividade sem precedentes. Algumas apregoam alarmismos ou reforçam determinados mitos. (LOPES, 1996, p. 106)

Divulgadas levianamente, as informações confundem as pessoas, o que se torna ainda mais perigoso quando se sabe, pela experiência, que muitos leitores se guiam - alguns até mesmo se diagnosticam - por aquilo que lêem nos jornais. A imprensa tem um poder de convencimento inegável e quando o público lê que a ciência é capaz disso ou daquilo, para ele, esta é a reprodução fiel e inquestionável da verdade. Os meios de comunicação de massa, pela imagem que constroem de si mesmos, funcionam como uma espécie de chancela, que garante a veracidade dos acontecimentos que transformam em notícia, dando-lhe autoridade e crédito, como se os ratificasse.

A mídia contribui, portanto, para direcionar, em muitos aspectos, o pensamento, o comportamento, as opiniões, as crenças e as atitudes das pessoas em suas experiências cognitivas. Mas quem se pauta pelas últimas novidades da

ciência divulgadas pela imprensa acaba confuso. Ora os cientistas anunciam que quem consome quatro ou mais xícaras de café por dia está no caminho mais curto para a hipertensão; ora que a cafeína é um potente analgésico contra a dor de cabeça. Ora a reposição hormonal é a salvação para mulheres de meia idade, ora pode causar inúmeros males, até câncer. Hoje, a clonagem para fins terapêuticos surge como a solução para transplantes de órgãos e tratamento de doenças. Amanhã...? Tal realidade já foi ironizada até mesmo em crônicas, como as do escritor João Ubaldo Ribeiro.

(...) Todo dia tem uma doença nova, todo dia um negócio que fazia mal passa a fazer bem, um negócio que fazia bem passa a fazer mal, eu também fico baratinado com isso. Mas aí é só deixar de ler as notícias médicas, elas acabam com a saúde de qualquer um. (RIBEIRO, 2000a)

(...) Os jornais, que supostamente espelham a realidade e contam o que está acontecendo, são a maior prova de que não existe realidade. A medicina, que muda de idéia todo dia, é um grande exemplo disso e basta ler as notícias médicas para ver que ninguém sabe de nada e o que hoje é bom amanhã não presta. (RIBEIRO, 2000b)

Na área da Medicina, especialmente, quando a imprensa faz uma redução simplista de estudos complexos; faz recomendações generalizantes (que não levam em conta as diferenças entre os indivíduos ou faixas etárias); ou oferece orientações baseadas apenas em pesquisas preliminares, sonegando ou retardando a publicação da informação de que os dados disponíveis ainda são insuficientes para conclusões definitivas, está certamente prestando um desserviço público e incorrendo em indiscutíveis – e indesculpáveis - deslizes éticos, que podem ter conseqüências mais graves do que a simples informação

incorreta. Quando assume alegações sensacionalistas não endossadas por sociedades e instituições científicas sérias; quando não confronta mesmo estas opiniões com outras tão qualificadas quanto ou ainda quando não menciona o patrocinador de determinada pesquisa, faz igual.

Não é fácil a tarefa do Jornalismo Científico. Em média, 10 mil estudos de Medicina clínica são divulgados a cada semana. Por ano, são publicados de 800 mil a 900 mil estudos em revistas especializadas. Alguns deles colocam em dúvida a eficácia ou a segurança de substâncias e tratamentos consagrados por trabalhos anteriores – e adotados por muitos pacientes. Não se trata de um processo perverso. Ao contrário, cada pesquisa carrega a possibilidade de ampliar o conhecimento. É que a ciência não se faz de uma hora para outra nem é episódica: ela é, de fato, um processo.

4.1.3. Novas possibilidades de tratamento discursivo para temas científicos

Mas como explicar tudo isso numa reportagem jornalística? Se o discurso da mídia está fundamentado no discurso do outro, como garantir a veracidade do que divulga? É claro que a informação transmitida pelo Jornalismo Científico resulta de uma mistura de códigos e campos discursivos do jornalismo e da ciência. As mensagens produzidas pelos meios de comunicação – dos jornais à Internet - se organizam no entrecruzamento de diferentes tipos de códigos e de processos sócio-diversos. A própria complexidade semiótica das mensagens explicita a coexistência, a combinação e até mesmo a disputa de um ou mais códigos em um só discurso. Mas o modo como tais códigos se articulam é tão

importante para a recepção⁶² quanto aquilo que dizem - e produz uma diversidade de efeitos. O fato de o discurso midiático apropriar-se apenas do componente externo e notável do discurso científico, assim, tem profundas conseqüências na maneira como a ciência é percebida pelo público.

Uma das principais funções estratégicas do discurso midiático é a de naturalizar o recorte arbitrário da multiplicidade de domínios da experiência realizado na modernidade assim como o poder legítimo, tanto expressivo como pragmático, que as instituições detêm sobre eles. A apropriação por parte do discurso midiático de parte da dimensão expressiva das outras instituições tende a naturalizar as pretensões legítimas construídas historicamente pelos corpos autorizados dessas instituições, a apresentá-las como naturalmente fundadas e, por conseguinte, indiscutíveis, o que tem como efeito mais importante a modernização dos fundamentos da legitimidade das outras instituições. (RODRIGUES in MOUILLAUD, 1997, p. 225)

Se entre as características da enunciação jornalística está sua condição de dependência à fonte primeira - ou seja, se ela funciona como uma relatora e uma transformadora do discurso alheio - só há duas opções. Ou ela guarda em relação à fonte uma autonomia relativa e necessária, que estimule e enseje a investigação, a confirmação, o verdadeiro trabalho de apuração e reportagem; ou embarca na versão oficial, se comprometendo cegamente e tornando-a um substituto pobre para a verdadeira reportagem jornalística. Se a tarefa de todo jornalista é cobrir e descortinar acontecimentos, e não deixar de divulgá-los, é preciso, portanto, desde este momento, reflexão - e escolha - ética.

Seja sob que inspiração filosófica for, não existe método infalível para a perfeita apuração de uma matéria. Os códigos dizem que o jornalista deve relatar

⁶² Embora reconheçamos a influência, no discurso da mídia, dos indivíduos que recebem as reportagens, não foi objetivo desta tese entrar no domínio dos estudos de recepção.

a verdade dos fatos. A verdade, porém, é muito mais difícil de captar e de expressar do que sugerem tais regras. O terreno torna-se ainda mais trabalhoso para a imprensa, impelida a avaliar a veracidade das fontes conflitantes e não apenas a relatar. Mas quando o jornalista percebe que o questionamento ético está - ou poderia estar - presente em todo o processo de confecção de uma notícia, desde a elaboração da pauta até a edição da matéria, um grande passo para uma imprensa mais ética está sendo dado.

Se não há como fugir da impossibilidade de encontrar a “verdade” sobre um fato, pessoa ou acontecimento, há diretrizes que podem colaborar para fornecer ao leitor a possibilidade de construir, a partir das informações que recebe (elementos da verdade objetiva), sua verdade subjetiva. Questionar o que ouve, confirmar dados, buscar multiplicidade de versões, verificar a autenticidade de documentos, ir fundo nas investigações, colocar-se criticamente diante dos fatos: tudo isto coloca o jornalista no caminho da ética.

Uma preocupação que começa já na etapa preliminar da notícia, ou seja, no direcionamento da pauta e, logo depois, na escolha das fontes de informação. Buscar as melhores fontes possíveis, certificar-se de sua integridade, ser preciso na sua identificação, oferecer ao leitor elementos para decidir que motivos tem tal informante para tornar pública uma informação são etapas éticas fundamentais no jornalismo. Também as palavras podem ser usadas com cautela, para que o texto seja preciso. Uma atenção especial pode ser dada quando o jornalista abrir aspas ou travessões para incluir depoimentos. A linguagem falada é diferente da escrita, mas é sempre possível manter-se fiel ao sentido do discurso original do entrevistado. O título não pode deixar de ser chamativo, mas também não pode distorcer o conteúdo das informações. O jornalista não pode ceder à tentação de adaptar aquilo que ouviu àquilo que gostaria de ter ouvido.

Independentemente da circunstância, a opção é ficar sempre com os fatos - mesmo porque, contra eles não há argumentos - sem pretender julgá-los ou

controlá-los. De preferência, juntando a eles o maior número possível de versões (tendo o cuidado de não embarcar em relatos contrários à revelação de aspectos fundamentais do acontecimento) e procurando contextualizá-los. É sempre possível e desejável buscar questionamento e contrapontos para as informações veiculadas e, para tanto, os jornalistas não podem ficar acomodados aos limites das fontes oficiais: podem confrontá-las com fontes independentes, nas universidades, nas indústrias, em setores correlatos.

Outro desafio enfrentado pelos jornalistas que cobrem ciência provavelmente é traduzir o palavreado científico em linguagem clara e concisa, como mandam as regras do bom jornalismo. As reportagens sobre ciência, em geral, são complexas e técnicas, isto é, incompatíveis com explicações e fórmulas simplistas. Mas as pessoas preferem - e merecem - reportagens claras e bem estruturadas, em lugar de textos confusos e de linguagem burocrática. E oferecer isto a elas é nossa profissão.

Se o hiato que separa o discurso do especialista e o conhecimento do cidadão comum é grande, cabe ao jornalista a tarefa de provocar este diálogo e transpor para o público dito leigo avanços científicos e modernas aplicações dos estudos em Medicina que irão afetar sua saúde e sua vida. É sempre desejável pedir às fontes que expliquem melhor um termo ou que reestruturarem seus comentários em linguagem mais simples. Nem sempre é possível evitar termos técnicos, mas é sempre preciso explicá-los. A diferença de linguagem entre o pesquisador e o jornalista não pode ser empecilho para uma comunicação que possibilite ao leitor conhecer e compreender o suficiente de determinado assunto para assegurar sua participação nos rumos da ciência e no movimento da história.

Não se trata de fazer com que o cidadão comum se torne um cientista. Mas é perfeitamente possível fazê-lo compreender a aplicação e as conseqüências da ciência em sua vida; a importância e o alcance prático deste ou daquele avanço; como ele poderá se beneficiar dos frutos da ciência; as questões científicas e suas

complexidades não só técnicas como éticas, tornando-o apto a realizar um julgamento justo e racional sobre os assuntos. Segundo Pereira (in LOPES, 1996, p. 32), promover “a conciliação do mundo da informação com o da saúde é equilibrar duas realidades só na aparência opostas: o verbo e o segredo”.

Público e jornalistas merecem que os cientistas sejam mais claros no que dizem. Leitores e fontes merecem que os jornalistas sejam mais cuidadosos com as informações científicas que divulgam. Cientistas são cautelosos e costumam usar palavras e frases como “poderia indicar” ou “possivelmente sugere”. É importante que o jornalista respeite o sentido, o contexto e a intenção do que foi dito, transmita, com precisão, a natureza conjectural das conquistas científicas. A ênfase que os cientistas colocam nas ressalvas às suas descobertas pode diminuir o impacto da matéria, mas o que se ganha em precisão vale à pena.

Uma boa reportagem em ciência precisa ter os mesmos atributos de qualquer boa reportagem jornalística. Poderá ser interessante, estar escrita com clareza, conter narrativas e conteúdos, explicar as complexidades do assunto aos leitores e propor caminhos e perspectivas. Como lembra Dines, “se a seleção das circunstâncias for apropriada, se a relação entre elas for conseqüente, se o seu encadeamento for lógico, se a sua exposição for inequívoca, estaremos diante de excelente Jornalismo” (1986, p. 18 e 19). Essencial, como destaca Sodré, “é que não se troque o saber científico por um discurso sobre este saber (reportagens, entrevistas, artigos etc) que separa prática e teoria, reintegrando os conteúdos científicos no campo ideológico das representações sociais” (1994, p. 39).

Para tanto, ao jornalista científico é fundamental espírito crítico e investigativo, até para cobrar dos agentes sociais – inclusive das instituições científicas - que cumpram seu papel; é fundamental que desenvolva a capacidade de transformar assunto científico em algo interessante, em pautas inteligentes, em notícia relevante e bem apurada. Os profissionais também podem ser mais do que bons redatores: eles podem empreender esforço em determinar o contexto de um

acontecimento por meio da rede de forças que atuam nele; em explicar os fatos, esclarecer as causas e prever seus desdobramentos; em captar a realidade subjacente às notícias e elaborar matérias que não escondam ângulos da realidade. Podem tornar mais seletivo e essencial o recorte que o Jornalismo faz da realidade e mais compreensiva e aprofundada a abordagem dos temas que estão dentro deste recorte.

Por mais informativas que sejam, porém, algumas matérias podem parecer pouco interessantes para o público, distantes da realidade das pessoas. Nem sempre o leitor percebe a importância de temas na área da ciência. Para que isto não ocorra, é fundamental dar a ele razões para isso. Em tais circunstâncias, reportagens bem pautadas e bem escritas são ainda mais necessárias. O jornalista pode identificar idéias inovadoras. E ter o leitor em mente. O profissional que tem seu público em mente está mais apto a escrever claramente e a fornecer informações básicas para que a reportagem ganhe em sentido. Duas atitudes podem ser tomadas: simplesmente expor fatos ou declarações sobre o estudo, ou desenvolver um ângulo que possa dar maior dimensão ao assunto, buscando uma forma de aproximar as pessoas de conhecimentos aparentemente distantes de sua realidade. É assim que se humaniza uma reportagem, enriquecendo-a com descrições do problema, usando verbos que denotam ação como forma de transmitir informações básicas, com explicações sobre o contexto.

E se a imprensa quer a novidade, o que chama mais atenção, o inesperado, estas qualidades podem estar na maneira de explicar e abordar determinado assunto. É possível que o jornalista torne a reportagem significativa e sua leitura, essencial. É possível repensar maneiras de fazer fontes e repercutir matérias sobre ciência, aprendendo a tornar as notícias sobre este tema mais claras e pertinentes para o público. É possível buscar a informação vertical, de qualidade, de profundidade.

É fundamental ainda que o jornalista esteja atento para evitar um perigo e uma tentação: exagerar para tentar demonstrar a importância de um assunto. Os jornalistas podem precaver-se contra o sensacionalismo. Em geral, os fatos falam por si. A relevância de um assunto pode basear-se num sólido raciocínio científico e não em declarações bombásticas ou levianas e em especulações infundadas. Um acontecimento científico pode transformar-se em acontecimento jornalístico quando gerado de uma boa fonte de referência, com respaldo técnico profissional, com experiência e responsabilidade. Informar os leitores sobre o que acontece é bastante trabalhoso, mas ajuda a sociedade a perceber os problemas, enfrentá-los e buscar soluções. O objetivo final e mais importante do jornalista científico, afinal, como destaca Braga (1998), é a análise. Cabe a este profissional confrontar as informações e opiniões que apurou, integrá-las ao que já sabe e à sua observação e pesquisa, e proporcionar ao público uma contextualização coerente e abalizada.

O Jornalismo Científico deve ter por princípios: ser instrumento de educação permanente; impedir que o saber seja um fator de desigualdade e desequilíbrio entre os seres humanos; criar uma consciência pública sobre o valor da ciência a serviço do desenvolvimento integral dos povos e da compreensão das diferentes formas culturais; converter-se em foco de discussão pública sobre os problemas de ordem científica e tecnológica que possam exercer influência sobre o indivíduo e a sociedade. (BRAGA, 1998, p. 105)

E embora um certo grau de especialização seja necessário ao profissional que trabalha em qualquer área da imprensa, não é preciso que o jornalista seja médico para tratar de assuntos de Medicina na imprensa de interesse geral. Burkett (1990) lembra que, de maneira geral, os editores implicam com especialistas, mas Kriegbaum (1990) salienta que, se no passado, os jornalistas assumiam a função em editoriais de ciência quase por acaso, hoje torna-se necessária uma formação apropriada que pode ser iniciada ainda na faculdade.

Infelizmente, ainda são poucos os cursos de jornalismo que encorajam o conhecimento científico como instrumento de trabalho para o jornalista. Mas é sempre possível mudar este roteiro e acabar com certas restrições que ainda são feitas à especialização, vista aqui como uma preparação mais específica para se trabalhar com a ciência – ou com qualquer dos grandes temas cobertos pela mídia – permitindo que princípios e tendências sejam compreendidos e percebidos por toda a sociedade.

O que é necessário – como em qualquer outro setor no Jornalismo – é realizar um trabalho de reportagem sério, o que depende do jornalista, evidentemente, mas também do jornal. É preciso que o veículo estimule seu profissional a este tipo de trabalho. O protagonista desse espaço privilegiado ocupado pelo Jornalismo, afinal, como destaca Ribeiro (1994), é o profissional. O ritmo acelerado das redações, muitas vezes, o impede de pesquisar e avaliar seu dia-a-dia. Mas se o jornalista, de qualquer editoria, for estimulado apenas a tratar com superficialidade e sensacionalismo os temas, não está servindo ao público.

Num quadro de acelerada mudança de regras e ritmos, a evolução só ocorrerá através da empenhada participação dos jornalistas. Na imprensa, há espaço para o trabalho intelectual, para a ‘construção de catedrais’; e sempre é possível desenvolver reportagens investigativas, produzir textos que façam a síntese da verdade dos fatos com a sensibilidade de quem escreve, análises que propiciem o crescimento do jornalista e do leitor. (RIBEIRO, 1994, p. 92)

4.1.4. No roteiro, a atitude objetiva

Soluções para tantos impasses que o Jornalismo enfrenta – não só na cobertura dos acontecimentos científicos - são difíceis. Mas é preciso buscá-las. A primeira atitude em direção a uma nova concepção ética, capaz de instaurar uma releitura no conceito de notícia e em seus pressupostos, consiste em realizar uma análise crítica dos paradigmas da comunicação e dos conceitos a ele atrelados. Nossa principal sugestão, feita na dissertação de Mestrado e aqui reforçada e aprofundada, é a substituição do clássico (e inatingível) conceito de objetividade - categoria ainda difundida e defendida nos manuais de redação, códigos de ética e livros técnicos de jornalismo e sustentada pela convicção de que o real se mostra inteiramente no discurso jornalístico - pelo de “atitude objetiva”.

A atitude objetiva, resumidamente, consiste em reconhecer, em primeiro lugar, que toda informação já é processamento e que não há narrativa que seja neutra. Não há fala destituída de sujeito, de lugar social, de subjetividade, e isto é um dado constitutivo da enunciação. Além dos códigos que regem a enunciação jornalística, há marcas sociais e traços subjetivos na produção de um discurso. Ao lidar com um acontecimento, o jornalista lida de algum modo e mergulha na verdade intensiva, muitas vezes paradoxal ou mesmo contraditória, em que a atuação do jornalismo é sempre um recorte possível.

Pois ao compreender isso, o profissional pode partir para uma atitude objetiva e se aproximar do que consideramos ético. Só reconhecendo a subjetividade que há em toda ação humana, ele pode tentar ser o mais objetivo possível. Do contrário, pode acreditar que a objetividade de seu relato estará garantida com a reprodução – subjetiva e discursivamente construída como vimos - de várias versões e opiniões sobre um fato, quando nem de longe se resume a isto o trabalho de um profissional da imprensa.

Os jornalistas são, isto sim, mediadores de informações, espécies de filtros subjetivos, investidos de atitude objetiva, por meio dos quais a informação de interesse público chega ao leitor. Precisam contextualizar os acontecimentos do mundo, colocá-los em perspectiva. Aí reside sua subjetividade, para sorte de todos: na capacidade que possam ter de captar, compreender e apresentar informações de modo claro, num contexto compreensível para o leitor, tornando inteligíveis conceitos complexos.

Por esta nova concepção, o conceito de objetividade – já definitivamente substituído pelo conceito de atitude objetiva em relação aos fatos - resgata e instaura um novo sentido ético à atividade jornalística. Não cabe ao jornalista nem ser neutro (uma ilusão, de toda forma) nem interpretar os fatos (que significa compromisso fechado com um sentido), mas processar os dados e oferecê-los ao leitor de tal maneira que ele também possa processar, a seu modo, as informações que recebeu. E neste caso, para o jornalista, a sede de investigar, de saber, de questionar, de ir além do que se apresenta, de não achar que está de posse de uma verdade absoluta e de um fato acabado já é ética.

A atitude objetiva, assim, não diz respeito à neutralidade ou à imparcialidade, mas implica na veracidade com que se buscam as informações; na pluralidade de observações, de fontes, de ângulos, de relatos registrados com honestidade; numa postura empregada pelo jornalista que produz informações contextualizadas, apreendendo diferentes nuances dos acontecimentos para permitir ao leitor uma compreensão da realidade em que vive ou em que transcorre o fato noticiado. Significa buscar sobre um acontecimento o máximo de informações, de testemunhos, para oferecer ao leitor elementos e possibilidades de construir sua própria relação com a notícia e sua própria verdade na relação, de realizar a inscrição pessoal de uma verdade.

O fato só pode ser restituído em sua veracidade por cuidados técnicos e éticos de apuração e a informação passa a ser tanto mais fiel e eficaz quanto mais

repousar sobre uma base de fatos, versões, testemunhos e informações sólidas. Os fatos podem ser colocados num contexto que lhes dê significado, assegurando ao leitor possibilidade de realizar atribuições de valor relativas a situações específicas. E quanto mais completa for a informação em torno do fato, mais alto será o grau de confiança gerado junto ao público.

Para ter uma atitude objetiva, o repórter precisa dar oportunidade para a apresentação de argumentos, mas tem a obrigação de avaliá-los. Os jornalistas aprendem que devem ouvir diferentes opiniões sobre um assunto e chegar a um “equilíbrio”. Isso também é importante no caso de notícias científicas. Mas pode-se ter o cuidado de fornecer uma visão mais precisa possível do universo científico, com seus consensos e discordâncias, polêmicas e acertos. Em todas as áreas de pesquisa existem diferenças de opinião, as quais, em geral, vale a pena mencionar. Não podem ser descritas, porém, de forma que pareça que todos os lados têm o mesmo peso, quando isso não for verdade. Alguns jornalistas presumem, equivocadamente, que ser imparcial significa tratar todos os argumentos com o mesmo peso. Seria enganoso dar a entender que ambos os lados são iguais quando, de fato, um deles é minoritário. É mau jornalismo. Isso não significa que o jornalista deve ignorar a opinião da minoria, mas tentar apresentar um quadro o mais preciso possível, buscando universidades, instituições científicas de renome.

A impossibilidade de se chegar à verdade clássica não pode ser justificativa para um jornalismo superficial, sensacionalista, capenga, difuso, descontínuo, sem qualidade, antiético, portanto. A atitude objetiva supõe a existência da realidade e a notícia precisa da verdade factual para existir como gênero jornalístico. Trata de uma necessidade imposta pela realidade, mas que nem sempre é satisfeita. Muitos jornalistas se esquivam de fazer perguntas suficientes, perdendo a oportunidade de obter esclarecimentos que tornariam a reportagem mais compreensível para o público. Alguns ficam intimidados perante as fontes, talvez acuados pelos conhecimentos científicos de seu interlocutor. O resultado é que os

profissionais, com frequência, não questionam o suficiente para obter as informações de que necessitam: o significado de um termo técnico, a importância de determinado resultado ou a existência ou não de consenso entre os cientistas sobre uma questão. Mas agir desta maneira é praticar um jornalismo desonesto.

Além disso, se a imprensa não pode cobrir diariamente determinado assunto nem pode fingir que não soube de alguma nova teoria, resultado ou descoberta, pode perfeitamente noticiar com ressalvas; confrontar opiniões não só de especialistas, mas do público; realizar apanhados; contextualizar as notícias e as próprias fontes (que razões tem o leitor para dar crédito às informações dadas por determinado entrevistado?); tornar a informação mais acessível ao leitor dito leigo sem perder a precisão. Não basta à sociedade, portanto, que o jornalista relate o que acontece: é fundamental que se torne capaz de compreender e atribuir significados ao que ocorre, relacionando a ciência com a vida do indivíduo, com o resto do contexto social. E contextualizar, segundo Krieghbaum (1970, p. 64), significa dar dimensão às informações científicas que são importantes “porque ajudam a dar um sentido ao mundo, seja este encarado como benigno ou temível”.

Se nos faltam conhecimentos, contextualizamos mal. Quando jornais publicam que procedimentos como a clonagem humana poderão ser tão corriqueiros quanto a fertilização in vitro, não podem deixar de esclarecer, argumentar, contextualizar e até questionar a informação que divulgam, possibilitando assim a avaliação crítica, etapa fundamental da transformação da informação em conhecimento. Sem isso, os meios de comunicação promovem, mais que um esclarecimento, uma sensação de impotência. Formam leitores ideologicamente submissos, incapazes de exercer seu espírito crítico.

Isso não significa que, a partir dos reordenamentos aqui sugeridos, as notícias passem, finalmente, a exprimir “a verdade”, a realidade em sua complexidade, o real em si. Uma verdade, já sabemos, não é um objeto observável a ser apreendido em sua totalidade (classicamente falando) por um

sujeito observador. A verdade é um uno-múltiplo-eterno, como salienta Martins (1995) e uma notícia traduz sempre um recorte possível de uma realidade complexa. A potência total da verdade passa a ser, então, a capacidade de nomear e avaliar elementos da situação objetiva a partir do processo de verdade, que se inscreve na coerência particular de uma verdade subjetiva. Não há, portanto, uma solução convencional para os desvios que aqui identificamos como éticos nem no jornalismo nem na ciência, a não ser que possamos partir de uma nova compreensão da questão ética.

4.1.5. Descortinando o jornalismo e a ciência

Para tentarmos levar a termo as transformações que identificamos serem necessárias nas práticas jornalísticas cotidianas, descortinar as relações que permeiam não a construção do discurso científico, mas igualmente a construção do discurso jornalístico é fundamental. Os avanços da ciência têm consequências que cabe ao jornalismo especializado investigar, esclarecer, questionar, aprofundar. E a divulgação prematura, errada, superficial, espetacular, sensacionalista ou irresponsável de informações científicas - especialmente na área da Medicina - pode transformar um serviço útil e necessário num desserviço. O resultado dos efeitos espetaculares da divulgação científica pode ser tão nocivo à sociedade quanto a falta de informação. Principalmente quando o leitor não é capaz de reprocessar a informação que recebe ou perceber o quanto interfere em sua vida. É a capacidade de obter e reprocessar informações que articula o pensamento.

Cientistas e jornalistas concordam que o sensacionalismo contribui para afastar a comunidade científica da imprensa. O sensacionalismo feito exclusivamente com o objetivo de vender jornal é nocivo a qualquer matéria, ao público, às fontes e à credibilidade dos veículos e dos repórteres. Entretanto, é preciso distinguir este tipo de sensacionalismo do destaque a assuntos com o objetivo de atrair a atenção do leitor. É lógico que os limites entre os dois são muito tênues e passíveis de subjetividade. A prudência é, portanto, o melhor caminho.(CAVALCANTI in LOPES, 1996, p. 98)

Se o Jornalismo coloca-se como intermediário entre a ciência e o público para explicar o que os indivíduos desejam e precisam saber sobre pesquisas, programas e investimentos nas áreas científica e tecnológica – ou seja, coloca-se como a interface que permite disponibilizar a informação para o uso, pondo em contato domínios heterogêneos, possibilitando e promovendo a interação – precisa esclarecer, relacionar, apontar e debater as consequências políticas, sociais, econômicas e éticas inevitáveis de seus avanços, fornecendo instrumentos necessários para o estabelecimento de novas bases de diálogos e de decisões e uma nova consciência sócio-científica. Do contrário, estará não apenas frustrando uma imensa expectativa que há sobre ele, mas também deixando de cumprir o artigo 4 do Código de Ética dos Jornalistas, que determina que “a prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social”.

O conhecimento sobre princípios básicos do funcionamento da ciência é importante para a manifestação política consciente do cidadão comum. Se não é papel da imprensa confirmar o valor das pesquisas, é seu papel filtrar de forma crítica o excesso de informação circulante para permitir o acesso e atingir o sucesso no processo de comunicação. Se os meios de comunicação de massa tradicionais não são os veículos mais indicados para o aprofundamento e a extensão do conhecimento científico, eles podem perfeitamente despertar o

interesse, esclarecer pontos fundamentais, motivar o debate e a busca por mais informações e promover conhecimento básico. Isso significa que o jornalista acaba agindo como educador, ao explicar as informações técnicas para produzir uma matéria fácil de entender e interessante de ler.

Se o público assiste à maioria dos eventos que ocorrem no mundo por intermédio da mídia, esta tem que assumir a responsabilidade inerente ao seu poder. Se a sociedade quer – e precisa – participar do debate sobre clonagem humana ou qualquer outro avanço da ciência, tem que estar a par de alguns fatos científicos. A pesquisa biológica contemporânea tem de enfrentar o crescente envolvimento da sociedade com a ciência. Até porque, hoje, a ética resulta, cada vez mais, da discussão entre todos. E é esta ética que emana da opinião pública bem informada que irá enquadrar a genética moderna.

Não há soluções a priori para os problemas éticos criados pela ciência. Elas surgirão do debate. Para isso, como salienta Karam (1997, p. 107), junto com a tecnologia, precisa ser permitido o acesso a ela. Junto com a pluralidade de fontes, precisa ser democratizado o acesso aos meios e controle social sobre eles. Isso só aumenta a responsabilidade social do jornalista diante das sucessivas produções de conhecimento e de ampliação ou redução de poder que isso gera, incluindo a tecnologia.

Ao mesmo tempo, a produção de saber restrita a uma área ou a concentração crescente de poder devem ter seus limites ultrapassados pelo trabalho jornalístico de mostrar, em escala global e imediata, o movimento de todos estes setores em que se movem e desdobram cotidianamente a realidade, as pessoas, os fatos, as versões ... e sua produção e resultado, com conseqüências nos próprios **saber** e **poder**. (KARAM, 1997, p. 107)

Um dos aspectos mais importantes do Jornalismo Científico é exatamente este: ajudar a compreender as implicações dos desenvolvimentos da ciência e ser capaz de despertar uma nova postura em relação a ela. Se não servir para a reflexão sobre o impacto das descobertas e avanços da ciência e da tecnologia na sociedade e na vida de cada um, para promover e estimular a participação pública no debate de temas fundamentais, a informação – seja ela veiculada pelo Jornalismo Científico ou por qualquer outra editoria – de nada serve.

O principal mérito de um Jornalismo Científico reflexivo e preocupado em ampliar o debate é permitir que o público, suficientemente informado, tire suas próprias conclusões sobre o assunto, aumentando assim o seu grau de participação e cidadania. Se todas as controvérsias lhe são apresentadas, será mais difícil que ele encare cada relato de uma pesquisa ou descoberta como uma verdade ‘pronta e acabada’. Não se trata aqui de fazer apologia do relativismo, mas ressaltar que o conteúdo científico não é rígido, pois está sempre sujeito a contestações e mudanças, desde que justificadas por indícios confiáveis e rigorosos. (KARAM, 1997, p. 120)

Assim, é possível desenvolver uma política de comunicação que revalorize o conhecimento e não a simples informação, ainda que para isso seja necessária a redefinição do chamado “Jornalismo Científico” que, como o imaginamos, precisa capacitar o público a distinguir entre as diversas questões e opções que o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico colocam à disposição do homem; a compreender a essência da ciência, sua importância cultural e a natureza de suas inter-relações com a sociedade; a questionar a forma como a ciência é feita e seus possíveis e desejáveis rumos; a reconhecer os contextos sociais e econômicos da ciência e a necessidade de sua discussão pública.

A expectativa em relação ao jornalismo é a de que possibilite o balizamento da atuação dos cidadãos a partir de fatos apresentados de forma ética e responsável, que seja capaz de divulgar e debater os problemas e os avanços da ciência, sobretudo num país onde a pesquisa é custeada basicamente pelo dinheiro público, seja na forma de bolsas e financiamento das instituições públicas ou de incentivos fiscais a instituições privadas. Poucos jornalistas, infelizmente, lembram-se de que o trabalho dos cientistas é pago e esquecem de perguntar quem financia suas pesquisas, o que poderia trazer esclarecimentos ao estudo realizado. A este respeito, Feyarabend diz que o “público é o patrão e deveria poder decidir a respeito” (1989, p. 72). Pois ao estimular o público a entender a ciência e sua importância, o Jornalismo Científico está também ajudando a estimular o investimento em pesquisas que possam atender os seus anseios.

O que devemos tentar fazer é criar canais através dos quais as pressões exercidas pelo cidadão possam influenciar mais diretamente tais decisões. Isso requer que os cientistas expliquem seu trabalho e suas consequências, publicamente, e que exponham suas decisões a apreciação democrática. Também confere uma responsabilidade considerável à imprensa e outros canais de comunicação, na interpretação da ciência e na discussão crítica de suas implicações sociais. Não queremos **controle** popular sobre a ciência, mas muito mais **influência** pública, nem que seja apenas como corretivo saudável à atual política interna autônoma da comunidade científica e à influência maciça, social e política, de corporações. (DIXON, 1976, p. 225)

Só assim, o indivíduo torna-se capaz de estabelecer uma relação positiva entre ciência e cidadania; de conectar os objetivos da ciência e dos vários níveis da sociedade que a subvenciona. Não se trata de se render um excessivo apelo utilitário da pesquisa científica, mas de perceber que se não encontra ressonância na sociedade, a ciência perde seu sentido. É preciso situar a informação num contexto mais amplo, procurando a união entre sociedade e ciência, cuja condição

é uma compreensão mútua. Lévy (1996) aposta que o homem começará a resolver muitos dos principais problemas do mundo quando começar a deixar que o saber restrito a domínios ditos cultos como os laboratórios e academias chegue à sociedade como um todo de forma a que a maioria possa absorvê-lo.

Uma sociedade inteligente em toda parte será sempre mais eficiente que uma sociedade inteligentemente dirigida. O problema não é decidir entre ser a favor ou contra a inteligência coletiva, mas escolher entre suas diferentes formas. Emergente ou imposta de cima? Respeitosa das singularidades ou homogeneizante? Inteligência que valoriza e põe em sinergia a diversidade dos recursos e das competências ou que os desqualifica em nome de uma racionalidade ou de um modelo dominante? (LEVY, 1996, p. 121)

Não basta, portanto, aumentar a quantidade de notícias, mas oferecer uma análise crítica da ciência e da tecnologia e de suas implicações, democratizar e provocar o debate em todos os níveis, estimular o diálogo e promover a reflexividade, ou seja, a capacidade de receber o sentido, questionar o sentido e criar novo sentido. Polarizada, a informação científica fracassa no principal, que é ofertar uma visão integrada dos fatos relevantes para o homem. Ao contrário, contextualizada e reiterada, a informação pode mobilizar a opinião pública.

A importância da difusão popular da ciência não está só na necessidade de fazer com que o leigo entenda as descobertas da ciência, por mais difíceis que sejam. Está ainda no seu valor cultural (a ciência é parte da cultura geral, como a arte, a literatura ou o teatro), e no seu valor político (a participação da sociedade que com o dinheiro dos impostos fornece fundos para pesquisas e que deve ter livre conhecimento do que é feito e por quem é feito). Há ainda mais valores a considerar, como o financeiro, o moral, o intelectual, o social – desde que existam verbas públicas em jogo, a ciência se move por normas éticas, a idoneidade dos objetivos não pode ser inferiorizada por interesses particulares e a ciência

não se deve excluir da convivência com outros campos. (BAHIA, 1990, p. 216- 217)

Talvez o jornalismo impresso diário não seja o veículo mais adequado para levantar questões filosóficas sobre o homem, a humanidade, a ciência ou a ética, mas é, com certeza, uma das únicas instituições capazes de disseminar informações fundamentais na escala necessária e no tempo disponível. Por isso, é fundamental que, por meio de um trabalho honesto de reportagem, a imprensa seja capaz de despertar espírito crítico do leitor sobre o mundo em que vive, para que este seja capaz de pensar e debater formas pelas quais pode intervir naquilo que parece inevitável, enxergar as transformações necessárias e encontrar os caminhos disponíveis.

Apesar dos avanços tecnológicos e científicos alcançados neste final de século e das novas descobertas que estão se delineando nos mais diferentes campos, o homem continua conhecendo quase nada de si mesmo, do mundo em que vive e dos efeitos dessas conquistas nas mais diversas áreas para sua vida cotidiana. Não tem controle algum das mudanças que se sucedem, porque não as entende. Não participa e nem fica informado sequer do percurso da produção da ciência. Não tendo consciência dessas transformações, não pode participar, influenciar as políticas científicas. Fica, portanto, sofrendo seus efeitos, sem sequer saber de onde eles vêm. (CALDAS, 1998, p 43)

A informação capaz de gerar conhecimento é um bem público fundamental para o crescimento da sociedade e o direito à informação correta é o direito da sociedade de informar-se a si própria. É verdade que o domínio que a ciência exerce sobre nós torna difícil discernir as contradições, o contexto, enfim, o que há por trás das notícias. A velocidade alucinante das mudanças científicas e tecnológicas – especialmente na área da genética - torna as coisas ainda piores: acreditamos que não há tempo para o luxo de contemplações filosóficas. Se, de fato, quisermos compreender fenômenos contemporâneos, porém, precisamos

nos perguntar se a posição da ciência na sociedade – a importância que lhe é conferida e as maneiras pelas quais decide-se quanto e que tipo de ciência apoiar – é a melhor. Só o questionamento crítico torna possível avaliar e redimensionar – caso necessário - a posição da ciência na sociedade. A resposta para as muitas perguntas que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia lançam a nossos pés não é simples, mas não há dúvida de que a compreensão pública da ciência – tarefa do Jornalismo Científico – é um caminho para esboçá-las.

O Jornalismo - esta mediação diária da realidade realizada por meio de uma atividade particularizada e sem a qual nossas vidas já nem podem ser pensadas - faz parte, afinal, do contexto mais amplo da sociedade. Na sociedade dos *media*, a comunicação não é apenas um aspecto, entre outros, da modernização, mas assume o centro deste processo. Numa sociedade como a nossa, modulada diariamente pelos meios de comunicação, a informação precisa contribuir para instaurar novas maneiras de pensar e de conviver. Até porque, uma vez terminado o “espetáculo” da mídia, na volta aos bastidores – que é onde a vida real efetivamente se dá – o mundo desafia o homem a continuar pensando, fazendo, agindo, revolucionando.

Pois se a mídia exerce papel de tamanha importância na configuração das relações sociais e da própria construção da subjetividade e se a imprensa quer melhorar (parece que vem fazendo esforços neste sentido), é preciso voltar os holofotes para ela. Abordar a maneira como a ciência é enfocada na mídia, portanto, serve para que possamos enxergar melhor não só a natureza do processo comunicacional contemporâneo, mas da própria organização da atualidade. Evidentemente é preciso cuidado para não deslocar o foco de atenção, iluminando apenas atitudes desviantes e responsabilidades individuais em detrimento das ambigüidades e contradições inerentes ao próprio jornalismo. Mas a maneira como respondemos às questões éticas determina e é determinada por nosso nível ético individual e também por nossa sociedade como entidade civilizada.

Aos jornalistas, portanto, cabe apanhar a massa diária de informações, contextualizá-las e colocá-las em sintonia com a vida do leitor, mostrando de que maneira determinada informação é importante e como ela vai afetar sua vida. Nesse exercício reside a função social do jornalismo que, apesar das distorções, falhas, desvirtuamentos, excessos ou omissões, continua sendo uma arma poderosa e útil da sociedade. O Jornalismo, quando é capaz de realizar uma necessária e aberta exposição dos fatos, com suas múltiplas versões, ainda é um dos melhores instrumentos de afirmação da liberdade de expressão, para o exercício da cidadania e para a garantia dos direitos humanos em qualquer sociedade.

5. CONCLUSÃO

DESCENDO AS CORTINAS

“Os riscos da ciência e da tecnologia só podem começar a ser controlados se forem entendidos pela sociedade. É dela o papel de ‘vigiar’ com isenção, sem alarmismo e sem contemporização. Sem se render cegamente ao fascínio da ciência e sem rejeitá-la por princípio. Há, portanto, excelentes motivos para aumentar o conhecimento científico da sociedade, pelo menos dando o básico para que ela possa interferir com propriedade nos rumos da ciência, dada sua inegável relevância para o mundo contemporâneo e o futuro. A ciência é importante demais para ficar restrita aos cientistas. É fundamentalmente nesse contexto que a importância do Jornalismo Científico se fará presente.”

(Dornellas, 1999, p. 40- 41)

Vivemos na era da informação veloz, das relações mediadas pela mídia, mergulhados numa profunda revolução tecnológica. Os avanços técnicos e científicos – especialmente na Medicina - a cada dia parecem mais fantásticos aos nossos olhos: cérebro eletrônico, clonagem, técnicas mirabolantes de reprodução, manipulação do código genético humano. Para boa parte das pessoas, porém, muitas destas novidades continuam soando tão estranhas quanto no tempo em que eram apenas ficção científica. Mas assuntos assim já não podem mais ser ignorados pela sociedade nem tratados pela imprensa sem o merecido cuidado.

Não é à toa que estimular a reflexão ética e melhorar o desempenho dos meios de comunicação no processo de divulgação da informação científica é nada menos que fundamental. Historicamente, a sociedade brasileira nunca encarou a ciência como um valor. Hoje, entretanto, com o desenvolvimento científico e tecnológico atropelando a rotina das pessoas, a cultura científica passou a fazer parte de um patrimônio do conhecimento. E para permitir que o público tenha

acesso a ele, já que, em grande escala, é do Jornalismo Científico que depende a compreensão pública da ciência, a imprensa precisa encontrar novas perspectivas éticas de atuação e aprender a lidar melhor com os assuntos de ciência e da tecnologia.

Quanto mais se reafirma o papel da ciência, afinal, seja na produção de ponta, seja na vida cotidiana, mais as deficiências ainda existentes na abordagem deste tema pela mídia aparecem, mais necessária se torna a reflexão ética e mais prementes são as reformulações do discurso da mídia sobre temas relevantes para a formação da cidadania plena como, por exemplo, a ciência. A pluralidade de opiniões pode refletir o pluralismo da sociedade e somente a livre manifestação de todos os pontos de vista e o debate amplo, consciente e consistente permitirão que isto aconteça.

É evidente que a compreensão pública da ciência não depende só da atuação do jornalismo, mas de uma soma de esforços, o que pressupõe, antes de qualquer coisa, acesso à educação de qualidade, condição para qualquer julgamento crítico do que quer que seja. O elemento ético pode ser entendido como “um pressuposto ou como um modo de agir que depende de um assentimento e para cuja compreensão a educação é um pré-requisito”, como nos lembra Zajdsznajder (2002, p. 176.) Mas cabe também aos representantes da ciência tornarem-se acessíveis e permitirem o acesso à informação, para que seja possível orientar o debate e a eleição de critérios éticos relevantes para exame dos avanços das ciências.

A análise de discurso realizada nesta tese como instrumento para reflexão a respeito da maneira como a ciência é abordada na mídia impressa revelou e elucidou inúmeras facetas deste processo. Evidenciou, primeiramente, a partir da leitura crítica e pelo reconhecimento das repetições semânticas que habitam a cena discursiva dos três jornais eleitos para amostragem analítica que, embora destinados a diferentes públicos e recorrendo a distintos (mais ou menos

sofisticados) recursos lingüísticos e jornalísticos, os veículos impressos de comunicação de massa ofertam a ciência ao público segundo recursos e fórmulas discursivas semelhantes, que naturalizam, glorificam, legitimam e reforçam seu papel na sociedade e pouco esclarecem ou questionam a hierarquia estabelecida ou o estatuto da ciência na ordem por ela mesmo instituída e mantida.

Há, portanto, uma homogeneidade no discurso da ciência, seja ele destinado a leitores de classes mais populares ou publicações voltadas para um público considerado mais sofisticado, que colabora para provocar efeitos sociais de sentido, reconhecimento e naturalização da posição e das ações da ciência na sociedade, mantendo e reforçando a hierarquia social. Ou seja, os jornais promovem a consolidação, via discurso, desta legitimação, funcionando como instrumento de reforço e intensificação da própria noção de ciência como um saber superior aos demais.

O trabalho de escrutínio discursivo também realçou – até por causa disto que acabamos de mencionar - as dificuldades éticas enfrentadas pelo Jornalismo Científico, confirmando nossa hipótese, uma vez que, pela ética, como a entendemos, uma informação precisa provocar a reflexão, o questionamento, a compreensão da realidade em suas muitas facetas. Se as matérias sobre ciência, como observamos, não fazem isso como deviam, deixando a desejar em apuração, em contextualização, em pluralidade de vozes e versões, abordando de forma superficial e espetacular os temas da ciência na área da Medicina, infringem a ética profissional, por mais que não pareça assim aos olhos daqueles que enxergam a questão ética no jornalismo restrita a questões-limite, ou seja, a decisões sobre publicar ou não tal fato ou foto; trocas de favores e vantagens; relacionamentos escusos entre jornalista e fonte, invasão de privacidade, câmera oculta, entre outras, também de natureza ética, sem dúvida.

Nossa leitura crítica mostrou, afinal, que, embora avanços sejam registrados, o espaço destinado ao Jornalismo Científico ainda não é ocupado de

forma crítica, analítica, capaz de refletir caminhos e perspectivas e indicou, exatamente por isso, a necessidade de uma profunda e renovada reflexão ética. Afinal, a precisão na apuração jornalística (e em todas as etapas que a antecedem e a sucedem), que inclui a pluralidade de fontes e versões, a busca de dados documentais e comprobatórios, a contextualização de fatos e fontes, entre outras qualidades, é e sempre será uma questão de ética. Qualidades que todas as reportagens, não só as de ciência, precisam ter.

Pois para que isto ocorra, é preciso que se enxergue a questão ética com outros olhos, promovendo um indispensável questionamento a respeito das práticas jornalísticas. Uma reflexão que permita reconhecer uma inevitável (embora muitas vezes imperceptível) decisão ética a cada etapa de construção da enunciação jornalística. Este, aliás, é o objetivo que temos perseguido ao longo de nossa vida acadêmica desde que hasteamos a bandeira da ética no jornalismo - estandarte já tão ameaçado pela competitividade, pela espetacularização da notícia, pelo excesso de pautas, pelos baixos salários, pelo monopólio da informação, por interesses diversos, entre outros: mostrar que a cada passo, a cada momento do processo jornalístico, há uma decisão ética em andamento.

Por mais que, como mencionamos na introdução, não seja exclusivamente do jornalista a responsabilidade sobre os deslizos éticos ocorridos na imprensa nem sobre sua solução, posto que o processo de construção do discurso jornalístico envolve variáveis de toda ordem, como vimos, o profissional da comunicação não pode esquecer o trabalho coletivo no qual sua individualidade se inscreve nem isolar de sua gênese histórica o objeto de seu discurso ou suas condições de produção. Tudo interfere nas opções diárias que os profissionais são obrigados a fazer. Além disso, se há um “sistema” vigente, ele é construído e constituído precisamente de seres humanos. Nós.

É possível, portanto, estabelecer um novo patamar ético de análise das práticas discursivas e das ações jornalísticas, que reconheça nas pequenas e

grandes, notáveis ou imperceptíveis escolhas jornalísticas diárias, uma profunda dimensão ética, capaz de influenciar e, muitas vezes, determinar a maneira como o leitor compreende o mundo que chega pela mídia, se relaciona com ele e organiza, individual e coletivamente, maneiras democráticas de intervenção e decisão nos rumos da própria existência, inclusive nos rumos da ciência, tema que aqui nos interessa em especial. Assim, se a natureza ética das decisões diárias que eles enfrentam puder ser entendida com mais clareza e senso crítico, o resultado poderá ser não só a adoção interna de valores mais sintonizados com a vida e com a multiplicidade do real, mas também de reflexões e atitudes mais éticas, o que poderia garantir a necessária credibilidade ao jornalista e ao veículo, capaz de gerar um maior respeito do público pelos meios de comunicação.

É fundamental ainda, aos jornalistas que escrevem sobre ciência, saber separar as informações e fatos cientificamente relevantes dos apelos comerciais, disfarçados de informação científica; distinguir notícia de Medicina de bula de remédio; sensibilizar a opinião pública para as repercussões econômicas, sociais e éticas do progresso científico; questionar a pertinência das pesquisas e até a forma pela qual a notícia vem a público; buscar as melhores fontes, as melhores informações, contextualizá-las. A formação do jornalista científico pressupõe ainda, segundo Lage (2003), decisões corajosas como enxergar a mídia como serviço para o povo, não para o poder, e acreditar no conhecimento como única forma de gerar avanços na história.

A mídia tem o papel, inclusive, de diferenciar com clareza o que é opinião do que é informação, para não veicular uma pela outra. Se, como anunciava o sociólogo Betinho, “as sociedades evoluem inquestionavelmente a partir da democratização das informações, do conhecimento, das idéias, da formulação e debate dos caminhos e dos processos de mudanças” (SOUZA in LOPES, 1996, p. 22), cabe ao Jornalismo, em grande escala, parte considerável da responsabilidade de promover esta evolução.

A nossa tecnologia tem se tornado tão poderosa que – não só consciente, mas também inadvertidamente – estamos nos tornando um perigo para nós mesmos. A ciência e a tecnologia têm salvo bilhões de vidas, melhorado o bem-estar de muitas mais, ligado o planeta numa união lentamente – e ao mesmo tempo têm mudado o mundo de tal forma que muitas pessoas já não se sentem em casa na Terra. Criamos uma gama de novos males: difíceis de ver, difíceis de entender, problemas que não podem ser resolvidos imediatamente – e que, sem dúvida, não poderão ser solucionados sem desafiarmos aqueles que detêm o poder. Nesse ponto, mais do que em qualquer outro, a compreensão pública da ciência é essencial. (SAGAN, 1998, p.81)

Instância intermediária entre ciência e sociedade, o Jornalismo Científico tem a tarefa de ajudar a promover um melhor entendimento e, conseqüentemente, uma melhor utilização da ciência. Ou seja, de ampliar o debate e promover o intercâmbio de idéias e opiniões. Ao reconstruir cotidianamente o mundo através da sua lente, o Jornalismo apresenta-se como uma forma de conhecimento social da realidade. É necessário, portanto, que a mediação por ele realizada ultrapasse a pluralidade aparente que oferece diariamente para mergulhar na pluralidade real, esta sim, complexa, interligada, relacionada. Apesar das limitações, afinal, o Jornalismo é – ou poderia ser - uma profissão comprometida com os princípios básicos da cidadania e traz em si potencialidade capaz de promover uma maior compreensão da realidade contemporânea. E nesta área não pode haver oportunismo.

As conquistas da ciência, afinal, que pareciam ficção, estão hoje dentro das casas, escolas, laboratórios e hospitais. Mesmo assim, muitas vezes, somos surpreendidos ao tomar conhecimento, por meio da imprensa, do que vem sendo incubado nos principais laboratórios do planeta e das perspectivas que a ciência e a tecnologia reservam para a humanidade. Tudo isso evidencia a necessidade de compreensão pública da ciência e de suas conseqüências sociais, fundamental para a abordagem social ao controle da ciência. Um debate público mais amplo

pode perfeitamente, ao contrário do que possa imaginar, gerar uma demanda por mais ciência, e não menos. Da mesma forma, porém, é possível que um público mal informado faça exigências utópicas aos cientistas.

Para evitar isso, os meios de comunicação podem ser capazes de estimular a consciência pública a refletir sobre os dilemas e as opções da ciência, a contextualizar os fatos e as informações que recebe e a planejar processos de influência democrática. O motivo mais convincente a favor de um maior envolvimento do cidadão na política científica é o do direito democrático básico de todo cidadão de decidir sobre seu destino e sobre os muitos conflitos a respeito dos gastos e benefícios sociais da ciência. Sempre haverá quem afirme que a sugestão de uma maior participação do povo nos assuntos científicos é ingênua ou idealista. Mas ciência é um problema da coletividade e é preciso estar ao alcance de todos decidir sobre seus caminhos. Existem problemas enormes requerendo da ciência soluções e é preciso discuti-los democraticamente.

O desenvolvimento do conhecimento científico lembra os antigos problemas de fundamento e os renova. Esses problemas dizem respeito a todos e a cada um. Eles precisam de comunicação entre cultura científica e cultura humanista (filosofia) e da comunicação com a cultura dos cidadãos, que passa pela mídia. Tudo exige esforços consideráveis das três culturas e também dos cidadãos. (MORIN, 1998, p. 94).

Diz-se hoje que cabe à imprensa o papel de educar. Se isso é verdade, a imprensa brasileira precisa estar mais bem preparada para cumprir sua tarefa – entre elas, a de ajudar desenvolver uma educação popular sobre ciência – especialmente em medicina e saúde. Uma educação voltada para a transformação social, capaz de despertar a consciência tanto do “leigo” quanto do próprio cientista para que se tornem capazes de compreender melhor as implicações mais amplas da ciência e seu lugar na sociedade. Já que não é mais possível separar educação e comunicação (mídia), é preciso fazer comunicação com educação,

imprimindo valores como ética, cidadania, diversidade.

Cabe aos meios de comunicação informar aos indivíduos os riscos, a relevância e as implicações sociais da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do país, do mundo e da própria humanidade. A imprensa precisa estimular o público a compreender que as novas técnicas e tecnologias são um espelho de dupla face (que refletem e projetam novas formas do pensável e novos modos de cultura) e que depende de nós como vamos usar estas novas conquistas e de que maneira vamos questionar – para reinventar – nossa própria existência. É preciso que o público possa avaliar correlações de fatos, relacionar causas e possíveis efeitos, discernir o que é certo do que é provável ou apenas possível. O objetivo é fornecer elementos para uma leitura menos ingênua não só da ciência, mas da própria mídia, tarefa espinhosa, especialmente porque exige de ambas uma autocrítica nem sempre bem-vinda, mas necessária.

É verdade que progressos têm sido registrados: muitas sociedades científicas já realizam reuniões, conferências e simpósios – alguns com a participação de jornalistas – nos quais implicações sociais e políticas da ciência são debatidas. A consulta e a avaliação democrática parecem estar evoluindo. Uma medida adotada com sucesso e que precisa ser expandida é a realização de palestras e cursos sobre assuntos científicos voltados para profissionais de imprensa. Um sinal de que a comunidade científica finalmente está abrindo os olhos para a importância do Jornalismo Científico como instrumento imprescindível para ajudar na formação de uma cultura científica no país.

Iniciativas assim pretendem atender à necessidade constante de aperfeiçoamento e especialização por parte do profissional do Jornalismo, para que esteja apto a lidar com consciência crítica e conhecimento de causa com as informações que ouve das fontes, questioná-las e apresentá-las ao leitor segundo um contexto que lhes dê significado. O mesmo acontece com a disponibilidade de informações. Considerando a enorme variedade de matérias e o volume total de

informações que passam por um jornal, os repórteres de ciência desempenham bem seu papel. A imprensa pode até ainda tratar assuntos científicos inadequadamente, mas mesmo assim, trata hoje muito melhor, e com muito menos ingenuidade, do que há alguns anos.

No caso que aqui nos interessa, da clonagem, mesmo nas ocasiões em que podem ser criticados por superficialismo ou sensacionalismo, os representantes da imprensa se asseguraram que a atenção pública se localizasse também sobre os problemas éticos em torno da questão. Principalmente em virtude da cobertura da imprensa, surgiu um consenso: é preciso discutir questões éticas. Mas muito ainda precisa ser feito em busca de mais e mais qualidade jornalística. A imprensa evoluiu no exercício da ética. Mas ainda pode e precisa avançar mais, pois não está totalmente preparada para dar um tratamento mais complexo e contextualizado não só aos problemas científicos, mas também às demais questões diárias que tem de abordar.

E se pode parecer ingenuidade defender um espaço para a ética, também parece claro que nem a imprensa nem as demais instituições sociais conseguirão superar seus conflitos e contradições e assumir seu papel transformador enquanto não se defrontarem com esta questão. Todas as atividades e instâncias de representação humanas refletem os valores da sociedade como um todo e nenhuma encontra-se numa redoma. Mas isto não significa que devemos ser meras vítimas e nem que nada se possa fazer. É perfeitamente possível – embora difícil (e quem disse que ia ser fácil?!) –, em vez de entregar-se passivamente às influências da sociedade, recebê-las criticamente. Se é certo, portanto, que a imprensa sofre tais influências, é também verdade que ela pode influir.

A ética pede precisamente isto: ação, crítica e engajamento. Como os demais setores da sociedade – a escola, a universidade, a família, as empresas, os governos - a imprensa está também em busca de novas âncoras éticas. A constituição de um campo ético no Jornalismo, como defende Karam (1997, p,

128), com quem concordamos, “deve reconhecê-lo como uma atividade imprescindível contemporaneamente para o conhecimento global e imediato da realidade, em sua aparência de relatos de fatos e nas concepções que embalam as versões”.

Pois a reflexão e a compreensão éticas podem fazer o cidadão/jornalista perceber que é preciso iluminar aquilo que, muitas vezes, permanece à sombra do interesse midiático, seja porque razão for, bem como ajudá-lo a enxergar o Jornalismo como uma atividade que, apesar de todas as dificuldades, é capaz de produzir luz informativa suficiente para evitar a escuridão. Repensar práticas e posturas no Jornalismo e na própria ciência é o desafio. Desafio para os profissionais da área e também para a sociedade como um todo. A realidade múltipla – objeto do Jornalismo – que acompanha o movimento da humanidade por meio da reconstrução simbólica, interessa a todos os indivíduos, em cuja vida repercutem fatos ocorridos no mundo.

Em Jornalismo, seja qual for o assunto, o conteúdo, a editoria, é possível ter a visão do homem como um todo, é possível reconhecer e desmascarar táticas e retóricas de convencimento utilizadas pela mídia para, a partir de então, criar um novo tipo de comunicação entre o conhecimento científico e o cidadão. Se somos capazes de reconhecer a estratégia discursiva não só da mídia mas da própria ciência e os valores que as sustentam, podemos negar o fatalismo e a suposta inevitabilidade dos processos científicos e tecnológicos. Nos tornamos capazes também de perceber que está em nossas mãos – e de quem mais estaria? – a possibilidade de criar recursos para a elaboração de uma nova teoria crítica que nos permita oferecer uma opção para colocar no lugar do que há e que, por certo, não vêm satisfazendo ao nosso desejo de humanidade. Ou estamos todos satisfeitos com o estado das coisas?

É para romper com esta sensação de impotência que se torna fundamental observar como os homens constroem sua trajetória e o que isso nos diz de nós

mesmos, discutindo funções operativas e valores de nossa sociedade e de nossa humanidade, dos quais depende qualquer transformação. A partir daí, podemos perceber que os meios de comunicação e de transmissão de cultura, informação e tradições podem servir tanto para cancelar como para ajudar a transformar a realidade à nossa volta. Podemos desnaturalizar as representações do real, as relações entre os homens e as coisas tal e qual se apresentam. E o que vai permitir isso é a reflexão ética aliada à atividade crítica.

É preciso uma ética que seja eficaz. Diz-se freqüentemente que a ciência destruiu os valores e nada pôs em seu lugar. O que na verdade obviamente ocorreu é que a ciência deu mais duro relevo a essa cisão entre nossos valores e nosso mundo. (BRONOWSKI, 1997, p. 125),

Mas como promover valores diferentes e mais humanos numa sociedade baseada no espetáculo e no individualismo? Como lidar com um mundo em que fundamentos como conhecimento, razão e verdade entraram em crise? Como formular questões de natureza ética e recolocar a própria ética no centro da discussão, em um mundo em que as visões estratégica, tecnológica e mercadológica ocuparam seu lugar? Como compatibilizar a (re)construção coletiva de nossa existência num mundo já tão deteriorado por nossa própria ação, onde reinam são valores baseados na existência a curto prazo, no consumo de sensações, nos sentimentos efêmeros? Como restaurar e reinstituir a ética num mundo que, segundo autores como Bauman, Giddens, Baudrillard, Lyotard, entre outros, encontra-se desconstruído, marcado por uma espécie de vazio de sentido, pela troca de valores, por um hiato epistemológico, pela substituição da ética pela estética? Como promover esta “revolução”?

Por mais clichê que possa ser ou parecer, da única forma possível: de dentro para fora, cada qual fazendo efetivamente sua parte - portanto, o seu todo.

A revolução tradicional pode derrubar o Estado ou o sistema vigente, mas muitas vezes não derruba o espírito. E por contágio, palavra-chave nesta compreensão ética que abraçamos. Se, como jornalista, persigo a ética em minhas decisões e ações, sou exemplo para aquele jornalista que não o faz de que é possível agir de outra maneira. Ou seja, a melhor “campanha” contra um jornalista que não se preocupa com a ética é aquele que se preocupa, pois mostra outra possibilidade de ser e de estar no mundo – e na profissão.

Sempre somos exemplo. Podemos ser bons ou maus exemplos. Podemos, sim, perceber que o homem é a fonte a partir da qual se escraviza, mas também se liberta o homem; que a revolução que começa dentro de nós, esta sim, pode ser transformadora, inclusive das nossas estruturas, da nossa política, da nossa economia, das nossas representações. Só assim reforçamos a resistência ao fatalismo e rechaçamos o discurso da impotência. Em todos os setores da vida. O uso da ciência e a divulgação que dele se faz pode gerar benefícios ou malefícios. Inclusive porque, o poder de qualquer tecnologia pode, se mitificado ou mal compreendido, ser usado como arma de dominação, encobrindo a realidade social marcada pelas diferenças. Ciência e tecnologia apenas fornecem os meios para a realização humana: é a sociedade como entidade civilizada e o homem educado e bem informado enquanto membro dela que irão decidir como usá-las.

5.1. Perspectivas:

De espectadores a atores – Por uma nova leitura para o texto da existência

“Nenhuma outra época julgou tantas verdades mas também se incomodou tão pouco com a essência da verdade. Nenhum outro tempo fez tamanho progresso na conquista dos mundos sem, no entanto, preocupar-se com a questão sobre a mundanidade do mundo. O alarido da ciência, o roncar da técnica, enchendo-nos os ouvidos de esquecimento do Ser, entorpece-nos as forças do espírito, deixando a filosofia adormecida numa paisagem de cogumelos atômicos”. (...) O curioso em tudo isso é a presença da filosofia em sua própria ausência. Nosso esquecimento do Ser nunca é absoluto. O sono de nosso espírito nunca é tão profundo a ponto de excluir a possibilidade de um novo despertar. (...) Na era da atômica, em que a técnica e a ciência desenvolvem um vigor planetário, a missão da filosofia não é corrigir ou substituir-se à ciência. É apenas ser a catarsis de uma autoconsciência. Na reflexão sobre as condições de possibilidade da própria ciência, ela recorda que todo conceito humano é sempre uma configuração histórica da Verdade do Ser, em cujo dinamismo se articulam as manifestações existenciais das várias épocas da humanidade.”

(CARNEIRO LEÃO, 1992. P. 28 e 29)

Diz-se que nossa era é marcada pela velocidade, pela tecnologia, pela manipulação genética, pela virtualidade, pela informacionalização, pela mercantilização de tudo. Também ouvimos por toda parte que vivemos uma crise de referência, de representação: não há mais verdade, nem sujeito; há quem aposte que não há mais real. Mas continuamos representando, referenciando, sendo sujeitos, nos reproduzindo, atuando. O que isto significa? Que a realidade não abole as potencialidades do real, que a entrada do virtual em cena não significa a desrealização do real, que a clonagem não consegue prescindir do humano, que não há tecnologia capaz de substituir a vitalidade da vida. Ao contrário: estas manifestações contemporâneas colocam em cena o real – ainda que referência e representação possam ter um novo estatuto - e abrem novas possibilidades de se pensar fundamentos.

Vivemos mesmo mergulhados numa profunda revolução tecnológica. Ciência e tecnologia vêm, de fato, invadindo todo o corpo social, inclusive o corpo do homem. E isto tem gerado ou um medo irracional ou uma exaltação irrestrita e acrítica a elas. Mas não precisamos ser nem apocalípticos nem integrados, como diria Eco. Podemos, sim, realizar uma avaliação crítica da posição que a ciência, a tecnologia, a filosofia e a própria ética ocupam em nossas vidas e perceber que o potencial de destruição ou de salvação do homem está nele próprio, que no centro de toda e qualquer questão está o ser humano e a possibilidade de definir sua trajetória no mundo. A humanidade, como lembram Bocchi e Ceruti, “não é um destino, a humanidade é uma reinvenção contínua” (in PENA-VEJA & ALMEIDA, 1999, p. 153). A questão é saber exatamente o que significa pertencermos ao gênero humano e que tipo de humanidade estamos dispostos a defender.

Se todas as tecnologias deste Admirável Mundo Novo se tornarem viáveis – o que pode acontecer – e forem aplicadas – o que talvez não aconteça – que tipo de homem teremos criado? E seria ele o tipo que desejávamos? Muitos cientistas poderão argumentar, não sem razão, que a força que impulsiona o homem em busca de novos conhecimentos e sua conseqüente aplicação é em si uma importante característica humana que não deve ser reprimida. Isto é verdade, incontestavelmente, mas outros irão alegar que tudo o que o homem faz deve ter um sentido mais amplo de humanidade, e que isso, também é o que significa ser humano, mesmo que isso envolva dor e sofrimento.(GOODFIELD, 1981, p. 85)

Pois esta constatação abre um novo horizonte de reflexão e nos coloca diante da possibilidade de aprender a pensar de novo, a compreender o pensamento como instância vital de todas as potências, a enfrentar a questão que, segundo Amaral (1999), sempre foi a aposta do mundo ocidental: “Conviver com as multiplicidades que nos cercam sem morrer nelas; conviver com o múltiplo e

seu risco, seu acaso, mas também com sua potência, sua beleza, sua leveza”. Mais uma vez, o desafio a nós colocado é reconhecer na diversidade do real a força de realização da vida, em toda sua originalidade criativa e em cuja dinâmica encontram-se novas possibilidades; é apostar na força de transformação por acolhimento das diferenças, do outro.

A particularidade da consciência pessoal precisa estar ancorada, assim, em uma nova universalidade, não abstrata, mas concreta. Uma universalidade ética da humanidade como um gênero múltiplo, diverso, mas uno, único. Uma universalidade que mescla as diferenças, em vez de excluí-las, que abriga as heterogeneidades, em lugar de homogeneizá-las. Uma ética como respeito às diferenças, culturas e identidades diversas, num jogo de alteridade, este sim, capaz de gerar novas possibilidades de estar no mundo.

Quando pensamos nos problemas do gênero humano, devemos pensar em salvar a um só tempo a Unidade humana e sua diversidade. Em suma, trata-se sempre de associar um conjunto de noções que parecem opostas e antinômicas umas às outras. (MORIN, 1998, p. 4)

Para tanto, o homem pode trazer novamente para o pensamento a dimensão da vida que havia sido supostamente excluída – enquanto subjetividade, acaso, possibilidade de não ser - e repor o pensamento no real, onde a vida está em ação. Talvez assim, nesta nova ordem que sustenta a atualidade, haja a possibilidade de uma experiência singular de habitação do humano, de acolhimento de uma totalidade aberta e complexa, de existência de uma ética que não seja um conjunto de prescrições do comportamento, mas um aprendizado da nossa cultura sobre o que significa viver na dimensão do contemporâneo. Uma experimentação ética capaz de barrar a desvitalização da vida cada vez que se fala do fim de algo – da história, da política, de Deus, do homem, do outro, do real. Como diz Amaral (1999): “Uma experiência ética de vivermos no máximo da

potência de afirmação da vida enquanto aquilo que pode não ser e que, mesmo podendo não ser, eis que é”.

Se hoje, no real, tudo parece possível, a discussão passa a ser basicamente ética. Mas uma ética positiva e não negativa: não determinada por aquilo que se quer evitar (até onde podemos chegar sem destruímos a todos?), mas por aquilo que se quer promover. Em lugar de nos perguntarmos por que não de determinadas práticas científicas, talvez devamos nos perguntar por que sim. Se nosso único limite for o risco ou o medo, corremos o perigo de continuarmos vivendo um tempo em que o futuro determina o presente, em que o novo, este sim, propriamente ético, se esvai. Carneiro Leão (in KOSOVKSKI, 1995, p. 19) resume: “O apelo de originalidade, que nos trazem a criação, o universal, e a diferença interessa à ética de nossos encontros e desencontros nos empenhos de ser e realizar tanto o que temos e não somos, como o que somos e não temos”.

Eis outro desafio ético: permitir o novo, o inesperado, abrir-se ao acaso, que não é prévio nem a priori. A tentativa de controle do devir reflete nosso medo do desconhecido, mas resulta ineficaz, já que a vida é transformação, movimento, complexidade, pluralidade - sempre. Quando se reconhece isso não como um defeito ou deficiência, mas como um valor, metade do caminho para uma outra compreensão ética já foi trilhado. O limite positivado é aquele que nos leva à questão ética propriamente dita, como a entendemos, que reconhece a diversidade e a necessidade do outro e torna possíveis a realização humana e a própria convivência. E se a contemporaneidade se caracteriza pela falta, pelo vazio, pela ausência de referências, de paradigmas, também é o momento de possibilidade de (re)criação, sem os ingênuos posicionamentos e visões unilaterais que costumam permear nossa condição histórica.

Pois esta revolução interna – nosso maior desafio e nossa maior possibilidade – está imersa (muitas vezes de forma inconsciente) em nossa maneira de estar no mundo. Se manifesta precisamente no sentimento de descontentamento do ser humano, no clamor nem sempre silencioso por mudança, nos movimentos internos e externos de contestação, na própria dinâmica de realização da existência humana. E do seio da crise; do fundo do poço, pode emergir a possibilidade de erguer a mão em busca de outros valores, de melhores respostas para as questões da existência.

Se nosso atual quadro de valores gera misérias, desgraças, desigualdades, violência, fome, desrespeito à natureza e ao próximo, e nos tem conduzido ao abismo, só podemos transformar este estado de coisas a partir da mobilização de outros valores. Se, no Jornalismo, apesar da existência de um código de ética profissional e de normas internas a cada veículo, deslizos ainda ocorrem – ou seja, se códigos de ética não são garantia de comportamento ético – é exatamente porque não há ressonância entre os princípios externamente estabelecidos e os valores internamente prezados. Mas nesta ontologia que abraçamos, a conduta ética é adotada (ou não) não porque alguém nos ameaça com o livro da lei, mas devido a um sentimento interno. É necessário, portanto, segundo Karam (1997, p. 60), “constituir uma ética na qual a adesão se dê por convencimento e não por decreto, e na qual os princípios não se reduzam, como hoje, a referências ineficazes do ponto de vista jurídico e inúteis do ângulo da consciência moral”.

Pois questionar os valores em nome dos quais os homens em sociedade têm agido pode gerar um novo paradigma. Um paradigma capaz de proporcionar uma mudança na própria visão do mundo. Uma mudança que começa nos micro-sistemas, em nossa própria casa, na comunidade próxima, para daí, quem sabe, partir para o nível macro, para a chamada comunidade mundial e humana. É na ética micropolítica das relações – esta que compõe os macro-sistemas do mundo – que se torna possível tentar contagiar aqueles com os quais nos relacionamos. Utopia? Não. Possibilidade real. No real. Real em estado bruto de potência.

Para não sucumbirmos à impotência e ao fatalismo - uma tentação, sem dúvida – nos atrevemos a redimensionar a afirmação de Baudrillard (1991, p. 201) de que não pode haver utopia na sociedade da comunicação, uma vez que, segundo ele, na sociedade do espetáculo, o sentido se esvai e vivemos na “era dos acontecimentos sem conseqüências”. À afirmação do autor de que “já não há cena”, ousamos contrapor a convicção de que a cena pode ser reescrita, de que, a partir desta compreensão ética na qual acreditamos, é possível empreender uma crítica positiva do espetáculo da existência, capaz de gerar uma auto-crítica, e recolocar o homem no centro do palco da vida, como autor e protagonista de sua própria história. Do contrário, qual a saída?

Há, evidentemente, uma interdependência geral de problemas, mas esta constatação não nos pode impedir de enxergar a necessidade de uma reforma fundamental: a do pensamento. Um pensamento que, entre outros valores, seja capaz de recriar a noção de comunidade – que hoje reaparece nos discursos, estudos e idéias de estudiosos das mais diversas áreas do pensamento e parece necessária para que se possa pensar a questão ética, uma vez que esta, como vimos no início do trabalho, implica em uma visão relacional e interdependente da existência humana, o que significa, em poucas e simples palavras, que não dá para ser feliz sozinho, com o mundo desabando ao redor.

A noção de comunidade, assim, não aparece como simples contraponto ao individualismo, à atomização ou à polarização do indivíduo, mas como uma condição necessária ao equilíbrio da vinculação humana ao mundo. Uma noção de comunidade como espaço público, que relacione o ético, o político e o público novamente à idéia do bem comum e possibilite uma compreensão do público como espaço de realização humana; que estabeleça formas comunitárias de fortalecimento dos laços entre estes indivíduos.

Uma idéia de comunidade positiva, como espaço possível de redescoberta do espírito comunitário de solidariedade, de relacionamento humano, de valores

como fraternidade e de ideais humanitários, no sentido que lhes atribui Boltanski (1993). Na acepção do autor, o humanitário⁶³ ocupa, na sociedade midiática em que vivemos, o espaço da preocupação com o outro, o que parece ser nossa única chance de não destruímos o teatro onde diariamente encenamos nossa existência. Pois então, nem elenco nem platéia. Pena-Veja e Almeida (1999, p. 16) ressaltam: “O universal sozinho conduz ao terror, à ditadura, e o concreto isolado conduz ao particularismo e ao fundamentalismo, ambos produtores, igualmente, de violência, agressão, desrespeito e morte”.

Tudo isto requer um modo substancialmente diferenciado de definir e se relacionar com o real, uma mudança fundamental de valores, em que o principal capital que se pode deter é a capacidade de refletir as informações disponíveis e transformá-las em conhecimento. Não é por outra razão que o controle intelectual das ciências cidadãos e pelos próprios cientistas – foco de nosso interesse nesta tese - demanda uma reforma no modo de pensar e uma comunhão dos universos técnico e ético. Não é possível reivindicarmos uma ética sem compreendermos como as demais esferas de representação e de mediação da realidade afetam o humano e sem unirmos, no real, estes universos.

O nível paradigmático é o núcleo forte que comanda todos os pensamentos, todas as idéias, todos os conhecimentos que se produzem sob seu império. E, de alguma forma, o paradigma dominante até hoje, que começa a ficar um pouco combalido, era um paradigma de disjunção e de redução. Queremos conhecer separando, ou desunindo, a ciência, a filosofia, a cultura literária, a cultura científica, as disciplinas, a vida, a matéria, o homem etc. Desunimos, separamos o inseparável, sem lembrar que o homem tem um espírito, mas este espírito está ligado ao cérebro: tudo está relacionado. (MORIN in PENA-VEJA & ALMEIDA, 1999, p. 33 e 34).

⁶³ É preciso não confundir aqui humanitário com humanista. Este último termo, em seu sentido moderno, refere-se ao homem racional como centro de tudo, ao homem que prescindiu do divino para dominar a natureza e atingir o bem. O termo “humanista” ganhou conotação negativa para alguns autores por significar, segundo estes, um culto desmedido à razão, ao poder humano e, conseqüentemente, aos estragos por ele causados à natureza e à própria espécie. Cf. EHRENFELD, David. **A arrogância do humanismo**. RJ: Campus, 1992.

A transformação da realidade só parece poder se dar, como salienta Morin (1998, p. 79), com a comunicação dos “pedaços separados do quebra-cabeças”. Longe de se oporem, como os pólos de um dilema, estes aparentes extremos comunicam-se – ou poderiam comunicar-se - numa dialética viva, que culmina com a possibilidade de transformar qualquer realidade que não nos satisfaça. A necessidade vital da era planetária, completa o autor, “é um pensamento capaz de unir e diferenciar. É uma aventura, e muito difícil. Mas se não o fizermos, teremos a inteligência cega, a inteligência incapaz de contextualizar”. (MORIN in PENA-VEJA & ALMEIDA, 1999, p. 33).

“A ciência deve reatar com a reflexão filosófica; como a filosofia, cujos moinhos giram vazios por não moer os grãos dos conhecimentos empíricos, deve reatar com as ciências. A ciência deve reatar com a consciência política e ética. O que é um conhecimento que não pode partilhar, que permanece esotérico e fragmentado, que não se sabe vulgarizar a não ser em se degradando, que comanda o futuro das sociedades sem se comandar, que condena os cidadãos à crescente ignorância dos problemas de seu destino?” (MORIN, 1998, p. 11)

Não se trata de fazer nem a apologia da filosofia nem a negação do valor da ciência. Ao contrário: a ciência é fruto de uma extraordinária aventura intelectual e representa a busca e a conquista de um saber fundamental. É enriquecedora, elucidativa, conquistadora. Ela possibilitou um conhecimento singular do mundo, um fabuloso progresso ao saber humano, determinou progressos técnicos inéditos. Os benefícios que a ciência, a tecnologia, seus produtos e serviços trouxeram para o homem são inegáveis. Mas ela também é resultado de uma cultura e uma história, cujas aplicações têm um impacto direto sobre uma sociedade que precisa entender e participar de suas decisões. Esta mesma ciência, cada vez mais, apresenta ao homem problemas que se referem ao próprio conhecimento que produz.

Nossa proposta é que, a partir de um questionamento pertinente sobre a realidade e de uma compreensão ontológica diferenciada do real, seja possível reunir ciência e filosofia sob a mesma disposição ética, imprimir novos valores ao processo de desenvolvimento tecnológico e científico e levantar questões que digam respeito à humanidade, ao real enquanto unívoco e ao homem – a todos os homens, não apenas a alguns privilegiados - como modo deste real. Enxergar ou evidenciar as limitações da ciência não significa diminuí-la ou depositar sua “salvação” na filosofia, mas instaurar a troca e a reciprocidade entre ambas.

Estas questões tampouco invalidam a ciência como forma de conhecimento: antes a desmitificam e evidenciam que ela não é um conjunto de verdades acabadas e absolutas, mas um modelo possível de compreensão do real, poderoso, sem dúvida, mas não o único. Ela é um processo de conhecimento que pode remeter sempre ao real vivido e à complexidade do mundo, mas apenas um modelo, que não esgota nem encerra esta complexidade. A crítica não é à ciência como uma das formas possíveis de obtenção de conhecimento, mas ao sentido e ao uso que a Modernidade lhe conferiu. Ciência e filosofia não são – ou não precisam ser – incompatíveis ou opostas. Ao contrário: são duas formas legítimas e inseparáveis de se tentar compreender a existência humana em sua admirável complexidade constituinte e constitutiva.

Não se trata nem mesmo de incentivar o culto à irracionalidade nem de rejeitar a ciência. Trata-se de experimentar uma razão emocional, uma “razão aberta”, como nomeia Morin (1998, p. 168), que tente reconhecer o acaso, o devir, as brechas lógicas e que dialogue com o “irracional”, que (re)estabeleça a comunicação entre objeto e sujeito. A ciência afinal, como diz Alves (1991, p. 37), “é uma função da vida. Justifica-se apenas enquanto órgão adequado à nossa sobrevivência. Uma ciência que se divorciou da vida perdeu a sua legitimação”.

A ciência é um instrumento de poder que pode – ou não - ser legitimado pela sociedade que o fabrica. Exatamente por isso, o desenvolvimento científico e técnico precisa ser acompanhado do desenvolvimento integral do homem e da sociedade, em especial no que diz respeito às considerações éticas das novas descobertas e à pertinência das pesquisas, muitas delas – senão a maioria – subvencionadas pelo dinheiro público. Um desenvolvimento inexoravelmente atrelado ao desenvolvimento integral da cultura e da educação, a um reordenamento do econômico e do político. Não há possibilidade de revolucionar nossas instituições, nossos sistemas, nossos atuais modos de operar se não revolucionarmos antes as maneiras como organizamos nossa humanidade, nossas formas de representação, nossos valores e nossas idéias.

Retornamos aqui a uma aporia bem conhecida: é preciso reformar as instituições, mas se o fizermos sem reformar os espíritos, a reforma não serve para nada, como tantas vezes já ocorreu na história. Mas como reformar os espíritos se não reformamos as instituições? Círculo vicioso. Mas se tivermos a consciência crítica desta espiral, em dado momento, podemos entrar na roda e detonar um processo de transformação - de círculo vicioso a círculo virtuoso.

Uma compreensão que preconiza que tanto filosofia quanto ciência, juntas, encontrem, reflitam, revelem e se refiram a objetos existentes no mundo, com todas as contradições, características, conflitos e modos de produção que fundamentam e estruturam suas relações e, portanto, seus discursos. O limite principal da ciência, como identificam Pena-Veja e Almeida (1999, p. 11), é sua insistência em abordar e comunicar suas instâncias separadamente: “É para superar isso, entre outras coisas, que uma reforma do pensamento torna-se imprescindível, por intermédio da qual seja possível reintegrar um personagem que ela, a ciência do Homem, ignorou totalmente – isto é, o próprio Homem”. O recado parece claro.

Há, evidentemente, pensadores, como Franklin (1997), que acreditam que as duas posições não são conciliáveis e que as culturas científica e filosófica (humanística) não conseguem caminhar juntas. Diz ele que ou viveremos no Iluminismo ou não, que podemos ser racionalistas ou românticos, Voltaire ou Rousseau, mas não os dois. Por idealistas que possamos parecer, precisamos acreditar - por uma questão talvez mais existencial que acadêmica - que ele e os que compartilham deste pensamento estão enganados.

Não se trata de ceder ao consumo fácil de utopias (positivas ou negativas), de trocar um modelo por outro, de assumir posições exclusivamente otimistas ou pessimistas ou de aceitar simplificações, metafísicas ou não. Também não se trata de utilizar os riscos de desastres e de extinção da espécie ou de sua diversidade como fundamentos para as decisões humanas, argumentos, aliás, muitas vezes relacionados pela ciência para a realização de determinadas experiências. Não se trata nem mesmo de concluir que “devemos ser” éticos. Até porque, se é preciso que se diga o que “devemos” ser, é porque, em tese, podemos ser exatamente o oposto. Um absolutismo ético não é coerente com a própria idéia de ética que defendemos e é tão danoso à própria ética quanto um relativismo.

Trata-se, em primeiro lugar, de ser capaz de realizar um exame crítico dos sistemas, processos e estruturas vigentes e das práticas diárias que norteiam nossas vidas, em todos os seus setores, âmbitos, alcances e dimensões, para não ceder à naturalização ou à alienação. A partir de então, trata-se de reconhecer que podemos ser éticos, se assim o desejarmos e a partir de determinada compreensão do mundo e da própria dinâmica de realização humana. Trata-se, ainda, de perceber que as decisões em nossa vida não têm um sentido apenas estratégico ou técnico e que é chegada a hora de enfrentar a questão mesma da ética como uma necessidade inelutável da vida em sociedade.

E então, num segundo momento, trata-se de reconhecer e instaurar, a partir de ações que nascem no âmbito local para, quem sabe, se tornarem globais, a tal

compreensão ética da qual falamos: aquela que não reflete sobre o que se quer evitar ou impedir, mas antes sobre o que pretende promover. A tendência a apostar na capacidade humana de dar a volta por cima e reverter situações é irresistível. Podemos aceitar esta condição, mas tentar ir além do que ela propõe. Um otimismo acrítico e integral contradiz a experiência humana. Um pessimismo total também não encontra ressonância na realidade, o que não significa que o mal não se dê, com cada vez mais frequência e intensidade. Mas parece que, apesar de a história de nossa espécie registrar a imensa possibilidade humana de fazer o mal (potencializado por suas conseqüências sempre mais evidentes), o bem (mais silencioso, mais subliminar) ainda parece predominar. Do contrário, alguma dúvida de que nosso mundo não existiria mais? Nosso mundo ainda existe, mas dilapidado por nossas próprias ações.

Trata-se, portanto, de voltarmos-nos para nós mesmos para nos interrogarmos o que queremos e onde pretendemos chegar. Diante de perguntas mais bem formuladas, talvez possamos encontrar respostas possíveis. Ou um esboço delas. E assumirmos a responsabilidade diante de nossa liberdade de escolha, ou seja, diante de nossa possibilidade para o bem e para o mal, sem a escravidão a modelos, teorias ou paradigmas. Uma das prerrogativas desta ética na qual acreditamos é exatamente uma saudável disputa interativa e política de idéias. Não é preciso, necessariamente, excluir outros modelos. Ainda que a sociedade como um todo, num primeiro momento, não mude, é possível estar eticamente nela; é possível sentir, viver e expressar outros valores. É isso que liberdade significa e nela reside a possibilidade ética.

Um começo para a transformação pode ser exatamente trazer de volta para dentro da ciência o sujeito – sensível, emocional, complexo – que dela havia sido banido. Que a filosofia (e suas questões como a ética) e a ciência tratam de campos diferentes parece ser um dos grandes equívocos de nosso tempo, cujo resultado é a ideologia científica atual - que diz que a ciência deve avançar a qualquer preço. Foi a ilusão de poder deixar o sujeito, o acaso, o sensível, a

complexidade, o real em si de lado para dar conta do que podia ser sistematizado, ao que parece, que fez com que nenhuma teoria ética clássica conseguisse compreender e transformar efetivamente a realidade. Passaram ao largo do mais importante: o próprio real. Ou pior, tentaram encaixá-lo em modelos explicativos.

A diferença de atitude diante do real proposta por este tipo de pensamento reflete-se, evidentemente, na forma de conhecimento e estimula uma compreensão capaz de imprimir um novo sentido à ciência e à filosofia, capaz de tentar reuni-las sob o mesmo teto a partir de uma nova visão da própria ética. Um pensamento que procura abrir um caminho pelo qual o conhecimento e a ciência possam sair do puro formalismo operacional e restabelecer contato com o mundo real e com a reflexão. A filosofia, afinal, refere-se às práticas sociais, mas não é uma relação teórica de aplicação: é uma intervenção que modifica a relação entre as práticas e seu objeto, reestruturando inclusive a compreensão do que seja problema. “Uma ciência empírica privada de reflexão e uma filosofia puramente especulativa são insuficientes, consciência sem ciência e ciência sem consciência são radicalmente mutiladas e mutilantes.” (MORIN, 1996, p. 11). Uma filosofia não por oposição à ciência. Uma ciência não por oposição à filosofia. Se houve um tempo em que a cisão entre filosofia e ciência parecia fazer algum sentido, este tempo já se foi e esta separação deixou de ser pertinente para todos os problemas fundamentais hoje em dia.

A ciência e a tecnologia colocaram em nossas mãos poderes sem precedentes. As possibilidades abertas pelo poder de intervenção do ser humano na natureza (nela incluído o próprio homem) nos chamam a uma nova reflexão ética, nem otimista, nem pessimista, nem saudosista (como se em algum momento da história da humanidade houvesse havido o paraíso ético). Mas uma ética como reflexão permanente, como uma decisão visceral e contínua sobre o sentido da existência. A ética, afinal, lembra Sodré (in KOSOVSKI, 1995, p. 53), “  de fato uma ontologia, uma teoria do ser que, no interior da Filosofia, indaga sobre as finalidades da existência humana e sobre os meios de atingi-la”.

Uma definição que pressupõe que nossas decisões levem em conta o caráter essencial de nossa existência: a capacidade de refletir sobre nossa trajetória no mundo para escolhermos entre este e outro mundo, entre esta e outra realidade. Se desnaturalizamos o mundo e entendemos que o real resulta de nossa ação transformadora, percebemos que a maneira de ser e de estar do mundo pode ser outra, a depender, sempre, dos valores que prezamos. O real é um campo em transformação e reflexo do caráter ontológico da criação: somos nós que criamos o mundo na relação que estabelecemos com os outros no mundo, o tempo todo. E quando começamos a colocar em questão, já estamos no domínio da ética.

A possibilidade criativa e criadora reside, assim, na capacidade crítica e reflexiva, que impede o homem de consumir técnicas e tecnologias esvaziadas de significado ou com um sentido prévio. A consciência subjetiva é a que processa reflexivamente as informações. Consciência é reflexividade, é capacidade de tomar decisões, baseada na vontade e na responsabilidade. Mas para que haja responsabilidade – noção ética fundamental - é preciso que haja um sujeito consciente, o que pressupõe a reforma nas estruturas do próprio conhecimento e que passa necessariamente pela mídia. Se há reflexividade crítica, é possível essencializar a existência por intermédio da ciência e permitir que esta cumpra o papel que o jornalista Capozolli lhe atribui: o de que “a ciência é uma via de profunda humanização” (1999).

São exatamente estas as propostas da concepção filosófica de base spinozista que abraçamos neste Doutorado e que estão presentes nas análises de pensadores de vários cantos do mundo, muitos conectados, de uma forma ou de outra, ao que convencionou-se chamar Pensamento Complexo e que, assim como outras teorias, vem tentando apontar caminhos para uma compreensão mais efetiva do real. Pensamentos que preconizam que tudo está intimamente ligado e que toda realidade é complexa, composta, em diferentes níveis, por uma multiplicidade de aspectos.

Isto não significa trocar uma coisa pela outra ou colocar a filosofia no lugar da ciência: é preciso fundir, unir, juntar tudo aquilo que, na verdade, não existe separadamente, posto que é complexo. Também não quer dizer que se deva opor uma ciência do complexo a uma ciência da simplicidade, na intenção de garantir um conhecimento não mutilante, que respeitasse a integridade do mundo. Toda definição cristaliza, todo modelo de pensamento, por mais aberto e complexo, é apenas uma forma de apreender o real, que pode estar mais ou menos em sintonia com este real, mas que não o esgota. O que esta nova perspectiva complexa em relação não só à ciência, mas à própria filosofia torna possível é problematizar as mediações e não imaginar que o modelo científico – simples ou complexo - ou qualquer outro modelo, seja capaz de refletir o real. Modelos, teorias e paradigmas são apenas suportes de compreensão de um real complexo; mas não abarcam, não refletem nem substituem o real. Um real que emerge (e sempre vai emergir) a despeito de qualquer tentativa teórica de dominá-lo.

O próprio pensamento complexo nada é além de uma compreensão, uma teoria, um modelo de apreensão do real que não o esgota, mas procura enxergá-lo em sua complexidade estruturante. O pior a se fazer é confundir a complexidade (ou qualquer outro modelo), com uma receita, uma resposta: também ela é um desafio, uma possibilidade de se pensar, um recorte possível. Nenhuma teoria possui a realidade ou a verdade, mas a pior das teorias é, sem dúvida, aquela que acredita e veicula isso. Como diz Morin (1998, p. 192) : “Uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema”. Pois quando não tornamos absoluta a potência de uma verdade ou de um conhecimento, já nos encontramos no reino da ética.

Trata-se de negar o reducionismo ontológico, eticamente perigoso como qualquer reducionismo, que deposita ou na ciência ou na filosofia a capacidade de buscar soluções para as mazelas humanas. E nem poderia ser de outra forma:

soluções à crise de fundamentos que mantenham idéias absolutas, universais, formais, que mantenham a dicotomia, tendem a fracassar como suporte de compreensão e de ação. É preciso uni-las, de algum modo e de todos os modos, para (re)erguer uma ponte entre aquilo que ao longo do tempo foi sendo paulatinamente afastado. Se, para a ciência ou para a filosofia, a simplicidade já não basta para atender este mundo cada vez mais intrincado, é preciso pensar a complexidade, o que não significa abrir mão da antiga lógica ou de modelos anteriores, mas, ao contrário, integrá-la em um jogo complexo e enfrentar a contradição, em vez de eliminá-la.

O problema-chave é o de um pensamento que una, por isso a palavra complexidade, a meu ver, é tão importante, já que *complexus* significa 'o que é tecido junto', o que dá uma feição de tapeçaria. O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações. (MORIN in PENA-VEJA & ALMEIDA, 1999, p. 33 e 34)

Seja sob que inspiração teórica for - e sem entrar no mérito destas ou de quaisquer outras teorias, já que não é este nosso objetivo -, o que parece certo é que a separação entre os universos filosófico e científico tem nos colocado diante de enormes dilemas. O homem, afinal, é uno, não se encontra dividido e as coisas não se passam separadas por campos de saber ou disciplinas. O mundo é integrado. A partir de um paradigma que parta de uma compreensão como esta, talvez seja possível perceber que podem ser outras não só a essência da ciência e da filosofia e suas inter-relações com a sociedade, mas também as formas tradicionais de produção de conhecimento e de intervenção nas práticas sociais.

O mundo contemporâneo não pode abrir mão da ciência, mas a gama de saber tecnocientífico de que o homem dispõe não passa de ameaça se for privada da força libertadora da reflexão filosófica. Parece fundamental que o

homem coloque para si as problemáticas éticas levantadas pelo desenvolvimento da ciência, pois não pode conviver eterna e indefinidamente com as consequências adversas do desenvolvimento científico e tecnológico sem uma reflexão ética a respeito de técnicas e poderes jamais colocados em suas mãos. É necessário interrogar a ciência na sua história, no seu desenvolvimento, no seu devir, sob todos os ângulos possíveis.

Até porque, a despeito das críticas e ataques e apesar de um certo desencanto com a ciência, ela ainda é tida, de maneira geral, como um conhecimento superior aos demais, permanece afirmando a existência de uma única visão de mundo e a possibilidade de revelar a verdade absoluta, continua a reinar soberana sobre as demais formas de pensamento humanas e ainda representa uma importante instância, talvez a mais significativa, pois alcançou uma abrangência totalizante, atravessando e impregnando todas as dimensões da existência humana. Como diz Chauí, embora os conhecimentos científicos sejam marcados por continuidades e rupturas, “a ciência é a confiança que a cultura ocidental deposita na razão como capacidade para conhecer a realidade, mesmo que esta, afinal, tenha que ser inteiramente construída pela própria atividade racional”. (1995, p. 278)

Uma visão que o Jornalismo Científico tal como é realizado – de forma espetacular, sem contexto, sem profundidade e sem a continuidade necessárias - e tal como pudemos observar com o estudo de caso realizado para esta tese, colabora bastante para difundir. Basta olhar os jornais para observar que os jornalistas tendem a idolatrar a ciência, os cientistas e suas invenções e descobertas. É este o ideal reproduzido, veiculado e reforçado pela mídia: o de um saber inquestionável. A ciência é vista pela população como verdade absoluta. Mas basta uma leitura crítica e continuada dos próprios veículos de comunicação – tarefa a que o leitor comum não tem tempo ou conhecimento para dedicar-se e que acaba restrita aos analistas de discurso ou aos leitores mais informados e privilegiados – para constatar que este saber científico não é tão definitivo ou

absoluto como se pretende. Com a mesma convicção discursiva e suposta inquestionabilidade com que divulga determinada notícia sobre uma “descoberta científica”, a mídia veicula, meses depois, exatamente o contrário.

Mudar este cenário é o desafio. Embora o discurso jornalístico tal como tem sido realizado muitas vezes e em muitos veículos, como vimos, reflita, reproduza e reforce o sistema e a hierarquia social vigente - aquilo que se convencionou chamar de *status quo* - , ele comporta, como podemos observar também, tensões e fissuras por onde deriva o sentido pretendido. Por mais que se esforce, a mídia não consegue dominar nem cimentar o real, onde a vida efetivamente se dá. E esta constatação torna possível enxergar no Jornalismo um poder potencialmente transformador, apesar da dominação e dos interesses a que costuma estar submetido, o que torna algo mais que utópica uma nova reflexão sobre as práticas diárias, capaz de atravessar qualquer pequena brecha para iluminar a escuridão.

Num mundo cada vez mais regido pela ciência e pela técnica, o saber científico implica, como vimos num aumento contínuo de poder e o avanço nas relações só pode acontecer a partir da democratização deste saber, tarefa primeira dos meios de comunicação. Para tanto, é preciso problematizar o espaço da mídia – nossa modesta tentativa nesta tese – para colocá-la a serviço de múltiplas positivities, tornando-a um lugar para a expressão múltipla de estratégias. Se a mídia é a voz que hoje fala mais alto e para um maior número de pessoas, é especialmente dela este papel. O verdadeiro saber é aquele que as pessoas compreendem, não o que elas contemplam.

A realidade da pluralidade e da diversidade implicam a revelação da própria negatividade diante do mundo tal como existe, para formulá-lo em outras bases. O novo, cuja forma é alçada ao conhecimento social pela via da singularidade, na proposição dele, carrega consigo também, como conteúdo, a particularidade social e a universalidade humana em um processo aberto, crítico, autocrítico e indefinido. O compromisso do jornalista com esse processo envolve tanto o futuro ontológico da humanidade quanto a compreensão epistemológica desse processo, em forma e conteúdo”. (KARAM, 1997, p. 49)

Por isso, é fundamental que jornalistas e cientistas sejam capazes de expor a ciência de forma a levar cada indivíduo a pensar ética e criticamente sobre seu próprio tempo, a rever e redimensionar os valores que sustentam suas ações e suas criações, a desfazer mitos como o exagero das possibilidades da ciência e da tecnologia, a enxergar com clareza os cenários que compõem o palco onde a vida efetivamente se dá para, quem sabe, redesenhá-los.

Tais considerações não passam de pura utopia acadêmica, porém, se não estiverem amparadas num novo estatuto de universalidade humana, em reflexões fundadas num outro modo de enxergar o ser, em uma ética que minimize o antagonismo entre individual e social, que parta desta compreensão unívoca do real como mola para uma possível transformação; uma ética capaz de criar novos laços e sentidos para a existência. Uma transformação que se refere não apenas aos seres humanos em sua singularidade, mas à sociedade em seu conjunto. A ética, afinal, embora se origine de um compromisso individual, só pode consolidar-se num processo solidário.

Os cenários concretos do mundo são um dado objetivo cuja existência antecede os atores sociais, mas cuja transformação só ocorre diante da ação destes. Se somos herdeiros de uma tradição que deixou desconstruídos sentimentos, competências, potencialidades, processos e universos que encontram-se todos em nós ao mesmo tempo, borbulhando, compete a cada um e a todos, como autores/atores e não meros espectadores do espetáculo da existência, tentarmos incorporar e imprimir uma compreensão universal unívoca concreta do real no cenário da contemporaneidade, que enseje uma nova leitura para o texto da existência.

Uma compreensão capaz de juntar, no mesmo plano cênico, filosofia e ciência, ética e técnica, teoria e prática, simples e complexo, representante e representado, signo e coisa, razão e emoção, corpo e psique, sujeito e objeto,

natureza e cultura, uno e múltiplo, identidade e diferença, universal e particular, fato e valor, pensamento e ação, local e global, artificial e natural, “leigo” e cientista, virtual e real, interno e externo, individual e social, o eu e o outro (inclusive o outro que há em cada um). Todos numa disposição comum, interativa, que possa esboçar respostas aos conflitos e dilemas atuais⁶⁴.

Se ciência e filosofia – cuja separação em universos distintos capitaneia este processo de (re)partição do humano - têm trilhado caminhos diferentes, esse encontro só parece ser possível se (re)aprendermos a compreendê-las. Se, da coxia para onde foi empurrada, a ética voltar a protagonizar a existência, retomando o lugar de pensamento humano universal concreto ocupado exclusivamente pela ideologia cientificista. A questão é como fazer para ultrapassar as supostas dicotomias ou dualidades em torno deste objetivo comum de harmonizá-las. Parece que cabe precisamente à ética, no seu reencontro ou no seu novo encontro no seio da experiência humana, articular este desafio. As reflexões de natureza ética, longe se serem um luxo ao qual não temos tempo de nos entregar, parecem ser a possibilidade de saída para o nó existencial em que nos encontramos.

⁶⁴ Além de não serem opostas, mas fases de um processo contínuo, unificado pelas próprias diferenciações, pelo real em movimento, que se completam e não rivalizam – ou pelo menos assim deveria ser - estas distinções são cada vez mais difíceis de identificar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Claudio. **Contra a liberdade indiscriminada de expressão.** Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 5 fev. 1999. 1999b.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência – introdução ao jogo e suas regras.** 14^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

AMARAL, Luiz. **Técnica do jornal e periódico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

AMARAL, Marcio Tavares d'. Verdade, referência e real – quando o tempo faz diferença. Palestra, **UFRJ/ECO**, 6 julho 1999.

APEL, Karl-Otto. **Estudos de Moral Moderna.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ASSMAN, Hugo. Elementos para uma teoria da notícia científica. In: **Comunicação e Sociedade.** 4 (7): 25-38, 1982.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica – As técnicas do Jornalismo.** Vol. 2. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Editora Relógio D'água, 1991.

BERALDO, Antônio Fernando. **Cuidado, ele está vindo sobre nós!!!** Disponível em: < [http:// < http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 5 jul 1998.

BOCCEGA, Maria Aparecida & CITELLI, Adílson Odair. Retórica da Manipulação: os sem-terra nos jornais. **Revista Comunicação e Artes**. São Paulo(20):23-29. Abril, 1989.

BOLTANSKI, L. **La souffrance à distance**. Paris: Métailié, 1993.

----- . **De la justification** . Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, William Dias. **Ciência e mídia: a legitimação de um mito perigoso**. Rio de Janeiro, 1998. Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura: Escola de Comunicação – UFRJ.

----- . **O Deus secular da ciência e seu filho Discurso: a legitimação do saber científico na mídia**. Orientadora: Nízia Villaça. Rio de Janeiro, 1996. 210 p. Dissertação Mestrado em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação – UFRJ.

BRONOWSKI, J. **O senso comum da ciência**. (Tradução de Neil Ribeiro da Silva). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. (Coleção O Homem e a Ciência, v. 4)

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

BUNCE, Mario. **Ciência e desenvolvimento**. (Tradução de Cláudia Regis Junqueira). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Coleção O Homem e a Ciência, v. 11)

BURKETT, Warren. **Jornalismo Científico: como escrever sobre ciência, Medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CALDAS, Graça. **Mídia, ciência e sociedade, ou Jornalistas e cientistas: uma relação de parceria** Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>> . Acesso em: 20 jul 1998.

CAPOZOLI, Ulisses. **Jornalismo Científico: a esperteza dos falsificadores**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>> . Acesso em: 11 abr. 2001a

----- . **Para despertar a consciência da mídia**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>> . Acesso em: 9 mai. 2001b.

----- . Palestra proferida na Unicamp aos alunos do curso de **Especialização em Jornalismo Científico do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo**, 17 maio 1999.

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. **Aprendendo a pensar**. Vol. 2, Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

----- . Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

CHAPARRO, Carlos. Um modelo jornalístico de divulgação da ciência. INTERCOM - **Revista Brasileira de Comunicação**, 1990. Ano XIII. Nº 62-63: 129-134.

----- . **De como a ciência pode ajudar a notícia**. Disponível em: < <http://www.reescrita.jor.br>> .

CINI, Marcelo. **Paraíso perdido**. Disponível em: < <http://www.ciencia.org.br>> . Acesso em: 1996.

----- . O paraíso perdido. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, vol. 23, n. 138, maio 1998.

COROVIL, Cláudio. A ciência diante de um novo mundo. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 5 set. 1998. Caderno Idéias. p. 1.

COSTA, Cristiane. O divã está mudo. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 16 out.1999. Caderno Idéias, p. 7.

DIXON, Bernard. **Para que serve a ciência?** Trad. Cordélia Canabrava Arruda. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

----- . De volta para o futuro. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 31 out. 1998. Caderno Idéias, p.1.

DORNELLAS, Luiz Otávio Soares. **A Ciência e os meios de comunicação: o Jornalismo Científico**. Monografia de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 1999.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ECO, Humberto. **A estrutura ausente**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1971.

----- . **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

[

ÉPOCA, São Paulo: Editora Globo, 4 jan. 1999, p. 103, Ano 1, n. 33.

ESCOBAR, Carlos Henrique. **As ciências e a filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FAUSTO NETO, A. **Mortes em derrapagens: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FERRAZ, Sonia Maria Tadei. **A favela como lugar da Operação Rio (1994/1995): discurso jornalístico e dispositivos de enunciação**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1999, Tese Doutorado.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

----- . **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

----- . **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRANKLIN, Jon. **The end of science writing**. Disponível em: [≤
http://www.nasw.org](http://www.nasw.org) > . Acesso em: 1997

GARRAFA, Wolnei in **ISTO É**, São Paulo, 4 out. 1995.

GENTILLI, Victor. **Curso rompe círculo vicioso**. Disponível em: [≤
http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br), Acesso em: 20 jan. 1999.

GOODFIELD, June. **Brincando de Deus: a engenharia genética e a manipulação da vida**. Trad. Regina Régis Junqueira. Belho Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Univ. de São Paulo, 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOURDANT, B. La science et son mythe: la scientificité. **Education Permanente**. V. 6. P. 63-76, jun. 1970.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KRIEGHBAUM, Hillier. **A ciência e os meios de comunicação de massa**. São Paulo: Correio da Manhã, 1990.

KOSOVSKI, Ester (organizadora). **Ética na Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992 (Coleção Debates).

KUMAR, Krishan. **Da sociedade Pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAGE, Nilson. Jornalismo Científico em tempos de confronto. In: **XXVI CONGRESSO DA INTERCON**. Grupo de Trabalho de Comunicação Científica e Ambiental, Belo Horizonte, 5/9/2003.

----- . **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Editora Ática, 1985. Série Princípios.

LATOUR, Bruno. **Nós jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1994.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LOPES, Boanerges. **Saúde & Imprensa - o público que se dane!** Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

MADDOX, John. **O que falta descobrir**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise de discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARQUES, Marília Bernardes. A bioética e o genoma humano. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 16 julho 2000.

MARTINS, André. **A identidade nacional na era da globalização e da mídia: uma abordagem filosófica de nossos valores**. Rio de Janeiro: MBA/UFRJ, 1998.

----- . **Le réel et l'illusion**. Lille: A.N.R.T., 1996. (Tese de Doutorado em Filosofia pela Université de Nice, França, 1995).

----- . Mudança de paradigma e possibilidades de acordo ontológico e trágico no terceiro milênio. In **Anais de Filosofia**, nº 4. São João del-Rei: Pós-Graduação em Filosofia da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (Funrei), 1997; p. 343-352. (I Encontro Nacional de Filosofia Contemporânea, Funrei, 1996.)

----- . O pensamento transindividual - afeto e tecnologia. In **Contemporaneidade e Novas Tecnologias**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996; p. 77-101. (I Seminário de Pesquisa em Comunicação e Sistemas de Pensamento, ECO/UFRJ, 1996.)

----- . Por um novo paradigma ontológico-comunicacional para as Humanidades. In **Anais do II Congresso Internacional Latino-Americano de Semiótica**. São Paulo: PUC/SP, 1996.

MASSARANI, Luisa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1998.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995.

MELO, José Marques de. Quando a ciência é notícia – estudo comparativo. **Revista Brasileira de Comunicação**, 10 (57): 23-35. 1987.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal - da forma ao sentido**. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo, 1997.

NEWSLETTER. **Jornalismo Científico estuda mídia no Brasil**. Disponível em: < <http://www.uniemp.br>>. Acesso em: setembro 1998.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1982. (Col. Clássicos de Ouro).

NUNES, Geraldo. **O Sr. empresário e sua criada, a Constituição: uma análise do discurso do empresariado brasileiro**. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Fátima. O irresistível fascínio da clonagem I. **O Tempo**, Belo Horizonte, 24 jan. 1998. Opinião, p.4.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 27 out 1996. Segundo Caderno, p. 4.

----- . 27 julho 2000. Carta da leitora Vanessa da Silva Martins, de Volta Redonda, Rio de Janeiro.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, Françoise e HAK, Tony. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

----- . Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise e HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do Discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 61 – 162.

----- . A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise e HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 163– 252.

PEREIRA, Jr., A.E.V. **Decidindo o que é notícia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PINHEIRO, Marta de Araújo. **Ecologia: da autonomia política à gestão ética**. Rio de Janeiro:UFRJ/ECO, 1997, Tese de Doutorado

PINTO, M.J. **As marcas lingüísticas da enunciação - Esboço de uma gramática enunciativa do português**. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993

RAMOS, Marcos Gonçalves. **Divulgação da informação em energia nuclear: ideologia, discurso e linguagem**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta. Condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, João Ubaldo. A ciência num boteco do Leblon. **O GLOBO**, Rio de

Janeiro, 2 julho 2000. Opinião, p. 7, 2000a.

RIBEIRO, João Ubaldo. A realidade, esta desconhecida. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2000. Opinião, p. 7, 2000b.

ROQUEPLO, P. **Le partage du savoir: science, culture, vulgarization** / s. 1 / Editions du Seuil, 1974.

SÁ, J. N. O Jornalismo brasileiro visto pelos crítico". In: DINES, A., VOGT, C., MELO, J. M. (Orgs.). **A imprensa em questão**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

SAGAN, Carl. **Mundo assombrado pelos demônios**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

-----. **Bilhões e Bilhões**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 2ª ed. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

-----. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

-----. *O monopólio da fala*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 156 p.

-----. Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, I Semestre 1999, **Apontamentos de aulas**, 16 set.1999.

-----. Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, I Semestre 2000, **Apontamentos de aulas**, 3 maio 2000. .

SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Redação: o texto nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1982.

VAN DIJK, Teun A. **Ideologia: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAZ, Paulo. O corpo-propriedade. In **Mídia e cultura**. FAUSTO NETO, Antônio e PINTO, Milton. Diadorim, 1997a.

----- . Dolly e as catástrofes. **Ecos da Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Edição 61, junho de 1997b, p. 2.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. Oniricídio. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 2 de maio 1999. O País, p.7.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. Trad. Alceu Dias Lima. São Paulo: Cultrix, 1980.

VOGT, Carlos. **Mitos da humanidade – Clone e medos crônicos**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2001.

ZAJDZNAJDER, Luciano. **Ética, estratégia e comunicação na passagem da Modernidade à Pós-Modernidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. (2 edição)

ZUSMAN, Waldemar. Clonificação: fatos e mitos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 6 mar 1997. Opinião, p. 7.

7. BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALMEIDA FILHO, Enézio E. de. **Desnudando Darwin: ciência ou ideologia?** Disponível em: [< http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 20 dez 1998.

ALTHUSSER, L. Ideologie et appareils ideologiques D`État. **La Pensée**, n 151, 1970.

AMARAL, Marcio Tavares d'. **Filosofia da comunicação e da linguagem**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1977.

BADIOU, Alain. **Ética: ensaio sobre a consciência do mal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poiética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A informação no mundo da técnica. **Trans-informação**, 1(3): 49-54, set./dez.,1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Trad. Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELL, A. & GARRETT, P. (orgs) **Approaches to media discourse**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

BEJZMAN, Isak. **Epidemiologia do medicamento e a importância de uma notícia**. Disponível em: [<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 5 nov. 1998a.

BELESSA, Mauro. **Menos esoterismo e mais exoterismo**. Disponível em: < <http://www.igutenberg.org> >. Acesso em: jan-fev 1997.

BOLETIM INSTITUTO GUTENBERG. **Dolly foi mal clonada na primeira página**. Disponível em: < <http://www.igutenberg.org> >. Acesso em: jan-fev 1997.

----- . **Chute, exagere, invente que alguém publica**. Disponível em: < <http://www.igutenberg.org> > . Acesso em: julho 1995.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BONALUME NETO, Ricardo. **Anticiência**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 20 out. 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. **Aprendendo a pensar**. Vol. 1, Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 22ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos 13.

COIMBRA, Cícero. **Um dilema também jornalístico**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 5 dez. 1998.

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. **A lacuna do debate político**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 20 out. 1998a.

-----. **Ciência e mídia: reflexos distorcidos ou espelho de preconceitos?**

Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>> Acesso em: 5 dez. 1999a.

-----. **Olhar sobre 1998.** Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 5 março 1999b.

COURTINE, J. Analyse du discours politique. In: **Langages**, 62. Paris: Larrouse, 1989.

CULIOLI, A. A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des langues naturelles. In: **Mathématiques et Sciences Humaines**, 34. Paris: Gauthier-Villars, 1971.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

DINES, Alberto. **O papel do jornal - uma releitura**. São Paulo: Summus, 1986.

ECO, Humberto. **As formas do conteúdo**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1974.

EHRENFELD, David. **A arrogância do humanismo**. RJ: Campus, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. Harlow, Longman, 1989.

-----. **Media discourse**. Londres: Edward Arnold, 1995.

FITTIPALDI, Maristela. **Ética no Jornalismo: O Desafio do Cotidiano**. Orientadora: Ester Kosovski. Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO, 1998. 180 p. (Mestrado).

FREIRE, Alexandre. **Jornalismo público, 'publiJornalismo' e cidadania**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>, Acesso em: 5 out 1998.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

GENNETTE, G. **Discurso da narrativa – Ensaio do Método**. Lisboa: Arcádia, 1979.

GENTILLI, Victor. **Primeiras observações sobre o provão de Jornalismo**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> >. Acesso em: 5 dez. 1998.

GOMES, Valdir. **Onde estão as criaturas?** Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> >. Acesso em: 5 out. 1998.

GREENE, Lewis Joel. **Avaliar a produção científica pelo prestígio da publicação**. Disponível em: < <http://www.uniemp.br> >. Acesso em: março 1999.

GUERRA, Josenildo Luiz. Objetividade e imparcialidade – uma alternativa hermenêutica e pragmática para o conhecimento e a ética no Jornalismo. **Pauta geral – Revista Brasileira de Jornalismo**. Ano III, número 4. Disponível em: < <http://www.facom.ufba.br> > Acesso em: maio/agosto 1997.

HAMILI, Serge. **Os novos cães de guarda**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HARBY, Karla. Doctors as reporters. **Columbia Journalism Rewiew**. Disponível em: < <http://cjr.org> > Acesso em: jul/ago. 1993.

HENRY, Paul. **De L'énoncé au discours: préssupposition et processus discursifs**, Paris: CNRS, 1974.

HORGAN, John. **O fim da ciência**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JAMESON, F. **Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

KEVLES, Daniel J. A ética do minoutauro a Dolly. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 2 abr 1997. O Mundo, p. 39.

KRUEGER, Guenther. **Towards objective science reporting**. Disponível em: < <http://www.interlog.com> > . Acesso em: jan 1998.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Editora Ática, 1985. Série Princípios.

LOTUFO, Paulo. **O frenesi da cura do câncer**. Disponível em: ≤ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>> . Acesso em: 5 jun 1998a.

MACEDO, Mônica. **Contexto da descoberta, estratégia para o Jornalismo Científico**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 5 jul. 998a.

----- . **Que país é esse? Que ciência é essa?**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 20 set 1998c.

----- . **Estreitando os laços entre Jornalismo e ciência**. Disponível em: ≤ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > , Acesso em: 5 março 1999.

MAFFESOLI, Michel. **O vazio das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARTIN- BARBERO, J. **Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, André. Relações local-global nas redes transdisciplinares dos “híbridos” de natureza e cultura: globalização e singularidade. Rio de Janeiro. Artigo apresentado no **V Seminário de Pesquisa em Comunicação e Sistemas de Pensamento**, ECO/UFRJ, 1997.

MATTERLART, Armand. **A globalização da comunicação**. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru- SP: Edusc, 2000.

----- . **Comunicação Mundo – História das idéias e das estratégias**. Petrópolis; RJ: Vozes, 1994.

MATTERLART, Armand e Michele. **História das Teorias da Comunicação**. 4ª ed. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2001.

MEDEIROS, Roberto. **Fusão a frio: dez anos depois, ninguém pautou**. Disponível em: [< http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 5 abril 1999.

MELLO, Luciana C. **Ciência é cultura, mas a mídia não percebe**. Disponível em: [< http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 5 abril 1999.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Porto Alegre. 1997. Mimeo.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Retrato sem retoques do ensino do Jornalismo**. Disponível em: [< http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 20 dez. 1998.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

MOURA, Bianca Rodrigues. **Jornalismo Científico como fonte primária de informação**. Disponível em: [< http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 20 jun.1999.

NEWSLETTER. **Verdade na ciência é mutável mas não relativa**. Disponível em: [< http://www.uniemp.br>](http://www.uniemp.br) Acesso em: dezembro 1998a.

----- . **Oficina abre espaço para crítica do Jornalismo Científico**. [< http://www.uniemp.br>](http://www.uniemp.br) Acesso em: setembro 1998b.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Jornalismo Científico do passado.**

Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 5 jul 1998a.

----- . **Pílulas de (ins)ciência** Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 5 jul 1998b.

----- . **Cientistas e jornalistas lado a lado em curso pioneiro.** Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> > . Acesso em: 20 março 1999.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo Científico.** São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Comunicação)

OMNÉS, Roland. **Filosofia da Ciência Contemporânea.** São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso.** Campinas: Pontes, 2000.

OZORIO DE ALMEIDA, Miguel. **A vulgarização do saber.** Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda., 1931.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso.** São Paulo: Hacker Editores, 1999.

----- . Discursos de opinião em jornais cariocas: receitas de editorial. In: Fausto Neto, A. & Pinto, M.J. (Orgs.) **Mídia e Cultura.** COMPÓS/Diadorim. Rio de Janeiro, 1997.

POINCARÉ, Henri. **O valor da ciência.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

RIBEIRO, A. P. G. **A história de seu tempo – A imprensa e a produção de sentido histórico.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, ECO/UFRJ, 1995.

RODRIGUES, Adriano. **Comunicação e Cultura**. Lisboa: Ed. Presença, 1993.

SABBATINI, Marcelo. **A Internet como ferramenta de controle da qualidade científica**. Disponível em: [< http://www.observatoriodaimprensa.com.br >](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 20 out. 1998.

SCIENCE NET. **A mídia e os cuidados com a divulgação da ciência**. Disponível em: [< http://www.sciencenet.com.br >](http://www.sciencenet.com.br) . Acesso em: abril 1999b.

-----, **Unesco promove conferência mundial de Jornalismo Científico**. Disponível em: [< http://www.sciencenet.com.br >](http://www.sciencenet.com.br) . Acesso em: abril 1999b.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo**. São Paulo: Annablume, 1999.

SILVA, Telma da. **A ciência no Jornalismo diário**. Disponível em: [<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 5 maio 1999.

SILVA, Vera. **Coisas que você não sabe e a mídia não explica**. Disponível em: [< http://www.observatoriodaimprensa.com.br >](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) , Acesso em: 5 março 1999.

SFEZ, Lucien. **Crítica da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SODRÉ, Muniz. **Denúncia e responsabilidade pública**. Disponível em: [≤
 http://www.observatoriodaimprensa.com.br >](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 1 jan. 2002.

SOKAL, Alan & BRIOCMONT, Jean. **Imposturas Intelectuais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução de Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

TACHIBANA, Takashi. **Closing the knowledge gap between scientist and nonscientist**. Disponível em: [< http://www.sciencenet.com.br >](http://www.sciencenet.com.br) . Acesso em: 7 ago. 1998.

TAKATA, Roberto. **A ciência pelo pitoresco.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em: 20 set. 1999

TAMBOSI, Orlando. **Jornalismo, credences, ética.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em: 20 jun. 1998.

THUILLIER, Pierre. **O contexto cultural da ciência.** Disponível em: < <http://www.ciencia.org.br> > . Acesso em: 1989.

VERÓN, Eliseo. **Ideologia, Estrutura e Comunicação.** São Paulo: Cultrix, 1977.

----- . Le hibou. In: **Communications**, 28, Paris, Seuil, 1978.

----- . Quand lire c'est faire. In: **Semiotique II**. Paris: IREP, 1983.

VICTORELLI, Luis. **Cientistas brasileiros são conservadores.** Disponível em: < <http://www.sciencenet.com.br> > . Acesso em: 1999.

VOGT, Carlos. **A crise de C&T no Brasil.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em: 20 nov. 1998a.

----- . **Em defesa da pesquisa e do desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.uniemp.br>> Acesso em: dezembro 1998b.

WILSON, Edward O. **A unidade do conhecimento: Consiliência.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 1994.

8. ANEXOS

ANEXO A - CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS

Aprovado pelo Congresso Nacional dos Jornalistas em setembro de 1985, no Rio de Janeiro e modificado pelo XXI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais em 1986, em São Paulo. O Código de Ética dos Jornalistas fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas.

I - DO DIREITO À INFORMAÇÃO

Art. 1 - O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2 - A divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação pública, independentemente da natureza de sua propriedade.

Art. 3 - A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art.4 - A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

Art. 5 - A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação da censura ou autocensura são delitos contra a sociedade.

II - DA CONDUTA PROFISSIONAL DO JORNALISTA

Art. 6 - O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinada ao presente Código de Ética.

Art. 7 - O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

Art. 8 - Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade das suas fontes de informação.

Art. 9 - É dever do jornalista:

- a) Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público.
- b) Lutar pela liberdade de pensamento e expressão.
- c) Defender o livre exercício da profissão.
- d) Valorizar, honrar e dignificar a profissão.
- e) Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- f) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação.
- g) Respeitar a privacidade do cidadão.
- h) Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria.

Art. 10 - O jornalista não pode:

- a) Aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com a tabela fixada por sua entidade de classe.
- b) Submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação.
- c) Frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate.
- d) Concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais,

políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual.

e) Exercer cobertura jornalística pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas, onde seja funcionário, assessor ou empregado.

III - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL DE TODO JORNALISTA

Art. 11 - O jornalista é responsável por toda informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros.

Art. 12 - Em todos os seus direitos e responsabilidades, o jornalista terá apoio e respaldo das entidades representativas da categoria.

Art. 13 - O jornalista deve evitar a divulgação de fatos:

- a) Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas.
- b) De caráter mórbido e contrário aos valores humanos.

Art. 14 - O jornalista deve:

- a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas.
- b) Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

Art. 15 - O jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções.

Art. 16 - O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Art. 17 - O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais.

IV - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA

Art. 18 - As transgressões ao presente Código serão apuradas e apreciadas pela Comissão de Ética.

Parágrafo 1 - A Comissão de Ética será eleita em Assembléia Geral da categoria, por voto secreto, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo 2 - A Comissão de Ética terá cinco membros com mandato coincidente com o da Diretoria do Sindicato.

Art. 19 - Os jornalistas que descumprirem o presente Código ficarão sujeitos gradativamente às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Comissão de Ética:

a) Aos associados do Sindicato, de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do Sindicato;

b) Aos não associados, de observação, advertência pública, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato.

Parágrafo Único - As penas máximas (exclusão do quadro social, para os sindicalizados, e impedimento definitivo de ingresso no quadro social, para os não sindicalizados) só poderão ser aplicadas após prévio referendo da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 20 - Por iniciativa de qualquer cidadão, jornalista ou não, ou instituição atingidos, poderá ser dirigida representação escrita e identificada à Comissão de Ética para que seja apurada a existência de transgressão cometida por jornalista.

Art. 21 - Recebida a representação, a Comissão de Ética decidirá sua aceitação fundamental ou, notadamente incabível, determinará seu arquivamento, tornando pública a decisão, se necessário.

Art. 22 - A aplicação de penalidade deve ser precedida de prévia audiência do jornalista, objeto de representação, sob pena de nulidade.

Parágrafo 1 - A audiência deve ser convocada por escrito, pela Comissão de Ética, mediante sistema que comprove o recebimento da respectiva notificação, e realizar-se-á no prazo de 10 dias a contar da data de vencimento do mesmo.

Parágrafo 2 - O jornalista poderá apresentar resposta escrita no prazo do parágrafo anterior, ou apresentar suas razões oralmente, no ato da audiência.

Parágrafo 3 - A não observância pelo jornalista dos prazos previstos neste artigo implica a aceitação dos termos da representação.

Art. 23 - Havendo ou não resposta, a Comissão de Ética encaminhará sua decisão às partes envolvidas no prazo máximo de 10 dias, contados da data marcada para a audiência.

Art. 24 - Os jornalistas atingidos pelas penas de advertência a suspensão podem recorrer à Assembléia Geral no prazo mínimo de 10 dias corridos a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo Único - Fica assegurado ao autor da representação o direito de recorrer à Assembléia Geral no prazo máximo de 10 dias a contar do recebimento da notificação, caso não concorde com a decisão da Comissão de Ética.

Art. 25 - A notória intenção de prejudicar o jornalista, manifesta em caso de representação sem o necessário fundamento, será objeto de censura pública contra o seu autor.

Art. 26 - O presente Código de Ética entrará em vigor após a homologação em Assembléia Geral de Jornalistas, especialmente convocada para este fim.

Art. 27 - Qualquer modificação neste Código somente poderá ser feita em Congresso Nacional de Jornalistas mediante proposição subscrita no mínimo por 10 delegações representantes do Sindicato dos Jornalistas.

ANEXO B. *CORPUS*

O GLOBO^{*} – edições de 24 de fevereiro de 1997 a 3 de abril de 1997

JORNAL DO BRASIL – edições de 24 de fevereiro de 1997 a 28 de março de abril de 1997

O DIA – edições de 24 de fevereiro de 1997 a 20 de março de 1997

^{*} Embora não façam parte do *corpus* propriamente dito, as edições de 29 de maio de 1997 a 15 de dezembro de 1997 do jornal O GLOBO foram incluídas neste anexo por conterem reportagens que usamos como exemplo em alguns momentos da análise de discurso, para efeito de comparação.

